



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil



Ano CXLIV Nº 130

Brasília - DF, segunda-feira, 9 de julho de 2007

### Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento .....	5
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	7
Ministério da Cultura.....	7
Ministério da Defesa.....	8
Ministério da Educação .....	9
Ministério da Fazenda.....	12
Ministério da Integração Nacional .....	15
Ministério da Justiça.....	16
Ministério da Previdência Social.....	20
Ministério da Saúde .....	20
Ministério das Comunicações.....	32
Ministério de Minas e Energia.....	34
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	63
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...	63
Ministério do Meio Ambiente.....	63
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	64
Ministério do Trabalho e Emprego.....	64
Ministério do Turismo .....	65
Ministério dos Transportes .....	65
Ministério Público da União .....	65
Tribunal de Contas da União .....	66
Poder Judiciário.....	67

### Atos do Poder Executivo

#### DECRETO Nº 6.147, DE 6 DE JULHO DE 2007

Acresce dispositivo ao art. 1º do Decreto nº 5.926, de 9 de outubro de 2006, que fixa os cargos privativos de Oficial-General da Aeronáutica em tempo de paz.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006,

#### DECRETA :

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.926, de 9 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"VIII - Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, do posto de Brigadeiro: Chefe do Centro de Operações Terrestres." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Waldir Pires

#### DECRETO Nº 6.148, DE 6 DE JULHO DE 2007

Altera o Estatuto da RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

#### DECRETA :

Art. 1º O art. 6º do Estatuto da RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., aprovado pelo Decreto nº 2.958, de 8 de fevereiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O capital da RADIOBRÁS, subscrito e integralizado pela União, é de R\$ 43.919.290,36 (quarenta e três milhões, novecentos e dezenove mil, duzentos e noventa reais e trinta e seis centavos), dividido em quarenta e seis milhões, quatrocentas e oitenta e uma mil e quatrocentas e vinte três ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dando direito a um voto cada ação." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Franklin Martins

### Presidência da República

#### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

##### MENSAGEM

Nº 456, de 6 de julho de 2007. Solicita ao Congresso Nacional a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 5.235, de 2005, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 273, de 2005.

Nº 457, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 446, de 11 de outubro de 2005, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Educação, Saúde, Segurança, Esporte, Lazer, Cultura, Turismo e Meio Ambiente às Associações de Bairros de Miracema do Tocantins - TO para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

Nº 458, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 99, de 23 de janeiro de 2004, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à Fundação Educacional de Ipatinga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

Nº 459, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante do Decreto de 26 de março de 2007, que renova, por dez anos, a partir de 20 de julho de 2002, a concessão da Rádio Tupi AM Ltda., outorgada originalmente à Rede Autonomia de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Osasco, Estado de São Paulo.

Nº 460, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 312, de 24 de agosto de 2004, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Nº 461, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 490, de 13 de setembro de 2006, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão ao SISTEMA ZANON DE TELECOMUNICAÇÕES LIDA, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Espigão D'Oeste, Estado de Rondônia.

Nº 462, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 792, de 25 de outubro de 2006, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Nº 463, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 972, de 20 de novembro de 2006, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à BEIRA-RIO FM PRESIDENTE EPITÁCIO S/C LTDA, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.

Nº 464, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 968, de 20 de novembro de 2006, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à RÁDIO SOM TOCANTINS LTDA, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.

Nº 465, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2006, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Cultural São Paulo das Missões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 466, de 6 de julho de 2007. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirussu".

Nº 467, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R\$ 0,30	R\$ 3,60
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 3,80
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 4,40
de 160 a 250	R\$ 1,90	R\$ 5,20
de 254 a 500	R\$ 3,50	R\$ 6,80
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 9,50
- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0093		



## Atenção!!!

Agilize a sua publicação. Evite intermediários.  
Solicite o seu cadastramento e envie você mesmo  
a sua matéria para publicação no *Diário Oficial da União*.  
Informações: [incom@in.gov.br](mailto:incom@in.gov.br)

Nº 468, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor HESIO DE ALBUQUERQUE CORDEIRO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Nº 469, de 6 de julho de 2007. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007.

## ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

### PORTARIA Nº 738, DE 5 DE JULHO DE 2007

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO - SUBSTITUTO**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Advogado-Geral da União nos termos da Portaria nº 387/AGU, de 24 de abril de 2007, e tendo em vista os resultados do concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, constantes da Portaria nº 623/AGU, de 29 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2006, Seção 1, págs. 124 a 127, retificada pela Portaria nº 841/AGU, de 6 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 8 de setembro de 2006, Seção 1, págs. 10 a 13, e atualizada pela Portaria nº 434/AGU, de 4 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2007, Seção 2, págs. 2 a 5, resolve:

Art. 1º Deferir os pedidos dos candidatos abaixo relacionados, que, aprovados no concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, solicitaram a sua colocação no final da relação dos aprovados no referido concurso:

I - VICTOR VALENCA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE (Processo nº 00404.001583/2007-28);  
II - PAULA MAIBON ZAGONEL (Processo nº 00404.001657/2007-26);  
III - JOSE DE BESSA CARVALHO FILHO (Processo nº 00404.001736/2007-37);  
IV - ISAURA CRISTINA DE OLIVEIRA LEITE (Processo nº 00404.002508/2007-84);

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPREENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA  
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de  
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração  
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA  
Coordenador de Produção

<http://www.in.gov.br> e-mail: [ouvidoria@in.gov.br](mailto:ouvidoria@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fones: 3535-9450 e 3535-9789

V - LEONARDO DE MORAES ROCHA (Processo nº 00404.006454/2007-26);  
VI - CIRO JOSÉ DE ANDRADE ARAPIRACA (Processo nº 00400.001911/2007-26);  
VII - EDUARDO DA COSTA LIMA CALDAS MACHADO (Processo nº 00400.001909/2007-57);  
VIII - MAIANA ALVES PESSOA (Processo nº 00400.001919/2007-92);  
IX - LINCOLN NOLASCO (Processo nº 00400.001910/2007-81);  
X - RENATO ELIAS LEITE (Processo nº 00400.001912/2007-71);  
XI - DANILO FELIX LOUZA LEAO (Processo nº 00404.006506/2007-64);  
XII - MICHEL ALEM NETO (Processo nº 00400.001702/2007-82);  
XIII - MARCO TULIO REIS MAGALHAES (Processo nº 00400.001916/2007-59);  
XIV - ANDRE DOUMID BORGES (Processo nº 00404.006213/2007-87);  
XV - DANIEL THIAGO FRANÇA FARIA (Processo nº 00400.001913/2007-15);  
XVI - ANA CRISTINA ADAD ALENCAR (Processo nº 00404.006504/2007-75);  
XVII - DANIEL DE SABOIA XAVIER (Processo nº 00404.006214/2007-21);  
XVIII - ALINE PAULO SERVIO DE SOUSA (Processo nº 00404.006451/2007-92);  
XIX - FERNANDO HENRIQUE CORRÊA CUSTODIO (Processo nº 00404.006004/2007-33);  
XX - VICTOR GONCALVES ROMEU (Processo nº 00404.005292/2007-17);  
XXI - ALUIZIO BORGES DE CARVALHO NETO (Processo nº 00404.006540/2007-39);  
XXII - SANDRO LEONARDO SOARES (Processo nº 00404.006507/2007-17);  
XXIII - MARCO ANTONIO CARDOSO SILVA (Processo nº 00404.006005/2007-88);  
XXIV - RICARDO BALBINO DE SOUZA (Processo nº 00404.006535/2007-26);  
XXV - WELBIO COELHO SILVA (Processo nº 00404.006450/2007-48);  
XXVI - FERNANDA MARTINS BARBOSA GAMBA ROCHA DINIZ (Processo nº 00404.006006/2007-22);  
XXVII - ROBERTA PARREIRA NOBREGA E MENDONÇA (Processo nº 00400.001914/2007-60);  
XXVIII - RODRIGO THOMAZ VICTOR (Processo nº 00400.001915/2007-12);  
XXIX - HERMAN ARAUJO RESENDE (Processo nº 00400.001917/2007-01).

Parágrafo único Os candidatos terão os seus nomes inseridos na relação de que trata a Portaria nº 1004/AGU, de 30 de outubro de 2006, observada a classificação final no certame.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO COSTA GAMA

## SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 6 DE JULHO DE 2007

O **SECRETÁRIO ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, no Art. 5º do Decreto nº 4.810, de 19 de agosto de 2003, no Decreto nº 5.907, de 27 de setembro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00350.003543/2006-11; e Considerando as Responsabilidades do Brasil como Signatário do Código de Conduta para uma Pesca Responsável (FAO, 1995);

Considerando as responsabilidades do Brasil no combate a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e Águas Internacionais Adjacentes;

Considerando a responsabilidade do Brasil como País de Porto, no combate a atividades internacionais de pesca ilegal e contrabando de pescado;

Considerando as responsabilidades do Brasil para implementação dos dispositivos do Acordo nº 126 da Organização Internacional do Trabalho (OIT-1966), sobre Alojamento da Tripulação a Bordo dos Navios de Pesca, ratificada pelo Brasil em 12 de abril de 1994, estando em vigor no país desde 12 de abril de 1995, promulgada pelo Decreto nº 2.420 de 16 de dezembro de 1997;

Considerando as responsabilidades do Brasil para implementação dos dispositivos da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (Protocolo MARPOL 73/78), promulgada pelo Decreto nº 2.508 de 04 de março de 1998;

Considerando as responsabilidades do Brasil para implementação dos dispositivos da *Convenção* sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, promulgada pelo Decreto nº 87.566 de 16 de setembro de 1982, e da Lei nº 9.966 de 28 de abril de 2000.

Considerando o que consta na Lei nº 11.380, de 1 de dezembro de 2006, que institui o Registro Temporário Brasileiro - RTB para embarcações estrangeiras de pesca, arrendadas ou afretadas a casco nu.

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I DA APLICAÇÃO

Art. 1º Estabelecer as normas e procedimentos complementares de acesso à política de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca, bem como princípios e condições para a realização das operações de pesca a serem exercidas, independentemente da modalidade de arrendamento adotada.

#### CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Arrendamento pleno: modalidade de arrendamento no qual o arrendatário recebe a embarcação do arrendante já armada e tripulada na forma da legislação brasileira em vigor, desde que autorizado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR;

II - Arrendamento a casco nu: ou com suspensão temporária de bandeira. Modalidade de arrendamento no qual o arrendatário tem a posse, o uso e o controle da embarcação, por tempo determinado, incluindo o direito de designar o comandante e a tripulação, obedecendo à norma específica;

III - Arrendante: pessoa jurídica com sede fora do Brasil, proprietária da embarcação objeto do contrato de arrendamento;

IV - Arrendatário: empresa ou cooperativa de pesca com sede no Brasil, devidamente inscrita no Registro Geral da Pesca - RGP na categoria de Indústria Pesqueira, conforme disposto na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

V - Contrato de Arrendamento: contrato firmado entre pessoas jurídicas, na qual o arrendante cede a embarcação ao arrendatário da embarcação, por prazo determinado e renda convencional, estabelecendo os direitos e deveres de cada uma das partes;

VI - Cruzeiro de Pesca: viagem de embarcação pesqueira que diretamente esteja engajada em operações de pesca. A duração do cruzeiro de pesca inicia com a partida da embarcação armada, devidamente despachada pela Autoridade Marítima e encerra-se com o seu retorno, condicionado à descarga total do pescado;

VII - Descarte: parte da captura (organismos marinhos ou partes desses) que, por ter pouco ou nenhum valor econômico, e/ou por restrições legais quanto à sua captura, é devolvida ao mar durante as operações de pesca;

VIII - Embarcação estrangeira de pesca: barco devidamente registrado junto às autoridades marítima e/ou pesqueira de seu país de origem e que se dedica exclusivamente à captura, ao processamento ou ao beneficiamento do pescado, com finalidade comercial;

IX - Sistema de Rastreamento: conjunto de equipamentos e serviços necessários para o acompanhamento remoto das embarcações pesqueiras, conforme disposto na Instrução Normativa Conjunta SEAP/PR/MMA/MB, de nº 02, de 04 de setembro de 2006, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e da Marinha do Brasil;

X - Observador de Bordo: profissional não tripulante devidamente capacitado e habilitado no âmbito do Programa Nacional de Observadores de Bordo - PROBORDO, indicado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, para acompanhar as pescarias de que trata esta Instrução Normativa, na condição de agente do Estado Brasileiro, conforme disposto na Instrução Normativa Conjunta SEAP/PR/MMA nº 01, de 29 de setembro de 2006, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente;

XI - Plataforma Continental: definida de acordo com a Lei nº 8.617, de 04 de janeiro de 1993, compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem como o prolongamento natural do território terrestre até o bordo exterior da margem continental, ou até a distância de duzentas milhas náuticas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do Mar Territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.

a) O limite exterior da Plataforma Continental, fixado em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Montego Bay, em 10 de dezembro de 1982), poderá alcançar a distância de até 350 milhas náuticas da costa; e





b) O Brasil exercerá direitos de soberania sobre a Plataforma Continental, que se estende além da Zona Econômica Exclusiva, para efeitos de exploração dos recursos naturais vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, àquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo, ou que só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo.

XII - Recursos Pesqueiros: espécies aquáticas vivas, com definido interesse econômico no âmbito da atividade pesqueira, passíveis de exploração comercial e para as quais já existe mercado definido ou potencial;

XIII - RGP: Registro Geral da Pesca, conforme disposto na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 03, de 2004;

XIV - Responsável Legal: Responsável pela embarcação e pelo seu uso, podendo ser o proprietário, armador ou arrendatário; e

XV - Zona Econômica Exclusiva: De acordo com os arts. 6º e 7º da Lei n.º 8.617, de 04 de janeiro de 1993, a Zona Econômica Exclusiva Brasileira (ZEE) compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do Mar Territorial.

XVI - Pescarias constituídas: aquelas que apresentam uma frota definida em atuação, e cujo ordenamento ou plano de gestão já encontra formulado oficialmente, ou em formulação.

CAPÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º Os contratos de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca somente poderão ser celebrados por empresa ou cooperativa de pesca brasileiras, devidamente inscritas no RGP na categoria de Indústria Pesqueira, conforme disposto na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 03, de 2004.

§ 1º A embarcação, objeto do contrato de arrendamento, deverá estar devidamente registrada junto às autoridades marítima e pesqueira de seu país de origem.

§ 2º Não será permitido o acesso à política de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca que se encontrem registradas nas listas de embarcações supostamente envolvidas em pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, publicadas por entidades regionais ou internacionais de gestão da pesca.

§ 3º Não será permitido o acesso à política de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca que tenham histórico de cancelamento de Permissão de Pesca no Brasil, devido a envolvimento em ocorrências ou registros de operações irregulares, durante execução anterior de contrato de arrendamento, mesmo que não constem nas listas internacionais pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

CAPÍTULO IV  
DAS FINALIDADES DA POLÍTICA DE ARRENDAMENTO

Art. 4º O arrendamento de embarcação estrangeira de pesca por empresa ou cooperativa de pesca brasileira é considerado instrumento temporário da política de desenvolvimento da pesca nacional, visando propiciar os seguintes benefícios:

I - aumento da oferta de pescado no mercado interno e geração de divisas;

II - aperfeiçoamento de mão-de-obra e geração de empregos no setor pesqueiro nacional;

III - ocupação racional e sustentável da Zona Econômica Exclusiva brasileira;

IV - estímulo à formação de uma frota oceânica nacional, capaz de operar em águas profundas com o emprego de equipamentos que incorporem modernas tecnologias;

V - expansão e consolidação de empreendimentos pesqueiros;

VI - fornecimento de subsídios para o aprofundamento de conhecimentos dos recursos vivos existentes na Plataforma Continental e na Zona Econômica Exclusiva brasileira; e

VII - aproveitamento sustentável de recursos pesqueiros em águas internacionais.

Art. 5º O acesso à política de arrendamento de que trata esta Instrução Normativa encerra-se no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Decreto nº 5.907, de 27 de setembro de 2006.

CAPÍTULO V  
DOS PROCEDIMENTOS PARA O REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE ARRENDAMENTO, PERMISSÃO DE PESCA E REGISTRO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA DE PESCA

Art. 6º Os pedidos de Autorização para Arrendamento de embarcação estrangeira de pesca, conforme roteiro constante do Anexo I desta Instrução Normativa, deverão ser apresentados em uma via a ser protocolada na forma do disposto em Edital Público de Convocação desta SEAP/PR, sem prejuízo dos demais procedimentos dispostos na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 03, de 2004.

§ 1º O pedido de Autorização para Arrendamento de Embarcação Estrangeira de Pesca deverá conter informações que permitam a avaliação dos benefícios previstos no art. 4º desta Instrução Normativa.

§ 2º A empresa ou cooperativa de pesca requerente da Autorização de Arrendamento deverá comprovar e satisfazer:

I - experiência na atividade pesqueira;

II - capacidade jurídica, administrativa e financeira;

III - regularidade fiscal; e

IV - As condições definidas em Edital Público de Convocação e em legislação específica para as atividades de pesca nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e Águas Internacionais.

§ 3º Outros critérios e procedimentos administrativos complementares relativos à apresentação dos pedidos de Autorização para Arrendamento de Embarcação Estrangeira de Pesca, além dos estabelecidos no Anexo I, serão estabelecidos no Edital de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 7º Os pedidos de Autorização de Arrendamento de que trata esta Instrução Normativa serão analisados quanto à adequação aos critérios estabelecidos em Edital Público de Convocação pela Comissão Permanente de Avaliação de Arrendamento - CAAR, criada por ato da SEAP/PR;

Art. 8º Caso o número de requerimentos seja superior ao número de autorizações de arrendamento disponibilizadas em Edital Público de Convocação, serão adotados prioritariamente, os seguintes critérios de seleção:

I - for apresentado por cooperativa de pesca devidamente constituída;

II - for apresentado por empresa ou cooperativa de pesca com maior tempo de constituição jurídica;

III - apresentar termo de compromisso oficializando a utilização de dispositivos e equipamento que visem à redução da captura incidental de aves, mamíferos, répteis e tubarões, além daqueles exigidos em normas específicas, detalhando todos os equipamentos que serão utilizados;

IV - apresentar embarcação pesqueira mais nova, com relação à idade apresentada no certificado de registro, ou que tiver sofrido reforma completa, ou reconstrução em menor tempo, comprovada por declaração ou certificado da autoridade marítima do país de bandeira;

V - apresentar o maior índice de participação de brasileiros na tripulação;

VI - apresentar proposta de responsabilidade social, apresentando obrigatoriamente declaração ou atestado de adesão e vinculação oficial ao Programa de Segurança Alimentar - Fome Zero, particularmente em termos de doação de pescado; e

VII - apresentar maior participação da empresa ou cooperativa de pesca arrendatária nos lucros, estabelecida em cláusula no contrato de arrendamento.

Parágrafo único. A SEAP/PR poderá elaborar e aplicar critérios adicionais para a seleção de pedidos de autorização de arrendamento, a serem definidos em Edital Público de Convocação.

Art. 9º Caberá à Comissão Permanente de Avaliação de Arrendamento - CAAR da SEAP/PR divulgar, em prazo estabelecido em Edital Público de Convocação, a relação dos pedidos de autorização inscritos e deferidos.

Art. 10º Caberá a Subsecretaria de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca da SEAP/PR publicar as Portarias de Autorização de celebração de contrato de arrendamento das embarcações referentes aos processos deferidos pela CAAR.

Parágrafo Único. Todos os documentos solicitados em Edital Público de Convocação e nesta Instrução Normativa, deverão estar dentro do prazo de validade no momento da publicação da Portaria de que trata o *caput*.

Art. 11 A Permissão de Pesca a ser concedida pela SEAP/PR às embarcações habilitadas será aquela apresentada, delimitada e definida no Edital de Convocação, com todas as especificações previstas.

Art. 12 A SEAP/PR poderá alterar a Permissão de Pesca das embarcações estrangeiras arrendadas, em termos de área de operação ou espécies alvo, baseada em parecer técnico, recomendação ou norma emitida a partir dos Comitês Gestores de Recursos Pesqueiros oficialmente estabelecidos pela SEAP/PR, visando estabelecer a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Art. 13 A critério da SEAP/PR, esta poderá avaliar pedidos para inclusão de modalidades e espécies-alvo nas Permissões de Pesca das embarcações arrendadas, de forma especial e temporária, de caráter exploratório e prospectivo, para pesca em Águas Jurisdicionais Brasileiras ou águas internacionais, a ser submetido por empresa ou cooperativa de pesca arrendatária brasileira, nos casos de não haver óbice estabelecida no contrato de arrendamento firmado entre o arrendante e arrendatário, e apresentar consonância com as medidas de ordenamento pesqueiro nacional.

§ 1º As Permissões de que trata o *caput* terão tempo de validade máximo de 6 (seis) meses contados após a emissão, e não poderão ser emitidas para recursos com pescarias constituídas.

§ 2º Os resultados da prospeção ou exploração de recursos de que trata o *caput*, deverá ser apresentado a SEAP/PR na forma de relatório, e será apresentado e discutido junto aos Comitês Permanentes de Gestão de Recursos Pesqueiros coordenados pela SEAP/PR.

CAPÍTULO VI  
DAS OPERAÇÕES DE PESCA

Art. 14 A empresa ou cooperativa de pesca arrendatária, habilitada no Edital de convocação, fica obrigada para iniciar as operações de pesca a:

I - Obter a inscrição temporária da embarcação junto à Autoridade Marítima, mediante apresentação da Autorização de Arrendamento concedida pela SEAP/PR e de outros documentos previstos em legislação específica;

II - Obter o Registro da Embarcação e a Permissão de Pesca junto à Coordenação Geral de Ordenamento, Registro, Cadastro e Licença da Diretoria de Ordenamento, Controle e Estatística da Aquicultura e Pesca - COREG/DICAP da SEAP/PR, mediante a apresentação obrigatória de:

a) Atestado de Inscrição Temporária - AIT da embarcação emitido pela Autoridade Marítima;

b) Termo de inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), acusando normalidade para realização das operações;

c) Termo de inspeção da Divisão de Inspeção de Pescado e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DIPES/DIPOA/SDA/MAPA), quando aplicável, acusando normalidade para realização das operações;

d) Termo de inspeção dos petrechos e equipamentos de pesca utilizados pela embarcação, emitido pelo IBAMA-MMA, comprovando a conformidade com as normas brasileiras;

e) Declaração de anuência da autoridade pesqueira do país de bandeira da embarcação;

f) Cronograma anual de cruzeiros de pesca a serem realizados pela embarcação, informando a data mais provável de início, bem como o porto de embarque e desembarque da embarcação;

g) Programa e cronograma de capacitação de tripulantes brasileiros na forma de cursos, incluindo aulas teóricas relativas aos temas estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa;

h) Apresentar comprovação da contratação de trabalhadores brasileiros, em número correspondente a 2/3 da tripulação, excluindo o Observador de Bordo da contagem;

i) Outros documentos previstos na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 03, de 2004, ou que venham a ser exigidos por entendimento da SEAP/PR, a qualquer tempo.

Art. 15 A empresa ou cooperativa de pesca arrendatária, fica obrigada as seguintes condições para o exercício regular das atividades de pesca:

I - Manter a bordo da embarcação, sem ônus para a União, Observador de Bordo, credenciado no âmbito do Programa Nacional de Observadores de Bordo - PROBORDO, indicado pela SEAP/PR, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEAP/PR/MMA n.º 01, de 2006.

II - Utilizar equipamentos de rastreamento por satélite na embarcação que permitam o acompanhamento, em tempo real e de forma automática, de sua posição geográfica, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEAP/PR/MMA/MB n.º 02, de 2006.

III - Manter condições adequadas para a acomodação e o trabalho da tripulação, de acordo com as normas pertinentes da Autoridade Marítima e dos órgãos públicos competentes, bem como de acordo com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT, em especial o Acordo para Alojamento da Tripulação nº 126 de 1967;

IV - Manter as condições sanitárias a bordo compatíveis com as normas exigidas pelo DIPES/DIPOA/SDA/MAPA, e Vigilância Sanitária;

V - Exercer as operações pesqueiras de modo a assegurar o aproveitamento sustentável dos recursos vivos marinhos das zonas de pesca;

VI - Entregar os Mapas de Bordo ao final de cada viagem ou semanalmente, responsabilizando-se pela veracidade das informações neles registradas, conforme disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 26, de 19 de julho de 2005;

VII - Entregar semestralmente a SEAP/PR relatórios de produção contendo informações sobre o total capturado, em quilos, por espécie e por embarcação estrangeira arrendada, responsabilizando-se pela veracidade das informações neles registradas;

VIII- Encaminhar à SEA/PR cópia do Passe de Saída da embarcação, sempre que emitido pela Autoridade Marítima, quando a embarcação deixar temporariamente ou permanentemente as águas sob jurisdição brasileiras.

IX - Apresentar à SEAP/PR, regularmente, todas as cópias das declarações de despacho aduaneiro referentes às operações de exportação de pescado;

X - Indicar pescadores brasileiros com vínculo empregatício na empresa ou cooperativa de pesca arrendatária para participarem dos cursos de capacitação a serem promovidos e/ou indicados pela SEAP/PR, quando solicitado.

XI - Cumprir todos os dispositivos legais e medidas de ordenamento estabelecidas para a modalidade de pesca, ou diretamente estabelecidas pela SEAP/PR como restrições na Permissão de Pesca.

Art. 16 Não será tolerado o descarte de quaisquer espécies de pescado propícias ao consumo humano.

§ 1º O pescado de que trata o *caput* deverá ser objeto de doação para instituições beneficentes sem fins lucrativos, conforme legislação vigente.

§ 2º É de responsabilidade da empresa ou cooperativa de pesca arrendante manter a bordo o pescado a ser doado sob condições satisfatórias de conservação.

Art. 17 Os resíduos sólidos não-biodegradáveis deverão ser armazenados a bordo das embarcações permissionadas, para posterior destinação adequada em terra.

## CAPÍTULO VII

### DA VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO DO ARRENDAMENTO

Art. 18 A Autorização para Arrendamento de Embarcação Estrangeira de Pesca terá o prazo máximo de até 2 (dois) anos.

§ 1º O prazo de vigência da Autorização inicia-se na data da emissão do termo de vistoria pela Autoridade Marítima.

§ 2º A Autorização será considerada sem efeito quando:

I - no prazo de 6 (seis) meses da data de sua publicação no Diário Oficial da União não se efetivarem as vistorias na embarcação, de que trata o inciso II do art. 13;

II - no prazo de 2 (dois) meses após a emissão do Certificado de Registro da embarcação, não se efetivar o início das operações de pesca.

## CAPÍTULO VIII

### DA PRORROGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA DE PESCA

Art. 19 O prazo de vigência da autorização de arrendamento de embarcação estrangeira de pesca poderá ser prorrogado uma única vez por tempo não superior a 2 (dois) anos, a critério da SEAP/PR, observado o disposto no Art. 4º desta Instrução Normativa.

Art. 20 O pedido de prorrogação da Autorização de Arrendamento, conforme modelo constante do Anexo II desta Instrução Normativa, deverá ser protocolado nos Escritórios Estaduais desta SEAP/PR, com antecedência mínima de 90 (noventa dias), contados a partir da data do vencimento da Autorização.

§ 1º A SEAP/PR poderá requisitar documentação complementar para comprovação do atendimento aos benefícios previstos no Art 4º desta Instrução Normativa.

§ 2º Os pedidos de prorrogação, após protocolados no Escritório Estadual da SEAP/PR, deverão ser encaminhados à Subsecretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca da SEAP/PR para conferência documental e análise, e renovação da Permissão Prévia de Pesca.

§ 3º O prazo da prorrogação da autorização será contado a partir da emissão do novo Termo de Vistoria da embarcação pela Autoridade Marítima.

### CAPÍTULO IX DA SUBSTITUIÇÃO DA EMBARCAÇÃO PESQUEIRA ARRENDADA E ALTERAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DA EMBARCAÇÃO

Art. 21 A embarcação pesqueira arrendada na forma desta Instrução Normativa poderá ser substituída desde que o proprietário da embarcação substituída seja o mesmo proprietário da embarcação substituída, devendo a nova embarcação possuir características similares a anterior, e que respeitem os critérios estabelecidos em Edital Público de Convocação, quando da autorização do arrendamento, de forma compatível às da embarcação substituída.

§ 1º. A arrendatária poderá apresentar a qualquer momento requerimento de substituição direcionado a Subsecretaria de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca, justificando o motivo da substituição, acompanhado de novo contrato ou re-ratificação do contrato original de arrendamento e de novo roteiro, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A Autorização de arrendamento da embarcação substituída será considerada sem efeito quando não observados os prazos estabelecidos pelos Incisos I e II do Parágrafo 2º do Artigo 1, desta Instrução Normativa.

Art. 22 Com base nos relatórios de Observadores de Bordo e de vistorias realizadas por órgãos governamentais, a SEAP/PR poderá solicitar a substituição da embarcação estrangeira arrendada, nos moldes previstos nesta Instrução Normativa, com vistas a garantir o cumprimento das normas ambientais, marítimas, trabalhistas e sanitárias brasileiras.

Art. 23 Nos casos de necessidade de alteração de proprietário da embarcação estrangeira arrendada no Brasil, deverá ser apresentada à SEAP/PR a solicitação de alteração de nome do proprietário da embarcação na Portaria de Autorização do Arrendamento, acompanhada dos documentos, referentes à nova proprietária, solicitados em Edital Público de Convocação quando da autorização de arrendamento da embarcação.

§ 1º A SEAP/PR poderá solicitar outros documentos para o processo de análise e manifestação sobre o pedido de que trata o *caput* desse artigo, ficando a critério da mesma o deferimento do pleito.

§ 2º Independentemente da mudança do proprietário da embarcação, o prazo máximo de até 2 (dois) anos de vigência da autorização de arrendamento da embarcação estrangeira continua sendo contado a partir da data da primeira vistoria que a embarcação for submetida.

## CAPÍTULO X

### DAS SANÇÕES

Art. 24 Poderão ser suspensas ou canceladas pela SEAP/PR, sem indenização a qualquer título, as Autorizações de Arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca cujos arrendatários descumpriam o disposto nesta Instrução Normativa, destacando-se os seguintes aspectos:

I - não requererem o Registro da Embarcação junto aos Escritórios Estaduais da SEAP/PR, conforme disposto na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 03, de 2004, operando a embarcação sem Permissão de Pesca;

II - iniciarem cruzeiro de pesca sem a presença de Observador de Bordo, observadas as restrições e condições estabelecidas na Instrução Normativa Conjunta SEAP/PR/MMA n.º 01, de 2006;

III - iniciarem cruzeiro de pesca sem o perfeito equipamento ou sistema de rastreamento, apresentando anormalidades de funcionamento, resultando em irregularidades no recebimento das informações obrigatórias pela Central de Rastreamento, observadas as restrições e condições estabelecidas na Instrução Normativa Interministerial SEAP/PR/MMA/MB n.º 02, de 2006;

IV - não entregarem os Mapas de Bordo devidamente preenchidos, conforme disposto na Instrução Normativa Interministerial SEAP/PR/MMA n.º 26, de 19 de julho de 2005, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente;

V - não entregarem os relatórios de produção semestral à SEAP/PR;

VI - não apresentar cronograma anual dos cruzeiros de pesca da embarcação estrangeira arrendada à SEAP/PR;

VII - não apresentar, quando solicitadas oficialmente, as cópias das declarações de despacho aduaneiro referentes às operações de exportação de pescado;

VIII - não apresentar à SEAP/PR programa e cronograma de capacitação de tripulantes brasileiros na forma de cursos, incluindo aulas teóricas relativas aos temas estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa;

IX - não indicar tripulantes brasileiros com vínculo empregatício na empresa ou cooperativa de pesca arrendatária para participarem dos cursos de capacitação a serem promovidos e/ou indicados pela SEAP/PR, quando solicitado.

IX - quando constatada infração a qualquer outra norma aplicável;

X - por distrato das condições estabelecidas no contrato de arrendamento; e

XI - outras faltas julgadas pertinentes pela SEAP/PR;

§ 1º O descumprimento do disposto nos incisos I, II e III deste artigo caracterizará o cruzeiro de pesca como irregular e implicará na apreensão e doação pela autoridade competente, na forma prevista em legislação, da totalidade da produção pesqueira no momento da descarga, estando os infratores sujeitos a aplicação das penalidades previstas em lei.

§ 2º Os pedidos de cancelamentos ou suspensões das autorizações de arrendamento de embarcação estrangeira de pesca de que trata este artigo serão efetivados mediante solicitação expressa e justificada de órgão responsável pela fiscalização da pesca, ou a critério da SEAP/PR, por meio de ato da Subsecretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca.

§ 3º Os pedidos de que trata o parágrafo 2º deste artigo serão julgados pela SEAP/PR.

§ 4º Os Representantes Legais da empresa arrendatária são responsáveis pelas operações de pesca, e responderão solidariamente com os patrões de pesca ou mestres de pesca, pela execução de infrações às normas vigentes de ordenamento das pescarias.

Art. 25 Aos infratores das normas disciplinadas pela presente Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades previstas no art. 299 do Decreto Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940; na Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; no Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967; no Decreto n.º 4.810, de 19 de agosto de 2003; no art. 56 do Decreto n.º 3.179, de 21 de setembro de 1999; no Decreto n.º 5.523 de 25 de agosto de 2005, sem prejuízo de outras cominações legais.

## CAPÍTULO XI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 A empresa ou cooperativa de pesca, beneficiada com autorização de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca, garantirá o livre acesso de representante ou mandatário de órgãos públicos competentes às suas dependências e embarcações e aos seus registros contábeis para fiscalização, avaliação e pesquisa.

Art. 27 Fica revogada a Instrução Normativa SEAP/PR n.º 4, de 08 de outubro de 2003, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

Art. 28 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALTEMIR GREGOLIN

## ANEXO I

### ROTEIRO DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ARRENDAMENTO PLENO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA ESTRANGEIRAS.

O pedido, na forma de ofício de requerimento de Autorização para Arrendamento de Embarcação Pesqueira, deverá ser protocolado na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, e encaminhado para a Subsecretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", CEP 70043-900, Brasília - DF, com as seguintes informações:

I - SOBRE A ARRENDATÁRIA (Empresa ou Cooperativa brasileira de pesca):

1. Descrever sumariamente o histórico da entidade e informar as atividades pesqueiras realizadas atualmente;

2. Razão social, endereço, CEP, telefone, fax, endereço eletrônico;

3. Cópia do Certificado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

4. Cópia do Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal;

5. Cópia da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal;

6. Cópia da Certidão Negativa de Débito expedida pela Previdência Social;

7. Cópia da Certidão Negativa de Débito expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - Ibama;

8. Cópia de declaração de nada consta expedida pela Agência, Delegacia ou Capitania dos Portos da localidade onde a empresa ou cooperativa de pesca encontra-se registrada como Indústria de Pesca;

9. Cópia do contrato social e suas alterações;

10. Cópia do Certificado de Registro como Indústria Pesqueira;

11. Declaração de compromisso em fornecer subsídios técnicos gerados pelo empreendimento visando o aprofundamento do conhecimento para a gestão dos recursos pesqueiros explorados;

12. Declaração de compromisso em fornecer mensalmente a SEAP/PR relatórios de produção contendo informações sobre o total capturado, em quilos, por espécie e por embarcação estrangeira arrendada;

13. Declaração de compromisso de entrega de um cronograma anual de cruzeiros de pesca a serem realizados pela embarcação, informando a data mais provável de início, bem como o porto de embarque e desembarque da embarcação, no caso de deferimento do pedido de autorização apresentado;

14. Declaração de compromisso de contratação do percentual de 2/3 de trabalhadores brasileiros, de acordo com o art. n.º 352 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho; e Resolução Normativa n.º 59/2004 do Conselho Nacional de Imigração, o qual deve ser verificado no prazo máximo da conclusão do programa de capacitação, a ser apresentado. O Observador de Bordo não será incluído para cálculo dos trabalhadores brasileiros;

15. Declaração de compromisso de apresentação de cópias das declarações de despacho aduaneiro referentes às operações de exportação de pescado, quando solicitado pela SEAP/PR;

16. Declaração de compromisso de indicação de pescadores brasileiros com vínculo empregatício na empresa ou cooperativa de pesca arrendatária para participarem dos cursos de capacitação a serem promovidos e/ou indicados pela SEAP/PR, quando solicitado;

17. Declaração, no caso de embarcações com arqueação bruta superior a 75, de concordância total das instalações da embarcação com o estabelecido pela Convenção n.º 126 da Organização Internacional do Trabalho (OIT-1966), sobre Alojamento da Tripulação a Bordo dos Navios de Pesca, ratificada pelo Brasil em 12 de abril de 1994 e integralmente promulgada pelo Decreto n.º 2.420, de 16 de dezembro de 1997;





18. Relação das embarcações nacionais e estrangeiras arrendadas sob sua responsabilidade;

19. Declaração de cumprimento da legislação trabalhista brasileira e suas alterações, as normas infra-legais que dispõem sobre as relações e condições de trabalho, segurança e saúde, além das determinações emanadas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) a qualquer tempo em que forem editadas; e

20. Informar quais as ações de responsabilidade social e ambiental a empresa ou cooperativa de pesca está envolvida.

II - SOBRE A EMPRESA ARRENDANTE:

1. Razão Social, endereço completo, telefone, fax, endereço eletrônico;

2. Descrever sumariamente o histórico da empresa e informar as atividades pesqueiras realizadas atualmente.

III- SOBRE A EMBARCAÇÃO A SER ARRENDADA:

1. Nome da embarcação;

2. Cópia traduzida do registro da embarcação na autoridade marítima do país de bandeira, onde conste o nome do proprietário da embarcação;

3. Cópia traduzida do registro da embarcação na autoridade pesqueira do país de bandeira;

4. Ano de construção e comprovação de reforma total, se aplicável;

5. Cópia traduzida da licença da estação-rádio da embarcação, com código de chamada de rádio;

6. Características gerais da embarcação: medidas básicas, material do casco, descrição dos motores, autonomia, capacidade de carga e de estocagem de pescado, descrição do sistema de congelamento/refrigeração, descrição do sistema do beneficiamento/industrialização, câmaras para estocagem de pescado ou produtos, acomodações para tripulação, etc;

7. Apresentar planta baixa de arranjo do convés com a disposição situação dos equipamentos de pesca;

8. Apresentar fotos da embarcação, em detalhe, nas seguintes visadas: popa, proa, bombordo, estibordo, e fotos das acomodações para a tripulação, e Observador de Bordo quando houver, e banheiro;

IV - SOBRE OS MÉTODOS E EQUIPAMENTOS DE PESCA:

1. Descrever os equipamentos de pesca e auxiliares a serem utilizados nas operações da embarcação estrangeira arrendada (configurações e material);

2. Descrever o método de pesca a ser empregado, incluindo informações sobre as operações de lançamento e recolhimento dos equipamentos;

3. Descrever os dispositivos e equipamentos de redução de captura de aves, mamíferos, répteis e tubarões;

V - SOBRE A TRIPULAÇÃO:

1. Informar o número de tripulantes da embarcação de acordo com as funções que desempenharão a bordo, assinalando os estrangeiros e brasileiros;

2. Apresentar cronograma e programa detalhado para treinamento dos tripulantes brasileiros, conforme especificações mínimas estabelecidas no Anexo III desta Instrução Normativa.

VI - SOBRE AS OPERAÇÕES DE PESCA

1. Apresentar estimativa do número de viagens a serem realizadas por ano, duração média das viagens e dos lances de pesca;

2. Apresentar estimativa da produção por viagem, por espécies principais, informando que tipo de tratamento ou benefício será dado a bordo e em terra;

3. Informar em que portos nacionais pretende-se operar a embarcação (nacionais/estrangeiros).

VII - SOBRE OS ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E DE COMERCIALIZAÇÃO:

1. Informar os destinos previstos para o pescado, se mercado interno ou exportação (informar prováveis países compradores);

2. Estimar a contribuição que o empreendimento trará para a economia do país em termos de geração de divisas e empregos;

3. Estimar quanto dos investimentos financeiros totais serão realizados dentro do país, com o empreendimento, e informar em quais ações.

VIII - MINUTA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO (pleno ou a casco nu)

1. Na solicitação de pedido de autorização para celebração inicial de contrato de arrendamento, apresentar cópia da proposta (minuta) do referido Contrato de Arrendamento, redigido em português;

2. A proposta de contrato de arrendamento deverá atender ao disposto no Decreto n.º 4.810, de 19 de agosto de 2003, e à seguinte orientação:

TÍTULO

Contrato de Arrendamento (pleno ou a casco nu) da embarcação (especificar: nome e nacionalidade da embarcação) para a pesca de (especificar o tipo de pescaria, conforme modalidade pleiteada em Edital Público de Convocação).

DAS PARTES

Esta cláusula deverá conter informações sobre as partes contratantes, quais sejam: tipo de sociedade, registro, sede social, apresentação legal, constituição do capital e respectivos registros. Informações detalhadas sobre as partes contratantes deverão ser apresentadas no pedido de arrendamento.

DO OBJETO

Indicar o nome da embarcação e tipo de pescaria a ser exercida durante o arrendamento, definindo-se a responsabilidade das partes por sinistros ou avarias de qualquer natureza que possam ocorrer com os barcos e com a tripulação, seja no mar ou no porto, bem como a quem concerne a conservação, manutenção dos barcos e de seus equipamentos.

DO ARRENDAMENTO

Especificar prazo de duração (vigência inicial), bem como as condições de implementação do arrendamento após a autorização concedida pela SEAP/PR, estabelecendo que a vigência do arrendamento da embarcação inicia-se a partir da data de emissão do termo de vistoria expedido pela Autoridade Marítima.

Descrever, em detalhes, o custo fixo mensal, a partilha de despesas e lucros líquidos entre a arrendante e a arrendatária, a participação percentual no valor do pescado faturado, especificando quais as despesas a serem pagas pela arrendante e pela arrendatária (administração, pagamento dos tripulantes estrangeiros e nacionais, seguro da embarcação e outros).

Especificar a moeda de pagamento do arrendamento;

Estabelecer que o custo do arrendamento nunca poderá exceder o valor líquido das capturas realizadas;

Indicar as condições de dissolução contratual, sujeitando as partes aos efeitos ajustados, estabelecendo que o contrato fica rescindido se, no prazo limite de 6 meses da data da autorização governamental, não se efetivar a vistoria da embarcação.

DAS TRIPULAÇÕES

Estabelecer que será observada, na composição das tripulações, a proporcionalidade de brasileiros prevista na Consolidação das Leis do Trabalho ou autorizada pelos órgãos competentes;

Estabelecer que serão proporcionados aos tripulantes brasileiros tratamento adequado para o trabalho dos mesmos (alimentação, facilidade de comunicação e outros), assim como oportunidades para treinamento;

Indicar as responsabilidades das partes pelos encargos trabalhistas, sociais e previdenciários contraídos com os tripulantes nacionais e estrangeiros.

DA CAPTURA

Indicar a possibilidade da produção poder desembarcar em portos de países que mantenham acordos ou convênios de pesca com o Brasil que permitam tais operações, mediante prévia autorização da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca nos termos do art. 11 do Decreto nº 4.810, de 19 de agosto de 2003.

ANEXO II

ROTEIRO PARA PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA PARA PESCA

O pedido deve ser dirigido a Subsecretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República por meio dos Escritórios Estaduais da SEAP, com as seguintes informações:

I - Sobre as Partes Contratantes:

1. Informar se houve qualquer alteração na constituição da empresa ou cooperativa de pesca arrendatária e/ou arrendante em relação ao pedido inicial.

II - Aspectos técnico-operacionais e econômico-financeiros:

1. Relatório sucinto especificando os resultados produtivos, econômico-financeiro-sociais, obtidos durante o período inicial do arrendamento (produção por espécie, comercialização no mercado interno e externo, quantidade e valor), despesas realizadas no país e no exterior (remessa de lucros), geração de empregos diretos e indiretos;

2. Resultado do programa de treinamento de tripulantes brasileiros a bordo da embarcação arrendada e avaliação do aprendizado das tecnologias utilizadas, nomeando e quantificando os tripulantes treinados.

3. Cópia autenticada das guias de exportação emitidas pela Receita Federal referentes ao produto da pesca da embarcação (confirmar se é este o termo ou se é a declaração de despacho)

III - Documentação:

1. Cópia autenticada das alterações dos atos constitutivos da empresa ou cooperativa de pesca arrendatária, se houver;

2. Cópia do termo aditivo ao contrato de arrendamento referente à sua renovação;

3. Cópia das certidões negativas de débitos relacionadas no Anexo I desta Instrução Normativa, dentro do prazo de validade.

4.Cópia autenticada dos recibos de entrega de mapas de Bordo referentes a todos os cruzeiros de pesca realizados durante a vigência do contrato de arrendamento, nos moldes da Instrução Normativa Interministerial MMA e SEAP/PR nº26/2005.

ANEXO III

PROGRAMA DE TREINAMENTO DE TRIPULANTES BRASILEIROS

METAS E DIRETRIZES

Duração Máxima Prevista:

• 3 (três) meses, contado a partir do início das operações de pesca da embarcação?

Metas:

• Atingimento ao final de 6 meses de 100% da tripulação de brasileiros capacitada;

Programa Mínimo dos Cursos: Carga Horária Mínima:

- Prática: 300 h
- Teórica: 40 h

Nome dos Ministrantes: Com currículo anexado.

Módulo Geral Mínimo - Teórico: Conteúdo e carga horária por módulo e tema deverão ser especificados.

- Introdução à tecnologia de pesca na modalidade pleiteada;
- Introdução a noções de administração pesqueira ;

• Educação Ambiental e comportamento da tripulação desejado com relação ao lixo gerado a bordo, e contaminação do meio ambiente marinho;

Módulo Específico Profissionalizante Mínimo - Teórico: Conteúdo e carga horária por módulo e tema deverão ser especificados.

• Funções a bordo e rotinas de trabalho da tripulação em todos os postos de trabalho da embarcação;

- Saúde e Segurança no trabalho a Bordo;
- Equipamentos de Proteção Individual;

• Procedimentos de Emergência (uso de balsas de salvatagem, práticas de combate a incêndio e primeiros socorros);

- Equipamentos de Pesca (montagem e manutenção);
- Conservação do pescado a bordo;
- Identificação de espécies de interesse;

Módulo Específico Profissionalizante Mínimo - Prático

• Fainas de pesca na embarcação pesqueira, durante cruzeiro de pesca.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 8, DE 2 DE JULHO DE 2007

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, publicada no DOU de 20 de junho de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21028.002784/2007-93, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa FUMIPHITOS TECNOLOGIA EM TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO E QUARENTENÁRIO LTDA, sob o número BR MG 299, CNPJ nº 07.693.840/0001-26, Inscrição Estadual isenta, localizada na Rua C, 180, Distrito Industrial, Várzea da Palma/MG, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Contêineres (FEC) exclusivamente com brometo de metila; b) Fumigação em Câmaras de Lona BrMe (FCL).

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade provisória por um ano, conforme § 4º do art. 1º da Instrução Normativa SDA nº 66.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO VICENTE DINIZ

**SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA**  
**PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE**  
**AGROPECUÁRIA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS**

**RESOLUÇÕES DE 4 DE JULHO DE 2007**

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Turma Especial de Julgamento sediada em Brasília/DF, ocorrida em 26/06/2007, resolve:

I - dar provimento ao(s) pedido(s) de revisão contido(s) no(s) processo(s) abaixo relacionado(s), revogando-se a(s) decisões)anteriores.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.  
Agência: JULIO DE CASTILHOS UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2175/2007 2434/2005 Luiz Paulo Pigatto  
Agência: PALMEIRA DAS MISSOES UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2176/2007 1821/2005 Sergio Renato Soares  
2177/2007 1820/2005 Silvio Fontoura Soares  
2178/2007 2278/2005 Turibio Gollub Soares  
Agência: SANTANA DO CARIRI UF: CE  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2179/2007 2751/2005 Cosmo Honorio Da Silva  
Agência: SERRITA UF: PE  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2180/2007 2941/2005 Espedito Amorim Da Silva  
Banco: BANCO DO EST. DO R.G. DO SUL S.A.  
Agência: CAMPO NOVO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2181/2007 76/2006 Luciano Cappellari  
Agência: GAURAMA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2182/2007 4032/2006 Ademir Tonin  
Agência: SANTO ANTONIO DAS MISSOES UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2183/2007 2711/2005 Nilda Elisa Da Silva Martins  
Banco: CCR COAMO LTDA  
Agência: CAMPO MOURAO UF: PR  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2184/2007 633/2006 Anildo Domingo Guadagnin  
2185/2007 637/2006 Ivair Antonio Pasqualli  
2186/2007 640/2006 Jose Mariussi  
2187/2007 643/2006 Lazaro Odezio De Sousa  
2188/2007 641/2006 Leomar Puton  
2189/2007 642/2006 Leonicio Pereira Lopes  
2190/2007 653/2006 Sidinei Antonio Manfrin  
2191/2007 652/2006 Sidnei Likes Penteado  
2192/2007 651/2006 Sidnei Likes Penteado

O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.

II - dar provimento ao(s) pedido(s) de revisão contidos nos processos abaixo relacionados.

Banco: BANCO DA AMAZONIA S.A.  
Agência: BALSAS UF: MA  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2193/2007 1980/2005 Michele Macedo Silva Dos Santos  
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.  
Agência: BALSAS UF: MA  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2194/2007 2926/2005 Deone Sandri  
2195/2007 2927/2005 Deone Sandri  
Agência: TUPARENDI UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2196/2007 2336/2006 Teresinha Geremia  
Banco: BANCO DO EST. DO R.G. DO SUL S.A.  
Agência: AJURICABA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2197/2007 2618/2005 Cesar Augusto Bagetti  
Agência: AUGUSTO PESTANA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2198/2007 4042/2006 Dari Roberto Heuser  
Agência: CAMPINA DAS MISSOES UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2199/2007 1301/2006 Bertino Tadeus Arnold  
Agência: CANDIDO GODOI UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2200/2007 1361/2006 Luciano Beck  
Agência: CHIAPETA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2201/2007 1347/2006 Jairo Alencar Beck  
2202/2007 1348/2006 Osmar Jose Both  
Agência: CONDOR UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2203/2007 2625/2006 Paulo Francisco Cal  
Agência: GIRUA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2204/2007 1339/2006 Maria Elizabete Squinzani Funke  
Agência: IBIRAIARAS UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2205/2007 2995/2005 Ines Dalcin Marchesini

Banco: BANCO DO EST. DO R.G. DO SUL S.A.  
Agência: MACHADINHO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2206/2007 4060/2006 Valerio Antonio Wegher  
Agência: MIRAGUAI UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2207/2007 1363/2006 Ivonir Botton  
Agência: PORTO LUCENA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2208/2007 827/2006 Ari Antonio Lasta  
Agência: SANTA ROSA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2209/2007 842/2006 Adilar Dal Pai  
2210/2007 2611/2006 Elio Penning  
Agência: SOLEDADE UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2211/2007 819/2006 Jose Flavio Godoy Da Rosa  
Agência: TENENTE PORTELA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2212/2007 2601/2006 Ari Eloi  
Agência: TRES DE MAIO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2213/2007 2607/2006 Claudio Zimermann Da Silva  
2214/2007 2606/2006 Clovis Zimermann Da Silva  
2215/2007 380/2007 Dirceu Gresele  
2216/2007 4044/2006 Edgar Koren  
2217/2007 4052/2006 Pedro Signori  
Banco: CCR DE ERECHIM LTDA  
Agência: ERECHIM UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2218/2007 2114/2006 Adelir Marchetto  
2219/2007 2382/2006 Delci Balbinot  
2220/2007 2158/2006 Ivo Bartzsch  
2221/2007 2428/2006 Paulo Sergio Duranti  
2222/2007 2192/2006 Robinson João Jabuonski  
Banco: CCR DO NOROESTE DO R.G. SUL LTDA  
Agência: ALEGRIA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2223/2007 2571/2005 Roque Visineski  
O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.

III - dar provimento ao(s) pedido(s) de revisão de Agente do PROAGRO, revogando-se a decisão anterior da CER que acolheu o(s)recurso(s) do(s) produtor(es) abaixo mencionado(s).

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.  
Agência: SOBRAL UF: CE  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2224/2007 245/2006 Jose Edilson Ponte Liberato  
Agência: SOUSA UF: PB  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2225/2007 3083/2005 Antonio De Oliveira Gadelha  
2226/2007 247/2006 Antonio Marcos Do Nascimento  
2227/2007 3099/2005 Francisca Janete Alves Sabino  
2228/2007 3098/2005 Francisco Ferreira De Albuquerque  
2229/2007 71/2006 Jerry Adriano Moreira  
2230/2007 3104/2005 Joana Bezerra Pinheiro  
2231/2007 3105/2005 João Alves Junior  
2232/2007 3111/2005 José Batista De Melo  
2233/2007 3108/2005 José Emídio Moreira Neto  
2234/2007 3112/2005 Jose Sabino Junior  
2235/2007 3110/2005 Jose Sabino Neto  
2236/2007 3114/2005 Julio Cezar Alves  
2237/2007 3127/2005 Murilo Abrantes Sarmento  
2238/2007 3128/2005 Paulo Moreira De Oliveira  
Banco: BANCO DO EST. DO R.G. DO SUL S.A.  
Agência: CORONEL BICACO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2239/2007 2896/2005 Eloi Francisco Schmidt  
Agência: COTIPORA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2240/2007 2728/2005 Idacir Antonio Peterle  
2241/2007 2729/2005 Jacir Moro  
Agência: SANTO ANTONIO DAS MISSOES UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2242/2007 2712/2005 Angel Leandro Wolfart  
Agência: SAO PAULO DAS MISSOES UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2243/2007 2630/2005 Samuel Ferreira De Souza  
Banco: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.  
Agência: IRECE UF: BA  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2244/2007 1632/2006 José Cesário Do Nascimento  
O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.

IV - dar provimento ao(s) pedido(s) de revisão contidos no(s) processo(s) abaixo relacionado(s), mantendo-se os deferimentos anteriores da CER.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.  
Agência: MONDAI UF: SC  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2245/2007 1598/2006 Rudi Klagenberger  
Banco: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.  
Agência: ALAGOA GRANDE UF: PB  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2246/2007 3482/2006 Aguinaldo Jose De Andrade  
O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.

V - não dar provimento ao pedido de revisão de Agente do PROAGRO, mantidas as decisões anteriores da CER.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.  
Agência: AGUA BOA UF: MT  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2247/2007 248/2006 Vercelino Brizolla Graminho  
Agência: AGUA DOCE UF: SC  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2248/2007 1978/2005 Benvinda Salette Biazolo  
Agência: CEDRO UF: PE  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2249/2007 180/2006 Antonio Honorato Sobrinho  
2250/2007 181/2006 Francyer Tavares Cruz  
2251/2007 182/2006 Maria Quental Martins Cruz  
2252/2007 183/2006 Sebastião Quental Martins  
Agência: PEDRO OSORIO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2253/2007 2070/2006 Everton José Greque Dias

VI - não dar provimento ao(s) pedido(s) de revisão contidos nos processos abaixo relacionados, mantidas as decisões anteriores da CER.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.  
Agência: BOA ESPERANCA UF: PR  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2254/2007 1216/2005 Osmar Bonomo  
2255/2007 1217/2005 Osmar Bonomo  
Banco: BANCO DO EST. DO R.G. DO SUL S.A.  
Agência: BARAO DE COTEGIPE UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2256/2007 384/2007 Henrique Luiz Gresele Szareski  
Agência: CAMPINA DAS MISSOES UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2257/2007 1296/2006 Ademir Chartanovicz  
2258/2007 1298/2006 Alvaro Arnald  
2259/2007 1303/2006 Delmar Justen Zimmermann  
2260/2007 1312/2006 Romeu Schauben  
Agência: GIRUA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2261/2007 1337/2006 Jairo Fabricio Limana Machado  
Agência: MARIANO MORO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2262/2007 4038/2006 Claudino Antonioli  
Agência: PORTO LUCENA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2263/2007 1353/2006 Gilberto Schulz  
2264/2007 832/2006 Idalci Giusmin  
2265/2007 1355/2006 Olivio Giusmin  
Agência: SANTA ROSA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2266/2007 1356/2006 Aírto Vargas Duarte  
2267/2007 1357/2006 Carlos Alberto Hibler  
2268/2007 1039/2004 Plínio Gustavo Fenner  
Agência: SAO LUIZ GONZAGA UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2269/2007 820/2006 Joao Prestes Correa  
Agência: TRES DE MAIO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2270/2007 378/2007 Adir Debatista  
2271/2007 2605/2006 Claudio Zimermann Da Silva  
Banco: BANCO DO EST. DO R.G. DO SUL S.A.  
Agência: TRES DE MAIO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2272/2007 1321/2006 Mauri Antonio Metzka  
2273/2007 394/2007 Vicente Debatista  
Banco: CCR BOTUCARAI  
Agência: BOTUCARAI UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2274/2007 3850/2006 Orides Locatelli  
Banco: CCR CERRO LARGO LTDA  
Agência: CERRO LARGO UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2275/2007 565/2004 Miguel Hanus  
Banco: CCR DE ERECHIM LTDA  
Agência: ERECHIM UF: RS  
Resolução Proc/MA/CER Mutuário  
2276/2007 2405/2006 Isidoro Buchkoski  
2277/2007 2160/2006 Juarez Jose Perin  
2278/2007 1819/2006 Moacir Assmann  
2279/2007 2208/2006 Zelinda Maria Zen Perim  
Estas Resolução(ões) entrará(ão) em vigor na data de sua(s)publicação(ões) no Diário Oficial da União.

WELINGTON SOARES DE ALMEIDA  
Presidente da Comissão  
Em Exercício

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2007**

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e sete, às nove horas, na Sala de Reunião da Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO, no Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sala 636, em Brasília - Distrito Federal, reuniu-se a Turma Especial de Julgamento - TEJ para dar início aos trabalhos de julgamento dos processos constantes da pauta de sua 1ª Reunião extraordinária de 2007, sob a presidência do Presidente da CER, Edilson Guimarães, que após dar abertura aos trabalhos, passou à Presidência ao senhor José Wilman da Silva, membro mais antigo, conforme Art. 1º § 2º das Normas Complementares nº 01/94, de 07.04.1994, publicadas no DOU de 12.04.1194. Presentes os representantes legais das Instituições que compõem o Co-





legiado como segue: Adelmá Alves de Oliveira, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Acácio Nérlys, do Banco do Brasil S/A - BB; Frabriciano Corado da Silva, do Banco Central do Brasil - BACEN; Maurílio Canut, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Francisco Erisma Oliveira Albuquerque, do Ministério da Fazenda - MF, João Carlos de Petribu Dé Carli, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA e Paulo de Oliveira Poleze, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Na abertura da Reunião estiveram presentes os Senhores Wellington Soares de Almeida, Diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural-DEGER e Francisco José Mitidieri, Secretário Executivo da CER. Participou na condição de convidado o Senhor Filipe Guerra Lopes, Engenheiro Agrônomo do MAPA e analista da CER. Ausentes os representantes das demais Instituições que também compõem legalmente este Colegiado, Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agropecuário - ABEPA; Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP e Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Foram submetidos a julgamento 107 (cento e sete) pedidos de revisões de recursos administrativos à CER, de mutuários de várias Instituições Financeiras, autuados em processos, os quais estão discriminados no termo de convocação e pauta de julgamento datados de vinte cinco de junho de 2007; sendo que 74(setenta e quatro) tiveram seus pedidos de revisões acolhidos, 31 (trinta e um) negados e 02 (dois) retirados de pauta para reexame; destes, 01(um) da Safra 2001/2002, 02( dois) são da safra 2003/2004, 06(seis) da safra 2004/2004 , 42(quarenta e dois) da safra 2004/2005, 52 (cinquenta e dois) da safra 2005/2005 e 02 (dois) da safra 2005/2006. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos transcorreram-se de forma contínua até às treze horas do dia 28 de junho de 2007, quando foram encerrados. Eu Maria Inês de Souza, na condição de Secretária, lavrei a presente ata. Brasília, 28 de junho de 2007.

MARIA INÊS DE SOUZA  
Secretária

JOSÉ WILMAN DA SILVA  
Presidente da Comissão

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 414, DE 5 DE JULHO DE 2007

Aprova as instruções para a elaboração do Relatório Demonstrativo - RD, de que trata o art. 33 do Decreto nº 5.906, de 2006, referente ao ano-base de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 9º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterada pelas Leis nº s 10.176, de 11 de janeiro de 2001, e 11.077, de 30 de dezembro de 2004, e no art. 33 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar as instruções para a elaboração do Relatório Demonstrativo - RD, de que trata o art. 33 do Decreto nº 5.906, de 2006, referente ao ano-base de 2006.

Art. 2º O Relatório Demonstrativo - RD deverá ser elaborado em conformidade com o SigPlani - Sistema de Gestão da Lei de Informática - Módulo Relatório Demonstrativo Anual - disponível na seguinte página da Internet: <http://www.mct.gov.br/sepin>, e encaminhado eletronicamente para o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, seguindo as instruções constantes no referido sistema.

§ 1º A empresa deverá protocolizar no MCT, até 31 de julho de 2007, a versão impressa do Relatório Demonstrativo - RD, gerada automaticamente pelo SigPlani.

§ 2º Caso seja enviado mais de um Relatório no período mencionado no parágrafo primeiro, o MCT considerará a última versão do RD encaminhada até a data de 31 de julho de 2007.

Art. 3º A empresa poderá retificar informações específicas previamente introduzidas no SigPlani e enviar a versão corrigida até 30 dias após a data fixada para entrega.

Parágrafo único. Para esta retificação a empresa deverá utilizar o sistema SigPlani em sua versão web, imprimir as retificações efetuadas, que deverão ser assinadas pelo Representante Legal da empresa e encaminhada à Secretaria de Política de Informática - SEPIN em duas vias.

Art. 4º A falta ou insuficiência de informações que impossibilite a análise das aplicações em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e seu respectivo enquadramento no que determina a legislação de informática sujeitará a empresa às penalidades previstas no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JUNHO DE 2007

Torna público que será limitada em até 10% <sup>aa</sup> (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do Decreto nº 4.195, de 11.04.2002, e da Portaria nº 727, de 24.11.2005, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no terceiro trimestre de 2007, assim como para os que, aprovados anteriormente, venham a ser contratados no referido trimestre.

A Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do Art. 13 do Decreto nº 4.195, de 11.04.2002, e pelo parágrafo primeiro do Art. 1º da Portaria MCT nº 727, de 24.11.2005, do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% <sup>aa</sup> (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, e da Portaria nº 727, de 24 de novembro de 2005, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no terceiro trimestre de 2007, assim como para os que, aprovados anteriormente, venham a ser contratados no referido trimestre.

Art. 2º Para fins de obtenção do benefício referido no Art. 1o desta Resolução, os projetos deverão contemplar sub-projetos ou atividades que atendam a, pelo menos, um dos seguintes itens:

- a) resultem em aumento na competitividade das empresas, no âmbito da atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE;
- b) resultem em aumento nas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D) realizadas no país e cujos gastos em P&D sejam compatíveis com a dinâmica tecnológica dos setores em que atuam;
- c)contemplem inovação que tenham relevância regional ou estejam inseridos em arranjos produtivos locais, objeto de programas do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- d) resultem em adensamento tecnológico e dinamização de cadeias produtivas;
- e) sejam desenvolvidos em parceria com universidades e/ou instituições de pesquisa.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS  
ÁREA FINANCEIRA E DE CAPTAÇÃO

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

Em 6 de julho de 2007

Comprometimento orçamentário do FNDCT nº 068/2007

A Superintendente da Área Financeira e de Captação, no uso de suas atribuições conferidas pela RES/DIR/0084/00, resolve: comprometer o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, na forma abaixo:

BENEFICIÁRIO	NUMERO CONVENIO	NUMERO EMPENHO PTRES	VALOR EMPENHO	VIGENCIA CONVENIO
Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de IPERÓ e Adjacências	2409/06 575485	2007ne003201 4897	75.204,62	05/12/2007
Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de IPERÓ e Adjacências	2409/06 575485	2007ne003202 4897	229.681,00	05/12/2008
Fundação de Apoio a Pesquisa - FUNAPE	22.02.0426.00 479172	2007ne003203 4890	96.500,00	30/09/2007
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão	22.02.0142.00 468394	2007ne003226 4898	995.378,56	30/12/2007
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	01.04.0197.00 501756	2007nc000134 4886	316,91	21/12/2007

A eficácia do presente despacho fica condicionada a sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA CRISTINA ZAGARI KOELER LIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 179, DE 6 DE JULHO DE 2007

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº 22/2006, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23/12/1991, Lei nº 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06/09/2001, alterada pela Lei nº 10.454, de 13/05/2002, e Decreto nº 4.456, de 04/11/2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº . 8.313, de 23/12/1991.

Art. 3º A concessão do benefício referido no Art 1º seguirá os seguintes critérios:

I - Para os sub-projetos ou atividades que atenderem exclusivamente ao disposto no Art. 2º a parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de até 5% <sup>aa</sup> (cinco por cento ao ano);

II - Para os sub-projetos ou atividades que, adicionalmente aos critérios dispostos no Art.2º , estejam inseridas nos segmentos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE, quais sejam, semicondutores/microeletrônica, software, fármacos/medicamentos, bens de capital, biotecnologia, nanotecnologia e biomassa, a parcela a ser equalizada dos encargos das operações receberá benefício complementar de até 3% <sup>aa</sup> (três por cento ao ano);

III - Para os projetos que, adicionalmente aos critérios dispostos no Art 2º , contemplem a criação, ou expansão em no mínimo 10%, das equipes de P&D da empresa, com a contratação de novos pesquisadores pós-graduados, com titulação de mestre ou doutor, a parcela a ser equalizada dos encargos das operações receberá benefício complementar de até 2% <sup>aa</sup> (dois por cento ao ano).

IV - Para os projetos apresentados no âmbito do Programa Juro Zero que, atenderem a pelo menos um dos critérios dispostos no art. 2º , e que sejam executados por microempresas ou pequenas empresas, a parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de até 10% <sup>aa</sup> (dez por cento ao ano).

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES  
Presidente da Câmara

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL  
DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL  
Em 6 de julho de 2007

36ª Relação de distribuição de cota para importação  
LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US\$
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	100.000,00
0785/2000	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura	150.000,00
0932/2005	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/BA	400.000,00

LUIZ SOARES MAIA  
Substituto

07-0014 -Diamante Bruto  
Processo: 01580.002073/2007-08  
Proponente: Opera Prima Produções Artísticas Ltda.  
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ  
CNPJ: 05.005.711/0001-72  
Valor total do orçamento aprovado: R\$ 651.618,40  
Valor aprovado no artigo 25 da Lei nº . 8.313/91: R\$ 651.618,40  
Banco: 001- agência: 2865-7 conta corrente: 409.814-5  
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 227, realizada em 05/06/2007.  
Prazo de captação: até 31/12/2007.  
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL



Ministério da Defesa

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 133, DE 6 DE JUNHO DE 2007

Aprova a configuração final do Aeroporto Leite Lopes (SBRP), em Ribeirão Preto/SP, e as respectivas curvas de nível ruído 1 e 2, bem como estabelece condicionantes para a revisão do seu Plano Diretor Aeroportuário.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos incisos IV, VIII, XXI, XXII e XXVIII, do Art. 8º, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo a esta Decisão, a configuração final do Aeroporto Leite Lopes (SBRP), em Ribeirão Preto/SP, e as respectivas curvas de nível ruído 1 e 2.

Art. 2º A curva de nível de ruído 2 da configuração da primeira fase de implantação do SBRP, decorrente da definição da posição das cabeceiras, distâncias declaradas, bem como do mix e do movimento de aeronaves não poderá extrapolar os limites da curva 2 da configuração final, referenciada no Art. 1º.

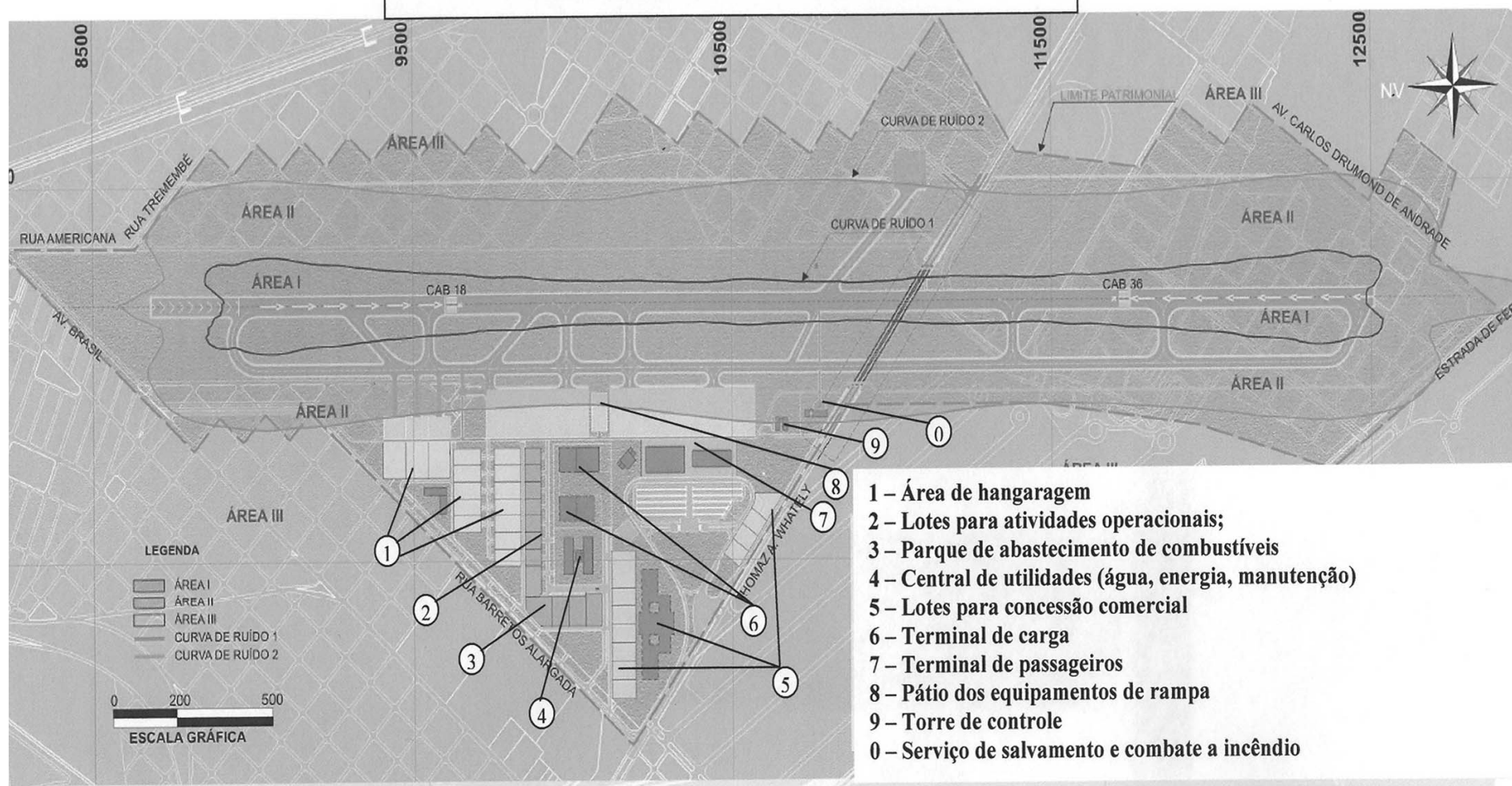
Art. 3º O Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP deverá submeter para análise e aprovação da ANAC a proposta de Plano Diretor Aeroportuário para SBRP atualizada, atendendo ao disposto nesta Decisão.

Art. 4º O disposto na presente Decisão não exime o DAESP do cumprimento das demais posturas municipais, estaduais e federais aplicáveis.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MILTON ZUANAZZI  
Diretor-Presidente

CONFIGURAÇÃO FINAL DO AEROPORTO LEITE LOPES  
CURVAS DE NÍVEL DE RUÍDO 1 E 2



Distribuição de Aeronaves – Dia Médio (2025)

Categoria		Períodos				
		Manhã		Tarde	Noite	
		06 às 07	07 às 12	12 às 18	18 às 22	22 às 23
EMB110	Tipo R1	0	7	7	4	0
EMB120	Tipo R1	0	4	3	3	0
FK28	Tipo R2	0	3	3	2	0
EMB145	Tipo R3	0	1	1	1	0
B737-300	Tipo A1	0	2	2	1	0
B737-700	Tipo A2	2	27	20	17	2
MD-11/B 767	Tipo A3	0	5	3	3	0

Proporcionalidade da Distribuição do Tráfego (2025)

06:00 - 07:00	07:00 - 12:00	12:00 - 18:00	18:00 - 22:00	22:00 - 23:00
2,5%	40%	30%	25%	2,5%

Utilização das Cabeceiras da Pista 18/36

- Operações IFR: 55,07%
- Operações VFR: 44,93%
- Operações IFR THR 18: 43%
- Operações IFR THR 36: 57%
- Operações VFR THR 18: 62%
- Operações VFR THR 36: 38%





DECISÃO Nº 167, DE 6 DE JULHO DE 2007

Renova autorização para operar serviços de táxi aéreo e serviços aéreos especializados

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 11, III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; 4º, XIV, e 24, VI, ambos do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, considerando o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e tendo em vista o que consta do Processo nº 07-01/07073/72, decide:

Art. 1º Renovar por 5 (cinco) anos, a contar de 4 de julho de 2007, a autorização operacional da empresa HELISUL TÁXI AÉREO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 75.543.611/0001-85, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, a explorar os serviços aéreos públicos de transporte de passageiros e cargas na modalidade de táxi aéreo, cumulativamente com os serviços aéreos especializados nas modalidades de aerodemonstração, aeropublicidade, aeroreportagem, aeroinspeção, aerofotografia, aerocinematografia, aerolevantamento e combate a incêndio.

Art. 2º A exploração do serviço de táxi aéreo somente poderá ser realizado de acordo com as especificações operativas aprovadas.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos especializados somente poderá ser realizada com aeronaves devidamente homologadas.

Art. 4º Revogar a Portaria DAC nº 853/SPL, de 10 de agosto de 2004 e a Decisão nº 069, de 15 de março de 2007.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON ZUANAZZI  
Diretor - Presidente

DECISÃO Nº 168, DE 6 DE JULHO DE 2007

Renova autorização para operar de empresa de Serviço Aéreo Especializado.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 11, III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; 4º, XIV, e 24, VI, ambos do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, considerando o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e tendo em vista o que consta do Processo nº 07-01/01021/95, decide:

Art. 1º Renovar por 05 (cinco) anos, a contar de 05 de julho de 2007, a operação da empresa ASA - AVIAÇÃO E SERVIÇOS AEROAGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.613.146/0001-02, com sede social na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, a explorar o serviço aéreo especializado na modalidade aeroagrícola.

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada com aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON ZUANAZZI  
Diretor - Presidente

DECISÃO Nº 169, DE 6 DE JULHO DE 2007

Renova autorização para operar de empresa de táxi aéreo.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 11, III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; 4º, XIV, e 24, VI, ambos do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, considerando o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e tendo em vista o que consta do Processo nº 07-01/8101/97, decide:

Art. 1º Renovar por 05 (cinco) anos, a contar de 04 de julho de 2007, a operação da empresa ALIANÇA TÁXI AÉREO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.012.015/0001-03, com sede social na cidade de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, a explorar o serviço aéreo público de transporte de passageiros na modalidade de táxi aéreo.

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada de acordo com as especificações operativas aprovadas

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON ZUANAZZI  
Diretor - Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA ANAC Nº 727/SSO, DE 6 DE JULHO DE 2007

Renova o credenciamento de médicos para realizarem inspeções de saúde e emitirem Certificados de Capacidade Física de pilotos privados.

O Superintendente de Segurança Operacional, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 57 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 01, de 18

de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento dos médicos ANTÔNIO AUGUSTO CONDÉ PIRES, CRM nº 12192-MG; JOSÉ CARLOS RAMOS FERNANDES, CRM nº 31869-SP; JOSÉ MAURICIO XAVIER CARRENHO, CRM nº 1780-SC e JOSÉ SABINO MONTEIRO FILHO, CRM nº 611-MT, com validade até 03 de julho de 2010, para realizarem inspeções de saúde e emitirem Certificados de Capacidade Física de pilotos privados, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS TARCÍSIO MARQUES DOS SANTOS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 636, DE 29 DE JUNHO DE 2007 (\*)

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 02 de 10 de janeiro de 2007, no Despacho nº 486/2007, do Departamento de Políticas e Articulação Institucional, e no Parecer CNE/CES nº 120/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, conforme consta dos Processos nºs 23000.000464/2007-04 e 23000.001609/2006-03, Registro SAPIEnS nº 20050012832, do Ministério da Educação, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia de Rio Claro, com sede na Rodovia Washington Luiz, Km 173,3, Chácara Lusa, Bairro Centro, mantida pelo Instituto de Ensino de Rio Claro e Representações Ltda., ambos na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, para oferta de Cursos Superiores de Tecnologia a distância, pelo prazo de 3 (três) anos.

Parágrafo único. Os momentos presenciais obrigatórios dos cursos superiores a distância, nos termos do §2º do Art. 2º da Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007, serão realizados na sede da Faculdade de Tecnologia de Rio Claro e no pólo com endereço a Avenida 03, nº 245, Sobreloja, Edifício Columbia, Bairro Centro, na cidade de Rio Claro, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu credenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

(\*) Republicada por ter saído no DOU de 02/7/2007, seção 1, página 04, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 647, DE 6 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e

considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24/04/2007, resolve

Art. 1º Criar o Comitê Gestor do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Art. 2º O Comitê será constituído pelo titular da Secretaria Executiva do Ministério da Educação - MEC, a quem caberá a coordenação, e um representante, titular e suplente da(o):

I - Secretaria de Educação Básica - SEB;  
II - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD;

III - Secretaria de Educação Especial - SEESP;  
IV - Secretaria de Educação a Distância - SEED;  
V - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

VI - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

VII - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

VIII - Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED;

IX - União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

X - Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF;

e

XI - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Parágrafo único. Os representantes serão indicados pelos titulares de seus órgãos e entidades, podendo ocorrer convocação de outros entes, públicos ou privados, conforme pauta específica da Comissão.

Art. 3º O Comitê tem por atribuições:

I - acompanhar a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;

II - analisar os planos de ação e as estratégias de implementação propostas pelas unidades executoras do Ministério da Educação - MEC;

III - analisar os relatórios de progresso da implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;

IV - avaliar o desempenho e os resultados alcançados pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;

V - formular e propor diretrizes orientadoras da implantação do Plano;

VI - identificar possibilidades de articulação e parcerias que possam contribuir para acelerar e ampliar a implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;

VII - contribuir na formulação de metodologias, instrumentos técnicos e recomendações que possam ser apropriados na gestão do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; e

VIII - contribuir para o diálogo com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação na ampliação da Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e na sua divulgação junto à sociedade civil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 648, DE 6 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e

considerando a necessidade de definir as atividades de assistência técnica ou financeira da união, aos municípios, estados e distrito federal, a serem atendidos prioritariamente pelo plano de metas e compromisso todos pela educação, conforme capítulo iv do decreto nº 6.094, de 24/04/2007, e

considerando a necessidade de estabelecer as competências das Secretarias e órgãos do Ministério da Educação na operacionalização dessa assistência, resolve

Art. 1º Criar a Comissão Técnico Permanente, para análise dos processos de assistência técnica e financeira aos Planos de Ações Articuladas - PAR elaborados no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Art. 2º A Comissão será constituída por um representante, titular e suplente da(o):

I - Secretaria de Educação Básica, que a presidirá;

II - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

III - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

IV - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

V - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD;

VI - Secretaria de Educação Especial - SEESP; e

VII - Secretaria de Educação a Distância - SEED.

Parágrafo único. Os representantes serão indicados pelos titulares de seus órgãos, podendo ocorrer convocação de outros dirigentes ou consultoria técnica, conforme pauta específica da Comissão.

Art. 3º A Comissão tem por atribuições:

I - analisar os Termos de Adesão e recomendar sua aprovação, parcial ou total;

II - recomendar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE as ações do PAR aprovadas para celebração dos convênios a serem firmados;

III - recomendar às demais Secretarias do Ministério da Educação - MEC das ações que demandem acordos de cooperação para assistência técnica;

IV - acompanhar e avaliar a execução dos PAR, em parceria com as demais Secretarias-fim do Ministério da Educação - MEC, FNDE, INEP e CAPES.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 658, DE 6 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Parecer nº 122/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.002361/2006-90, Registro SAPIEnS nº 20050013743, do Ministério da Educação, bem como a conformidade do Regimento da Instituição, e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade Anhangüera de Piracicaba, mantida pela Anhangüera Educacional S/A, com sede na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, a ser instalada na Rua Santa Catarina, s/nº, bairro Piracicamirim, Sítio Santa Neuza I, na cidade de Piracicaba, no Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu credenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 659, DE 6 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e no Parecer nº 124/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, conforme consta do Processo nº 23000.002370/2006-81, Registro SAPIEnS nº 20050013757 do Ministério da Educação, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade Anhangüera de Sorocaba, mantida pela Anhangüera Educacional S.A, com sede na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, a ser instalada à Av. Dr. Armando Pannunzio, s/nº, Bairro do Itanguá, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu credenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 660, DE 6 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e no Parecer nº 125/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, conforme consta do Processo nº 23000.014663/2005-20, Registro SAPIEnS nº 20050008756 do Ministério da Educação, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade da Bahia, mantida pela Mantenedora da Bahia Ltda., a ser instalada no Largo da Calçada, nº 1, Edifício Vazquez, ambas com sede na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu credenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 661, DE 6 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e no Parecer nº 133/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, conforme consta do Processo nº 23000.000357/2004-25, Registro SAPIEnS nº 20031009288 do Ministério da Educação, resolve

Art. 1º Credenciar o Instituto de Ensino Superior de Curitiba, mantido pela Associação Objetivo de Ensino Superior, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a ser instalado à Rua Engenheiro Benedito Mário da Silva, nº 35, bairro Cajuru, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu credenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 662, DE 6 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e no Parecer nº 134/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, conforme consta do Processo nº 23000.012629/2005-11, Registro SAPIEnS nº 20050006686 do Ministério da Educação, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista, mantida pela Associação Cultural e Educacional do Interior Paulista, a ser instalada na Avenida Antonieta Altenfelder, nº 65, ambas com sede na cidade de Marília, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu credenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 663, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 73 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho nº 723/2007, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.004581/2004-96, Registro SAPIEnS nº 20041001816, do Ministério da Educação, bem como a conformidade do regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Direito de Alta Floresta, a ser estabelecida na Avenida Leandro Adorno, s/nº, na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, mantida pelo Instituto Educacional do Norte de Mato Grosso, com sede na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Nos termos do artigo 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o artigo 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 664, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 73 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho nº 722/2007, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.013390/2003-34, Registro SAPIEnS nº 20031007997, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco, a ser estabelecida na Rua Coronel Trapiá, nº 202, Centro, na cidade de Belém de São Francisco, Estado de Pernambuco, mantido pela Sociedade Amigos da Instrução de Jatinã, com sede na cidade de Belém de São Francisco, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Nos termos do artigo 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o artigo 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 29 de Junho de 2007(\*)

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 120/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, na modalidade de Educação a Distância, pelo prazo de 3 (três) anos, da Faculdade de Tecnologia de Rio Claro, mantida pelo Instituto de Ensino de Rio Claro e Representações Ltda., em sua sede situada na Rodovia Washington Luiz, km 173,3, Chácara Lusa, Bairro Centro, e no pólo de apoio presencial localizado na Av. 03, nº 245 - Sobreloja - Edifício Columbia - Centro, ambos na cidade de Rio Claro, no Estado de São Paulo, inicialmente com a oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Sistemas Produtivos, em Gestão de Recursos Humanos, em Marketing e Vendas, em Logística e em Gestão Financeira, com 1.000 (mil vagas) para cada curso. Recomenda, ainda, que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC que supervisione a adequação da denominação dos cursos indicados no Relatório nº 242/2006-CGAEPT/SETEC ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, bem como o acompanhamento do 1º ano da oferta dos mesmos pela Faculdade de Tecnologia de Rio Claro, conforme consta dos Processos nºs 23000.000464/2007-04 e 23000.001609/2006-03, Registro SAPIEnS 20050012832.

(\*) Republicado por ter saído no DOU de 02/7/2007, seção 1, pág. 4, com incorreção no original.

Em 6 de julho de 2007

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 101/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que responde a consulta sobre a oferta de disciplinas isoladas pelas instituições de ensino superior e a normatização do art. 50 da LDB, conforme consta do Processo nº 23001.000151/2006-57.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 95/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que altera o Parecer CNE/CES nº 380/2005 e a respectiva Resolução CNE/CES nº 7/2006, referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas, conforme consta do Processo nº 23001.000103/2004-05.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 281/2006, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de interesse da Rede Brasileira de Ensino à Distância, que responde consulta sobre a oferta e equivalência de disciplinas à distância no ensino presencial, conforme consta do Processo nº 23001.000062/2001-04.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 7/2007, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de interesse do Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul, que responde consulta com base nas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, que se referem ao Ensino Fundamental de nove anos e à matrícula obrigatória de crianças de seis anos no Ensino Fundamental, conforme consta do Processo nº 23001.000007/2007-00.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 108/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de interesse do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região, que responde consulta sobre cursos de pós-graduação em áreas específicas, conforme consta do Processo nº 23001.000217/2004-47.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 106/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que responde a consulta relativa ao reconhecimento de títulos de pós-graduação obtidos nos Estados Partes do MERCOSUL, conforme consta do Processo nº 23038.000777/2004-84.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 122/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Anhangüera de Piracicaba, com sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, a ser instalada na Rua Santa Catarina, s/nº, bairro Piracicamirim, Sítio Santa Neuza I, mantida pela Anhangüera Educacional S/A, com sede na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, até o primeiro ciclo avaliativo a se realizar após esta data, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, observado o prazo máximo de 3 (três) anos, fixado no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto, a partir da implantação dos cursos de bacharelado em Administração, com 300 (trezentas) vagas totais anuais, Ciência da Computação, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, Enfermagem, com 300 (trezentas) vagas totais anuais, Engenharia de Controle e Automação, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, Engenharia de Produção, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, e Fisioterapia, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23000.002361/2006-90, Registro SAPIEnS nº 20050013743.





Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 124/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Anhangüera de Sorocaba, com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, a ser instalada na Av. Dr. Armando Pannunzio, s/nº, Bairro do Itanguá, mantida pela Anhangüera Educacional S.A., com sede na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, até o primeiro ciclo avaliativo a se realizar após esta data, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, observado o prazo máximo de 3 (três) anos, fixado no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto, a partir da implantação dos cursos de Administração, com 300 (trezentas) vagas totais anuais, Ciência da Computação, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, Engenharia de Controle e Automação, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, Engenharia de Produção, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, e Fisioterapia, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23000.002370/2006-81, Registro SAPIEnS nº 20050013757.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 125/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, até o primeiro ciclo avaliativo a se realizar após a data de homologação deste Parecer, nos termos do disposto no § 7º, do art. 10, do Decreto nº 5.773/2006, observado o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 4º, art. 13, do mesmo Decreto, da Faculdade da Bahia, a ser instalada no Largo da Calçada, nº 1, Edifício Vazquez, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pela Mantenedora da Bahia Ltda., com sede na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, a partir da oferta inicial do curso de Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, conforme consta do Processo nº 23000.014663/2005-20, Registro SAPIEnS nº 20050008756.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 133/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, até o primeiro ciclo avaliativo a se realizar após esta data, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, observado o prazo máximo de 3 (três) anos, fixado no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto, do Instituto de Ensino Superior de Curitiba, com sede na Rua Engenheiro Benedito Mário da Silva, nº 35, bairro Cajuru, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, mantido pela Associação Objetivo de Ensino Superior, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a partir da oferta dos cursos de Administração, com 300 (trezentas) vagas totais anuais, no turno noturno; de Ciências Contábeis, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno; de Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno; e de Turismo, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, todos com turmas de até 60 alunos, pleiteados quando da solicitação de credenciamento, conforme consta do Processo nº 23000.000357/2004-25, Registro SAPIEnS nº 20031009288.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 134/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, até o primeiro ciclo avaliativo a se realizar após esta data, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, observado o prazo máximo de 3 (três) anos, fixado no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto, da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista, a ser instalada na Avenida Antonieta Altenfelder, nº 65, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Cultural e Educacional do Interior Paulista, com sede na cidade de Marília, Estado de São Paulo, com autorização para o funcionamento do curso de Moda, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, e de Administração, bacharelado, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, com turmas de até 60 vagas, conforme consta do Processo nº 23000.012629/2005-11, Registro SAPIEnS nº 20050006686.

FERNANDO HADDAD

**FUNDO NACIONAL  
DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO DELIBERATIVO**

**DESPACHO DO PRESIDENTE**

O Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) resolve tornar sem efeito a Republicação da Resolução/CD/FNDE nº 13, de 24 de abril de 2007, publicada no D.O.U de 3 de julho de 2007, Seção 1, páginas 57 a 62.

FERNANDO HADDAD

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**RETIFICAÇÃO**

No Anexo I da Portaria nº 428, de 28 de junho de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 2 de julho de 2007, Seção 1, página 5, incluir item 5 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos / UNED de Guarus - RJ - Processo nº 23000.009799/2007-80 - Nota de Crédito 000242 - Valor 1.008.756,86 e alterar o Total. Onde se lê Total 1.780.000,00; Leia-se Total 2.788.756,86 .

No artigo 1º da Portaria nº 369, de 18 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2007, Seção 1, página 12, onde se lê: "Rua Professor Pedreira de Freitas, nº 401/405, Bairro Tatuapé", leia-se: "Avenida São Miguel, nº 4335, Bairro Ponte Rasa".

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**PORTARIA Nº 616, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, considerando o disposto na Portaria MEC nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, e tendo em vista o Despacho nº 294/2007, do Departamento de Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.000105/2003-15, Registro SAPIEnS nº 20031000048, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 90 (noventa) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de, no máximo, 50 (cinquenta) alunos, a ser ministrado pela Faculdade do Norte Pioneiro, na BR 153, Km 40, s/nº , bairro Parque de Exposição Doutor Alcício Dias dos Reis, na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, mantida pelo Centro Educacional Tecnológico de Ensino e Cultura Ltda., com sede na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

**PORTARIA Nº 617, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, considerando o disposto na Portaria MEC nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, e tendo em vista o Despacho nº 650/2007, do Departamento de Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.015572/2003-40, Registro SAPIEnS nº 20031008774, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de, no máximo, 50 (cinquenta) alunos, a ser ministrado pela Faculdade Cidade do Salvador, na Praça da Inglaterra, nº 02, bairro Comércio, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, mantida pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior Metropolitano S/C Ltda., com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

**PORTARIA Nº 618, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, considerando o disposto na Portaria MEC nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, e tendo em vista o Despacho nº 664/2007, do Departamento de Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.019236/2005-38, Registro SAPIEnS nº 20050011432, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de, no máximo, 50 (cinquenta) alunos, a ser ministrado pela Escola Superior Madre Celeste, na Estrada da Providência, nº 10, Cidade Nova VIII, bairro Coqueiro, na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, mantida pela Sociedade Civil Integrada Madre Celeste Ltda., com sede na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

**PORTARIA Nº 619, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho nº 696/2007, do Departamento de Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.017499/2005-11, Registro SAPIEnS nº 20050010194, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Educação Física, licenciatura, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, no turno noturno, em turmas de, no máximo, 50 (cinquenta) alunos, a ser ministrado pelo Instituto Superior de Educação Santa Marina, na Rua Guilherme Giorgio, nº 440, bairro Vila Carrão, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Comercial Santa Marina Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

**PORTARIA Nº 620, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho nº 697/2007, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, conforme consta do Processo nº 23000.003309/2006-51 Registro SAPIEnS nº 20050015070, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Enfermagem, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de, no máximo, 50 (cinquenta) alunos, a ser ministrado pela Faculdade de Quirinópolis, na Avenida Quirino Cândido de Moraes, nº 38, Centro, na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás, mantida pela Associação de Educação e Cultura de Goiás Ltda., com sede na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

**PORTARIA Nº 621, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho nº 698/2007, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, conforme consta do Processo nº 23000.001725/2005-33, Registro SAPIEnS nº 20041004779, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Educação Física, licenciatura, ministrado pelo Centro Universitário Módulo, na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, mantido pela Sociedade Civil de Educação e Cultura do Litoral Norte, com sede na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º , do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

**PORTARIA Nº 622, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, e tendo em vista o Despacho 705/2007, do Departamento de Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.007506/2006-49, Registro SAPIEnS nº 20060002117 do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Sistemas de Informação, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de, no máximo, 50 (cinquenta) alunos, a ser ministrado pela Faculdade Etapa Valinhos, na Avenida Dr. Antonio Bento Ferraz, nº 95, bairro Dois Córregos, na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, mantida pelo Colégio Etapa Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

**PORTARIA Nº 623, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 717/2007, do Departamento de Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.003153/2006-16, Registro SAPIEnS nº 20050014848, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Faculdade dos Guararapes, na Rua Comendador José Didier, nº 27, bairro Prazeres, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, mantida pela Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º , do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

**PORTARIA Nº 624, DE 5 DE JULHO DE 2007**

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 729/2007, do Departamento de Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.002871/2004-03, Registro SAPIEnS nº 20041000562, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de, no máximo, 50 (cinquenta) alunos, a ser ministrado pela Faculdade Regional de Alagoinhas, na Rua Manoel Romão, s/nº , com sede na cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia, mantida pela UNIRB - Unidades de Ensino Superior da Bahia S/C Ltda., com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA



PORTARIA Nº 625, DE 5 DE JULHO DE 2007

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista o Despacho nº 731/2007, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, conforme consta do Processo nº

23000.001824/2005-15, Registro SAPIEnS nº 20041004907, do Ministério da Educação, resolve:  
Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Direito, bacharelado, ministrado pela Universidade Bandeirante de São Paulo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Academia Paulista Anchieta S/C Ltda., com sede na cidade de São Paulo,

Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º , do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 630, DE 6 DE JULHO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19/12/2006, publicada no D.O.U. de 20/12/2006, resolve:

Art. 1º Recomendar o Regimento das instituições de ensino superior discriminadas na planilha abaixo.

PROCESSO	INSTITUIÇÃO	LIMITE DE ATUAÇÃO	MANTENEDORA E SEDE	RELATÓRIO SESu/CGLNES
23000.021545/2005-78	Faculdade de Tecnologia Brasília de São Paulo	São Paulo/SP.	Faculdade Brasília de São Paulo Ltda. - São Paulo - SP.	122/2007
23000.021343/2005-26	Faculdade de Tecnologia de Roraima	Boa Vista/RR.	Faculdades Cathedral de Ensino Superior - Boa Vista - RR.	123/2007
23000.022056/2006-14	Faculdade de Tecnologia do Amapá	Macapá - AP.	Pires e Cia. Ltda. - Macapá - AP.	124/2007
23000.022074/2005-15	Faculdade de Tecnologia IESVILLE	Joinville - SC.	EDUCAR - Instituição Educacional S/S Ltda. - Joinville - SC.	125/2007
23000.022485/2005-19	Faculdade de Tecnologia de Joinville -	Joinville - SC.	União de Tecnologia das Escolas de Santa Catarina - Joinville - SC.	126/2007

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 631, DE 6 DE JULHO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19/12/2006, publicada no D.O.U. de 20/12/2006, e tendo em vista o Relatório nº 127/2007-MEC/SESu/GAB/CGLNES, conforme consta do processo nº 23000.010242/2007-91, resolve:

Art. 1º Recomendar o aditamento do ato do credenciamento da Escola Superior de Hotelaria, que passará a denominar-se Faculdade do Saber, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantida pelo Centro Superior de Estudos Turísticos, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, bem como recomenda o aditamento do regimento face a conformidade com a legislação aplicável.

Art. 2º O regimento aprovado pela presente portaria prevê, como unidade acadêmica específica da Faculdade do Saber, o Instituto Superior de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 632, DE 6 DE JULHO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19/12/2006, publicada no D.O.U. de 20/12/2006, e tendo em vista o Relatório nº 128/2007-MEC/SESu/GAB/CGLNES, conforme consta do processo nº 23000.001539/2007-66, resolve:

Art. 1º Recomendar o aditamento do ato do credenciamento do Instituto de Ensino Superior do Pantanal, que passará a denominar-se Faculdade Salesiana de Santa Tereza (FST), com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, mantida pela Missão Salesiana de Mato Grosso, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, bem como recomendar o aditamento do regimento face a conformidade com a legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 633, DE 6 DE JULHO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19/12/2006, publicada no D.O.U. de 20/12/2006, e tendo em vista o Relatório nº 129/2007-MEC/SESu/GAB/CGLNES, conforme consta do processo nº 23000.001190/2007-62, resolve:

Art. 1º Recomendar o aditamento do Regimento da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Maceió - FAMA, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Maceió, Estado de Alagoas, mantida pela Sociedade Educacional de Maceió S/C Ltda., com sede em Maceió, Estado de Alagoas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 634, DE 6 DE JULHO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19/12/2006, publicada no D.O.U. de 20/12/2006, e tendo em vista o Relatório nº 130/2007-MEC/SESu/GAB/CGLNES, conforme consta do processo nº 23000.000941/2007-23, resolve:

Art. 1º Recomendar o Regimento do Instituto Macapaense de Ensino Superior, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Macapá, Estado do Amapá, mantido pelo Instituto Macapaense de Ensino Superior S.S. Ltda., com sede em Macapá, Estado do Amapá, face a conformidade com a legislação aplicável.

Art. 2º O regimento aprovado pela presente portaria prevê, como unidade acadêmica específica do Instituto Macapaense de Ensino Superior, o Instituto Superior de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 160, DE 5 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando os Contratos de Empréstimo assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para financiamento parcial dos Programas PNAFE e PNAFM, resolve:

Art. 1º O caput do art. 3º da Portaria nº 264, de 15 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A UCP será dirigida por um Coordenador-Geral, cujas funções serão atribuídas pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda a um dos Diretores de Programa da Secretaria Executiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON MACHADO

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM GOIÁS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 2 DE JULHO DE 2007

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS, abaixo identificada, no uso da competência outorgada pelo artigo 9º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º

da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003; art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; arts 9º a 17º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30/05/2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos ao art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, a PROCURADORA-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS, no seguinte endereço: Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira de Almeida, 210, Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.003-010.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA ORRO DE FREITAS COSTA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes), três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas Paes ou com o valor do recolhimento das parcelas do Paes inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF e CNPJ das pessoas excluídas.

Anexos - Excluídos  
Lote (DRFB: 01201)

CNPJ	NOME
00.096.791/0001-03	COSMAUTO COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA
00.110.081/0001-82	AGRO CASTELO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
00.165.506/0001-50	CERVANTES BAR E WHISKERIA LTDA
00.169.649/0001-30	TORA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
00.250.378/0001-43	MARIANO & FERREIRA LTDA ME
00.264.515/0001-07	ELBA-COMÉRCIO EXP E REPRES. DE PROD AGROPECUÁRIOS
00.535.511/0001-08	VW CONSTRUTORA LTDA
00.542.426/0001-77	BRIM'JEANS IND E COM DE CONFECCÕES LTDA
00.597.171/0001-40	APLIC TINTAS ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
00.768.994/0001-90	FERES E REIS LTDA
00.832.808/0001-35	MARSEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
01.056.158/0001-46	NOTAVEL COM ATACADO E DISTRIBUIDORA DE SECOS E MOLHADOS LTDA
01.253.492/0001-90	NUTRICARNES DISTRIBUIDORA LTDA
01.383.301/0001-04	ABNER JESUS MOREIRA
01.450.063/0001-02	AZEVEDO E DIAS LTDA
01.466.457/0001-59	SIGILO CONTÁBIL LTDA
01.473.206/0001-00	ACACIA CONFECCÕES LTDA
01.499.227/0001-96	BRASÍLIA BOX SERRALHERIA LTDA
01.501.253/0001-01	SPREF CONFECCÕES LTDA
01.548.577/0001-03	CAVIUNA MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA
01.612.845/0001-09	UNIVERSO DAS TINTAS LTDA
01.634.062/0001-18	ANTONIO BATISTA LEITE
01.669.316/0001-33	VILA NOVA FUTEBOL CLUBE





01.697.351/0001-66	JUBÉ CESAR ALVES DUARTE
01.780.890/0001-53	COMERCIAL ARAGUAIA DE BATATA LTDA
01.756.519/0001-67	ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL GARCIA DE PAIVA LTDA
01.819.812/0001-26	ALAESTE ABADIO DA SILVA
02.197.739/0001-60	POLO TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA
02.223.655/0001-54	IDELFONSO PEREIRA DUARTE ME
02.322.303/0001-56	FELIPE FREITAS E CIA LTDA
02.333.001/0001-83	MARCELO RIBEIRO DA SILVA
02.364.685/0001-80	MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES ITAMAR LTDA
02.417.645/0001-50	LL COMERCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA
02.472.650/0001-65	CARLOS ALBERTO DA LUZ SILVEIRA & CIA LTDA
02.755.424/0001-91	G & S RESTAURANTE LTDA
02.853.661/0001-95	PEDRO CARDOSO DE SOUZA
02.896.183/0001-09	CONDOMINIO DO EDPÍCIO RESIDENCIAL VENEZA
02.935.781.0001-31	JULIO ALFREDO ROSA PASCHOAL
03.427.853/0001-00	A CENTRAL DAS TINTAS LTDA
03.660.982/0001-36	JACQUELINE LISITA DE O LOBO ME
15.973.027/0001-38	AUTO POSTO SANTO ANTONIO DO RIO VERDE
15.983.513/0001-37	ALVARO DA SILVA CARVALHO ME
16.004.129/0001-08	MAG - MOVEIS DE AÇO GUIMA LTDA
24.781.239/0001-04	PEDRO MACHADO DE MENDONÇA ME
24.795.601/0001-04	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS INDIARA LTDA
24.817.389/0001-20	MARCONDES NASCIMENTO O CATALANO
24.841.728/0001-04	MARIA DE FATIMA PIRES CANDIOTTO ME
24.879.009/0001-82	CHELYAN CALÇADOS E CONFECCÕES LTDA
25.016.320/0001-60	MARSIL INDUSTRIA DE TIJOLOS LTDA
25.074.915/0001-72	LUIZ CARLOS BORGES DE FREITAS ME
25.127.630/0001-52	INDAPEL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA
25.130.758/0001-75	LINDA VISTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA
26.673.434/0001-46	ELETROTEM COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS
26.712.802/0001-18	INDUSTRIA DE CONFECCÕES ALENCAR LTDA
26.719.427/0001-38	AZZEE MODA LTDA
26.731.679/0001-82	AUM SETE CONFECCÇÕES IND E COM LTDA ME
26.876.672/0001-59	SÃO LOURENÇO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA
26.880.781/0001-40	CAMPO EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES
26.895.805/0001-34	TENDENCIAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
26.916.031/0001-80	DIMAL DISTRIB DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
26.919.464/0001-90	GODIBEL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
33.349.507/0001-04	NOE TRATORES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
33.362.112/0001-41	TORRANO E MACHADO LTDA
33.547.985/0001-29	AGROPECUARIA JORDANA LIMITADA
33.555.533/0001-99	PROJETAR PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA
33.583.618/0001-80	ALARCAO E ALARCAO LTDA
36.851.301/0001-76	INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCÇÕES HOLY LTDA
36.857.001/0001-02	TRR OURO NEGRO DIESEL LTDA
36.861.177/0001-20	TKE ARTEFATOS DE COURO LTDA
36.861.888/0001-02	CEREALISTA FRUTO DA TERRA LTDA ME
37.037.280/0001-12	JOÃO ALBERTO ZENI
37.232.824/0001-05	JOSE CUSTODIO NAVES E FILHOS LTDA
37.251.279/0001-96	JB BISCOITOS LTDA
37.259.017/0001-78	COLEGIO EMBRAS LTDA
37.325.446/0001-04	LISBOA IND E COM DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA
37.408.457/0001-40	INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BAOBA LTDA
37.596.178/0001-57	SILVIO GRAZIANI E CIA LTDA
37.644.051/0001-66	BEIJA FLOR INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME
37.868.825/0001-32	ANTARES JEANS LTDA ME
73.430.092/0001-13	VERA CRUZ DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
86.781.812/0001-37	SEBASTIAO PAULO DA SILVA O MINEIRO
002.647.091-87	CICERO GOMES FLORENTINO
003.950.561-87	JONES EMRICH
013.140.251-04	JORGE AUGUSTO JUNGSMANN
015.261.628-49	JOAO MARCHESI NETO
017.046.561-68	JOSE ONOFRE DE CARVALHO
025.954.601-10	ADAO ALVES DOS SANTOS
036.010.131-34	LACERDY CARDOSO TEIXEIRA
040.139.481-68	WANDERLEY FERES
043.558.571-15	GERSOM SILVA
050.352.361-53	CARLOS HUMBERTO MARTINS
056.712.991-87	VALCIO LUIZ GONZAGA
057.868.601-59	JOSE PEREIRA NETO
066.777.706-72	ELMANOEL GOMES DA SILVA
068.070.891-04	REINALDO MENDONÇA
076.655.201-20	ALEXANDRE HERMES DE AZEVEDO
083.061.841-49	VALDIR NOGUEIRA DOS SANTOS
106.876.701-44	ALLAN KARDEC TEIXEIRA BARRETO
121.611.101-44	MINADABES PEREIRA BORGES
122.471.891-72	GILBERTO NUNES DE LIMA
124.309.191-68	WATERLOO NASCIMENTO DE FREITAS
125.599.461-49	OTAVIO MONTEIRO DAHER
128.552.194-34	RONALDO JOSE CAVALCANTI VIEIRA
129.040.581-68	RAFAEL DIAS PEREIRA
136.670.331-68	ALVARO TOLDA LIMA
136.712.781-53	ADERALDO CUNHA BARCELOS
136.877.781-34	CARLOS OSARIO LACERDA
142.874.206-91	MARCELO DIAS TRIVELATO
160.803.431-34	JOANA DARC ELIAS
168.199.001-63	FREDERICO GUILHERME DE FARIA SOUSA
184.192.161-00	PEDRO CARLOS DA JUSTA MOTA
191.147.021-34	AILTON NAVES RODRIGUES
192.014.431-53	FRANCISCO CESAR SIQUEIRA E SILVA
195.372.471-04	ANTONIO MARIA BARBOSA
196.561.226-15	MARIO ROSA DA SILVA
196.891.520-68	CARLOS TRENTIN
198.107.506-25	ILSON JOSE DOS SANTOS

209.143.186-91	AIRTON DOS SANTOS
209.153.141-34	GONÇALO LUIZ GAIVA
212.964.211-04	VILMAR ALVES DE SOUZA
215.543.741-20	LIDIA MARIA TRINDADE LIMA
223.730.201-49	JASIVA NOGUEIRA DE AVELAR MEIRELES
227.501.341-53	MARCO AURELIO DE MESQUITA
267.127.170-00	DAVENIR DE OLIVEIRA RAMOS
277.435.865-53	ENAR CASTRO FAGUNDES
286.426.606-78	JOSE CARLOS DE ASSIS
288.308.656-72	HELVECIO SCHLAVINATO JUNIOR
301.637.906-63	HILTON VILELA MEDEIROS
313.455.811-49	LUCIENE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA
316.003.521-20	SIRLEI LIMA BRAGA
319.902.401-78	CLEON BORGES
324.117.661-49	FERNANDO CAMPOS SANTAMARIA
330.714.461-87	ALBERTO SILVA MELO
355.846.611-04	VITOR ALEXANDRE DAVID DUARTE
413.679.441-04	ANITA NERCESSIAN
691.460.711-72	TEREZINHA CASSIMIRO ALVES
864.618.939-20	CARLA SIMONE DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 3 DE JULHO DE 2007

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS, abaixo identificada, no uso da competência outorgada pelo artigo 9º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003; art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; arts 9º a 17º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30/05/2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos ao art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, a PROCURADORA-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS, no seguinte endereço: Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira de Almeida, 210, Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.003-010.

Art 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA ORRO DE FREITAS COSTA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes), três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas Paes ou com o valor do recolhimento das parcelas do Paes inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, indicos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF e CNPJ das pessoas excluídas.  
Anexos - Excluídos  
Lote (DRFB: 01201)

CNPJ	NOME
00.108.041/0001-04	COMERCIAL PROGRESSO DE PAPEIS LTDA
00.418.491/0001-95	INSTALADORA RIBEIRO LTDA
00.746.255/0001-06	LANCHE AVENIDA LTDA
00.908.317/0001-20	DARLEY RESENDE DE SOUSA
01.010.919/0001-29	OTAVIR JEOVAH DE J MARQUES
01.015.787/0001-28	RINALDO RIBEIRO SIQUEIRA ME
01.083.526/0001-45	CONLIMGE LTDA
01.110.513/0001-18	TWD INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECCÇÕES LTDA
01.272.178/0001-54	BAIKAL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LIMITADA
01.709.987/0001-80	G & F INDUSTRIA DE PRE MOLDADOS LTDA
02.218.064/0001-99	ECSEL COMERCIO DE EXPLOSIVOS LTDA
02.529.105/0001-68	CARTOON MATERIAIS GRAFICOS E PAPELARIAS LTDA
02.777.530/0001-76	METALBARRA INDUSTRIA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA
03.362.811/0001-20	CONCRETUBO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
03.421.153/0001-09	FERRAGISTA RETIRO LTDA
03.853.199/0001-99	ADAUTO MARTINS PEIXOTO
25.033.416/0001-37	LIMPECON - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MAO - DE - OBRA LTDA
25.080.938/0001-90	E A LIZITA E CIA LTDA
25.122.490/0001-20	TERPLAG TERRAPLENAGEM E AGROPECUARIA LTDA
25.133.125/0001-10	RIOFIL - COMERCIO DE FILTROS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
26.662.478/0001-70	DN FREIOS DISTRUBUIDORA DE PEÇAS LTDA
33.550.591/0001-20	CONCRETEL CONCRETO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
33.602.863/0001-98	IPANEMA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
37.007.945/0001-45	SERRA NEGRA PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

37.255.361/0001-99	BELCON CONSTRUTORA LTDA
37.590.353/0001-07	SOM DA TERRA CERVEJARIA LTDA
37.613.320/0001-27	DISTRIBUIDORA VITORIA DE ALIMENTOS LTDA
86.848.579/0001-62	ANA MARIA G BARROS ME
003.017.871-15	ALCENIR MORAES DE OLIVEIRA
003.669.271-91	JOELCIO BARBOSA CARRIJO
010.798.161-00	ANTONIO CARLOS DE VELLASCO LIMA
025.811.671-49	RUY BENTO DE CAMARGO
025.877.261-15	ROBERTO FARIA SALOMAO
026.628.458-21	DULCINEIA DE SOUZA CARVALHO FUSSI
043.554.581-72	JOAO AMERICO DE OLIVEIRA
047.566.571-68	ADEMAR RIBEIRO DA SILVA
063.172.781-72	IRANDES CARLOS VIEIRA GARCIA
068.941.271-15	WATEVILO BENJAMIM COTRIM
080.930.078-81	ALESSANDRA TOLEDO MIGUEIS
088.481.301-00	OSWALDO OLIVEIRA FIGUEIREDO
091.192.561-91	VALDIR CLEMENTINO RIBEIRO
108.244.306-97	EDUARDO EUSTAQUIO REZENDE DE MIRANDA
124.572.481-91	RENATO VIEIRA DA SILVA
168.226.251-00	LUIZ RASMUSSEM JUNIOR
196.385.231-15	ANGELA MARIA ALVES DE LACERDA MATESCO
218.369.651-68	ELIEL LEITE
224.851.122-15	FRANCISCO FERREIRA RANGEL
242.502.871-49	FRANCISCO ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA
246.801.921-00	MARIO APARECIDO MOREIRA
301.832.601-63	LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS SOUSA
337.119.921-53	MARCO ANTONIO FERREIRA RIOS
431.842.191-00	CLEBER MARTIS
438.350.401-97	ALEXANDRO JORGE SKEFF
474.494.118-49	DALTON ALEXANDRE MAROSTICA
761.157.801-44	MAURICIO LUIZ CORREA
841.607.218-34	EUGENE DOUGLAS FERRELL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 74, DE 3 DE JULHO DE 2007

O SUBPROCURADOR-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, letras "o" e "r" do art. 52 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 138, de 1º de julho de 1997, do Ministro do Estado da Fazenda, e tendo em vista os art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e considerando a r. decisão liminar prolatada nos autos do Mandado de Segurança nº 2007.61.00.008257-7, em curso perante a 13ª Vara Cível Federal em São Paulo, 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, resolve:

Art.1º. Revogar a certidão conjunta positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida sob o código de controle nº 34EF.1AC8.F94C.7DDC, em favor de CAMARGO CORREA CIMENTOS S.A., CNPJ 62.258.884/0001-36, datada de 06 de junho de 2007.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO MARQUES COUTO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS  
4ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 5 DE JULHO DE 2007

Declara nulas inscrições, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), por vício na inscrição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 243, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda Nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no D.O.U. de 02 de maio de 2007, resolve:

1. Declarar nulas, por vício na inscrição, com fundamento no inciso II do artigo 30 da Instrução Normativa SRF Nº 748, de 2007, segundo o que consta dos respectivos processos administrativos, as seguintes inscrições no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ):



Processo n.º	CNPJ n.º	Nome Empresarial	Data do Efeito
19647.008606/2006-10	07816444/0001-49	J Bezerra de Vasconcelos Vestuários	10/01/2006
19647.008575/2006-05	24395402/0001-09	Guilherme Vieira de Souza ME	31/07/1989
19647.004197/2003-30	10408557/0001-10	Sebastião Pereira da Silva	09/06/1975
19647.009304/2005-88	02675071/0001-10	Comercial de Fios Têxtil C T M S LTDA	11/08/1998
19647.008287/2006-42	11508462/0001-30	Recife Móveis LTDA	28/08/1979
13407.000117/2005-85	01525103/0001-38	Jose Roberto Gomes do Nascimento Churrascaria ME	08/11/1996
13426.000020/2006-25	08407991/0001-33	Jose Marinho da Silva Frigorífico ME	28/12/1982
13818.000124/2004-64	00738848/0001-12	Rita Romualdo da Silva	07/08/1995
19647.009335/2005-39	11250131/0001-43	Carmem Lucia Garnier de Andrade	12/08/1983
19647.008456/2004-82	11573169/0001-57	Joseilson Jose da Silva	26/01/1981
19647.001785/2003-11	11259116/0001-66	Antonio Henrique de Queiroz Mendes	21/01/1977
19647.002081/2003-66	11425089/0001-54	Tânia Maria Farias Botelho	26/04/1978
19647.007793/2006-14	11414240/0001-59	Luzinete Ferreira de Lima	02/03/1978
10280.000986/2006-76	02302695/0001-91	Jucilene da Conceição da Silva Cravo ME	16/12/1997

2. Declarar nulas, por vício no ato de alteração contratual, com fundamento no inciso II do artigo 30 da Instrução Normativa SRF Nº 748/2007, segundo consta dos respectivos processos administrativos, as seguintes alterações de dados cadastrais no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ):

Processo nº	CNPJ Nº	Nome Empresarial	Data do Efeito
19647.009647/2005-42	08168221/0001-85	2ª. Alteração contratual - Movelaria Santa Helena LTDA	15/02/1984
19647.009614/2005-01	10919116/0001-82	Alteração contratual - Distribuidora Gávea LTDA	05/07/1991
10480.014081/2002-01	35607506/0001-48	6ª. Alteração contratual - Regis & Vieira LTDA	16/09/1999

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

7ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31,  
DE 29 DE JUNHO DE 2007

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Niterói-RJ, no uso de suas atribuições e com base no disposto no inciso I do artigo 30, da Instrução Normativa RFB nº 568, de 08/09/2005, considerando as peças que instruem o processo administrativo de nº 13736.000601/2006-63, resolve declarar NULA por vício no CNPJ a inscrição de nº 07.164.977/0001-93, da pessoa jurídica T L C DE SOUZA FARMACIA ME, em virtude de haver sido constatado vício no ato praticado perante o CNPJ.

MARCELO CRUZ PONTUAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25,  
DE 5 DE JULHO DE 2007

Cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF09 nº 97, de 19 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.04.661	ALEXANDRE DE SOUZA VILARINHO	023.184.869-21
9A.03.632	LUCIANO DE SOUZA ALVES	813.209.499-91
9A.04.862	THIAGO ALEXANDRE DE SOUZA	043.746.509-89
9A.04.446	ERASMO JOSE DA ROSA	051.281.169-56
9A.04.232	JAIR MANOEL ADRIANO	351.986.139-91
9A.03.965	ELIEZER ZIMMERMANN	032.164.719-00
9A.04.427	JULIANA CRISTINA MAFRA CORDOVA	042.540.579-62
9A.03.054	AURELIO HUGO GONZAGA JUNIOR	030.088.219-01
9A.04.872	SANDRA REGINA DE SOUZA	823.894.469-49
9A.04.437	LEONARDO MACHADO	030.926.709-90
9A.02.700	ANDRE LUIZ PHILIPSEN	031.268.249-27
9A.04.751	PAULO CESAR TOBIAS	040.557.049-09

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 50 do Decreto 646, de 9 de setembro de 1992, as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9D.02.544	ALEXANDRE DE SOUZA VILARINHO	023.184.869-21
9D.02.545	LUCIANO DE SOUZA ALVES	813.209.499-91
9D.02.546	THIAGO ALEXANDRE DE SOUZA	043.746.509-89
9D.02.547	ERASMO JOSE DA ROSA	051.281.169-56
9D.02.548	JAIR MANOEL ADRIANO	351.986.139-91
9D.02.549	ELIEZER ZIMMERMANN	032.164.719-00
9D.02.550	JULIANA CRISTINA MAFRA CORDOVA	042.540.579-62
9D.02.551	AURELIO HUGO GONZAGA JUNIOR	030.088.219-01
9D.02.552	SANDRA REGINA DE SOUZA	823.894.469-49
9D.02.553	LEONARDO MACHADO	030.926.709-90
9D.02.554	ANDRE LUIZ PHILIPSEN	031.268.249-27
9D.02.555	PAULO CESAR TOBIAS	040.557.049-09

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JANETE DE SOUZA MACENA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26,  
DE 5 DE JULHO DE 2007

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF09 nº 97, de 19 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.06.074	RICHARDSON CORDEIRO BIZZON	033.821.759-24
9A.06.075	LIO CESAR PEREIRA JUNIOR	043.493.339-24
9A.06.076	MARCOS PAULO AMARO	023.884.869-80
9A.06.077	TONY MAYCKON CORREA	056.621.599-39
9A.06.078	JULIAN BALESTRIN DE OLIVEIRA	061.388.019-62
9A.06.079	ADRIANA DE MAMAN	059.359.969-10
9A.06.080	ANDRESSA CRISTINE PEDRO	045.844.259-30
9A.06.081	STELLA AYRES NOGUEIRA SACHUK	043.858.159-84
9A.06.082	GUINThER SCHLICHTING	012.979.210-11
9A.06.083	DAIANE DE OLIVEIRA	064.921.209-65
9A.06.084	CLEITON VALDIR ROCHA	046.609.659-37
9A.06.085	EVELYN THAISY AGOSTINHO	060.142.139-61
9A.06.086	RODRIGO DE AVILA	051.333.529-30
9A.06.087	FERNANDA REGINA EMIDIO	052.842.639-79
9A.06.088	EDGAR DUTRA FURTADO	003.729.419-90
9A.06.089	PRISCILA CIDRAL COUTO	067.549.859-76
9A.06.090	JHONNY DIAS DUARTE	052.194.629-89
9A.06.091	GILMAR BORGES DA SILVA	046.148.589-37
9A.06.092	FERNANDO FELIPE RODRIGUES	468.064.079-00
9A.06.093	TOMPSON BELING	028.859.449-51
9A.06.094	ELENIR GIACOMELLI GALVAO	021.843.519-38
9A.06.095	RAFAELA GABARDO	041.291.659-25
9A.06.096	FRANCELLE FERREIRA MARTINS	048.397.209-67
9A.06.097	JOAO ALBERTO MAFFINI	166.955.699-91

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JANETE DE SOUZA MACENA

8ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25,  
DE 3 DE JULHO DE 2007

Declara a inaptidão dos contribuintes perante o Cadastro Nacional de Pessoa jurídica e a inidoneidade dos documentos fiscais por eles emitidos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 1º da Portaria de Delegação de Competência nº 199, publicada no DOU em 02 de setembro de 2003, convalidada pela Portaria nº 169, de 02 de maio de 2007, publicada no DOU em 16/05/2007 resolve:

Declarar INAPTAS as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) descritas abaixo, sujeitando-se os contribuintes aos efeitos previstos nos artigos 47 e 48 da IN RFB nº 748 de 28/06/2007, sendo considerados como inidôneos os documentos emitidos pelos contribuintes.

As declarações de inaptidão baseiam-se pela ausência da regularização cadastral e pelo não atendimento da intimação do edital publicado no DOU, sendo constatada a inexistência de fato dos contribuintes de acordo com o inciso III do art. 34 da IN RFB nº 748 de 28/06/2007, devido a não localização dos endereços da empresa e de seus titulares informados a RFB, conforme o inciso II do artigo 41 da IN/RFB citada acima.

PROCESSO: 10.314.007685/2005-58  
CONTRIBUINTE: DRAV DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA  
CNPJ: 05.824.379/0001-78  
Efeitos da inaptidão: a partir de 29/06/2005

ALEXANDRE VIVANCO BLANCO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28,  
DE 4 JULHO DE 2007

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ - SP, usando da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 160 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2007, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e o que consta no processo administrativo nº 13839.002134/2007-39, resolve:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 698.886 (Seiscentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e seis) selos de controle amarelo, tipo Uísque, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, ao contribuinte DIAGEO BRASIL LTDA., CNPJ nº 62.166.848/0005-76, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 0812400/032, na categoria de Importador, conforme tabela abaixo:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do produto
163.788	13.649	White Horse	Em caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, 8 anos
20.832	1.736	Logan	Em caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, 12 anos
9.888	824	J&B RARE	Em caixas de 12 garrafas de 1 litro, 8 anos
966	161	J&B RESERVE	Em caixas de 06 garrafas de 750 ml, 15 anos
720	120	Johnnie Walker Blue Label	Em caixas de 06 garrafas de 1 litro, 40GL, 25 anos
2652	442	Dimple Deluxe	Em caixas de 06 garrafas de 1 litro, 40GL, 15 anos
2700	225	Johnnie Walker Green Label	Em caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, 15 anos
415.968	34.664	Johnnie Walker Red Label	Em caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, 8 anos
59.424	4.952	Johnnie Walker Black Label	Em caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, 12 anos
2.172	181	Johnnie Walker Gold Label	Em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 18 anos
19.776	3.296	Black & White	Em caixas de 06 garrafas de 1 litro, 40GL, 8 anos

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

9ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 123,  
DE 6 DE JULHO DE 2007

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o disposto nos artigos 268, 272, 274 e 280 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e face ao que consta no processo administrativo nº 10945.000578/2005-72, declara:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/FOZ nº 48, de 19 de julho de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 21/07/2005, que passa a vigorar com as seguintes alterações:





"Art. 2º Este Ato Declaratório autoriza o estabelecimento acima discriminado a adquirir selos de controle para aplicação nos seguintes produtos:

Produto	Marca Comercial	Capacidade
Aguardente composta com carvalho	Black Label Oxford	900 ml
Licor de canela fino	Lucena	900 ml
Vinho branco composto vermute doce	Milano	900 ml
Jurubeba seco	Caxangá	900 ml
Vinho tinto composto vermute doce	Milano	900 ml
Conhaque de gengibre	Bulsac	900 ml
Vodka	Petraska	900 ml
Amargo bitter	Condor	900 ml
Aguardente de cana	Nativa	900 ml
Licor de menta ou peppermint fino	Lucena	900 ml
Batida de limão	Nativa	900 ml
Batida de coco	Nativa	900 ml
Batida de amendoim	Nativa	900 ml
Aperitivo de raiz amarga	Raiz Amarga Nativa	900 ml
Vinho branco composto com catuaba doce	Força Nativa	900 ml
Aguardente de cana adoçada	Oncinha	965 ml
Aguardente de cana adoçada	Teleco Teco	965 ml
Cachaça	Oncinha	965 ml"

Art. 3º - Fica mantido o número de inscrição no Registro Especial concedido através do Ato Declaratório DRF/FOZ nº 48, de 19 de julho de 2005, qual seja, a inscrição nº 09106/001.

Art. 4º - A empresa fica obrigada a adotar as seguintes providências, na ocorrência das situações apontadas:

I - encaminhar a esta Delegacia cópia dos documentos de alterações ocorridas nos elementos constantes do artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 504/2005, no prazo de trinta dias contados de sua efetivação;

II - comunicar a produção ou o engarrafamento de novos produtos, de nova marca comercial, utilização de recipientes de capacidades diferentes daquelas citadas;

III - comunicar a aquisição ou alienação de máquinas e equipamentos industriais que impliquem na alteração da capacidade de produção do estabelecimento, bem como a desativação de unidade industrial.

Parágrafo único - A empresa deverá continuar atendendo a todos os requisitos que condicionaram a concessão do presente registro especial, sob pena de seu cancelamento, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa SRF nº 504/2005.

Art. 5º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO TRAGANCIN

10ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38,  
DE 29 DE JUNHO DE 2007

Declara redução de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no produto que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 238, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2007, e tendo em vista o que consta do processo nº 11020.003429/2006-31, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 65, inciso I, do Regulamento do IPI aprovado pelo Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que Montecarlo Indústria de Bebidas Ltda., CNPJ nº 90.999.392/0001-37, estabelecida em Flores da Cunha (RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório, conforme a Nota Complementar NC (22-1) da TIPI de que trata o Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, à redução de cinquenta por cento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente no produto denominado Refrigerante de Pomelo, marca Bonanza, registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº RS - 08633 00025-8 e acondicionado em recipiente PET de dois litros.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39,  
DE 29 DE JUNHO DE 2007

Declara redução de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no produto que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 238, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2007, e tendo em vista o que consta do processo nº 11020.003428/2006-96, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 65, inciso I, do Regulamento do IPI aprovado pelo Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que Montecarlo Indústria de Bebidas Ltda., CNPJ nº 90.999.392/0001-37, estabelecida em Flores da Cunha (RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório, conforme a Nota Complementar NC (22-1) da TIPI de que trata o Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, à redução de cinquenta por cento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente no produto denominado Refrigerante de Laranja, marca Bonanza Laranjinha, registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº RS - 08633 00026-6 e acondicionado em recipiente PET de dois litros.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40,  
DE 29 DE JUNHO DE 2007

Declara redução de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no produto que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 238, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2007, e tendo em vista o que consta do processo nº 11020.003430/2006-65, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 65, inciso I, do Regulamento do IPI aprovado pelo Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que Montecarlo Indústria de Bebidas Ltda., CNPJ nº 90.999.392/0001-37, estabelecida em Flores da Cunha (RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório, conforme a Nota Complementar NC (22-1) da TIPI de que trata o Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, à redução de cinquenta por cento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente no produto denominado Refrigerante de Laranja de Baixa Caloria, marca Bonanza, registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº RS - 08633 00036-3 e acondicionado em recipiente PET de dois litros.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41,  
DE 29 DE JUNHO DE 2007

Declara redução de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no produto que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 238, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2007, e tendo em vista o que consta do processo nº 11020.003431/2006-18, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 65, inciso I, do Regulamento do IPI aprovado pelo Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que Montecarlo Indústria de Bebidas Ltda., CNPJ nº 90.999.392/0001-37, estabelecida em Flores da Cunha (RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório, conforme a Nota Complementar NC (22-1) da TIPI de que trata o Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, à redução de cinquenta por cento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente no produto denominado Refrigerante de Uva de Baixa Caloria, marca Bonanza, registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº RS - 08633 00037-1 e acondicionado em recipiente PET de dois litros.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42,  
DE 29 DE JUNHO DE 2007

Declara redução de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no produto que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 238, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2007, e tendo em vista o que consta do processo nº 11020.003432/2006-54, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 65, inciso I, do Regulamento do IPI aprovado pelo Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que Montecarlo Indústria de Bebidas Ltda., CNPJ nº 90.999.392/0001-37, estabelecida em Flores da Cunha (RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório, conforme a Nota Complementar NC (22-1) da TIPI de que trata o Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, à redução de cinquenta por cento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente no produto denominado Refrigerante de Limão de Baixa Caloria, marca Bonanza, registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº RS - 08633 00035-5 e acondicionado em recipiente PET de dois litros.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43,  
DE 29 DE JUNHO DE 2007

Declara redução de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no produto que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 238, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2007, e tendo em vista o que consta do processo nº 11020.003433/2006-07, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 65, inciso I, do Regulamento do IPI aprovado pelo Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que Montecarlo Indústria de Bebidas Ltda., CNPJ nº 90.999.392/0001-37, estabelecida em Flores da Cunha (RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório, conforme a Nota Complementar NC (22-1) da TIPI de que trata o Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, à redução de cinquenta por cento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente no produto denominado Refrigerante Misto de Guaraná e Açaí, marca Bonanza, registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº RS - 08633 00039-8 e acondicionado em recipiente PET de dois litros.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44,  
DE 3 DE JULHO DE 2007

Declara habilitada ao regime previsto na IN SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 238, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 95, de 30 de abril de 2007, e tendo em vista o que consta do processo nº 11020.000252/2007-00, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 6º da Instrução Normativa SRF nº 595/2005, que JCC Toigo S A Indústria e Comércio de Móveis, CNPJ nº 02.575.669/0001-37, situada na Rua Bolzano, 230 - São Gotardo - Flores da Cunha (RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, à aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), observadas as exigências contidas na IN SRF nº 595/2005.

MIGUEL PLETSCH

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.019, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

Prorroga situação de emergência no Município de Itati -RS.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, Considerando o Decreto nº 025, de 03 de junho de 2007, do Município de Itati, devidamente homologado pelo Decreto nº 45.105, de 21 de junho de 2007, do Estado do Rio Grande do Sul, Considerando as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.001492/2007-92, e Considerando, ainda, a Portaria Ministerial nº 933, de 20 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º Prorrogar a situação de emergência, em virtude de enxurradas, no Município de Itati, por mais noventa dias, contados a partir de 03 de junho de 2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEDDEL VIEIRA LIMA

(\*) Republicada por ter saído no DOU nº 129, de 6-7-2007, Seção 1, pág. 43, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 1.020, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

Prorroga situação de emergência no Município de Mampituba -RS.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, Considerando o Decreto nº 021, de 02 de junho de 2007, do Município de Mampituba, devidamente homologado pelo Decreto nº 45.105, de 21 de junho de 2007, do Estado do Rio Grande do Sul,

Considerando as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.001493/2007-37, e

Considerando, ainda, a Portaria Ministerial nº 695, de 18 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 20 de abril de 2007, resolve:

Art. 1º Prorrogar a situação de emergência, em virtude de enxurrada, no Município de Mampituba, por mais noventa dias, contados a partir de 02 de junho de 2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEDDEL VIEIRA LIMA

(\*) Republicada por ter saído no DOU nº 129, de 6-7-2007, Seção 1, págs. 43 e 44, com incorreção no original.

#### PORTARIA Nº 1.023, DE 4 DE JULHO DE 2007 (\*)

Prorroga situação de emergência no Município de Terra de Areia -RS.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, .

Considerando o Decreto nº 029, de 05 de junho de 2007, do Município de Terra de Areia, devidamente homologado pelo Decreto nº 45.105, de 21 de junho de 2007, do Estado do Rio Grande do Sul,

Considerando as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.001498/2007-60, e

Considerando, ainda, a Portaria Ministerial nº 934, de 20 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 25 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º Prorrogar a situação de emergência, em virtude de enxurrada, no Município de Terra de Areia, na área rural, por mais noventa dias, contados a partir de 05 de junho de 2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEDDEL VIEIRA LIMA

(\*) Republicada por ter saído no DOU nº 129, de 6-7-2007, Seção 1, pag. 44, com incorreção no original.

## Ministério da Justiça

### DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA

#### ALVARÁ Nº 859, DE 2 DE MAIO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08255.025537/2006-04-SR/DPF/BA; resolve:

Conceder autorização à empresa CETAF CENTRO TARGET DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ/MF nº 03.114.722/0001-65, sediada no Estado da BAHIA para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, petrechos para recarga de munição nas seguintes quantidades e natureza: 1.000 (UM MIL) ESTOJOS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 38, 28.000 (VINTE E OITO MIL) ESPOLETAS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 38, 28.000 (VINTE E OITO MIL) PROJÉTEIS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 38 E 6.000 (SEIS MIL) GRAMAS DE PÓLVORA.

ESTA AUTORIZAÇÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

#### ALVARÁ Nº 973, DE 16 DE MAIO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08451.000015/2007-56-DPFB/CXS/RS; resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURANÇA VENETO LTDA., CNPJ/MF nº 92.868.108/0001-19, sediada no Estado do RIO GRANDE DO SUL para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 10 (DEZ) REVÓLVERES CALIBRE 38 E 100 (CEM) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

ESTA AUTORIZAÇÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

#### ALVARÁ Nº 1.031, DE 25 DE MAIO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como despacho exarado nos autos do Processo nº 08455.011910/2007-66-SR/DPF/RJ, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa ANZEN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.281.961/0001-06, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA e habilitada a exercer a atividade de ESCOLTA ARMADA, tendo como sócios VANESSA TESCH DE ARAUJO IANTORNO DE JESUS e ALCIDES IANTORNO DE JESUS FILHO, para efeito de exercer suas atividades no estado do RIO DE JANEIRO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

#### ALVARÁ Nº 1.078, DE 29 DE MAIO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08512.005449/2007-81 - DE-LESP/SP; resolve:

Conceder autorização à empresa MACOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ/MF nº 02.232.892/0001-81, sediada no Estado de SÃO PAULO, para adquirir: da empresa SERVICE MASTER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 05.438.074/0001-28, com sede no Estado de SÃO PAULO.

ESTA AUTORIZAÇÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

#### ALVARÁ Nº 1.200, DE 26 DE JUNHO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como despacho exarado nos autos do Processo nº 08455.097605/2006-72-SR/DPF/RJ, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa HUSKY - ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.138.776/0001-35, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA e habilitado a exercer as atividades de ESCOLTA ARMADA e SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA, tendo como sócios ANTONIO DE LIMA CLETO FILHO e ADERBAL DE SOUZA BASTOS, para efeito de exercer suas atividades no estado do RIO DE JANEIRO.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

#### ALVARÁ Nº 1.203, DE 26 DE JUNHO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08512.016202/2006-17-DE-LESP/SP; resolve:

Conceder autorização à empresa HABILE - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ/MF nº 01.586.487/0001-07, sediada no Estado de SÃO PAULO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 05 (CINCO) REVÓLVERES CALIBRE 38 E 90 (NOVENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

ESTA AUTORIZAÇÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

#### ALVARÁ Nº 1.205, DE 26 DE JUNHO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08295.010584/2007-50-SR/DPF/GO; resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO-OESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 04.701.639/0001-55, sediada no Estado de GOIÁS para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 03 (TRÊS) REVÓLVERES CALIBRE 38 E 30 (TRINTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

ESTA AUTORIZAÇÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

#### ALVARÁ Nº 1.212, DE 28 DE JUNHO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08068.000336/2007-84-DPF/MOS/RN; resolve:

Conceder autorização à empresa SFE & CTV ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ/MF nº 08.469.988/0001-44, sediada no Estado do Rio Grande do Norte, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas, cartuchos de munição e petrechos para recarga nas seguintes quantidades e natureza: 14.040 (QUATORZE MIL E QUARENTA) GRAMAS DE PÓLVORA PARA MUNIÇÃO CALIBRE 38; 13.104 (TREZE MIL, CENTO E QUATRO) GRAMAS DE PÓLVORA PARA MUNIÇÃO CALIBRE 380; 16.848 (DEZESSEIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E OITO) GRAMAS DE PÓLVORA PARA MUNIÇÃO CALIBRE 12; 56.160 (CINQUENTA E SEIS MIL CENTO E SESSENTA) ESPOLETAS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 38; 37.440 (TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA) ESPOLETAS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 380; 10.800 (DEZ MIL E OITOCENTOS) ESPOLETAS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 12; 56.160 (CINQUENTA E SEIS MIL, CENTO E SESSENTA) ESTOJOS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 38; 37.440 (TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA) ESTOJOS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 380; 10.800 (DEZ MIL E OITOCENTOS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12; 56.160 (CINQUENTA E SEIS MIL, CENTO E SESSENTA) PROJÉTEIS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 38; 37.440 (TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA) PROJÉTEIS PARA MUNIÇÃO CALIBRE 380; 372 (TREZENTOS E SETENTA E DOIS) KG DE CHUMBO; 05 (CINCO) REVÓLVERES CALIBRE 38; 01 (UMA) ESMINGARDA CALIBRE 12; 01 (UMA) PISTOLA CALIBRE 380.

ESTA AUTORIZAÇÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

#### ALVARÁ Nº 1.221, DE 29 DE JUNHO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08455.024008/2007-18-SR/DPF/RJ; resolve:

Conceder autorização à empresa ANZEN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº 06.281.961/0001-06, sediada no Estado do RIO DE JANEIRO, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 08 (OITO) REVÓLVERES CALIBRE 38 E 130 (CENTO E TRINTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

ESTA AUTORIZAÇÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO.

GETÚLIO BEZERRA SANTOS

#### ALVARÁ Nº 1.233, DE 2 DE JULHO DE 2007

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como despacho exarado nos autos do Processo nº 08506.004948/2007-30-CV/DPFB/CAS/SP, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA PAULISTA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.342.688/0001-50, especializada na prestação de serviços de CURSO DE FORMAÇÃO, tendo como sócios DEUCI FÁTIMA SOARES e DENILSE SUELI SOARES MOTA, para efeito de exercer suas atividades no estado de SÃO PAULO.

GETULIO BEZERRA SANTOS





SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA  
Em 6 de julho de 2007

Nº 429 - Ato de Concentração nº 08012.008409/2007-21. Reque-  
rentes: Bio-Rad Laboratories, Inc e Diamed Holding Ag. Advs: Ama-  
deu Carvalhaes Ribeiro e Outros. Acolho a Nota Técnica de fls.,  
aprova da pela Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Eco-  
nômica, Dra. Ana Paula Martinez, cujos termos passam a integrar esta  
decisão, como sua motivação. Opino, conseqüentemente, pela apro-  
vação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado  
ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cum-  
primento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei 8.884/94.

Nº 430 - Ato de Concentração nº 08012.008625/2007-77. Reque-  
rentes: CPQ Holdings LLC e PQ Corporation. Advs: Amadeu Car-  
valhaes Ribeiro e Outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprova da  
pela Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra.  
Ana Paula Martinez, cujos termos passam a integrar esta decisão,  
como sua motivação. Opino, conseqüentemente, pela aprovação do  
ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Con-  
selho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimen-  
to ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei 8.884/94.

Nº 431- Ato de Concentração nº 08012.008007/2007-27. Reque-  
rentes: Elster Group Gmbh e Coronis Systems S/A. Advs: Amadeu Car-  
valhaes Ribeiro e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94,  
acolho a Nota Técnica de fls., aprova da pela Diretora do Departamen-  
to de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Ana Paula Martine-  
z, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua moti-  
vação. Defiro, conseqüentemente, o pedido de tratamento confi-  
dencial de informações, nos termos da referida nota. Opino, ainda,  
pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser  
encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica -  
CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da men-  
cionada Lei.

Nº 432 - Ato de Concentração nº 08012.002402/2007-04. Reque-  
rentes: Volkswagen AG e Scania AB. Advs: Viviane N. Araújo Lima  
e Outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprova da pela Diretora do  
Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Ana Paula Mar-  
tinez, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua moti-  
vação. Opino, conseqüentemente, pela aprovação do ato, sem res-  
trições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Ad-  
ministrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao  
disposto no § 6º do art. 54 da Lei 8.884/94.

Nº 433 - Processo Administrativo nº 08012.012410/99-15. Repre-  
sentante: Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Mar-  
keting Direto e Conexos. Representadas: Telecomunicações de São  
Paulo S/A e Atento Brasil Ltda.. Advs: Luciano Mariano de Santana,  
Luciano Inácio de Souza, Newton Júlio Mangoni e outros. Acolho a  
Nota Técnica de fls., aprova da pela Diretora do Departamento de  
Proteção e Defesa Econômica, Dra. Ana Paula Martinez, e, com  
fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à  
presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pelo  
encerramento da fase instrutória, notificando-se as Representadas para  
apresentação de suas alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias, a  
ser contado em dobro, nos termos do art. 39 da Lei n. 8.884/94 e do  
art. 54 da Portaria MJ n. 04/2006.

Nº 434 - Averiguação Preliminar nº 08012.000387/2000-03. Repre-  
sentante: Associação Brasileira de Acesso, Serviços e Informações de  
Provedores de Internet - Abranet-SP. Representadas: Telecomunica-  
ções de São Paulo S/A - Telefônica, Bradesco S/A, Unibanco - União  
de Bancos Brasileiros S/A, IG (Vladivostok Comercial Ltda.) e Terra  
Livre (Ces Interpatent Ltda.). Advs.: Gisaldo do Nascimento Pereira,  
Cristiane Romano, Daniela Crepaldi Aiub, Gabriela Watson, Adriana  
Franco Giannini, Jussara Costa Melo e outros. Acolho a Nota Técnica  
de fls., aprova da pela Diretora do Departamento de Proteção e Defesa  
Econômica, Dra. Ana Paula Martinez, e, com fulcro no §1º do art. 50,  
da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, in-  
clusive como sua motivação. Decido, pois, pelo arquivamento da Ave-  
riguação Preliminar por entender pela não-configuração de infração  
de infração à ordem econômica. Recorro de ofício ao CADE, nos  
termos do art. 31 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e do art.  
50 da Portaria MJ nº 4/2006.

Nº 435 - Averiguação Preliminar nº 08012.002819/2006-88. Repre-  
sentante: Vera Regina Twardowski. Representada: Unimed Petrópolis  
- Cooperativa de Trabalho Médico. Advogada: Vera Regina Twar-  
dowski. Acolho a Nota Técnica da CGAJ, de fls., aprova da pela  
Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Drª Ana  
Paula Martinez, integrando as suas razões à presente decisão, in-  
clusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento da Ave-  
riguação Preliminar, consoante o art. 31 da Lei nº 8.884/94, bem  
como o art. 50 da Portaria nº 04, de 05 de janeiro de 2006, por  
entender insubsistentes os indícios de infração à ordem econômica.  
Encaminhe-se ao CADE, com recurso de ofício.

Nº 436 - Averiguação Preliminar nº 08012.002112/00-88. Represen-  
tante: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de  
Araxá - MG. Representada: Unimed Araxá - Cooperativa de Trabalho  
Médico. Acolho a Nota Técnica da CGAJ, de fls., aprova da pela  
Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Drª Ana  
Paula Martinez, integrando as suas razões à presente decisão, in-  
clusive como sua motivação. Considerada a suficiência de indícios de  
infração à ordem econômica, decido, pois, pela instauração de pro-  
cesso administrativo em desfavor da representada, com fim de ser

apurada a existência de conduta infringente à ordem econômica, pas-  
sível de enquadramento no art. 20, incisos I e IV c/c art. 21, incisos  
IV e V, da Lei nº 8.884/94. Notifique-se a representada, nos termos  
dos §§ 1º e 2º , do art. 33 do mesmo diploma legal. Intime-se a  
SEAE/MF para fins do art. 38, da Lei nº 8.884/94.

MARIANA TAVARES DE ARAUJO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE  
Em 6 de julho de 2007

Nº 341. Determino a divulgação dos seguintes atos de concentra-  
ção econômica protocolados, nos termos do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11  
de junho de 1994, e do art. 39 da Portaria MJ nº 4, de 5 de janeiro  
de 2006:

AC nº 08012.009182/2007-31. Rqtes.: CARGILL AGRÍCOLA  
("CARGILL") e CARLOS CRAMER PRODUTOS AROMÁTICOS  
DO BRASIL LTDA. ("CRAMER"). Operação: aquisição, pela CRA-  
MER, da totalidade dos ativos da linha de fragrâncias da CARGILL,  
localizados em Cosmópolis, Estado de São Paulo. O setor de ati-  
vidades em que ocorreu o ato notificado é o de indústria química e  
petroquímica.

AC nº 08012.009197/2007-08. Rqtes.: JÚLIO SIMÕES TRANSPOR-  
TES E SERVIÇOS LTDA. e LUBIANI TRANSPORTES LTDA..  
Operação: aquisição, pela JULIO SIMÕES TRANSPORTES E SER-  
VIÇOS LTDA., da totalidade das quotas representativas do capital  
social da LUBIANI TRANSPORTES LTDA.. O setor de atividades  
em que ocorreu o ato notificado é o de serviços de transporte e  
armazenagem e o de serviços gerais.

AC nº 08012.009268/2007-68. Rqtes.: HONEYWELL INTERNA-  
TIONL, INC ("HONEYWELL") e DELFT INSTRUMENTS B.V.  
("DELFT INSTRUMENTS"). Operação: aquisição, pela HO-  
NEYWELL, da totalidade do capital social emitido da ENRAF HOL-  
DING B.V. ("ENRAF"), subsidiária integral da DELFT, incluindo  
suas subsidiárias e todas as participações societárias detidas por ela.  
O setor de atividades em que ocorreu o ato notificado é o de indústria  
mecânica leve.

AC nº 08012.009281/2007-13. Rqtes.: REXAM INC. ("REXAM") e  
OWENS ILLINOIS PLÁSTICOS DO BRASIL LTDA. ("O-I PLÁ-  
STICOS"). Operação: aquisição, pela REXAM, de 100% do capital  
social da OI PLASTIC PRODUCTS FTS INC., que corresponde à  
divisão de plásticos do GRUPO OWENS-ILLINOIS. O setor de ati-  
vidades em que ocorreu o ato notificado é o de indústria de plásticos  
e borrachas - embalagens.

AC nº 08012.009282/2007-68. Rqtes.: EATON CORPORATION  
INC. (EATON") e MGE UPS SYSTEMS. Operação: aquisição, pela  
EATON, do controle exclusivo sobre o negócio da MGE UPS SYS-  
TEMS de pequenos aparelhos de fornecimento ininterrupto de energia  
detido pela SCHNEIDER. O setor de atividades em que ocorreu o ato  
notificado é o de indústria de plásticos e borrachas, o de indústria  
mecânica, o de indústria eletroeletrônica e o de indústria automo-  
bilística e de transporte.

AC nº 08012.009285/2007-00. Rqtes.: COMPANHIA PROVIDÊN-  
CIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO ("PROVIDÊNCIA"), DUOTEX  
MANAGEMENT LLC ("DUOTEX"), ALEXANDRE LEON TEIG  
("SR. ALEXANDRE"), JACQUELINE KATTAN BEDA ("SRA. JA-  
QUELINE") e ISOFILME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁ-  
STICOS LTDA. ("ISOFILME"). Operação: aquisição, pela PROVI-  
DÊNCIA, da totalidade das ações emitidas pela ISOFILME. O setor  
de atividades em que ocorreu o ato notificado é o de indústria têxtil  
e de produtos de couro.

AC nº 08012.009311/2007-91. Rqtes.: INTERNATIONAL BUSI-  
NESS MACHINES CORPORATION ("IBM"). Operação: aquisição  
do controle da TELEOLOGIC, por meio de oferta pública, cujo prazo  
para aceite é de 05 de julho de 2007 a 01 de agosto de 2007. O setor  
de atividades em que ocorreu o ato notificado é o de indústria de  
informática e telecomunicações - software.

DIEGO FALECK

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA  
ECONÔMICA  
COORDENAÇÃO-GERAL  
DE CONTROLE DE MERCADO

DESPACHOS DA COORDENADORA  
Em 5 de julho de 2007

Nº 197 - Ato de Concentração nº 08012.003860/2007-52. Reque-  
rentes: Reed Participações Brasil Ltda e Outras. Advs: Eduardo Car-  
valho Tess Filho, Cláudio Antonio Mesquita Pereira e Outros. Con-  
siderando o descumprimento do despacho de fls. 610, publicado no  
D.O.U do dia 30/05/2007, bem como o disposto no artigo 29 da  
Portaria MJ 4/2006, autuem-se as folhas 5, 14, 15 e 16 da versão  
confidencial do Anexo I, numeradas como fls. 137, 146, 147 e 148,  
atuadas em apartado confidencial nos autos públicos. Após, volte-me  
concluso.

Nº 195 - Ato de Concentração nº 08012.009123/2007-63. Reque-  
rentes: Flextronics International Ltd e Solectron Corporation. Advs:  
Mauro Grinberg e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e  
o Capítulo VIII da Portaria/MJ nº . 4, de 06 de janeiro de 2006, defiro  
o pedido de tratamento confidencial solicitado. Dê-se ciência ao Con-  
selho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de  
Acompanhamento Econômico - SEAE. Publique-se.  
Nº . 196. Ref: Ato de Concentração nº 08012.009146/2007-78. Re-  
querentes: Avaya Inc; Silver Lake Partners III, L. P. e TPG Partners  
V, L. P. Advs: Bruno de Luca Drago e Outros. Em conformidade com  
a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII da Portaria/MJ nº . 4, de 06 de  
janeiro de 2006, defiro o pedido de tratamento confidencial solicitado.  
Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica -  
CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE.

CAMILA KULAIF SAFATLE

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS  
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de permanência, face à completa instrução  
dos autos, visto que o estrangeiro se enquadra nos termos do Art.75,  
II, "a" da Lei 6.815/80.

Processo nº 08270.011037/2004-27 - Jean-Jacques Pierre Fe-  
lix Mandagot

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, face à completa  
instrução dos autos, visto que o estrangeiro se enquadra nos termos  
do Art.75, II, "b" da Lei 6.815/80.

Processo nº 08460.001344/2005-43 - Manuel Celestino Pi-  
res

Processo Nº 08505.040328/2006-93 - Cecilio Mamani Or-  
tega e Maclovia Ochoa Ordunez  
Estando os autos devidamente instruídos, DEFIRO o pedido  
de Republicação, nos termos da Portaria 02 de 18/05/05.

Processo nº 08270.006765/2004-17 - Norbert Artur Schulte  
Processo nº 08280.016391/2002-67 - James Nicolas Gachet  
Processo nº 08339.000581/2005-92 - Reina Ester Areco Zor-  
rilla

Processo nº 08460.009709/94-28 - Eridania Roque Altami-  
rano Fernandes

Processo nº 08505.031576/2003-09 - Sebastiana Centurion  
Processo nº 08505.056507/2006-42 - Konstantinos Pappas  
Estando os autos devidamente instruídos, DEFIRO o pedido  
de Republicação, para RAWIA ASSAD LTAIF, nos termos da Por-  
taria 02 de 18/05/05.

Processo nº 08389.007506/99-76 - Najib Kassem Abou  
Ltaif

INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 14/08/03-DOU pg.17, fls.82v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08270.000211/2001-63 - Bertha Mejean Estu-  
blier

INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 28/05/03-DOU pg.46, fls.18v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08336.000974/98-45 - Ivan Antezana Ayala  
INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 17/06/04-DOU pg.47, fls.82v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08505.008835/2001-28 - Rabie El Ouariachi  
INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 05/05/03-DOU pg.57, fls.49v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08506.000107/00-61 - Jonathan Rowen  
INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 10/01/02-DOU pg.128, fls.39v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08505.009110/00-96 - Marcelo Daniel Romero  
Kochenski

INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 07/02/03-DOU pg.51, fls.26v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08441.000502/99-85- Timoteo de Los Santos  
Silva

INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 10/10/96-DOU pg.20298, fls.27v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08505.015020/94-60 - Wilmer Luis Lariguet  
INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 26/05/03-DOU pg.54, fls.124v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08501.000398/93-63 - Richard Jonathan War-  
ner

INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato  
Indeferitório publicado em 01/04/96-DOU pg.5375, fls.35v do feito,  
pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08505.015018/86-16 - Nestor Correa Acosta  
INDEFIRO o(s) pedido(s) de Republicação pelo não cum-  
primento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08336.000163/90-13 - Marcos Burgos Anazgo  
Processo Nº 08505.008874/2001-25 - Shu Izawa  
Processo Nº 08505.009371/2001-77 - Alfredo Garcia Go-  
mez

Processo Nº 08286.000795/2001-06 - Craig Carlton Quantz  
Processo Nº 08310.002352/00-45 - Randall Timothy Ger-  
ber

Processo Nº 08505.015513/2001-35 - Willem Gerrit de Jon-ge

Processo Nº 08340.000152/00-82 - Maria Delia Martinez

Processo Nº 08280.004155/2001-17 - Carlos Ramon Brito Guzman

Processo Nº 08335.000284/2003-15 - Vicente Coronel Men-doza

Processo Nº 08400.019465/2002-11 - Gunther Andreas Fritz

Processo Nº 08339.000917/2001-93 - Rosela Armoa Ojeda Alves

Processo Nº 08260.000328/2002-47 - Domenico Turco

Processo Nº 08444.012112/2000-12 - Julio Jose Sanchez

Processo Nº 08505.008925/2003-81 - Jorge Gustavo Lopez Silva

Processo Nº 08295.003589/2001-31 - Romano Cinotti

Processo Nº 08297.003586/2001-87 - Rosa Rodrigues Por-telinha da Silva

Processo Nº 08504.009490/2003-00 - Richard August Be-cker

Processo Nº 08339.001233/2003-71 - Maria Alicia Moreira Maldonado

Processo Nº 08436.000660/2002-52 - Serrana Jardim Tadeo

Processo Nº 08475.003147/00-97 - Natalia do Sacramento Tudela Pena Ferreira

Processo Nº 08436.002306/2003-43 - Junko Nagai

Processo Nº 08441.000678/93-04 - Hector Washington Conti Iniesta

Processo Nº 08505.005589/93-81 - Patricio Hernan Maturana Arce, Dilia Ines Farias Velasquez, Pia Loreto Veronica Maturana Farias e Raimundo Nicolas Maturana Farias

Processo Nº 08337.000625/2001-71 - Jose Reys Montenegro Altamirano, Beti Nuemi Jaramillo Quezada, Gabriela Johana Mon-tenegro Jaramillo e Luis Angel Montenegro Jaramillo

INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por falta de cum-primento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08432.000010/2002-47 - Mustafa Abdallah Mustafa Hussein

Processo Nº 08437.000088/99-28 - Narciso Eric Manavella Delgado

Processo Nº 08437.001017/2003-17 - Antony Elbio Torres Segredo

Processo Nº 08444.003300/2004-75 - Jason Michael Hollar, Jacob Michael Hollar e Kerry Ann Hollar

Processo Nº 08444.003942/2001-21 - Ernesto Martin Ruiz

Processo Nº 08505.000716/2005-51 - Hector Julio Mongui Estupinan, Diana Marcela Cardona Salazar e Maria Isabel Perez Car-dona

Processo Nº 08505.000747/2003-40 - Suhail Amin Mustafa Saad

Processo Nº 08505.000766/2005-38 - Meizhen Jiang

Processo Nº 08505.000956/2004-74 - Tiburcio Vilca Calle, Adelaida Luisa Tupa Calle de Vilca e Ana Maria Vilca Tupa

Processo Nº 08505.009059/2003-45 - Laura Cuaquira De Paton e Elmer Nojue Lliulli Cuaquira

Processo Nº 08505.011012/2004-22 - Sang Kug Son, Hee Jin Kim e Young Woo Son

Processo Nº 08506.000555/2001-61 - Walter Yuri Pedraza Peñaloza

Processo Nº 08506.004982/2004-61 - Hugo Antonio Ace-renza Gonzales

Processo Nº 08506.006762/2002-19 - Samer Georges El Ar-ja

Processo Nº 08506.008382/2002-19 - Virginia Mareco Mena e Reinaldo David Mareco

Processo Nº 08506.009749/2003-94 - Dirk Biermann, Kati Biermann e Tim Luca Biermann

Processo Nº 08514.000610/2003-86 - Michele Mengucci, Rosa Maria Paulo e Tcheva Paulo Mengucci

Processo Nº 08514.000804/2002-09 - Michael Koster

Processo Nº 08705.000206/2004-46 - Ernesto Alvarez

Processo Nº 08221.000398/2003-42 - Fred Ruperto Inti Bo-cangel

Processo Nº 08230.010762/2004-54 - Raphael Aissa Riche-be

Processo Nº 08270.004845/2004-38 - Arcelis del Carmen Perez de Tomas

Processo Nº 08364.001809/2003-92 - Eric Mesmin Castale

Processo Nº 08364.001843/2004-48 - Maria da Conceição Marcos Martins e Irinete Martins de Brito

Processo Nº 08364.002055/2004-79 - Michelly Rios Are-valo

Processo Nº 08389.002042/2005-01 - Zahia Ali Fadel

Processo Nº 08389.002370/2005-07 - Mariam Chehab

Processo Nº 08389.009238/2004-37 - Ishwari Sunder Dagia

Processo Nº 08389.020159/2003-04 - Youssef Hassan Jaber

Processo Nº 08390.000101/2005-69 - Huang Hsiu Chin

Processo Nº 08390.001845/99-64 - Karl Sydney Fernando

Processo Nº 08420.001821/2004-66 - Edith Vania Carmen Nunez Bobadilla

Processo Nº 08420.005399/2001-75 - Aguila Celestina Funes de Escalante

Processo Nº 08475.001402/98-25 - Senovio Flores Soliz

Processo Nº 08475.009307/2004-33 - Evangelina Eusevia Castellon Torrico e Juan Pablo Tapia Castellon

Processo Nº 08475.022473/2004-25 - Rene Faix, Antje Faix e Catharina Faix

Processo Nº 08485.002801/00-71 - Luis Carlos Torres Blan-co

Processo Nº 08485.003310/2005-13 - Constance Cherry Ann Sutton e Marcellous Adonis Daniels

Processo Nº 08485.008075/2005-68 - Teresa Acuna Tena-zoa

Considerando os autos devidamente instruídos DEFIRO a prorrogação até 30/03/08.

Processo Nº 08460.000153/2007-26 - Elena Maria O'Neill Hughes, até 24/02/2008

Considerando os autos devidamente instruídos DEFIRO a prorrogação até 04/02/08.

Processo Nº 08709.005332/2006-19 - Alvaro Luis Armando Ponce de Leon Ruiz, até 29/03/2008

Conforme Solicitado às fls.32, tonro insubsistente o Ato De-feritório publicado em 05/09/06-DOU pg.30, fls.30v do feito, de-terminando o ARQUIVAMENTO do presente pedido.

Processo nº 08505.056506/2006-06 - Mariela Fernandez Nada havenso a considerar, determino o ARQUIVAMENTO do presente pedido.

Processo nº 08505.006082/2007-10 - Daniel Zeca Cuamba INDEFIRO o pedido de permanência, pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08377.000758/2002-51 - Silvina Elizabeth Mi-guez Casulo

Processo Nº 08433.004109/2001-27 - Alcidez Arnoldo Tews, Carlos Daniel Tews e Lilian Karina Pedd

Processo Nº 08436.001223/00-12 - Silvia Elizabeth Traba Fagundez

Processo Nº 08451.000070/2005-84 - Marta Machado Ro-mero

Processo Nº 08457.001975/2005-11 - Roberto Munevar, Ana Maria Nino Nieto e Mateo Munevar Nino

Processo Nº 08458.000741/2004-66 - Gerd Kastner

Processo Nº 08458.000936/2004-14 - Leonardo Gabriel Es-tévez Alvarez

Processo Nº 08460.001340/2005-65 - Tetyana Kolpakova e Ilana Morgunovska

Processo Nº 08460.002059/2004-69 - Kevin Arthur Perri

Processo Nº 08460.003642/2005-78 - Ana Luisa Elgueta Vil-legas

Processo Nº 08460.005617/2001-03 - Rui Jorge Martins Pe-reira, Iolanda Cristina Valentim Pereira e Ricardo Jorge Valentim Pereira

Processo Nº 08460.012907/2003-67 - Sebastião Albino Mus-sunda

Processo Nº 08460.015044/2004-61 - Fernando Carlos Fal-co

Processo Nº 08460.015734/2004-10 - Guy Albert Maire, Sandrine Tosca Gisele Rouillard e Wendy Marie Gaulier

Processo Nº 08460.015887/2004-67 - Gilles François Do-minique D'Ornano, Gwenola Marie Madeleine Bougaran e Laure Victoria Chantal Monique D'ornano

Processo Nº 08460.018403/2001-99 - Antonio Machado Bre-nes

Processo Nº 08460.020072/2002-38 - Colin Andrew Man-sell

Processo Nº 08460.022227/2004-32 - Cristiana Sara Vas-concelos da Silva Melo

Processo Nº 08460.024544/2004-93 - Manuel Mateus Jose Garcia

Processo Nº 08504.000932/2003-44 - Martin Matteazzi

Processo Nº 08504.014798/2004-40 - Guy-Michel Jacques Bricout

Processo Nº 08505.000761/2003-43 - Antonino Siligato

Processo Nº 08505.008105/2004-70 - Mi Ran Kim

Processo Nº 08505.011436/2001-44 - Maria Fernanda Rojas Mira

Processo Nº 08505.014513/2001-18 - Chen Dehou e Xie Changqiong

Processo Nº 08514.000526/2005-24 - Domingo Alberto Gi-belli e Rosa Nelida Corbetta de Gibelli

Processo Nº 08793.004753/2004-59 - Marco da Silva Mu-ge

Processo Nº 08796.000031/2004-03 - Marillo Sanchez de Matto

INDEFIRO o pedido de Reunião Familiar pelo não cum-primento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08400.007289/2004-29 - Josefa Salgado Lo-renzo

Processo Nº 08400.008523/2002-73 - Dionilde Sayago

Processo Nº 08400.016436/2003-71 - Gabriela Cappelletti

Processo Nº 08435.002867/2003-52 - Lucrecia Lindemann

Processo Nº 08458.005946/2005-19 - Kirsten Sundland

Processo Nº 08460.003243/2004-26 - Esperanza Sanmartin Gacio

Processo Nº 08460.005639/2004-16 - Armindo Sofia

Processo Nº 08460.012973/2003-37 - Marta Garcia de Mar-cotegui

Processo Nº 08460.020882/2004-56 - Florinda Cipriana Ra-ma Leston

Processo Nº 08461.000860/2003-89 - Luisa Ramirez de Mar-tin

Processo Nº 08501.004559/2005-92 - Khadije Zabad

Processo Nº 08504.000090/2003-21 - Anibal Cesar Jurado

Processo Nº 08504.008679/2002-96 - Gaston Alejandro Ni-colini e Carolina Paola Nicolini

Processo Nº 08504.009399/2003-86 - Diogo Alexandre Pe-reira da Silva Reis

Processo Nº 08504.011542/2005-61 - Antonio Augusto Fer-ro

Processo Nº 08505.000910/2005-36 - Lieselotte Frieda Thie-me

Processo Nº 08505.004052/2004-18 - Ernesto Santiago Das-saro e Marta Angela Gianonni

Processo Nº 08505.009165/2004-18 - Siham Alhelo

Processo Nº 08505.009650/2002-11 - Natercia Ester dos Santos

Processo Nº 08505.010944/2005-39 - Fresia Rodriguez Ri-vera

Processo Nº 08505.011671/2003-88 - Josephin Bedros To-ma

Processo Nº 08505.011700/2003-10 - Ana Esther Franchetti De Rocha

Processo Nº 08505.013046/2004-51 - Dario Andres Guil-lenea Azurica

Processo Nº 08505.014328/2004-76 - Masako Harada

Processo Nº 08505.014468/2002-82 - Florinda de Jesus

Processo Nº 08505.015890/2004-17 - Hector Daniel Merlo e Esther Beatriz Saulo de Merlo

Processo Nº 08505.015979/2004-83 - Francisca Alejo de Cruz

Processo Nº 08506.006332/2000-27 - Celia Margarita Ramos Ruiz

Processo Nº 08506.008839/2005-20 - Nayef Abou Said

Processo Nº 08506.010166/2004-97 - Galina Izgieva

Processo Nº 08508.004454/99-37 - Elias Khalil Zein

Processo Nº 08509.000161/2001-83 - Aurora Martins Car-doso

Processo Nº 08514.000821/2002-38 - Clelia Espinoza Si-fuentes

Processo Nº 08705.000258/2002-51 - Antonio Sousa Gon-çalves

Processo Nº 08709.006046/2004-17 - Sofia Mercedes Cha-vez Valentini

Processo Nº 08792.001700/2005-77 - Juan Pedro Bottino Gonzalez

Processo Nº 08457.000425/2003-13 - Nieves Guzman Go-mez

INDEFIRO o pedido de Reubicção, por falta de cumpri-mento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08460.021127/00-11 - Michael Oluyemi Oluwa-femi

INDEFIRO o pedido de Reubicção, por falta de cumpri-mento de exigências formuladas por esta Divisão

Processo Nº 08460.017826/2001-91 - Daniela Paula Fusero

Processo Nº 08437.000242/2003-36 - Oscar Luis Sena Se-na

INDEFIRO o pedido de transformação do Item VII para permanente, por falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08460.020329/2002-51 - Sonam Tenzin

INDEFIRO o pedido de Reconsideração, mantendo o Ato Indeferitório publicado em 25/06/04-DOU pg.58, fls.16v do feito, por falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08460.009130/2002-72 - Fernando Nvuala

INDEFIRO o pedido de transformação de temporário em permanente, pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08505.009380/2005-91 - Sharon Zimmerman de Paula

INDEFIRO o pedido de restabelecimento de permanência, pelo não cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08505.009740/2002-11 - Luis Jorge Concha Vas-quez

Considerando ser o requerente brasileiro conforme se vê do expediente de fls.52 determino o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art.12, letra C da Constituição Federal.

Processo nº 08221.000101/2001-87 - Veronica Maria Car-doza Mouzully

Considerando ser o requerente brasileiro conforme se vê do expediente de fls.25 determino o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art.12, letra C da Constituição Federal.

Processo nº 08339.001635/2003-75 - Sara Calonga de Ri-quelme

Considerando ser o requerente brasileiro conforme se vê do expediente de fls.26 determino o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art.12, letra C da Constituição Federal.

Processo nº 08339.000193/2003-40 - Petrona Canete Arrua

Considerando ser o requerente brasileiro conforme se vê do expediente de fls.42 determino o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art.12, letra C da Constituição Federal.

Processo nº 08340.001153/2002-03 - Marina Margarita Cha-vez Figueredo

Considerando ser o requerente brasileiro conforme se vê do expediente de fls.21 determino o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art.12, letra C da Constituição Federal.

Processo nº 08438.000136/2004-23 - Ediana Claudete To-ribio Ferreira

Considerando ser o requerente brasileiro conforme se vê do expediente de fls.43 determino o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art.12, letra C da Constituição Federal.

Processo nº 08507.000590/2005-02 - Analia Romina Alva-rez





Considerando ser o requerente brasileiro conforme se vê do expediente de fls.26 determino o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art.12, letra C da Constituição Federal.

Processo nº 08339.000958/2004-22 - Virgília Ramona Rios de Troche

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 30/08/09.

Processo nº 08000.005926/2007-88 - Mark Julian Bates

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 15/06/09.

Processo nº 08000.005080/2007-86 - Michele Amato

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 04/07/09.

Processo nº 08000.006383/2007-16 - Dean Ray Donaldson

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 18/09/08.

Processo nº 08000.006723/2007-17 - Roger Lenin Garay Si-fuentes

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 27/11/08.

Processo nº 08000.007371/2007-17 - Carlos Antonio Rivers Hamilton

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 19/07/09.

Processo nº 08000.005925/2007-33 - Wilrich Laing

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 17/08/09.

Processo nº 08000.007409/2007-43 - Adrian Enache

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 11/02/09.

Processo nº 08000.006163/2007-92 - Edmundo Hirshlag Sossa

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 11/07/09.

Processo nº 08000.005133/2007-69 - Rodelio Ongoco de Sossa

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato denegatório publicado no Diário Oficial de 22/12/07, para deferir o pedido de reconsideração, concedendo a prorrogação de prazo de estada no País até 14/07/08.

Processo Nº 08000.015025/2006-13 - Allen John Brunet Jr

Diante dos novos elementos constantes nos autos e, considerando a informação do Ministério d oTrabalho e Emprego torno insubsistente o ato denegatório publicado no Diário Oficial de 20/06/07, para deferir o pedido de reconsideração, concedendo a prorrogação de prazo de estada no País até 09/06/09.

Processo Nº 08000.007571/2007-61 - Jerzy Gajda

Diante dos novos elementos constantes nos autos e, diante considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego Torno insubsistente o ato denegatório publicado no Diário Oficial de 11/12/07, para deferir o pedido de reconsideração, concedendo a prorrogação de prazo de estada no País até 14/07/08.

Processo Nº 08000.015026/2006-68 - Rex Allan Blanton

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 02/08/09.

Processo nº 08000.005079/2007-51 - John Patrick James

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 05/06/08.

Processo nº 08000.006007/2007-21 - Wade Ray Nerby

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 03/08/09.

Processo nº 08000.007410/2007-78 - Daniel Adam Lubinsk

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 27/12/2008.

Processo nº 08000.018698/2006-25 - Julian Andres Montes Galvis

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 01/08/2009.

Processo nº 08000.004143/2007-87 - Radhakrishnan Castillo MazariegosXiomara Jacqueline Lopez de Castillo, Krishnan Castillo Lopez e Clarice Castillo Lopez

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 03/02/09.

Processo nº 08000.006917/2007-12 - Jorge Luis Zapata Leon

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 04/04/09.

Processo nº 08000.002570/2007-21 - Toni Andre Havelstrud

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 31/10/08.

Processo nº 08000.007378/2007-21 - Manuel Edmundo Pasten Azocar

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 02/05/09.

Processo nº 08000.006381/2007-27 - Janusz Stefan Sozanski

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 12/04/09.

Processo nº 08000.005732/2007-82 - Reynante Ortiz Vivilla

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 08/09/08.

Processo nº 08000.006914/2007-71 - Christian Salazar Pacheco

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 22/01/09.

Processo nº 08000.006920/2007-28 - Luis Ruben Veliz Cáceres

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 01/11/08.

Processo nº 08000.006923/2007-61 - Braulio Hector Romani Roman

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 20/04/09.

Processo nº 08000.006874/2007-67 - Jonel bongon Madronero e Jonel Bongon Madronero

Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 20/03/09.

Processo nº 08000.007373/2007-06 - William Alejandro Aguilera Ramirez

Diante dos novos elementos constantes nos autos e, diante considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego Torno insubsistente o ato denegatório publicado no Diário Oficial de 29/03/07, para deferir o pedido de reconsideração, concedendo a prorrogação de prazo de estada no País até 31/12/07.

Processo nº 08506.011690/2006-47 - Ralf Stenker

Tendo em vista que o estrangeiro estava em situação irregular no País quando da atuação do presente processo e em od-servância ao disposto no art.38 da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81, INDEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País.

Processo nº 08000.010947/2007-15 - Xinyi Duan

Tendo em vista que consta nos autos rescisão do contrato de trabalho que ensejou a concessão do visto inicial, REVOGO o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 16/01/2006, a partir do rompimento do contrato.

Processo Nº 08000.028557/2005-30 - Joshua Aristotle Milberg

Tendo em vista que consta nos autos rescisão do contrato de trabalho que ensejou a concessão do visto inicial, REVOGO o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 26/07/2006, a partir do rompimento do contrato.

Processo Nº 08000.030955/2005-16 - Eloi Jean Raymond Guenet e Jantaya Guenet

Tendo em vista que o estrangeiro não mais presta serviços na empresa requerente, Torno insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 30/01/2006, para indeferir o pedido de prorrogação de prazo de estada no País.

Processo Nº 08461.002530/2005-90 - Christopher David Hughes

Tendo em vista que o estrangeiro não mais presta serviços na empresa requerente, Torno insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/01/2007, para indeferir o pedido de prorrogação de prazo de estada no País.

Processo nº 08461.002420/2006-17 - Roelof Willem War-tena

Tendo em vista que ficou verificado nos autos que o estrangeiro não presta mais serviços na requerente e, considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego de que a remuneração inicial autorizada, está divergente do que foi anotada na CTPS do estrangeiro, INDEFIRO o pedido de transformação de visto temporário em permanente.

Processo nº 08240.009006/2006-25 - Metin Oduncu

OLIMPIO GARCIA SOBRINHO

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08212.008942/2006-56 - Juan Carlos Berchansky, até 27/02/2008

Processo Nº 08260.003244/2007-70 - Pedro Duarte Catarino dos Santos Carriço, até 20/04/2008

Processo Nº 08285.002419/2006-62 - Andres Mauricio Uauy Vera, até 02/02/2008

Processo Nº 08286.000321/2007-41 - Djamila Tavares Brito, até 24/02/2008

Processo Nº 08286.000329/2007-16 - Daniel Pires Capingana, até 26/08/2007

Processo Nº 08286.000381/2007-64 - Ednilza de Fátima do Rosario Carvalho, até 03/04/2008

Processo Nº 08286.000396/2007-22 - Issénia Rocha da Costa Neves, até 26/04/2008

Processo Nº 08286.000398/2007-11 - Vinicio Teles Xavier de Pina, até 04/04/2008

Processo Nº 08352.000265/2007-12 - Aminata Sofia Andrade, até 12/03/2008

Processo Nº 08352.000270/2007-17 - Bernard Addo Awaitey, até 13/03/2008

Processo Nº 08352.000597/2007-99 - Nelida Janete Nascimento Soares, até 20/04/2008

Processo Nº 08352.000602/2007-63 - Ailton Jorge Hopffer Delgado Duarte, até 20/04/2008

Processo Nº 08354.005553/2006-54 - Imanol Olaizola Bou-beta, até 02/02/2009

Processo Nº 08354.005595/2006-95 - Romina Astrid Valenzuela Hermosilla, até 02/02/2009

Processo Nº 08354.005596/2006-30 - Roque Alberto Ruz Buenfil, até 02/02/2009

Processo Nº 08410.004037/2007-71 - Mamadu Mudjataba Balde, até 21/04/2008

Processo Nº 08433.004662/2006-74 - Alberto D`Avalos Chamorro, até 30/01/2008

Processo Nº 08444.000056/2007-31 - Alzira Laurinda Nguerve Mosso, até 13/02/2008

Processo Nº 08444.000057/2007-86 - Margarida Zulmira Steed Zau, até 28/02/2008

Processo Nº 08444.000075/2007-68 - Areosvaldo Alexandre Miranda de Sousa Rodrigues, até 25/02/2008

Processo Nº 08444.000140/2007-55 - Luis Antonio Castillo Lopez, até 28/02/2008

Processo Nº 08444.008028/2006-81 - Carmen Osorio Hernandez, até 09/03/2008

Processo Nº 08444.008147/2006-34 - Esmeralda Correa Macana, até 02/02/2008

Processo Nº 08444.008274/2006-33 - Daniela Guzman Rivera, até 21/01/2008

Processo Nº 08444.008291/2006-71 - Gisela Anahi Gomez, até 30/12/2007

Processo Nº 08444.008433/2006-08 - Alexander Lopez Ruiz, até 02/02/2008

Processo Nº 08444.008465/2006-03 - Heidy Chanato Guarua, até 18/01/2008

Processo Nº 08505.007316/2007-38 - Juan Carlos Bustos Valenzuela, até 28/04/2008

Processo Nº 08505.007322/2007-95 - Janice Neves Monteiro Lopes, até 24/03/2008

Processo Nº 08505.007339/2007-42 - Katia Solange Sachicogo de Assuilo, até 15/04/2008

Processo Nº 08505.007394/2007-32 - Jorge Rodolfo Beingolea Garay, até 20/04/2008

Processo Nº 08506.000332/2007-90 - Roger Fredy Larico Chavez, até 24/02/2008

Processo Nº 08506.013592/2006-44 - Santiago Reinaldo Yanchapaxi Herrera, até 22/02/2008

Processo Nº 08702.003771/2006-57 - Ermelinda Furtado da Luz, até 21/01/2008

Processo Nº 08794.000451/2007-44 - Mamadi Quelunta Indjai, até 12/03/2008

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA  
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial de 220/03/2007, pg. 57, onde se lê: Diante dos novos elementos constantes dos autos e, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei, DEFIRO o pedido de prorrogação de prazo de estada no País até 06/06/2008.

Processo nº 08240.000831/2006-64 - Berttine Robers

Leia-se:

Processo Nº 08240.000831/2006-64 - Bettine Robers

**DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO,  
TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO****DESPACHOS DO DIRETOR**

Em 29 de Junho de 2007

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790:

I. "INSTITUTO DHARMA" - ID, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 05.637.354/0001-65 - (Processo MJ nº 08071.015786/2007-12);

II. ARTE, VIDA E ESPORTE SOB MEDIDA - ARTE E VIDA, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 04.812.048/0001-55 - (Processo MJ nº 08071.013998/2007-65);

III. ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE ATIVIDADES TERAPÊUTICAS E ESPORTIVAS - ASBRATE - ESPAÇO EQUÊSTRE), com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 05.792.651/0001-85- (Processo MJ nº 08071.008763/2007-51);

IV. ISA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL PARA O SEMI-ÁRIDO), com sede na cidade do SENTO SÉ, Estado do Bahia- CGC/CNPJ nº 05.250.775/0001-39 - (Processo MJ nº 08071.008862/2007-33);

JOSE EDUARDO ELIAS ROMÃO

**Ministério da Previdência Social****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 271, DE 6 DE JULHO DE 2007**

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais sessenta dias, o prazo de que trata o art. 1º da Portaria MPS/GM/nº 183, de 3 de maio de 2007, publicada no DOU de 4 de maio de 2007, Seção 1, pág.47

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ MARINHO

**CONSELHO DE GESTÃO  
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR****PAUTA DE JULGAMENTO**

Pauta de Julgamento dos recursos da sessão ordinária a ser realizada no dia 30 de julho de 2007, às 09h e 30m, no edifício sede do Ministério da Previdência Social, Bloco "F", 9º andar, Brasília - DF.

Processo nº 44000.001008/2001-50 - Interessado: PREVI/BB - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Conselheiro/Relator: Sílvio Furtado Holanda - Representante do Ministério da Fazenda.

Processo nº 44000.002092/2000-11 - Interessado: CENTRUS - Fundação Banco Central de Previdência Privada - Conselheiro/Relator: Luís Antonio Tauffer Padilha - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

LUIZ MARINHO  
Presidente do Conselho**CONSELHO DE RECURSOS  
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL****PROVIMENTO Nº 87, DE 5 DE JULHO DE 2007**

Transfere processos da 18ª Junta de Recursos instalada no Rio Grande do Sul, para a 24ª Junta de Recursos localizada no Espírito Santo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 10, incisos II e XIX do Regimento Interno aprovado pela Portaria MPS/GM nº 88, de 22 de janeiro de 2004; e

Considerando a necessidade de adequar o quantitativo de processos em tramitação no âmbito das Juntas de Recursos;

Considerando os entendimentos mantidos com os Presidentes da 18ª JR/RS e 24ª JR/ES, resolve:

Art. 1º - Redistribuir 1500 (mil e quinhentos) processos de interesse dos segurados, que não envolvem matéria médica, da 18ª Junta de Recursos para a 24ª Junta de Recursos.

Art. 2º - A 24ª Junta de Recursos, após o julgamento, devolverá os processos diretamente à unidade de origem, através do Serviço de Protocolo do INSS, nos termos do Art. 73, da PT/MPS/88/04.

Art. 3º - O Chefe da Divisão de Assuntos Administrativos do CRPS, os Presidentes e Chefes de Secretarias das respectivas Juntas de Recursos adotarão as providências necessárias à efetivação desta medida.

Art. 4º - A Coordenação de Gestão Técnica acompanhará as providências recomendadas neste provimento.

Art. 5º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

SALVADOR MARCIANO PINTO

**SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR  
DEPARTAMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA****PORTARIA Nº 1.267, DE 5 DE JULHO DE 2007**

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art.74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o inciso I, do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, e a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.010903/96-07, às folhas sob nº de comando 27320567/2007, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Perdigão Previdência, administrado pela Perdigão Sociedade de Previdência Privada - CNPB nº 19.960.047-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

**PORTARIA Nº 1.268, DE 5 DE JULHO DE 2007**

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art.74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o inciso I, do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, e a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.007346/87, às folhas sob o comando nº 27299884/2007, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios IV, CNPB nº 19.980.027-56, administrado pela FUNSSEST - Fundação de Seguridade Social dos Empregados da CST.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

**PORTARIA Nº 1.269, DE 5 DE JULHO DE 2007**

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e inciso IV, do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS 44000.003225/94-38, sob nº de comando 27702581/2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a ODEPREV - Odebrecht Previdência e a Petroquímica Paulínia S/A, na condição de patrocinadora do Plano Odeprev de Renda Mensal, CNPB nº 19.940.040-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

**PORTARIA Nº 1.270, DE 5 DE JULHO DE 2007**

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e inciso IV, do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44000.004561/93, sob nº de comando 27056271 e juntada nº 27710330, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Fundação Sen José Ermírio de Moraes e a Mogi das Cruzes Indústria e Papel Ltda, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Votorantim Prev - CNPB: 20.050.067-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

**PORTARIA Nº 1.271, DE 5 DE JULHO DE 2007**

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art.74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o inciso I, do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, e a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.007346/87, às folhas sob o comando nº 27299664/2007, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios III, CNPB nº 19.980.028-29, administrado pela FUNSSEST - Fundação de Seguridade Social dos Empregados da CST.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

**PORTARIA Nº 1.272, DE 5 DE JULHO DE 2007**

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art.74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o inciso I, do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, e a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 302.235/79, às folhas sob nº de comando 27343318/2007, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios SGA PREV, CNPB nº 19.980.043-92, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

**PORTARIA Nº 1.273, DE 6 DE JULHO DE 2007**

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e inciso IV, do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS 44000.004344/1993, sob nº de comando 27603904/2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a GEBSA-PREV - Sociedade de Previdência Privada e a Universal Studios International Television do Brasil Ltda, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria, CNPB nº 19.930.034-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

**Ministério da Saúde****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.617,  
DE 6 DE JULHO DE 2007**

Altera a redação do art. 2º da Portaria Interministerial MS/MEC nº 50, de 3 de janeiro de 2005, do art. 2º da Portaria Interministerial MS/MEC nº 450, de 23 de março 2005, e do art. 2º da Portaria Interministerial MS/MEC nº 862, de 7 de junho de 2005.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando que os critérios do processo de certificação definidos pelas Portarias Interministeriais nº 1.000/MS/MEC, de 15 de abril de 2004, e nº 1.005/MS/MEC, de 27 de maio de 2004, estão sendo revisados pela Comissão Interinstitucional constituída pela Portaria Interministerial nº 562/MS/MEC, de 12 de maio de 2003, com o objetivo de avaliar e de diagnosticar a atual situação dos Hospitais Universitários e de Ensino no Brasil, visando reorientar e/ou formular a política nacional para o setor, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Portaria Interministerial nº 50, de 3 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 7, de 11 de janeiro de 2005, Seção 1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Certificação terá validade até dezembro de 2007, a contar da data da publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar". (NR)

Art. 2º O art. 2º da Portaria Interministerial nº 450, de 23 de março 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 57, de 24 de março de 2005, Seção 1, passa a vigorar com a seguinte redação:





"Art. 2º A Certificação terá validade até dezembro de 2007, a contar da data da publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar". (NR)

Art. 3º O art. 2º da Portaria Interministerial nº 862, de 7 de junho 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 109, de 9 de junho de 2005, Seção 1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Certificação terá validade até dezembro de 2007, a contar da data da publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar". (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO  
Ministro de Estado da Saúde

FERNANDO HADDAD  
Ministro de Estado da Educação

**AGÊNCIA NACIONAL  
DE SAÚDE SUPLEMENTAR  
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 6 DE JULHO DE 2007**

Altera a Instrução Normativa - IN nº 1, de 28 de novembro de 2006, da Diretoria de Fiscalização, que dispõe sobre as atribuições dos Núcleos Regionais de Fiscalização - NURAF's relacionadas à instrução dos processos administrativos sancionadores.

O Diretor responsável pela Diretoria de Fiscalização - DIFIS, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e no uso das atribuições previstas, 52, inciso IV, e 65, inciso I, letra a, do Anexo I, da Resolução Normativa - RN nº 81, de 3 de setembro de 2004, resolve:

Art. 1º O art. 9º da Instrução Normativa - IN nº 1, de 28 de novembro de 2006, da Diretoria de Fiscalização, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Estando o processo devidamente saneado, o Chefe do NURAF ou servidor por ele indicado e diverso do fiscal da autuação, elaborará parecer e minuta de decisão para subsidiar o julgamento do Diretor de Fiscalização, ou da autoridade administrativa que recebeu a delegação prevista no art. 41, V, do Anexo I, da Resolução Normativa - RN nº 81, de 2 de setembro de 2004.

§ 2º O Diretor Adjunto, com o auxílio da Assessoria Técnica - ASTEC, analisará o processo e o enviará para julgamento, ou devolverá ao Chefe do NURAF para as providências de correção ou de complementação de instrução que se mostrarem necessárias."(NR)

Art. 2º A IN nº 1, de 2006, da Diretoria de Fiscalização, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 9º- A - Na hipótese do julgamento ser proferida com base na delegação prevista no art. 41, V, do Anexo I, da RN nº 81 de 2004, deverá ser observado o procedimento disposto nos parágrafos deste artigo".

§ 1º O Chefe do NURAF encaminhará à Diretoria Adjunta o extrato da decisão para ser publicado no Diário Oficial.

§ 2º Após a publicação no Diário Oficial, o Chefe do NURAF providenciará a intimação da operadora, conforme artigo 25 da Resolução Normativa - RN nº 48, de 2003.

§ 3º Transcorrido o prazo de 10 dias, contado da intimação da decisão, conforme previsto no artigo 25, da RN nº. 48 de 2003, o Chefe do NURAF ou servidor por ele indicado certificará nos autos o trânsito em julgado.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, quando não houver multa a ser cobrada, o Chefe do NURAF determinará o arquivamento do processo, ressalvados os casos em que sejam necessárias providências posteriores para a execução da sanção.

§ 5º Diante da manifestação da operadora para o pagamento da multa, com o desconto previsto no artigo 25-A da RN nº 48, de 2003, o Chefe do NURAF ou servidor por ele indicado certificará nos autos, e encaminhará os autos à Gerência de Finanças, da Presidência, para emissão de Guia de Recolhimento da União, se a manifestação ocorrer dentro do prazo recursal, ou, caso contrário, dará prosseguimento ao feito.

§ 6º Transcorrido o prazo de 30 dias, contado da intimação da decisão, conforme previsto no artigo 25, da RN nº. 48, de 2003, sem o recolhimento do valor integral da multa ou requerimento de seu parcelamento, o Chefe do NURAF ou servidor por ele indicado certificará nos autos o transcurso desse prazo, e encaminhará o processo à Gerência de Finanças, da Presidência, para prosseguimento do feito.

§ 7º Caso a operadora apresente recurso, o Chefe do NURAF o encaminhará à Gerência-Geral de Ajuste e Recurso, para prosseguimento do feito."

"Art. 10-A - As atribuições a cargo da ASSIA/GGFID previstas nessa Instrução Normativa serão exercidas pela Gerência-Geral de Ajuste e Recurso, a partir da edição da Resolução Normativa - RN nº 158, de 29 de junho de 2007."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES

**AGÊNCIA NACIONAL  
DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

**RESOLUÇÃO - RE Nº 1.975, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)**

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Art. 1º Indeferir o Registro de Medicamento Genérico e a Renovação de Registro de Medicamento Genérico, conforme relação anexa.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO - RE Nº 1.977, DE 4 DE JULHO DE 2007**

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e, ainda amparada pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

FILIAL  
EMPRESA: UNIMAR AGENCIAMENTOS MARÍTIMOS LTDA.  
AUTORIZ/MS: GP9X-L7WW8X2M  
C.N.P.J.: 00.728.995/0010-00  
PROCESSO: 25752478279/2006-65  
AV. RIO BRANCO Nº04/1201  
BAIRRO: CENTRO  
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO  
UF: RJ  
CEP: 20090-000  
ÁREA: PAF  
ATIVIDADE: administração ou representação de negócios, em nome do representante legal ou responsável direto por embarcação, tomando as providências necessárias ao seu despacho em portos organizados e terminais aquaviários instalados no território nacional;  
FILIAL  
EMPRESA: NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.  
AUTORIZ/MS: P5X1-69YW-64MX  
C.N.P.J.: 08.335.260/0001-20  
PROCESSO: 25748.094050/0001-20  
AVENIDA JOÃO SANTOS FILHO, 527  
BAIRRO: ILHA DE SANTA MARIA  
MUNICÍPIO: VITÓRIA  
UF: ES  
CEP: 29.051-145  
ÁREA: PAF  
ATIVIDADE: Prestação de serviço desinsetização, ou desratização em veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, postos de fronteiras e recintos alfandegados.

**RESOLUÇÃO - RE Nº 1.980, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)**

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Art.1º Indeferir os processos e petições, conforme relação anexa, que se encontram na Unidade de Atendimento ao Público - UNIAP, por estarem em desacordo com a Resolução RDC nº. 314, de 9 de dezembro de 2004, uma vez que não comprovam o pagamento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária referente ao assunto peticionado.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO - RE Nº 1.992, DE 6 DE JULHO DE 2007**

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e, ainda amparada pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de Autorização de Funcionamento de Empresa, em conformidade com o disposto anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

MATRIZ  
EMPRESA: CENTRO MÉDICO SÃO PAULO S/C LTDA.  
C.N.P.J:02.197.444/0001-94  
PROCESSO:25760.053458/2003-41  
RUA MONTEIRA DE BARROS Nº 352  
BAIRRO: JARDIM PLANALTO  
MUNICÍPIO: VINHEDO  
UF: SP  
CEP:13.280-000  
ÁREA: PAF  
ATIVIDADE: Concessão de Autorização de funcionamento a Empresas que preste serviço de atendimento médico em terminais aquaviários, portos organizados, postos de fronteiras e recintos alfandegados.

**RESOLUÇÃO - RE Nº 1.994, DE 6 DE JULHO DE 2007**

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Art.1º Dar provimento às petições de recurso contra o indeferimento administrativo da Unidade de Atendimento ao Público - UNIAP, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: DROGAL FARMACEUTICA LTDACNPJ: 54.375.647/0057-81PROCESSO: 25351.021799/2003-70 PETIÇÃO: 627138/06-3  
RECURSO: 661294/06-6ASSUNTO: 7400 - Recurso por Indeferimento Administrativo - UNIAPEMPRESA: DROGAL FARMACEUTICA LTDACNPJ: 54.375.647/0061-68PROCESSO: 25351.021794/2003-47 PETIÇÃO: 629225/06-9  
RECURSO: 661269/06-5ASSUNTO: 7400 - Recurso por Indeferimento Administrativo - UNIAPEMPRESA: DROGAL FARMACEUTICA LTDACNPJ: 54.375.647/0054-39PROCESSO: 25351.021802/2003-55 PETIÇÃO: 631160/06-1  
RECURSO: 661288/06-1ASSUNTO: 7400 - Recurso por Indeferimento Administrativo - UNIAP

**RESOLUÇÃO - RE Nº 1.995, DE 6 DE JULHO DE 2007**

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art.1º Conceder Alteração da Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, em função do pleito de ampliação de classe.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

MATRIZ  
EMPRESA: MEGA TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

AUTORIZ/MS: PYM3-22Y0-X26H

C.N.P.J.: 04.385.382/0001-70

PROCESSO: 25748.036395/2007-51

RUA HENRIQUE NOVAES, Nº76 SL-504

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITÓRIA

UF: ES

CEP: 29.010-490

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA de produtos para saúde e produtos para diagnósticos.

MATRIZ

EMPRESA: LOGISTIC NETWORK TECHNOLOGY COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A

AUTORIZ/MS: U201-9548-L113

C.N.P.J.: 01.110.322/0001-56

PROCESSO: 25748.330551/2006-96

AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO, Nº1000 SL-707

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITÓRIA

UF: ES

CEP: 29.010-935

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA de matérias-primas com emprego na indústria farmacêutica.

MATRIZ

EMPRESA: VARIG LOGÍSTICA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

AUTORIZ/MS: GW76-W789-XY3H

C.N.P.J.: 07.127.909/0001-54

PROCESSO: 25756.174380/2007-91

RUA MANOEL DABADIA, Nº218 SL-301

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: ANÁPOLIS

UF: GO

CEP: 75.020-0030

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA de produtos para saúde e produtos para diagnósticos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, medicamentos e matérias-primas com emprego na indústria farmacêutica.

MATRIZ

EMPRESA: DABLIO COMERCIAL DE PRODUTOS MANUFATURADOS LTDA

AUTORIZ/MS: K356-4H84-674W

C.N.P.J.: 06.954.775/0001-82

PROCESSO: 25743.136962/2007-18

AVENIDA MAUA, Nº2051 SL-01

BAIRRO: ZONA 3

MUNICÍPIO: MARINGÁ

UF: PR

CEP: 87.050-020

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA de produtos para saúde e produtos para diagnósticos.

#### RESOLUÇÃO - RE Nº 1.996, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art.1º Conceder Cadastro de Empresa Filial relacionado à Autorização de Funcionamento de Empresa Matriz prestadora de serviços de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA, em conformidade com o disposto anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

FILIAL

EMPRESA: PROIMPORT BRASIL LTDA

AUTORIZ/MS: U383-9L11-4ML3

C.N.P.J.: 03.961.474/0003-88

PROCESSO: 25748.459672/2006-19

AV. MARCOS KONDER, Nº1207 SL-60 E 61

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: ITAJAÍ

UF: SC

CEP: 88.301-303

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA, conforme classe de produto autorizada para a matriz.

FILIAL

EMPRESA: SIDMEX INTERNACIONAL LTDA

AUTORIZ/MS: P425-Y66L-8191

C.N.P.J.: 05.655.506/0004-03

PROCESSO: 25748.278438/2005-10

RUA JOÃO NEGRÃO, Nº731

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: CURITIBA

UF: PR

CEP: 80.010-200

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA, conforme classe de produto autorizada para a matriz.

#### RESOLUÇÃO - RE Nº 1.997, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art.1º Conceder Alteração da Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, em função do pleito de mudança de endereço.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

MATRIZ

EMPRESA: GLOBALMEX COMÉRCIO EXTERIOR LTDA

AUTORIZ/MS: PH34-1H04-5727

C.N.P.J.: 04.665.423/0001-81

PROCESSO: 25748.031719/2006-83

AV. NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, Nº755 SL-106

BAIRRO: ENSEADA DO SUÁ

MUNICÍPIO: VITÓRIA

UF: ES

CEP: 29.050-420

#### RESOLUÇÃO - RE Nº 1.998, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art.1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, conforme o disposto em anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

MATRIZ

EMPRESA: MANACÁ DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

AUTORIZ/MS: KHY3-75L3-026X

C.N.P.J.: 04.253.030/0001-60

PROCESSO: 25741.195416/2007-39

RUA ALMIRANTE GUILHEN, Nº02 SL-5

BAIRRO: CENTRO HILÓRICO

MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO DO SUL

UF: SC

CEP: 89.240-000

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA de produto para saúde e produtos para diagnósticos.

MATRIZ

EMPRESA: JONAS KELLERMANN & CIA LTDA

AUTORIZ/MS: L955-5W38-1W8M

C.N.P.J.: 94.130.713/0001-13

PROCESSO: 25751.189101/2007-33

RUA LAUREANO AL ALLAN, Nº762

BAIRRO: LARANJAL

MUNICÍPIO: PELOTAS

UF: RS

CEP: 96.090-480

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA de alimentos.

#### RESOLUÇÃO - RE Nº 1.999, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e, ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa, em conformidade com o disposto anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

MATRIZ

EMPRESA: ITAMARATY AGENCIAMENTOS E AFRETAMENTOS MARÍTIMOS LTDA

AUTORIZ/MS: 1233-MX20-29X9

CNPJ: 56.216.872/0001-46

PROCESSO Nº: 25759.050153/2003-17

RUA AUGUSTO SEVERO, Nº 7 - CONJUNTOS 31 E 32

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: SANTOS

UF: SP

CEP: 11.010-919

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de administração ou representação de negócios, em nome do representante legal ou responsável direto por embarcação, tomando as providências necessárias ao seu despacho em portos organizados e terminais aquaviários instalados no território nacional.

#### RESOLUÇÃO - RE Nº 2.000, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e, ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art.1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresa, em conformidade com o disposto anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

MATRIZ

EMPRESA: ITAMARATY AGENCIAMENTOS E AFRETAMENTOS MARÍTIMOS LTDA

AUTORIZ/MS: 1233-MX20-29X9

CNPJ: 56.216.872/0001-46

PROCESSO Nº: 25759.050153/2003-17

RUA AUGUSTO SEVERO, Nº 7 - CONJUNTOS 31 E 32

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: SANTOS

UF: SP

CEP: 11.010-919

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de administração ou representação de negócios, em nome do representante legal ou responsável direto por embarcação, tomando as providências necessárias ao seu despacho em portos organizados e terminais aquaviários instalados no território nacional.





RESOLUÇÃO - RE Nº 2.001, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Primária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: LAL Clínica Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Ltda.	
CNPJ: 07.743.272/0001-20	
ENDEREÇO: Rua Marquês de Itu, nº 331	
BAIRRO: Vila Independência	MUNICÍPIO: Valinhos
UF: SP	CEP: 13276-245
Certificado de Boas Práticas em Biodisponibilidade / Bioequivalência:	
Etapas Realizadas: Clínica.	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.002, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006;

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999,

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Estudos de Biodisponibilidade e Farmacocinética - CEBIFAR.		CNPJ: 95.591.764/0001-05
ENDEREÇO: Faixa de Camobi, km 9, CCS - Prédio 26 - Campus Universitário.		
BAIRRO: Camobi		CEP: 97.105-900
MUNICÍPIO: Santa Maria		UF: RS
Certificado de Boas Práticas em Biodisponibilidade / Bioequivalência:		
Etapas Realizadas: Análítica.		

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.003, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: BEIERSDORF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
CNPJ: 01.786.983/0001-04  
PROCESSO: 25000.029088/9803- AUTORIZ/MS: 2.02721.0  
ENDEREÇO: ESTRADA MUNICIPAL BENEDITO ANTONIO REGAGNIN, Nº 1470  
BAIRRO: BAIRRO DOS PINTOS CEP: 13250000 - ITATIBA/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
DISTRIBUIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE  
EXPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE  
IMPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE  
EMPRESA: DASEURI INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA ME  
CNPJ: 09.008.863/0001-80  
PROCESSO: 25000.007795/8968- AUTORIZ/MS: 2.01474.1  
ENDEREÇO: AVENIDA AMARO LINS DE ANDRADE, Nº 353  
BAIRRO: NOVO GRAVATÁ CEP: 55642625 - GRAVATA/PE  
ATIVIDADE/CLASSE  
FABRICAR: COSMÉTICO  
EMPRESA: EMOLY INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA.  
CNPJ: 02.270.641/0001-91  
PROCESSO: 25351.005223/0103- AUTORIZ/MS: 2.03140.1  
ENDEREÇO: RUA DONA MARIA FIDELIS, Nº 184  
BAIRRO: PIRAPORINHA CEP: 09950350 - DIADEMA/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
DISTRIBUIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
EMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
EXPEDIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
FABRICAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
PRODUZIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
TRANSPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
EMPRESA: LOGOS LOGÍSTICA E TRANSPORTES PLANEJADOS LTDA  
CNPJ: 67.506.105/0001-98  
PROCESSO: 25351.037979/2007-05 AUTORIZ/MS: 2.04415.7  
ENDEREÇO: ALAMEDA CAIAPÓS, Nº 400, GALPÃO E  
BAIRRO: TAMBORÉ CEP: 06460110 - BARUERI/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE  
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE  
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE  
EMPRESA: PEPILON INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA  
CNPJ: 78.592.284/0001-40  
PROCESSO: 25001.001448/82- AUTORIZ/MS: 2.00629.1  
ENDEREÇO: RUA AMÉLIA RISKALLAH ABID TAUIL, Nº 267  
BAIRRO: PARQUE DAS INDÚSTRIAS LEVES CEP: 86030290 - LONDRINA/PR  
ATIVIDADE/CLASSE  
EMBALAR: COSMÉTICO/PROD. DE HIGIENE  
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE  
FABRICAR: COSMÉTICO/PROD. DE HIGIENE  
EMPRESA: WILSON SONS LOGÍSTICA LTDA  
CNPJ: 03.852.972/0001-00  
PROCESSO: 25351.168243/2002-65 AUTORIZ/MS: 2.03384.3  
ENDEREÇO: AV. RIO BRANCO, Nº 25 - 4º ANDAR  
BAIRRO: CENTRO CEP: 20090902 - RIO DE JANEIRO/RJ  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
DISTRIBUIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE  
EXPEDIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE

-----  
Total de Empresas : 6

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.004, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: AURI BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA  
CNPJ: 08.243.311/0001-93  
PROCESSO: 25351.060796/2007-85 AUTORIZ/MS: 2.04486.2  
ENDEREÇO: RUA VALPARAISO, Nº 64B  
BAIRRO: JARDIM DAS AMÉRICAS CEP: 78060602 - CUIABÁ/MT  
ATIVIDADE/CLASSE  
IMPORTAR: COSMÉTICOS  
EMPRESA: SEBASTIÃO JERONIMO PEREIRA ARTIGOS PARA CABELEIREIRO ME  
CNPJ: 00.481.910/0001-33  
PROCESSO: 25351.128027/2007-91 AUTORIZ/MS: 2.04487.6  
ENDEREÇO: RUA AGOSTINHO VITORINO, Nº 43 - SOBRELOJA  
BAIRRO: JAMBUÍ CEP: 26116290 - BELFORD ROXO/RJ  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE  
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE  
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

-----  
Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.005, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: BIOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP  
CNPJ: 06.078.464/0001-05  
PROCESSO: 25024.000735/2006-90 AUTORIZ/MS: 3.03525.9  
ENDEREÇO: RUA 14 DE AGOSTO, Nº 2240-E  
BAIRRO: PASSO DOS FORTES CEP: 89805700 - CHAPECO/SC  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.  
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.  
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.  
EMPRESA: G. P. DO NASCIMENTO - ME  
CNPJ: 04.379.159/0001-10  
PROCESSO: 25023.191676/2006-60 AUTORIZ/MS: 3.03526.2  
ENDEREÇO: AV. TSUNETO MATSUBARA, Nº 500  
BAIRRO: PINHEIRO CEP: 86390000 - CAMBARA/PR  
ATIVIDADE/CLASSE  
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.

-----  
Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.006, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresa de Saneantes Domissanitários, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO



ANEXO

EMPRESA: ALAMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-DA  
CNPJ: 08.432.701/0001-01  
PROCESSO: 25351.056914/2007-51  
ENDEREÇO: RUA C 217, Nº. 467 - QUADRA 526, LOTE 01, SALA 05  
BAIRRO: JARDIM AMÉRICA CEP: 74270220 - GOIANIA/GO  
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO ENCAMINHOU TODA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS NºS. 262122/07,285586/07 E 31124907, CONFORME DETERMINA O ART. 7º DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, DE 06 DE JULHO DE 2005.

Total de Empresas : 1

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.007, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresa de Cosméticos, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: DOTCOM GROUP COMÉRCIO DE PRESENTES LT-DA  
CNPJ: 05.753.951/0002-36  
PROCESSO: 25351.103142/2006-72  
ENDEREÇO: RUA BANDEIRA PAULISTA, Nº 662 - CJ. 21/22/26  
BAIRRO: ITAIM CEP: 04532002 - SAO PAULO/SP  
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: PELO NÃO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA TÉCNICA FORMULADA EM 13/04/2006.

Total de Empresas : 1

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.008, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>EMPRESA:</b> SANOFI-AVENTIS FARMA- CÊUTICA LTDA.	<b>CNPJ:</b> 02.685.377/0001-57
<b>ENDEREÇO DA UNIDADE FABRIL:</b> RUA CONDE DOMIN- GOS PAPÁIS Nº. 413	
<b>Bairro:</b> AREIÃO	<b>CEP:</b> 08.613-901
<b>MUNICÍPIO:</b> SUZANO	<b>UF:</b> SP
<b>Autorização de Funcionamento n.º:</b> 2.02.436-7	
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção / Formas:</b>	
<b>I - A empresa está certificada a fabricar:</b> <b>PRODUTOS DE HIGIENE</b>	
<b>II - Nas seguintes Linhas de Produção / Formas:</b> <b>Líquidos:</b> Óutros; Enxaguatório Bucal, sabonete líquido	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.009, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>EMPRESA:</b> SANOFI - SYNTHELABO FARMACÊUTICA LTDA.	<b>CNPJ:</b> 61.099.966/0001-12
<b>ENDEREÇO DA UNIDADE FABRIL:</b> AVENIDA BRASIL Nº. 22155	
<b>Bairro:</b> GUADALUPE	<b>CEP:</b> 21.670-000
<b>MUNICÍPIO:</b> RIO DE JANEIRO	<b>UF:</b> RJ
<b>Autorização de Funcionamento n.º:</b> 2.01.589-1	
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção / Formas:</b>	
<b>I - A empresa está certificada a fabricar:</b> <b>PRODUTOS DE HIGIENE</b>	
<b>II - Nas seguintes Linhas de Produção / Formas:</b> <b>Líquidos:</b> Sabonete Líquido	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.011, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 16 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, § 10 do art. 14 do Decreto 79.094, de 5 de janeiro de 1977, bem como o inciso IX, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder o Registro de Medicamento Similar, Registro de Medicamento Similar (Forma Farmacêutica - Solução Parenteral), Alteração de local de Fabricação, Alteração de Titular Reg.(Cisão de Empresa), Alteração de Titular de Registro (Sucessão), Alteração de Excipiente, Alteração do Prazo de Validade, Reativação de Fabricação do Medicamento, Renovação de Registro de Medicamento Similar, Revalidação de Medicamento ; publicar o Cancelamento de Registro da Apresentação do Medicamento a Pedido, Cancelamento de Registro do Medicamento a Pedido, Cancelamento de Registro do Medicamento por Transferência de Titularidade; e declarar a Caducidade de Registro de Medicamento, conforme na relação em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.015, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e, ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas, em conformidade com o disposto anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

MATRIZ  
EMPRESA: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO  
AUTORIZ/MS: XW62-HM14-2M9M  
CNPJ: 42.581.413/0017-14  
PROCESSO Nº: 25759.042545/2003-11  
RUA BRÁS CUBAS, 37 - 5º ANDAR  
BAIRRO: CENTRO  
MUNICÍPIO: SANTOS  
UF: SP  
CEP: 11.013-161  
ÁREA: PAF  
ATIVIDADE: Prestação de serviço de administração ou representação de negócios, em nome do representante legal ou responsável direto por embarcação, tomando as providências necessárias ao seu despacho em portos organizados e terminais aquaviários instalados no território nacional.  
MATRIZ

EMPRESA: SERQUIP SERVIÇOS CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS LTDA

AUTORIZ/MS: UY61-LX81-YWY2

CNPJ: 01.568.077/0001-25

PROCESSO Nº: 25757.061370/2005-14

AVENIDA ENGENHEIRO DOMINGOS FERREIRA, 4371 - SALA 1105

BAIRRO: BOA VIAGEM

MUNICÍPIO: RECIFE

UF: PE

CEP: 50.070-520

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviço de segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de veículos terrestres em trânsito por postos de fronteiras, aeronaves, embarcações, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.016, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 16 e seguintes da Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976, § 10 do art. 14 do Decreto 79.094, de 5 de janeiro de 1977, o § 2º do Art. 41 da Lei nº. 9.782 , de 26 de janeiro de 1999, com redação dada pela Medida Provisória nº. 2.190 - 34 , de 23 de agosto de 2001, bem como o inciso IX, art. 7º da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Divulgar a relação de Indeferimento de Cadastro de Produtos Isentos de Registro, de acordo com a Resolução - RDC Nº 132, de 29 de maio de 2003, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

WELEDA DO BRASIL LABORATORIO E FARMACIA LTDA  
1.00061-1  
HEPAR MAGNESIUM + STANNUM  
ASSOCIACAO HOMEOPATICAS  
HEPAR-STANNUM WELEDA 25000.001502/97-85  
COMERCIAL 0000000000 60 Meses  
4DH SOL INJ CT 10 AMP VD INC X 1ML  
100 CADASTRO DE PRODUTOS ISENTOS DE REGISTRO  
01 - Em desacordo com a Legislação vigente  
LYCOPODIUM CLAVATUM L.  
PRODUTOS HOMEOPATICOS-COMPONENTE UNICO  
LYCOPODIUM CLAVATUM 4DH WELEDA 25000.001950/96-25  
COMERCIAL 0000000000 60 Meses  
SOL INJ CX 10 AMP VD INC X 1ML  
100 CADASTRO DE PRODUTOS ISENTOS DE REGISTRO  
01 - Em desacordo com a Legislação vigente

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.017, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 16 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, § 10 do art. 14 do Decreto 79.094 de 5 de janeiro de 1977, bem como o inciso IX, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder o Registro de Medicamento - Específico, Renovação de Registro de Medicamento - Específico, Alteração de Excipiente - Específico, Retificação de Publicação - Específico - Anvisa, Recurso Administrativo por Reconsideração de Indeferimento - Específico, Inclusão de Nova Apresentação Comercial - Específico, Alteração de Posologia, Inclusão de Novo Acondicionamento - Específico, Inclusão de Nova Concentração - Fitoterápico, Inclusão de Nova Concentração - Específico, Alteração do Nome Comercial do Medicamento - Específico, Alteração do Nome Comercial do Medicamento - Fitoterápico; e publicar o Cancelamento de Registro da Apresentação do Medicamento a Pedido - Específico, conforme na relação em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.





RESOLUÇÃO - RE Nº 2.018, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41,da Portaria nº 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC nº 331, de 29 de novembro de 2002, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata e na declaração de análise do relatório, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

Razão Social: Greiner Bio-One Brasil Produtos Médicos Hospitalares Ltda			C.N.P.J.: 71.957.310/0001-47
Expediente da Petição: 129424/07-5			
Endereço: Av. Affonso Pansan			
N.º: 1967	Bairro: Vila Bertini	CEP: 13473-620	
Município: Americana		UF: SP	
Autorização de Funcionamento Comum n.º: 102903-1			
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os Produtos:			
Produtos médicos nacionais devidamente registrados pela empresa junto à ANVISA, enquadrados nas classes de risco I e II, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.			

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.019, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41,da Portaria nº 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC nº 331, de 29 de novembro de 2002, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata e na declaração de análise do relatório, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

Razão Social: Hartmann Indústria e Comércio de Produtos Médico-Hospitalares Ltda			C.N.P.J.: 30.667.695/0001-20
Expediente da Petição: 089136/07-3			
Endereço: Av. Dr. Eugênio Borges			
N.º: 1410	Bairro: Arsenal	CEP: 24751-000	
Município: São Gonçalo		UF: RJ	
Autorização de Funcionamento Comum n.º: 101044-8			
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os Produtos:			
Produtos médicos nacionais devidamente registrados pela empresa junto à ANVISA, enquadrados nas classes de risco I, II e III , conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.			

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.020, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art.16 e no inciso I e no § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41,da Portaria nº 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC nº 331, de 29 de novembro de 2002, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata e na declaração de análise do relatório, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

Razão Social: HB Hospitalar Indústria e Comércio Ltda		C.N.P.J.: 58.344.359/0001-66
Expediente da Petição: 179127/07-3		
Endereço: R. Dr. Luiz Arrobas Martins		
N.º: 209	Bairro: Vila Fraiburgo	CEP: 04781-000
Município: São Paulo		UF: SP
Autorização de Funcionamento Comum n.º: 102611-2		
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os Produtos:		
Produtos médicos nacionais devidamente registrados pela empresa junto à ANVISA, enquadrados nas classes de risco I, II e III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.		

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.021, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41,da Portaria nº 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC nº 331, de 29 de novembro de 2002, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata e na declaração de análise do relatório, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

Razão Social: JHS Laboratório Químico Ltda		C.N.P.J.: 71.029.631/0001-81
Expediente da Petição: 199811/07-1		
Endereço: R. Ouro Branco		
N.º: 345	Bairro: Novo Alvorada	CEP: 34650-120
Município: Sabará		UF: MG
Autorização de Funcionamento Comum n.º: 801499-8		
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os Produtos:		
Produtos médicos nacionais devidamente registrados pela empresa junto à ANVISA, enquadrados nas classes de risco I, II, III e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.		

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.022, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41,da Portaria nº 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC nº 331, de 29 de novembro de 2002, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata e na declaração de análise do relatório, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

Razão Social: Johnson & Johnson Industrial Ltda		C.N.P.J.: 59.748.988/0001-14
Expediente da Petição: 096767/07-0		
Endereço: Rod. Presidente Dutra		
N.º: km 154	Bairro: Jardim das Indústrias	CEP: 12237-350
Município: São José dos Campos		UF: SP
Autorização de Funcionamento Comum n.º: 7X73571180651		
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os Produtos:		
Produtos médicos nacionais devidamente registrados pela empresa junto à ANVISA, enquadrados nas classes de risco I, II e III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.		

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.023, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41,da Portaria nº 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC nº 331, de 29 de novembro de 2002, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata e na declaração de análise do relatório, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

Razão Social: Johnson & Johnson Produtos Profissionais Ltda			C.N.P.J.: 54.516.661/0002-84
Expediente da Petição: 146175/07-3			
Endereço: Rod. Presidente Dutra			
N.º: km 154	Bairro: Jardim das Indústrias	CEP: 12240-908	
Município: São José dos Campos		UF: SP	
Autorização de Funcionamento Comum n.º: 591363625X79			
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os Produtos:			
Produtos médicos nacionais devidamente registrados pela empresa junto à ANVISA, enquadrados nas classes de risco I, II, III e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.			

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.024, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41,da Portaria nº 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC nº 331, de 29 de novembro de 2002, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata e na declaração de análise do relatório, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO



ANEXO

Razão Social: Vipi Indústria, Comércio, Exportação e Importação de Produtos Odontológicos Ltda			C.N.P.J.: 49.425.259/0001-73
Expediente da Petição: 175933/07-7			
Endereço: R. Carlos Tassoni			
N.º: 4521	Bairro: Distrito Industrial	CEP: 13633-418	
Município: Pirassununga		UF: SP	
Autorização de Funcionamento Comum n.º: 102160-4			
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os Produtos:			
Produtos médicos nacionais devidamente registrados pela empresa junto à ANVISA, enquadrados nas classes de risco I e II, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.			

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.025, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC nº 331, de 29 de novembro de 2002, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata e na declaração de análise do relatório, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

Razão Social: Visiontech Medical Optics Ltda		C.N.P.J.: 64.345.010/0001-41
Expediente da Petição: 203313/07-5		
Endereço: Av. Deputado Cristóvam Chiaradia		
N.º: 518	Bairro: Buriitis	CEP: 30575-815
Município: Belo Horizonte		UF: MG
Autorização de Funcionamento Comum n.º: 102206-4		
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os Produtos:		
Produtos médicos nacionais devidamente registrados pela empresa junto à ANVISA, enquadrados nas classes de risco I, II e III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.		

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.026, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: ANDRE ALEXANDRE DE DANIELLI EPP  
CNPJ: 00.008.881/0001-97  
PROCESSO: 25351.218104/2002-90 AUTORIZ/MS: 0.10386.2  
ENDEREÇO: RUA PADRE JOSÉ, Nº 302  
BAIRRO: CENTRO CEP: 13800170 - MOJI-MIRIM/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
APLICAÇÃO DE INJETÁVEIS: -  
COMÉRCIO: COSMÉTICOS/DIETÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE  
DISPENSACÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -  
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -  
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -  
EMPRESA: DROGARIA NUTRAFARMA LTDA ME  
CNPJ: 05.953.794/0001-21

PROCESSO: 25351.446542/2005-99 AUTORIZ/MS: 0.44607.3  
ENDEREÇO: SANTO AFONSO Nº 83  
BAIRRO: JARDIM MIRIAM CEP: 04426000 - SAO PAULO/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
DISPENSACÃO DE MEDICAMENTOS:  
EMPRESA: OLIVA & OLIVA FARMÁCIA LTDA - EPP  
CNPJ: 00.969.505/0001-69  
PROCESSO: 25351.224489/2002-24 AUTORIZ/MS: 0.21746.0  
ENDEREÇO: AVENIDA PAULISTA Nº 221 - OESTE  
BAIRRO: CENTRO CEP: 17280000 - PEDERNEIRAS/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
COMÉRCIO: CORRELATOS/COSMÉTICOS/DIETÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE  
DISPENSACÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -  
DISPENSACÃO DE MEDICAMENTOS:  
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -  
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Total de Empresas : 3

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.027, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.028, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.029, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta esolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.030, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto

no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.031, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: DISPROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA  
CNPJ: 03.520.924/0001-07  
PROCESSO: 25351.036701/2003-89 AUTORIZ/MS: 1.06485.3  
ENDEREÇO: RUA GOMES DE SOUSA, Nº 801  
BAIRRO: CENTRO CEP: 65800000 - BALSAS/MA  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: TRANSCOLE TRANSPORTES URGENTES LTDA  
CNPJ: 62.140.835/0001-02  
PROCESSO: 25351.061108/2005-32 AUTORIZ/MS: 1.06100.2  
ENDEREÇO: AVENIDA DO TABOÃO, Nº 650  
BAIRRO: TABOÃO CEP: 09655000 - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.032, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar Autorização Especial de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: IRINEU FERNANDO PATREZI ME  
CNPJ: 64.652.811/0001-50  
PROCESSO: 25000.004985/9110- AUTORIZ/MS: 1.20340.8  
ENDEREÇO: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº 728  
BAIRRO: CENTRO CEP: 13650000 - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EMBALAR: MEDICAMENTO  
PRODUZIR: MEDICAMENTO





REEMBALAR: MEDICAMENTO  
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: PRODOME QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA  
CNPJ: 48.382.873/0001-32  
PROCESSO: 25004.035433/93- AUTORIZ/MS: 1.20369.1  
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO, Nº 1161  
BAIRRO: DISTRITO DE SOUSAS CEP: 13106504 - CAMPINAS/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: INSUMO/MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: INSUMO/MEDICAMENTO  
EMBALAR: INSUMO/MEDICAMENTO  
EXPEDIR: INSUMO/MEDICAMENTO  
EXPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO  
FABRICAR: INSUMO/MEDICAMENTO  
IMPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO  
PRODUZIR: INSUMO/MEDICAMENTO  
REEMBALAR: INSUMO/MEDICAMENTO  
TRANSPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO

-----  
Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.033, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: BAYER CROPSCIENCE LTDA  
CNPJ: 18.459.628/0001-15  
PROCESSO: 25351.193119/2007-42 AUTORIZ/MS: 1.07056.8  
ENDEREÇO: RUA DOMINGOS JORGE, Nº 1100, BLOCO B  
BAIRRO: SOCORRO CEP: 04779900 - SAO PAULO/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EMBALAR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
FABRICAR: MEDICAMENTO  
PRODUZIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: CONFIANÇA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
CNPJ: 08.561.881/0001-21  
PROCESSO: 25351.204347/2007-55 AUTORIZ/MS: 1.07078.4  
ENDEREÇO: AVENIDA BOA VONTADE, Nº 2464  
BAIRRO: BRASIL CEP: 45025110 - VITORIA DA CONQUISTA/BA  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: F. S. CASTRO & CIA LTDA - ME  
CNPJ: 07.402.371/0001-49  
PROCESSO: 25351.246741/2007-61 AUTORIZ/MS: 1.07075.3  
ENDEREÇO: AVENIDA MARECHAL RONDON, Nº 4453  
BAIRRO: CENTRO CEP: 68550970 - REDENCAO/PA  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: HUMAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
CNPJ: 08.403.028/0001-81  
PROCESSO: 25351.255643/2007-14 AUTORIZ/MS: 1.07077.1  
ENDEREÇO: RUA MAJOR PAULINO, Nº 280  
BAIRRO: NOSSA SENHORA DE FÁTIMA CEP: 75709220 - CATALAO/GO  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: PROGRESSIVA TRANSPORTES URGENTES LTDA  
CNPJ: 03.629.287/0001-01

PROCESSO: 25351.199822/2007-64 AUTORIZ/MS: 1.07079.8  
ENDEREÇO: RUA IBIRAJUBA, Nº 138  
BAIRRO: JARDIM MONTE CARMELO CEP: 07194000 - GUARULHOS/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: TRANSNEGRELLI TRANSPORTADORA LTDA  
CNPJ: 52.871.738/0001-28  
PROCESSO: 25351.201580/2007-86 AUTORIZ/MS: 1.07070.5  
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, Nº 2463, BLOCO B  
BAIRRO: ROCHDALE CEP: 06220040 - OSASCO/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

-----  
Total de Empresas : 6

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.034, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: BAYER CROPSCIENCE LTDA  
CNPJ: 18.459.628/0001-15  
PROCESSO: 25351.193143/2007-81 AUTORIZ/MS: 1.21918.2  
ENDEREÇO: RUA DOMINGOS JORGE, Nº 1100, BLOCO B  
BAIRRO: SOCORRO CEP: 04779900 - SAO PAULO/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EMBALAR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
FABRICAR: MEDICAMENTO  
PRODUZIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA  
CNPJ: 61.940.292/0052-87  
PROCESSO: 25351.200717/2007-85 AUTORIZ/MS: 1.21934.7  
ENDEREÇO: RUA JOSE MATHIAS DA SILVEIRA, Nº 444, SALA 5 E 6  
BAIRRO: NOSSA SENHORA DE FÁTIMA CEP: 75709020 - CATALAO/GO  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: DROGAMAIS COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA  
CNPJ: 00.102.609/0001-71  
PROCESSO: 25023.170721/2007-23 AUTORIZ/MS: 1.21932.0  
ENDEREÇO: AVENIDA PANDIA CALOGERAS, Nº 351, ZONA A  
BAIRRO: JARDIM SHANGRI-LA CEP: 86070510 - LONDRI-NA/PR  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: FRIZA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
CNPJ: 74.624.131/0001-86  
PROCESSO: 25351.246444/2007-15 AUTORIZ/MS: 1.21931.6  
ENDEREÇO: RUA ALFREDO DA COSTA FIGO, Nº 800  
BAIRRO: JARDIM SANTA CÂNDIDA CEP: 13087534 - CAMPINAS/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO  
EMPRESA: SEBASTIÃO MARQUES  
CNPJ: 26.313.494/0001-58  
PROCESSO: 25351.022206/2007-16 AUTORIZ/MS: 1.21936.4  
ENDEREÇO: RUA CORREA NETO, Nº 671  
BAIRRO: CENTRO CEP: 37701016 - POCOS DE CALDAS/MG  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: MEDICAMENTO  
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO  
EXPEDIR: MEDICAMENTO

-----  
Total de Empresas : 5

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.035, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Insumos Farmacêuticos e de Medicamentos, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: ADEMILTON ARAUJO BRANDÃO - ME  
CNPJ: 08.233.087/0001-59  
PROCESSO: 25351.241273/2007-38 AUTORIZ/MS: 1.38181.7  
ENDEREÇO: AVENIDA PAULO VI, Nº 1984, EDIFÍCIO SANTA ELISA, LOJA 01  
BAIRRO: PITUBA CEP: 41810001 - SALVADOR/BA  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: E. S. LAGE ME  
CNPJ: 66.446.147/0001-18  
PROCESSO: 25351.191332/2007-10 AUTORIZ/MS: 1.38179.1  
ENDEREÇO: RUA CASSEMIRO ANDRADE, Nº 242  
BAIRRO: CENTRO CEP: 35910000 - SANTA MARIA DE ITABIRA/MG  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: FARMÁCIA AMARANTHUS LTDA-ME  
CNPJ: 02.748.388/0001-39  
PROCESSO: 25351.148710/2007-45 AUTORIZ/MS: 1.38175.7  
ENDEREÇO: RUA ESTILO BARROCO, Nº 251  
BAIRRO: CHÁCARA SANTO ANTONIO CEP: 04709010 - SAO PAULO/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: FARMACIV FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA LTDA  
CNPJ: 07.443.442/0001-51  
PROCESSO: 25023.021038/2006-82 AUTORIZ/MS: 1.38178.8  
ENDEREÇO: AVENIDA REPUBLICA ARGENTINA, Nº 452, LOJA 02  
BAIRRO: ÁGUA VERDE CEP: 80240210 - CURITIBA/PR  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: JOSE NEWTON TELES  
CNPJ: 07.635.635/0001-04  
PROCESSO: 25016.061667/2006-34 AUTORIZ/MS: 1.38176.1  
ENDEREÇO: RUA PADRE CICERO, Nº 652  
BAIRRO: CENTRO CEP: 63010020 - JUAZEIRO DO NORTE/CE  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: MEDIDA EXATA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA  
CNPJ: 07.262.442/0001-55  
PROCESSO: 25351.176608/2007-30 AUTORIZ/MS: 1.38177.4  
ENDEREÇO: RUA CARDEAL ARCOVERDE, Nº 1758  
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 05408002 - SAO PAULO/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: P. DE OLIVEIRA SANTOS DROGARIA - ME  
CNPJ: 06.093.374/0002-66  
PROCESSO: 25351.192212/2007-30 AUTORIZ/MS: 1.38180.3  
ENDEREÇO: RUA 23 - A, Nº 38, SALAS 09, 10, 11 E 12  
BAIRRO: VILA SANTA CECÍLIA CEP: 27260110 - VOLTA REDONDA/RJ  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: RITA DA COSTA FLORIANO - ME  
CNPJ: 07.746.196/0001-07  
PROCESSO: 25351.096633/2007-31 AUTORIZ/MS: 1.38174.3  
ENDEREÇO: RUA MONSENHOR NORA, Nº 01  
BAIRRO: CENTRO CEP: 13800190 - MOJI-MIRIM/SP  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

-----  
Total de Empresas : 8

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.036, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,



considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:  
Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.  
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: BELLA FARMA LTDA  
CNPJ: 05.120.260/0001-14  
PROCESSO: 25351.059588/2003-18 AUTORIZ/MS: 1.36495.0  
ENDEREÇO: AVENIDA BANDEIRANTES, Nº 3845  
BAIRRO: GUANANDY CEP: 79006001 - CAMPO GRANDE/MS  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: COSTA PONTE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LT-DA  
CNPJ: 02.689.756/0001-15  
PROCESSO: 25351.198732/2002-41 AUTORIZ/MS: 1.36016.5  
ENDEREÇO: RUA CÂNDIDO LIMA, Nº 46, LOJAS 1 E 2  
BAIRRO: AUSTIN CEP: 26390420 - NOVA IGUACU/RJ  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: ESSENCIAL FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME  
CNPJ: 00.087.136/0002-61  
PROCESSO: 25351.475530/2005-71 AUTORIZ/MS: 1.37465.2  
ENDEREÇO: RUA SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, Nº 51, LOJAS 10/11  
BAIRRO: CENTRO CEP: 25071180 - DUQUE DE CAXIAS/RJ  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO GLOBÃO LTDA  
CNPJ: 06.192.379/0001-65  
PROCESSO: 25023.090032/2004-93 AUTORIZ/MS: 1.36874.9  
ENDEREÇO: AVENIDA JUSCELINO KUBITSHECK, Nº 145, SALA 03  
BAIRRO: CENTRO CEP: 85865010 - FOZ DO IGUACU/PR  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS  
EMPRESA: SÉRGIO AUGUSTO FERNANDES  
CNPJ: 03.440.458/0001-50  
PROCESSO: 25351.407524/2005-91 AUTORIZ/MS: 1.37291.1  
ENDEREÇO: RUA FIORAVANTE PÁDULA, Nº 09, LOJA 2  
BAIRRO: CENTRO CEP: 36830000 - ESPERA FELIZ/MG  
ATIVIDADE/CLASSE  
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Total de Empresas : 5

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.037, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,  
considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:  
Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.  
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: LILIANE PATRÍCIA DIMAS FREITAS  
CNPJ: 07.862.575/0001-62  
PROCESSO: 25351.203092/2007-11  
ENDEREÇO: AVENIDA ARTUR BERNARDES, Nº 110  
BAIRRO: CENTRO CEP: 39520000 - PORTEIRINHA/MG  
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A PETIÇÃO FOI INDEFERIDA, TENDO EM VISTA QUE, DE ACORDO COM O PARECER TÉCNICO EMITIDO PELA VISA-MG, A EMPRESA NÃO CUMPRE AS BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS, CONTRARIANDO, DESSA FORMA, A PORTARIA Nº 802/98.  
EMPRESA: MARIA CECY BISPO SALVADOR - ME  
CNPJ: 35.703.958/0001-23  
PROCESSO: 25351.471298/2005-01  
ENDEREÇO: RUA MAJOR NEREU GUERRA, Nº 295  
BAIRRO: CASA AMARELA CEP: 52070300 - RECIFE/PE  
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: AUSÊNCIA DE PARECER TÉCNICO SATISFATÓRIO PARA AS ATIVIDADES PLEITEADAS. RELATÓRIO DE INSPEÇÃO COM INSUFICIÊNCIA DE INFORMAÇÕES PARA CONCLUSÃO DA ANÁLISE TÉCNICA.

Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.038, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,  
considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006,  
considerando o art. 2º, da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:  
Art. 1º Conceder os pedidos de autorização de funcionamento das empresas constantes no anexo desta resolução.  
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.039, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,  
considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006,  
considerando o art. 2º, da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:  
Art. 1º Conceder os pedidos de autorização de funcionamento das empresas constantes no anexo desta resolução.  
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

PRODUTOS PARA SAÚDE AFE

EMPRESA: ATMÃ ONCO-HOSPITALAR LTDA  
CNPJ: 06.371.354/0001-29  
PROCESSO: 25351.280956/2007-19 AUTORIZ/MS:  
UWL5X42710WW (8.03928.2)  
RP. TECNICO: SUZAN KEILA DIAS SANTOS  
RP. LEGAL : ELISIO SILVA DE ANDRADE FILHO  
ENDEREÇO: AVENIDA ALMIRANTE MARQUES DE LEÃO, Nº 273  
BAIRRO: BARRA CEP: 40140230 - SALVADOR/BA  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: CORRELATO  
DISTRIBUIR: CORRELATO  
EXPEDIR: CORRELATO  
EMPRESA: F WILTON CAVALCANTE MONTEIRO ME  
CNPJ: 07.055.280/0001-84  
PROCESSO: 25351.279184/2007-64 AUTORIZ/MS:  
KX6657MX8WL4 (8.03926.5)  
RP. TECNICO: FRANCISCO WALLACY MONTEIRO CAVALCANTE  
RP. LEGAL : FRANCISCO WILTON CAVALCANTE MONTEIRO  
ENDEREÇO: RUA COELHO NETO, 703  
BAIRRO: BOA VISTA CEP: 59605320 - MOSSORO/RN  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: CORRELATO  
DISTRIBUIR: CORRELATO  
EXPEDIR: CORRELATO  
EMPRESA: PHARMIS BIOFARMACÊUTICA LTDA  
CNPJ: 05.342.700/0001-88  
PROCESSO: 25351.278979/2007-55 AUTORIZ/MS:  
GWY4LW1MLW35 (8.03927.9)  
RP. TECNICO: INGRID BARREIROS COX  
RP. LEGAL : JORGE AZEVEDO  
ENDEREÇO: RUA GENARO DE CARVALHO, Nº 3543, LOTE 10  
BAIRRO: RECREIO DOS BANDEIRANTES CEP: 22790070 - RIO DE JANEIRO/RJ  
ATIVIDADE/CLASSE  
ARMAZENAR: CORRELATO  
EXPEDIR: CORRELATO  
IMPORTAR: CORRELATO  
EMPRESA: REAGENS DO BRASIL PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA  
CNPJ: 07.448.726/0001-30  
PROCESSO: 25351.269231/2007-61 AUTORIZ/MS:  
U6L6XXX4202Y (8.03929.6)

RP. TECNICO: SERGIO ARAUJO SOARES  
RP. LEGAL : ATILA MOGYOROSY  
ENDEREÇO: RUA MINISTRO OROZIMBO NONATO 392, GAL-PÃO 01  
BAIRRO: DONA CLARA CEP: 31260230 - BELO HORIZONTE/MG  
ATIVIDADE/CLASSE  
FABRICAR: CORRELATO  
TOTAL DE EMPRESAS : 4

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.040, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,  
considerando a solicitação de inspeção pela empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda., CNPJ n.º 56.998.701/0001-16, Autorização de Funcionamento n.º 1.00.553-1, Autorização Especial nº 1.20.003-4;  
considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:  
Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.  
Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.  
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Abbott Laboratories Argentina S.A.
<b>ENDEREÇO:</b> Av. Valentin Vergara 7989 - Localidad Ingeniero Allan - Partido de Florencio Varela - Província de Buenos Aires
<b>PAÍS:</b> Argentina
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/For-mas Farmacêuticas:</b>
<b>Sólidos:</b> Comprimidos, comprimidos revestidos e grânulos. <b>Líquidos:</b> Soluções e suspensões. Incluindo, ainda: <b>Produtos sujeitos a controle especial:</b> Comprimidos revestidos e soluções.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.041, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,  
considerando a solicitação de inspeção pela empresa Heel do Brasil Biomédica Ltda., CNPJ n.º 05.994.539/0001-27, Autorização de Funcionamento n.º 1.06.198-2;  
considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:  
Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.  
Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.  
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Biologische Heilmittel Heel GmbH
<b>ENDEREÇO:</b> Dr.-Reckeweg-Strasse 2-4, Baden-Baden
<b>PAÍS:</b> Alemanha
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/For-mas Farmacêuticas:</b>
<b>Sólidos:</b> Comprimidos. <b>Semi-sólidos:</b> Pomadas e supositórios. <b>Líquidos:</b> Soluções. <b>Injetáveis:</b> Soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização final).





RESOLUÇÃO - RE Nº 2.042, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Claris Produtos Farmacêuticos do Brasil Ltda., CNPJ n.º 02.455.073/0001-01, Autorização de Funcionamento n.º 1.04.277-2 e Autorização de Funcionamento Especial n.º 1.20.646-6;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Claris Lifesciences Limited
<b>ENDEREÇO:</b> Village Chacharwadi Vasana, Taluka Sanand, Ahmedabad, Gujarat State.
<b>PAÍS:</b> Índia
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção / Formas Farmacêuticas:</b>
<b>Injetáveis:</b> Soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização final), soluções parenterais de grande volume (com esterilização final), emulsões parenterais de pequeno volume (com esterilização final) e emulsões parenterais de grande volume (com esterilização final). Incluindo, ainda: <b>Antibióticos não cefalosporínicos e não penicilínicos:</b> Soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização final), soluções parenterais de grande volume (com esterilização final), emulsões parenterais de pequeno volume (com esterilização final) e emulsões parenterais de grande volume (com esterilização final). <b>Produtos sujeitos a controle especial:</b> Emulsões parenterais de pequeno volume (com esterilização final), emulsões parenterais de grande volume (com esterilização final) e soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização final).

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.043, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>EMPRESA:</b> DFL Indústria e Comércio S/A	<b>CNPJ:</b> 33.112.665/0001-46
<b>ENDEREÇO:</b> Estrada do Guerengê	
<b>N.º 2059</b>	<b>BAIRRO:</b> Jacarepaguá
<b>MUNICÍPIO:</b> Rio de Janeiro	<b>UF:</b> RJ
<b>Autorização de Funcionamento n.º:</b> 1.00.177-1	
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/Formas Farmacêuticas:</b>	
<b>Semi-sólidos:</b> Géis.	
<b>Injetáveis:</b> Soluções parenterais de pequeno volume (sem esterilização final).	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.044, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Estado de Alagoas, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>EMPRESA:</b> Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas S.A.	<b>CNPJ:</b> 12.343.158/0001-43
<b>ENDEREÇO:</b> Distrito Industrial Governador Luís Cavalcanti	
<b>N.º --</b>	<b>BAIRRO:</b> Tabuleiro dos Martins
<b>MUNICÍPIO:</b> Maceió	<b>CEP:</b> 57082-000
<b>Autorização de Funcionamento n.º:</b> 1.01.050-8	<b>UF:</b> AL
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/Formas Farmacêuticas:</b>	
<b>Sólidos:</b> Cápsulas e comprimidos.	
<b>Líquidos:</b> Soluções, suspensões e xaropes.	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.045, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Estado do Rio Grande do Sul, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>EMPRESA:</b> Laboratório Saúde Ltda.	<b>CNPJ:</b> 91.671.792/0001-81
<b>ENDEREÇO:</b> Rua Comendador Tavares	
<b>N.º 84 e 89</b>	<b>BAIRRO:</b> Navegantes
<b>MUNICÍPIO:</b> Porto Alegre	<b>CEP:</b> 90230-020
<b>Autorização de Funcionamento n.º:</b> 1.00.049-1	<b>UF:</b> RS
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/Formas Farmacêuticas:</b>	
<b>Sólidos:</b> Comprimidos e pós.	
<b>Semi-sólidos:</b> Cremes.	
<b>Líquidos:</b> Soluções.	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.046, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Heel do Brasil Biomédica Ltda., CNPJ n.º 05.994.539/0001-27, Autorização de Funcionamento n.º 1.06.198-2;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Merckle GmbH
<b>ENDEREÇO:</b> Ludwig-Merckle-Strasse 3 89143 Blaubeuren - Weiler.
<b>PAÍS:</b> Alemanha
<b>Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Forma Farmacêutica:</b>
<b>Líquidos estéreis:</b> Soluções.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.047, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

<b>EMPRESA:</b> Laboratório Neo Química Comércio e Indústria Ltda.	<b>CNPJ:</b> 29.785.870/0001-03
<b>ENDEREÇO:</b> VPR 01, Quadra 2-A, Módulo 4	
<b>N.º --</b>	<b>BAIRRO:</b> DAIA
<b>MUNICÍPIO:</b> Anápolis	<b>CEP:</b> 75133-600
<b>Autorização de Funcionamento n.º:</b> 1.00.465-6	<b>UF:</b> GO
<b>Autorização Especial n.º:</b> 1.20.382-9	
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/ Formas Farmacêuticas:</b>	
<b>Sólidos:</b> Cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos, drágeas e pós.	
<b>Líquidos:</b> Elixires, emulsões, soluções, suspensões, xampus e xaropes.	
<b>Semi-sólidos:</b> Cremes, géis, loções e pomadas.	
<b>Incluindo, ainda:</b>	
<b>Antibióticos não cefalosporínicos e não penicilínicos:</b> Cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos, drágeas, pós, soluções, suspensões, cremes e pomadas.	
<b>Produtos sujeitos a controle especial:</b> Cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos, drágeas e pós.	

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.048, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Cellofarm Ltda., CNPJ n.º 02.433.631/0001-20, Autorização de Funcionamento n.º 1.03.764-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

## ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Quantum Life Sciences Private Limited
<b>ENDEREÇO:</b> 152/6, 154/16, Doresanipalya, Bilekahalli, Bannerghatta Road - Bangalore
<b>PAÍS:</b> Índia
<b>Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Forma Farmacêutica:</b>
<b>Injetáveis cefalosporínicos:</b> Pós estéreis.

## RESOLUÇÃO - RE Nº 2.049, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

## ANEXO

<b>EMPRESA:</b> Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda.	<b>CNPJ:</b> 02.685.377/0008-23
<b>ENDEREÇO:</b> Rua Conde Domingos Papais	
<b>N.º 413</b>	<b>BAIRRO:</b> Areião
<b>CEP:</b> 08613-010	
<b>MUNICÍPIO:</b> Suzano	<b>UF:</b> SP
<b>Autorização de Funcionamento n.º:</b> 1.01.300-3	
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/Formas Farmacêuticas:</b>	
<b>Sólidos:</b> Cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos, comprimidos efervescentes e drágeas.	
<b>Semi-sólidos:</b> Cremes, géis, geléias e pomadas.	
<b>Líquidos:</b> Colutórios, soluções, sprays, suspensões e xaropes.	
<b>Líquidos Estéreis:</b> Colírios.	
<b>Injetáveis:</b> Soluções parenterais de pequeno volume (com e sem esterilização final).	
Incluindo, ainda:	
<b>Antibióticos não cefalosporínicos e não penicilínicos:</b> Comprimidos revestidos, pomadas, sprays e suspensões.	
<b>Produtos sujeitos a controle especial:</b> Cápsulas, colutórios, comprimidos, comprimidos	
revestidos, soluções, soluções parenterais de pequeno volume (com e sem esterilização final).	
<b>Embalagem primária e secundária de sólidos:</b> Pastilhas.	

## RESOLUÇÃO - RE Nº 2.050, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 33.060.740/0001-72, Autorização de Funcionamento nº 1.00.093-0; considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

## ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Schering-Plough S.A. de C.V.
<b>ENDEREÇO:</b> Av. 16 de Septiembre nº 301, Col. Xaltocan, Xochimilco, D.F.C.P. 16090
<b>PAÍS:</b> México
<b>Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Forma Farmacêutica:</b>
<b>Sólidos:</b> Comprimidos e comprimidos revestidos.
Incluindo, ainda:
<b>Produtos sujeitos a controle especial:</b> comprimidos revestidos.

## RESOLUÇÃO - RE Nº 2.051, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Solvay Farma Ltda., CNPJ nº 60.499.639/0001-95, Autorização de Funcionamento nº 1.00.082-2 e Autorização Especial nº 1.20.004-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

## ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Solvay Pharmaceuticals B.V.
<b>ENDEREÇO:</b> Veerweg 12 . 8121 AA Olst.
<b>PAÍS:</b> Holanda
<b>Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção / Formas Farmacêuticas:</b>
<b>Sólidos:</b> Cápsulas, comprimidos e comprimidos revestidos.
Incluindo, ainda:
<b>Produtos sujeitos a controle especial:</b> Comprimidos revestidos.
<b>Hormonais:</b> Comprimidos revestidos.

## RESOLUÇÃO - RE Nº 2.052, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Cellofarm Ltda., CNPJ nº 02.433.631/0001-20, Autorização de Funcionamento nº 1.03.764-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

## ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Strides Arcolab Limited
<b>ENDEREÇO:</b> Opp. IIM, Bilekahalli, Bannerghatta Road - Bangalore
<b>PAÍS:</b> Índia
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/Formas Farmacêuticas:</b>
<b>Sólidos penicilínicos:</b> Cápsulas.
<b>Injetáveis penicilínicos:</b> Pós estéreis.

## RESOLUÇÃO - RE Nº 2.053, DE 6 DE JULHO DE 2007

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Cellofarm Ltda., CNPJ nº 02.433.631/0001-20, Autorização de Funcionamento nº 1.03.764-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação para fins de exportação para o Brasil.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

## ANEXO

<b>RAZÃO SOCIAL:</b> Strides Arcolab Limited
<b>ENDEREÇO:</b> Bannerghatta Road, OPP IIM, Bilekahalli Doresanipalya, Bangalore
<b>PAÍS:</b> Índia
<b>Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/Formas Farmacêuticas:</b>
<b>Injetáveis:</b> Soluções parenterais de pequeno volume (com e sem esterilização final), pós liofilizados e pós estéreis.
Incluindo, ainda:
<b>Antibióticos não cefalosporínicos e não penicilínicos:</b> Soluções parenterais de pequeno volume (com e sem esterilização final), pós liofilizados e pós estéreis.
<b>Produtos sujeitos a controle especial:</b> Soluções parenterais de pequeno volume (com e sem esterilização final) e pós estéreis.

## RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2007, Seção 1, pág. 54 e em suplemento pág. 1

ONDE SE LÊ:

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.850, DE 29 DE JUNHO DE 2007(\*)

LEIA-SE:

RESOLUÇÃO - RE Nº 1950, DE 29 DE JUNHO DE 2007(\*)

## DIRETORIA COLEGIADA

## RESOLUÇÃO - RE Nº 1.972, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os registros, a revalidação de registro, as reconsiderações de indeferimento de registro dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

## RESOLUÇÃO - RE Nº 1.973, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso III do art. 49 e o inciso I § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder o Registro, o Cadastro, a Revalidação, a Alteração, a Inclusão e a Retificação de Registro, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

## RESOLUÇÃO - RE Nº 1.974, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 28 de dezembro de 2005, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº. 746, do Diretor-Presidente, de 10 de novembro de 2006,





considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os seguintes assuntos de petição na área de alimentos: registro de alimentos e bebidas, alteração de rotulagem, Alteração de Fórmula do Produto, Alteração do Nome / Designação do Produto, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.976, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

considerando o art. 15 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.978, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso III do art. 49 e o inciso I § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art 12 e o art. 25 da Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir o Registro e a Revalidação de Registro, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Deferir o Desarquivamento de processo a pedido da empresa

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.979, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder os registros, as revalidações de registro, a inclusão de tonalidade, as inclusões de acondicionamento, as substituições de acondicionamento do registro dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.981, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 28 de dezembro de 2005, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº. 746, do Diretor-Presidente, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder: Recurso Interposto Deferido, Revalidação de Registro, Inclusão de Marca, Registro de Alimentos e Bebidas, Retificação de Publicação de Registro, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.982, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 28 de dezembro de 2005, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº. 746, do Diretor-Presidente, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder: Registro de Alimentos e Bebidas, Revalidação de Registro, Inclusão de Marca, Extensão para Registro Único, Alteração de Unidade Fabril, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.983, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder os registros de produtos risco II, as novas versões, as reconsiderações de indeferimento e as retificações de publicação, as revalidações dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.984, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso III do art. 49 e o inciso I § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder o Registro, o Cadastro, a Revalidação, a Alteração, a Inclusão, a Retificação e o Desarquivamento de Processo, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.985, DE 4 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso III do art. 49 e o inciso I § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder o Arquivamento Temporário do Processo de Registro e de Petição, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.993, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os registros, as revalidações de registro, as inclusões de acondicionamento de registro dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.010, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 6 de julho de 2005 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso III do art. 49 e o inciso I § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 746 da ANVISA, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder o Registro, o Cadastramento, a Revalidação, a Alteração, a Retificação, a Caducidade e o Desarquivamento de Processo, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.012, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 28 de dezembro de 2005, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº. 746, do Diretor-Presidente, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder Registro de Alimentos e Bebidas, Registro Único de Alimentos e Bebidas, Revalidação de Registro, Extensão para Registro Único - Importado, Inclusão de Marca, Extensão para Registro Único e Alteração do Prazo de Validade do Produto na conformidade da relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

## RESOLUÇÃO - RE Nº 2.013, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 28 de dezembro de 2005, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº. 746, do Diretor-Presidente, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os seguintes assuntos de petição da área de alimentos: Registro de Alimentos e Bebidas, Registro de Alimentos e Bebidas - Importado, Revalidação de Registro, Alteração do Prazo de Validade do Produto, Alteração do Nome/Designação do Produto, Alteração de Fórmula do Produto e Alteração de Rotulagem - de acordo com a Legislação Vigente, na conformidade da relação anexa.

Art.2 ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

## RESOLUÇÃO - RE Nº 2.014, DE 6 DE JULHO DE 2007(\*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 28 de dezembro de 2005, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº. 746, do Diretor-Presidente, de 10 de novembro de 2006,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder: Registro de Alimentos e Bebidas, Inclusão de Marca, na conformidade da relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(\*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicadas em suplemento à presente edição.

## ATO Nº 65.818, DE 3 DE JULHO DE 2007

Procedimento Administrativo nº. 53500.023942/2006 - Expediente Autorização à DSLi VOX 3 BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº. 06.053.352/0001-91, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas - PGO.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

## DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 3 de julho de 2007

Nº 748/2007-CD - Ref : Processo n. 53500.027998/2004. O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Parcelamento de Débito apresentado pela TV DESCOBRIMENTO LTDA., CNPJ nº. 03.511.788/0001-99, nos autos do processo em epígrafe, referente à diferença entre o valor da garantia de proposta apresentada pela Requerente a título de caução, conforme exigência contida no item 7.4.4 do Edital de Licitação nº. 002/2000-MMDS-SCM-Anatel, e o valor total da dívida objeto do Processo de Execução Fiscal nº. 2006.33.10.004530-1, que tramita perante a Subseção Judiciária de Eunápolis/BA, decidiu, por meio da Reunião nº. 440, de 20 de junho de 2007, autorizar o parcelamento do débito em 10 (dez) vezes, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº. 242/2007-GCJL, de 14 de junho de 2007, e em conformidade com o Parecer nº. 021-2007/PGF/PFE-ANATEL, de 23 de abril de 2007, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel..

RONALDO MOTA SARDENBERG

## RETIFICAÇÃO

No Ato nº. 65.781, de 2 de julho de 2007, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de julho de 2007, Seção 1, página 65, retifica-se, conforme abaixo:

onde se lê: "Processo n. 53500.004612/2007", leia-se: "Processo n. 53500.004612/2002".

## SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

## ATO Nº 65.837, DE 4 DE JULHO DE 2007

Autorizar INTELSAT BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 9/7/2007 a 29/7/2007.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

## ATO Nº 65.838, DE 4 DE JULHO DE 2007

Autorizar NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 6/7/2007 a 19/8/2007.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

## ATO Nº 65.843, DE 5 DE JULHO DE 2007

Autorizar RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 09/07/2007 a 30/07/2007.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

## ATO Nº 65.854, DE 6 DE JULHO DE 2007

Autorizar Peugeot-Citroen do Brasil Automoveis Ltda. a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio Acima/MG, no período de 06/07/2007 a 08/07/2007.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA DE 4 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº. 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização a entidade abaixo relacionada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. O ato de outorga somente produzirá efeito legal após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
369	53640.000974/98	Rádio Comunitária Santa Luz FM	Santa Luz/BA

HÉLIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

## CONSULTA PÚBLICA Nº 800, DE 5 DE JULHO DE 2007

Proposta de alteração do art. 6º do Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº. 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº. 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua Reunião nº. 441, realizada em 27 de junho de 2007, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do artigo 42, da Lei nº. 9.472, de 1997, e do artigo 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, proposta de alteração do art. 6º do Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura.

A proposta objeto desta Consulta Pública visa estabelecer os critérios para caracterizar os locais específicos da Área de Prestação do Serviço com infra-estrutura urbana deficiente para atendimento das prestadoras de televisão por assinatura com metas de qualidade menos rigorosas.

Nessa proposta, considera-se "local específico da Área de Prestação do Serviço com infra-estrutura urbana deficiente" aquele definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como "Setor Especial Aglomerado Subnormal".

De acordo com a metodologia utilizada pelo IBGE para o Censo Populacional, "Setor Especial Aglomerado Subnormal" é o conjunto constituído por um mínimo de 51 (cinquenta e um) domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia - público ou particular - dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

O texto completo da proposta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devem ser formuladas no idioma português, fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço da Internet <http://www.anatel.gov.br>, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 6 de agosto de 2007.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 1º de agosto de 2007, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA  
CONSULTA PÚBLICA Nº. 800, DE 5 DE JULHO DE 2007

Proposta de alteração do art. 6º do Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura  
SAUS - Quadra 06 - Bloco F - Térreo - Biblioteca  
70070-940 - BRASÍLIA - DF  
Fax nº. (0xx61) 2312 - 2002  
Correio eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br  
As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

## ATO Nº 65.788, DE 2 DE JULHO DE 2007

Processo nº. 53500 027059/2006. Autoriza a JOP COMUNICAÇÃO VIRTUAL LTDA., CNPJ n. 02.669.561/0001-03, a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

## ATO Nº 65.817, DE 3 DE JULHO DE 2007

Procedimento Administrativo nº. 53500.023942/2006 - Extinguir, por renúncia, desde 4 de setembro de 2006, a autorização para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 21 e 61 do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, expedidas à DSLi VOX 3 BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº. 06.053.352/0001-91, por meio do Ato nº. 44.751, de 14 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 18 de junho de 2004 e formalizada sob os Termos n. 322, 323 e 324/2004/SPB-ANATEL.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho





SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	
ATO Nº 65.846, DE 5 DE JULHO DE 2007	
Processo nº 53500.005541/07. SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA - FM - Cuiabá/MT - Canal 256. Autoriza o Uso de Radiofrequência.	
ARA APKAR MINASSIAN Superintendente	
ATO Nº 65.847, DE 5 DE JULHO DE 2007	
Processo nº 53500.005539/07. CANABARRA COMUNICAÇÕES LTDA - FM - Descalvado/SP - Canal 254. Autoriza o Uso de Radiofrequência.	
ARA APKAR MINASSIAN Superintendente	
ATO Nº 65.849, DE 5 DE JULHO DE 2007	
Processo nº 53500.005542/07. RÁDIO PRODUCAO FM LTDA - FM - Palmitos/SC - Canal 268. Autoriza o Uso de Radiofrequência.	
ARA APKAR MINASSIAN Superintendente	
ATO Nº 65.850, DE 5 DE JULHO DE 2007	
Processo nº 53500.008644/07. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTV - Aguiarnópolis/TO - Canal 21+. Autoriza o Uso de Radiofrequência.	
ARA APKAR MINASSIAN Superintendente	
ATO Nº 65.851, DE 5 DE JULHO DE 2007	
Processo nº 53500.008641/07. TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S/A - RTV - Aracaju/SE - Canal 50. Autoriza o Uso de Radiofrequência.	
ARA APKAR MINASSIAN Superintendente	
ATO Nº 65.852, DE 5 DE JULHO DE 2007	
Processo nº 53500.008643/07. FUNDAÇÃO SANTA LUZIA - FM - Carangola/MG - Canal 244 E. Autoriza o Uso de Radiofrequência.	
ARA APKAR MINASSIAN Superintendente	
ATO Nº 65.853, DE 5 DE JULHO DE 2007	
Processo nº 53500.008642/07. FUNDAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA ZAGGA - FM - Nova Serrana/MG - Canal 241 E. Autoriza o Uso de Radiofrequência.	
ARA APKAR MINASSIAN Superintendente	
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS	
ATO Nº 65.800, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à ADRIANO MARTINS DOMINGUES associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.801, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à ALCOOL AZUL S/A - ALCOAZUL associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	

ATO Nº 65.802, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à ASSO-CIA CAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.803, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à CILNET COMUNICACAO E INFORMATICA LTDA. EPP associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.804, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à FERNANDO CESAR PIRES ROCHA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.805, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.806, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à L.R SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.807, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à MAURO AMARAL DA SILVA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.808, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à RICARDO JUNQUEIRA DE ALMEIDA PRADO associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.809, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à UNIPAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.810, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à VERZANI & SANDRINI SEG PATRIMONIAL LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	

ATO Nº 65.811, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Outorga autorização para uso de radiofrequência à VOTORANTIM METAIS NIQUEL S/A associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
ATO Nº 65.812, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Prorroga a autorização de uso de radiofrequência à FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE-FUNDACAO CASA-SP associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.814, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida a MARIA DA PENHA ZANCANER CINTRA, CPF nº 003.603.688-91, para MARIA DA PENHA ZANCANER CINTRA, CPF nº 307.316.838-97, bem como a outorga de autorização de uso de radiofrequência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
ATO Nº 65.815, DE 3 DE JULHO DE 2007	
Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida a ELZA ESTHER RICCIARDI SALESSI, CPF nº 123.605.548-91, para ELZA ESTHER RICCIARDI SALESSI, CPF nº 119.968.488-01, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.	
JARBAS JOSÉ VALENTE Superintendente	
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA	
PORTARIA Nº 412, DE 12 DE JUNHO DE 2007	
A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187 do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.021204/2003, resolve:	
Aprovar o nome do Sr. Odilson de Camargo Mendes, como procurador, com poderes de administração e gerência, da RÁDIO ITAIPU DE OURINHOS LTDA., executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Ourinhos, Estado de São Paulo. Determinar que a entidade apresente ao Ministério das Comunicações o instrumento de procuração devidamente formalizado.	
ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU	
(88.123.178.951-0 - 5.7.2007 - R\$ 149,60)	
PORTARIA Nº 478, DE 4 DE JULHO DE 2007	
A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.011120/2006, resolve:	
Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da TV PRIMAVERA DE CRICIÚMA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, utilizando o canal 12+ (doze decalado para mais).	
ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU	
(Nº 7.233-2 - R\$ 119,68 - 6.7.2007)	

**Ministério de Minas e Energia****AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA****RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 270, DE 26 DE JUNHO DE 2007**

Estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade das instalações integrantes da Rede Básica, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 6º, 29, incisos II, VII e X, e 31, incisos I e IV, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 25, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com base nos arts. 4º, incisos XV e XVI, 12, inciso I, e 17, § 3º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, nas Resoluções nº 247, de 13 de agosto de 1999, e nº 281, de 1º de outubro de 1999, o que consta do Processo nº 48500.005637/02-31, e considerando que:

em função da Audiência Pública nº 043/2005, realizada no dia 23 de março de 2006, foram recebidas sugestões de diversos agentes do setor de energia elétrica, bem como da sociedade em geral, que contribuíram para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Estabelecer as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade das instalações integrantes da Rede Básica que compõem o Sistema Interligado Nacional - SIN.

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Resolução ficam estabelecidos os seguintes termos e respectivas definições:

I - Adicional à RAP: valor a ser adicionado à Receita Anual Permitida - RAP estabelecido pela ANEEL como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão, tendo como referência a receita da Parcela Variável Por Indisponibilidade;

II - Ampliação: implantação de instalação de transmissão resultante de processo licitatório para outorga de uma nova concessão;

III - Aproveitamento de Desligamento: intervenção em uma Função Transmissão desenergizada em consequência do desligamento para intervenção em uma outra Função Transmissão;

IV - Atraso na Entrada em Operação: atraso na data de entrada em operação comercial de uma nova Função Transmissão estabelecida no contrato de concessão ou em resolução da ANEEL, por motivo direta ou indiretamente imputável à concessionária de transmissão;

V - Desligamento Programado: indisponibilidade de uma Função Transmissão, programada antecipadamente em conformidade com o estabelecido nos Procedimentos de Rede;

VI - Família de Equipamento: conjunto de equipamentos de uma Função Transmissão, que apresenta homogeneidade nos indicadores característicos de desempenho e que cumpre função análoga no sistema elétrico, conforme identificado na tabela do item 1 do Anexo desta Resolução;

VII - Função Transmissão - FT: conjunto de instalações funcionalmente dependentes, considerado de forma solidária para fins de apuração da prestação de serviços de transmissão, compreendendo o equipamento principal e os complementares, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 191, de 12 de dezembro de 2005;

VIII - Intervenção de urgência: intervenção solicitada com antecedência inferior a 24 (vinte e quatro) horas, com relação ao horário do desligamento, ou com antecedência entre 24 (vinte e quatro) horas e 48 (quarenta e oito) horas, com relação ao horário do desligamento e sem que seja possível ao ONS programar as condições operativas do SIN;

IX - Melhoria: instalação, substituição ou reforma de equipamentos visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, nos termos da Resolução Normativa nº 158, de 23 de maio de 2005;

X - Módulo de Controle: dispositivo de controle de equipamento de compensação reativa, que atua como elemento adicional no desempenho dinâmico de sistemas elétricos;

XI - Outros Desligamentos: qualquer indisponibilidade de uma FT não considerada como Desligamento Programado;

XII - Padrão de Duração de Desligamento: duração máxima admissível de Desligamentos Programados ou de Outros Desligamentos de uma FT no período contínuo móvel de doze meses, até a qual não se aplica o desconto da Parcela Variável Por Indisponibilidade;

XIII - Padrão de Frequência de Outros Desligamentos: número máximo admissível de Outros Desligamentos de uma FT, no período contínuo móvel de doze meses, até o qual não se aplica a penalidade associada à frequência;

XIV - Pagamento Base - PB: parcela equivalente ao duodécimo da RAP associada à plena disponibilização das instalações de transmissão que compõem uma FT, nos termos da Resolução Normativa nº 191, de 2005;

XV - Parcela Variável Por Indisponibilidade - PVI: parcela a ser deduzida do Pagamento Base por Desligamentos Programados ou Outros Desligamentos decorrentes de eventos envolvendo o equipamento principal e/ou os complementares da FT, de responsabilidade da concessionária de transmissão, consideradas as exceções e as condições definidas nesta Resolução;

XVI - Parcela Variável Por Restrição Operativa Temporária - PVRO: parcela a ser deduzida do Pagamento Base por restrição operativa temporária existente na FT, de responsabilidade da concessionária de transmissão, que resulte na redução da(s) capacidade(s) operativa(s) da própria FT;

XVII - Percentil de 25% da Duração de Desligamento: valor da duração de Desligamento Programado ou de Outros Desligamentos, correspondente à posição do primeiro quartil da distribuição estatística da duração de desligamento das FT;

XVIII - Período Noturno: intervalo de tempo entre o horário do crepúsculo e do amanhecer, conforme disposto nos Procedimentos de Rede; e

XIX - Reforço: implementação de novas instalações de transmissão, substituição ou adequação em instalações existentes, nos termos da Resolução Normativa nº 158, de 2005.

Art. 3º Aplica-se esta Resolução às Funções Transmissão integrantes de concessão não decorrente de licitação e as autorizadas a esta concessão até a data de publicação desta Resolução.

§ 1º Para as Funções Transmissão integrantes de concessão decorrente de licitação realizada até a data de publicação desta Resolução e as autorizadas a esta concessão, serão aplicados os dispositivos desta Resolução, observando-se a legislação pertinente, à exceção ao disposto em relação ao Adicional à RAP, aos Padrões de Duração de Desligamento, aos fatores Ko e Kp conforme definidos na tabela do Anexo e ao art. 7º desta Resolução.

§ 2º Para as Funções Transmissão a serem licitadas ou autorizadas a partir da data de publicação desta Resolução, não se aplicarão os dispositivos em relação ao Adicional à RAP e aos Padrões de Duração de Desligamento, podendo as disposições referentes ao art. 7º desta Resolução e aos fatores Ko e Kp serem ajustadas nos respectivos editais de licitação ou resoluções autorizativas.

**DA QUALIDADE DO SERVIÇO**

Art. 4º A qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica será medida com base na disponibilidade e na capacidade plena das FT, sendo estas consideradas indisponíveis quando ocorrer Desligamento Programado ou Outros Desligamentos ou Atraso na Entrada em Operação.

Art. 5º O Pagamento Base de uma FT estará sujeito a desconto da Parcela Variável Por Indisponibilidade e da Parcela Variável Por Restrição Operativa Temporária.

Art. 6º O período de Atraso na Entrada em Operação de uma FT, a ser apurado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a partir da zero hora do dia subsequente à data estabelecida, será considerado como indisponibilidade por Atraso na Entrada em Operação, resultando em desconto no correspondente Pagamento Base, conforme critérios estabelecidos no art. 11 desta Resolução.

Art. 7º Quando uma FT- Linha de Transmissão contiver equipamentos integrantes de mais de uma concessão de transmissão, aplicar-se-ão a essa FT os dispositivos desta Resolução, sendo os descontos das parcelas variáveis da FT imputados às concessionárias de transmissão responsáveis pelos eventos associados a tais descontos, cabendo ao ONS coordenar a apuração dos referidos eventos.

Parágrafo único. O ONS deverá encaminhar anualmente à ANEEL um relatório técnico de desempenho das FT descritas no "caput", referindo-se, no mínimo, ao número, duração e responsabilidade dos desligamentos e das restrições operativas temporárias, bem como dos descontos das parcelas variáveis associadas, ocorridos no período.

**DA APLICAÇÃO DOS DESCONTOS**

Art. 8º O Padrão de Duração de Desligamento e o Padrão de Frequência de Outros Desligamentos estão estabelecidos na tabela do item 1 do Anexo desta Resolução.

Parágrafo único. Quando a soma das durações dos desligamentos de uma FT, apuradas no período contínuo de doze meses anteriores ao da ocorrência, incluindo este, ultrapassar o correspondente Padrão de Duração de Desligamento, caberá a aplicação de desconto da PVI calculada de acordo com a expressão definida no item 3 do Anexo desta Resolução.

Art. 9º O valor do desconto da Parcela Variável Por Restrição Operativa Temporária será o resultante da multiplicação do Pagamento Base, expresso em moeda corrente nacional por minuto, pelo somatório do produto da redução proporcional da capacidade operativa de longa e de curta duração da FT pela duração das restrições operativas, expressa em minutos.

Parágrafo único. Será considerada a redução da capacidade operativa de curta duração e de longa duração da FT, em relação ao valor contratado, independentemente da necessidade operacional do sistema, observando-se a exceção disposta no art. 38 desta Resolução.

Art. 10. A Parcela Variável Por Indisponibilidade e a Parcela Variável Por Restrição Operativa Temporária serão calculadas em função do Pagamento Base da FT relativo ao mês de início da ocorrência do evento.

Art. 11. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, o valor do desconto relativo ao período de Atraso na Entrada em Operação de uma FT, de que trata o art. 6º desta Resolução, será calculado e aplicado à concessionária de transmissão de acordo com os seguintes critérios:

I - o período de atraso será apurado em base mensal, limitado em 90 (noventa) dias para efeito de desconto;

II - o valor por dia de atraso nos primeiros 30 (trinta) dias corresponderá ao valor "pro rata- dia" do Pagamento Base da FT;

III - o valor por dia de atraso no período entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e o 90º (nonagésimo) dia, corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do valor "pro rata-dia" do Pagamento Base da FT; e

IV - o valor total do desconto será aplicado após o primeiro mês da entrada em operação da FT e rateado nos quatro meses subsequentes, conforme detalhamento estabelecido nos Procedimentos de Rede.

Art. 12. A aplicação do desconto das parcelas variáveis estará condicionada aos seguintes limites:

I - o desconto referente à soma dos valores da Parcela Variável Por Indisponibilidade e da Parcela Variável Por Restrição Operativa Temporária de cada FT, dentro do mês de apuração, estará limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor do Pagamento Base da FT, deslocando-se para o(s) mês (es) subsequente(s) o saldo que restar;

II - o desconto referido no inciso anterior, para o período contínuo de doze meses anteriores ao da apuração, incluindo este, estará limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do somatório dos Pagamentos Base da FT no mesmo período;

III - para a FT de que trata o art. 7º desta Resolução, o desconto referente à soma dos valores da PVI e da PVRO imputado à concessionária de transmissão acessada, para o período contínuo de doze meses anteriores ao da apuração, incluindo este, estará limitado a 50% (cinquenta por cento) do somatório dos Pagamentos Base associados aos equipamentos de sua propriedade, integrantes da respectiva FT, neste mesmo período; e

IV - o desconto referente aos valores das PVI e das PVRO de todas as FT de uma concessão, no período de que trata o inciso II, estará limitado a 12,5% (doze e meio por cento) do valor da RAP da concessão, correspondente ao mesmo período.

Parágrafo único. Alcançando-se um dos limites dos descontos definidos nos incisos II, III e IV, a concessionária de transmissão estará sujeita à penalidade de multa, aplicada nos termos da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, entre outras previstas na legislação e no contrato de concessão.

**DOS CRITÉRIOS GERAIS PARA A APURAÇÃO DAS PARCELAS VARIÁVEIS**

Art. 13. As parcelas variáveis serão apuradas pelo ONS nos termos desta Resolução e dos Procedimentos de Rede, compondo a Apuração Mensal de Serviços e Encargos de Transmissão, relacionada a cada concessionária.

§ 1º A PVI e a PVRO serão apuradas até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à ocorrência dos respectivos eventos, sendo os correspondentes descontos realizados a partir do mês seguinte, conforme critérios estabelecidos nos Procedimentos de Rede.

§ 2º O prazo limite para a apuração poderá, excepcionalmente, ser prorrogado na hipótese de a análise da ocorrência requerer um prazo maior.

Art. 14. Deverão ser considerados, para efeito da apuração da duração de desligamentos e das restrições operativas temporárias, apenas os eventos com duração superior a 1 (um) minuto.

Art. 15. Não será considerada, para efeito de desconto da PVI de uma FT, a ocorrência das situações a seguir detalhadas:

I - desligamento para implantação de Ampliação, Reforço e Melhorias, excetuadas aquelas definidas no inciso III do art. 3º da Resolução Normativa nº 158, de 2005, desde que conste do Programa Mensal de Intervenção definido nos Procedimentos de Rede;

II - desligamento solicitado pelo ONS ou pela concessionária de transmissão por motivo de segurança de terceiros, para realização de serviços ou obras de utilidade pública, e desligamento solicitado pelo ONS por conveniência operativa do sistema;

III - desligamento devido à contingência em outra FT, da própria ou de outra concessionária de transmissão, ou em instalações não integrantes da Rede Básica, excetuados os casos de atuação indevida da proteção e/ou da operação da própria concessionária de transmissão;

IV - desligamento por atuação de Esquemas Especiais de Proteção ou por motivos sistêmicos, excetuados os casos expostos no inciso anterior;

V - desligamento já iniciado e suspenso por orientação do ONS, em decorrência da necessidade de atendimento à segurança e integridade do sistema;

VII - desligamento ocasionado por ação indevida do ONS;

VIII - desligamento por falha na FT em decorrência de alteração no Programa Mensal de Intervenção, de responsabilidade do ONS, com base nos critérios definidos nos Procedimentos de Rede;

VIII - desligamento com duração inferior ou igual a 1 (um) minuto;

IX - o período de até 3 (três) horas iniciais de indisponibilidade de FT - Transformação e Controle de Reativo (Reator), por falha interna ao equipamento principal da FT, desde que seja substituído por equipamento reserva;

X - o período de até 120 (cento e vinte) horas iniciais de indisponibilidade de uma FT - Linha de Transmissão - Cabo Isolado, por falha permanente ocorrida na FT contendo trecho(s) em cabo diretamente enterrado, podendo ser aplicado um período adicional em casos onde a intervenção nos cabos esteja condicionada a atendimento de exigências de órgãos públicos e/ou remanejamento de instalações de terceiros, mediante comprovação pela concessionária por meio de relatório técnico; e

XI - o período necessário ao religamento manual de uma FT - Linha de Transmissão, nos termos das rotinas de recomposição do sistema constantes dos Procedimentos de Rede, com o dispositivo de religamento automático desativado ou não instalado devido a restrições sistêmicas ou por determinação do ONS.

§ 1º Não estando a FT apta a ser energizada, após os desligamentos a que se referem os incisos III e IV e depois do período referido no inciso XI, nos termos das rotinas de recomposição do sistema constantes dos Procedimentos de Rede, aquela será considerada indisponível, adotando-se o período subsequente como Outros Desligamentos.

§ 2º O desligamento ocasionado por ação indevida do ONS será considerado uma Não-Conformidade do operador e motivo de ação fiscalizatória por parte da ANEEL.

§ 3º O cancelamento pela concessionária de transmissão da programação de desligamento de uma FT previamente aprovada pelo ONS, com antecedência inferior a 5 (cinco) dias em relação à data prevista, implicará desconto equivalente a 20% (vinte por cento) do





período programado, exceto nos casos em que a concessionária tenha declarado previamente esta possibilidade na solicitação de intervenção, por razões previstas nos Procedimentos de Rede, não sendo este período considerado no cômputo, conforme o disposto no art. 8º desta Resolução.

§ 4º Caso o ONS não viabilize a inclusão ou alteração de desligamento no Programa Mensal de Intervenção, para manutenção de uma FT, ele terá que programá-lo ou reprogramá-lo dentro dos prazos e condições definidos nos Procedimentos de Rede e, caso ocorra evento que cause dano na FT enquanto a manutenção não for realizada por motivo sistêmico e em decorrência da reprogramação por parte do ONS, a concessionária poderá ser ressarcida por este agente.

§ 5º Para que ocorra o ressarcimento disposto no § 4º, a concessionária deverá comprovar, por meio de relatório técnico, que a não realização ou reprogramação do desligamento para manutenção provocou dano na FT.

§ 6º Nas intervenções classificadas como Desligamento Programado, cuja liberação para a operação ocorra até o final do período programado ou reprogramado, será considerado o período real, excetuando-se os casos de intervenção para manutenção corretiva especial de FT que implique corte de carga em regime normal, nos quais deverá ser considerado o período real acrescido de 10% (dez por cento) do período compreendido entre o término real e o término programado ou reprogramado, não sendo este acréscimo considerado no cômputo, conforme o disposto no art. 8º desta Resolução.

§ 7º Quando a duração real do Desligamento Programado de uma FT for superior ao período inicialmente programado ou reprogramado, por responsabilidade da concessionária de transmissão, o período de atraso, após superado o correspondente Padrão de Duração de Desligamento, será multiplicado pelo fator 1,5, para efeito de desconto da PVI, sendo a duração real do desligamento considerada no cômputo, conforme o disposto no art. 8º desta Resolução.

§ 8º Quando houver indisponibilidade de um dos terminais ou de trechos de uma FT- Linha de Transmissão e o ONS solicitar a energização de parte ou de toda a extensão da referida FT, a duração total da indisponibilidade da FT será reduzida em 50% (cinquenta por cento) para efeito de desconto da PVI e para o cômputo, conforme o disposto no art. 8º desta Resolução.

Art. 16. O desconto da PVRO de uma FT cessará quando a concessionária de transmissão informar ao ONS que está em condições de eliminar a restrição operativa, ainda que não possa fazê-lo por questões sistêmicas.

Parágrafo único. Caso ocorra um novo evento que altere o valor da restrição operativa temporária da FT, a PVRO será calculada com base na nova condição, a partir do momento de sua ocorrência.

Art. 17. Não serão considerados, para efeito de desconto da PVI e da PVRO, os desligamentos e as restrições operativas ocorridas no período de 6 (seis) meses a contar da data de entrada em operação comercial de uma nova FT.

#### DOS CRITÉRIOS ESPECIAIS PARA A APURAÇÃO DA PVI

Art. 18. Quando o desligamento de uma FT for qualificado pela concessionária de transmissão como decorrente de caso fortuito ou força maior ou de situações de sabotagem, terrorismo, calamidade pública, de emergência e por motivo de segurança de terceiros, que interferiram na prestação do serviço, ela poderá requerer ao ONS a desconsideração do período correspondente.

§ 1º O requerimento de que trata o "caput", para fins de avaliação, eventual perícia técnica e aprovação pelo ONS, deve ser acompanhado de relatório técnico, com o detalhamento estabelecido nos Procedimentos de Rede, demonstrando que o evento foi originado por uma das situações descritas no "caput", devendo comprovar que:

I - o desligamento qualificado como caso fortuito ou força maior decorreu de falha originada por eventos que extrapolaram as especificações do projeto e da fabricação, bem como os procedimentos de montagem, construção, comissionamento, operação e manutenção; e

II - no caso de desligamento de emergência, o mesmo foi realizado com o objetivo de evitar riscos à segurança das instalações, do sistema ou de terceiros, sem tempo hábil para programação prévia de intervenção de acordo com os Procedimentos de Rede.

§ 2º Cessado o evento causador do desligamento de que trata o "caput", relativo a uma FT - Linha de Transmissão, deverão ser observados os prazos a seguir estabelecidos, a partir dos quais será iniciada a consideração do período, classificado como Outros Desligamentos, para efeito de desconto da PVI:

I - no caso de queda de estrutura: 20 (vinte) horas por uma ou mais estruturas afetadas, objetivando a detecção do local da falha, isolamento e mobilização, além de mais 20 (vinte) horas para o reparo de cada estrutura afetada; e

II - no caso de queda de cabo ao solo e reposição de cadeias de isoladores: 8 (oito) horas por cabo e por estrutura, não sendo computado o eventual Período Noturno necessário à localização da falha.

§ 3º Deferido, pelo ONS, o requerimento de que trata o § 1º deste artigo, será acatada a desconsideração do período correspondente.

Art. 19. Quando o desligamento de uma FT - Linha de Transmissão for causado por queimada em vegetação pertencente a Área de Preservação Permanente ou em área onde o desmatamento não foi autorizado por órgãos ambientais, a concessionária de transmissão poderá requerer ao ONS a desconsideração do período respectivo.

Parágrafo único. O requerimento deverá ser acompanhado de relatório técnico com o detalhamento estabelecido nos Procedimentos de Rede, demonstrando que foram adotadas todas as ações preventivas e corretivas necessárias, para fins de avaliação e aprovação do ONS.

Art. 20. Para efeito de desconto da PVI, o desligamento para intervenção de urgência, nos termos do art. 2º, inciso VIII, desta Resolução, será caracterizado como Outros Desligamentos, utilizando-se o Fator multiplicador para Outros Desligamentos (Ko) igual a 50 (cinquenta).

Art. 21. O desconto da PVI, no caso do desligamento de equipamento que compõe a FT- Módulo Geral, que cause indisponibilidade de uma ou mais Funções Transmissão vinculadas à mesma subestação, será calculado adotando-se o Pagamento Base da FT - Módulo Geral e a duração do desligamento do equipamento, exceto para o disjuntor central em configuração de barra de disjuntor e meio, que terá tratamento conforme o disposto no art. 25 desta Resolução.

Parágrafo único. Não estando alguma FT vinculada apta a ser energizada após a liberação para operação do equipamento da FT - Módulo Geral, será aplicado à mesma o critério disposto no § 1º do art. 15 desta Resolução.

Art. 22. O período de indisponibilidade de uma FT, decorrente do Aproveitamento de Desligamento, não será considerado, desde que atendidas as seguintes condições:

I - prazo da solicitação superior ao definido nos Procedimentos de Rede para as intervenções de urgência;

II - período programado ou reprogramado contido no correspondente período de desligamento da FT que ensejou o respectivo aproveitamento;

III - tempo de retorno à operação declarado igual ou inferior ao tempo declarado de retorno da FT que ensejou o aproveitamento; e

IV - no caso de retorno à operação do equipamento principal antes do período programado ou reprogramado e a(s) FT correspondente(s) ao aproveitamento continue(m) indisponível(eis), esta(s) indisponibilidade(s) será(ão) tratada(s) como Desligamento(s) Programado(s) para efeito de desconto da PVI a partir do referido retorno.

§ 1º Para o período de indisponibilidade que exceder o originalmente programado ou reprogramado, será aplicado desconto conforme a condição disposta no § 7º do art. 15 desta Resolução, desde que o atraso seja de responsabilidade da concessionária de transmissão detentora dos ativos.

§ 2º O Aproveitamento de Desligamento está sujeito a condições relacionadas à reprogramação ou cancelamento vinculado ao desligamento que o ensejou, em conformidade com os critérios definidos nos Procedimentos de Rede.

Art. 23. O período de indisponibilidade de uma FT, vinculado ao projeto de Pesquisa e Desenvolvimento aprovado pela ANEEL, não será considerado, desde que atendidas as seguintes condições:

I - não impuser reduções de confiabilidade às instalações, de acordo com os Procedimentos de Rede;

II - não causar aumento de custo operacional; e

III - o desligamento for realizado em época e período mais adequados às necessidades do Sistema Interligado Nacional, conforme avaliação do ONS com a concessionária de transmissão.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no § 7º do art. 15 desta Resolução ao período de desligamento que exceder ao programado.

Art. 24. Após o desligamento de uma FT - Linha de Transmissão, caso ocorra o retorno à operação da FT sem o reator não manobrável sob tensão a ela integrado, e na hipótese de ser solicitado pelo ONS com base em estudo prévio, o desconto da PVI após o retorno incidirá apenas sobre o reator e corresponderá à parcela do respectivo Pagamento Base associado ao período de indisponibilidade do reator.

Art. 25. O período de desligamento de FT, para efeito de desconto da PVI, decorrente de falha no disjuntor central em configuração de barra de disjuntor e meio, será imputado à concessionária de transmissão proprietária do mesmo, considerando-se a(s) FT diretamente conectada(s) ao disjuntor central que for(em) desligada(s) e que também seja(m) de sua propriedade.

Art. 26. A utilização de um equipamento reserva em substituição a uma FT da concessionária de transmissão, implicará desconto em valor correspondente à parcela do Pagamento Base do respectivo equipamento reserva, associado ao período em que estiver em operação.

Art. 27. Não será considerado o período até 1080 (mil e oitenta) horas contínuas, a cada período completo de 5 (cinco) anos, de Desligamento Programado para a realização de manutenção especial de FT - Controle de Reativo (Compensador Síncrono), segundo critérios específicos a serem estabelecidos nos Procedimentos de Rede, atendidos os aspectos de oportunidade e preservação da confiabilidade e segurança do sistema elétrico.

Art. 28. O período de operação de uma FT - Controle de Reativo (Compensação Série), com indisponibilidade do Módulo de Controle, acarretará desconto da PVI da FT, conforme os critérios a seguir:

I - o desconto da PVI corresponderá ao produto da duração da indisponibilidade do Módulo de Controle, em minuto, pelo valor representativo de 80% (oitenta por cento) do Pagamento Base da FT;

II - a duração terá início no momento da devolução da FT para a operação sem o Módulo de Controle e cessará quando a concessionária de transmissão informar ao ONS que está em condição de eliminar a indisponibilidade, não sendo esta duração considerada no cômputo, conforme o disposto no art. 8º desta Resolução; e

III - se a indisponibilidade acarretar redução da capacidade operativa da FT, haverá desconto da PVRO, de acordo com o art. 9º desta Resolução.

Art. 29. No caso de falha ocorrida em equipamento principal de FT - Transformação e Controle de Reativo (Reator), será concedido um período de 72 (setenta e duas) horas contínuas, a partir do

momento da falha, para que a concessionária realize o transporte e a instalação de outro transformador ou reator, que não esteja localizado na área da subestação da ocorrência do evento para substituir o equipamento que ficou indisponível.

#### DO PROCEDIMENTO PARA A LIQUIDAÇÃO DOS VALORES DAS PARCELAS VARIÁVEIS E DOS ATRASOS

Art. 30. Os valores da PVI, da PVRO e o decorrente do Atraso na Entrada em Operação de novas FT, descontados mensalmente da(s) concessionária(s) de transmissão, deverão ser subtraídos dos encargos de uso do sistema de transmissão, simultaneamente ao referido desconto.

Parágrafo único. O valor total deverá ser rateado entre todos os usuários da Rede Básica, sendo o rateio correspondente à FT que atenda a usuários específicos realizado entre os mesmos, considerando-se para ambos os casos, a proporção direta dos seus respectivos encargos de uso do mês de apuração da indisponibilidade.

#### DO ADICIONAL À RAP

Art. 31. A concessionária de transmissão receberá um Adicional à RAP vinculado a uma FT, quando a duração de Outros Desligamentos da FT, acumulada no período contínuo de 12 (doze) meses anteriores ao mês de maio, incluindo este, for igual ou inferior ao correspondente valor estabelecido na tabela do item 2 do Anexo desta Resolução.

§ 1º Atendida a condição definida no "caput", a concessionária receberá, ainda, um Adicional à RAP associado a Desligamentos Programados, realizados na FT, quando a duração acumulada no mesmo período for igual ou inferior ao correspondente valor estabelecido na tabela referida no "caput".

§ 2º O ONS deverá encaminhar à ANEEL, até o dia 10 de junho de cada ano, o valor da duração dos Desligamentos Programados e dos Outros Desligamentos de cada FT, por concessionária de transmissão, ocorridos no período definido no "caput", com valor igual ou inferior ao da tabela referida no "caput", e, ainda, o valor dos Adicionais à RAP.

§ 3º O valor do Adicional à RAP, relacionado a cada FT, equivale ao valor da PVI correspondente, esta calculada conforme fórmula constante do item 3 do Anexo desta Resolução, com o valor dos termos DVDP e DVOD igual ao da tabela do item 2 do referido Anexo, com o de "D" igual a 30 (trinta) e em base anual.

§ 4º O valor total do Adicional à RAP, a ser creditado ao conjunto das concessionárias de transmissão, corresponderá à soma dos valores dos adicionais de cada concessionária e estará limitado a 30% (trinta por cento) da soma das Parcelas Variáveis Por Indisponibilidade de todas as FT, liquidadas no período definido no "caput" deste artigo.

§ 5º Quando o percentual da soma das PVI referidas no § 4º for menor do que o valor da soma dos Adicionais à RAP, referente a cada concessionária, o valor a ser creditado por concessionária será o equivalente ao resultado da divisão do primeiro valor pelo segundo, multiplicado pelo valor do Adicional à RAP de cada concessionária.

§ 6º O valor total do Adicional à RAP referido no § 4º será considerado na Parcela de Ajuste, que será estabelecida no reajuste ou na revisão das RAP do período subsequente ao mês de maio.

§ 7º Os valores dos Adicionais à RAP, cabíveis às concessionárias de transmissão e relacionadas às FT de que trata o art. 7º desta Resolução, serão rateados entre as concessionárias na proporção das RAP associadas aos equipamentos de sua propriedade.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. Quando o número de Outros Desligamentos de uma FT ultrapassar o correspondente Padrão de Frequência de Outros Desligamentos, conforme estabelecido na tabela do item 1 do Anexo desta Resolução, apurado no período contínuo de doze meses anteriores ao da ocorrência, incluindo este, exceto para FT - Linha de Transmissão - Cabo Isolado e Compensador Síncrono, poderá ser caracterizado o descumprimento das disposições regulamentares relativas ao nível de qualidade dos serviços de energia elétrica, devendo o ONS apurar este parâmetro e informar à ANEEL para fins de fiscalização e aplicação da Resolução nº 63, de 2004.

Parágrafo único. A caracterização de que trata o "caput" não será considerada no período de 6 (seis) meses a contar da data de entrada em operação comercial de uma nova FT.

Art. 33. Quando um dos limites dos descontos definidos nos incisos II, III e IV do art. 12 desta Resolução for ultrapassado e a FT continuar indisponível ou com restrição operativa temporária em período subsequente, poderá ser caracterizada a não prestação do serviço público de transmissão, devendo o ONS informar à fiscalização da ANEEL para que a referida FT seja aplicada a Resolução nº 63, de 2004, bem como o disposto no contrato de concessão.

Parágrafo único. Decorridos 30 dias consecutivos sem o retorno à operação da instalação ou sem a eliminação da restrição operativa temporária, após a identificação pelo ONS da superação dos limites descritos no "caput", poderá ser suspenso, a critério da fiscalização da ANEEL, o Pagamento Base da referida FT, até que ocorra a decisão final da Agência.

Art. 34. Os Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST e os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, celebrados em data anterior à publicação desta Resolução, deverão ser adequados, no que couber, às disposições deste ato e submetidos à homologação da ANEEL, no prazo de até 240 (duzentos e quarenta) dias da referida publicação, com vigência das referidas adequações a partir da aplicação da metodologia referida no art. 42 desta Resolução.

Art. 35. O ONS deverá, no prazo de até 240 (duzentos e quarenta) dias contado da publicação desta Resolução, submeter à aprovação da ANEEL os Procedimentos de Rede adequados às disposições desta Resolução, incluindo os critérios e procedimentos complementares necessários à operacionalização deste regulamento, com vigência a partir da aplicação da metodologia referida no art. 42 desta Resolução.

Art. 36. A contagem do período para o Desligamento Programado de FT - Controle de Reativo (Compensador Síncrono), de que trata o art. 27 desta Resolução, no caso de FT em operação, será iniciada na data de início da aplicação da metodologia referida no art. 42 desta Resolução.

Parágrafo único. Para as novas FT referidas no "caput", que entrarem em operação comercial após a data de início da aplicação da metodologia referida no art. 42, a contagem do período será iniciada na data da respectiva entrada em operação.

Art. 37. O valor total do Adicional à RAP a ser considerado na Parcela de Ajuste, nos termos do § 6º do art. 31 desta Resolução, para o primeiro período após a publicação desta Resolução, será proporcional ao período compreendido entre a data de início da aplicação da metodologia referida no art. 42 desta Resolução e o mês de maio subsequente.

Art. 38. A redução da capacidade operativa de longa duração não será considerada para efeito de desconto da PVRO, desde que não haja fator limitante ativo na FT declarado até 60 (sessenta dias) a contar da data de início da aplicação da metodologia referida no art. 42 desta Resolução, de acordo com o disposto na Resolução Normativa nº 191, de 2005.

Parágrafo único. O ONS deverá encaminhar à ANEEL, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Resolução, a proposta das adequações a serem implementadas pela concessionária de transmissão para eliminação dos fatores limitantes ativos das FT, de acordo com o disposto na Resolução Normativa nº 191, de 2005.

Art. 39. Ficam incluídos os incisos XVIII e XIX no art. 7º da Resolução Normativa nº 63, de 2004, com a seguinte redação: "Art. 7º

XVIII - ultrapassar o padrão de frequência de outros desligamentos, conforme metodologia do art. 32 e tabela do item 1 do Anexo da Resolução (sem número);

XIX - deixar de prestar serviços públicos de transmissão, conforme art. 33 da Resolução (sem número).".

Art. 40. O ONS estará sujeito às penalidades previstas na Resolução nº 63, de 2004, caso não cumpra determinações contidas nesta Resolução.

Art. 41. Para a FT - Transformação correspondente a transformador reserva trifásico em operação para atender critério de confiabilidade, serão utilizados Fator multiplicador para Outros Desligamentos (Ko) e Fator multiplicador para Desligamento Programado (Kp) iguais a 10 (dez).

Art. 42. A metodologia relacionada aos arts. 32 e 33 desta Resolução e a relacionada ao desconto das parcelas variáveis, com exceção das FT de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 3º, será aplicada a partir de 330 (trezentos e trinta) dias contados da publicação desta Resolução, utilizando-se nos 2 (dois) anos iniciais os parâmetros definidos na tabela do item 1 do Anexo desta Resolução.

§ 1º O Padrão de Duração de Desligamento, o Padrão de Frequência de Outros Desligamentos, os fatores Ko e Kp, estabelecidos na tabela referida no "caput", bem como o Percentil de 25% da Duração de Desligamento, estabelecido na tabela do item 2 do Anexo desta Resolução, serão reavaliados periodicamente, a cada dois anos, objetivando a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, nos termos da Resolução específica a ser publicada.

§ 2º O ONS deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Resolução, apresentar à ANEEL o cronograma de implantação da metodologia referida no "caput", além das adequações nos contratos e Procedimentos de Rede mencionados nos arts. 34 e 35 desta Resolução.

Art. 43. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

## ANEXO

### 1. Padrão de Duração de Desligamento, Padrão de Frequência de Outros Desligamentos e Fatores Ko e Kp

Função Transmissão	Família de Equipamento	Padrão de Duração de Desligamento		Padrão de Frequência de Outros Desligamentos (desl./ano)	Fator Ko		Fator Kp	
		Programado (hora/ano)	Outros (hora/ano)		Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2
LT	d 5km(*)	26,0	0,5	1	100	150	6,67	10
	>5km e d50Km(*)	26,0	1,4	1				
	>50km - 230kV	21,0	2,5	4				
	345kV	21,0	1,5	3				
	440kV	38,0	2,8	3				
	500kV	38,0	2,3	4				
	750kV	38,0	2,3	4				
TR	Cabo Isolado(*)	54,0	22,0	-	50	50	2,5	2,5
	d345kV	21,0	2,0	1	100	150	6,67	10
	>345kV	27,0	2,0	1				
CR	REA	d345kV	58,0	2,0	100	150	6,67	10
		>345kV	26,0	2,0				
	CRE	(*)	73,0	34,0	100	150	5,0	7,5
	CSI	(*)	666,0	17,0	50	50	2,5	2,5
	BC	(*)	46,0	3,0	50	100	2,5	5,0
	CSE	(*)	20,0	6,0	100	150	5,0	7,5

(\*) Qualquer nível de tensão de uso na Rede Básica.

(\*\*) Período de 666 horas em 2 anos.

LEGENDA:

LT- Linha de Transmissão

TR- Transformação

CR- Controle de Reativo

REA- Reator

CRE- Compensador Estático

CSI- Compensador Síncrono

BC- Banco de Capacitor

CSE- Compensação Série

Ko- Fator multiplicador para Outros Desligamentos

Kp- Fator multiplicador para Desligamento Programado

Ano 1 e Ano 2- Períodos que correspondem ao primeiro e segundo ano de implantação da metodologia, conforme definido no "caput" do art. 42 desta Resolução.

### 2. Percentil de 25% da Duração de Desligamento

Função Transmissão	Família de Equipamento	Percentil de 25% da Duração de Desligamento	
		Programado (hora/ano)	Outros (hora/ano)
LT	d 5km(*)	4,3	0,1
	>5km e d50Km(*)	4,3	0,1
	>50km - 230kV	3,8	0,14
	345kV	3,8	0,15
	440kV	6,7	1,1
	500kV	6,7	0,36
	750kV	6,7	0,36
	Cabo Isolado(*)	23,5	0,7
TR	d345kV	4,7	0,06
	>345kV	7,2	0,06

CR	REA	d345kV	4,3	0,06
		>345kV	2,4	0,06
	CRE	(*)	25,5	2,23
	CSI	(*)	49,5	0,56
	BC	(*)	5,0	0,06
	CSE	(*)	0,15	0,1

(\*) Qualquer nível de tensão de uso na Rede Básica

3. Cálculo da Parcela Variável Por Indisponibilidade (PVI)

A PVI a ser descontada do Pagamento Base de uma FT, será calculada por meio da seguinte fórmula:

$$PVI = \frac{PB}{1440D} K_p \left( \sum_{i=1}^{NP} DVPD_i \right) + \frac{PB}{1440D} \left( \sum_{i=1}^{NO} K_{oi} DVO_{Di} \right)$$

Onde:

PB Pagamento Base da FT;

ΣDVPD e ΣDVO Somatórios da Duração Verificada de Desligamento Programado e da Duração Verificada de Outros Desligamentos de uma FT: correspondem aos somatórios das durações, em minutos, de cada Desligamento Programado e de Outros Desligamentos da FT ocorridos durante o mês, consideradas as condições a seguir:

a. se, no período contínuo de onze meses anteriores ao referido mês, a duração acumulada dos Desligamentos Programados ou dos Outros Desligamentos for igual ou superior que a duração do correspondente padrão, será considerado, para efeito de desconto da PVI, o valor do respectivo somatório das durações ocorridas no mês; e

b. se, no período contínuo de onze meses anteriores ao referido mês, a duração acumulada dos Desligamentos Programados ou dos Outros Desligamentos for inferior que a duração do correspondente padrão, será considerado, para efeito de desconto da PVI, o valor positivo da diferença entre a duração acumulada acrescida do respectivo somatório das durações ocorridas no mês e a duração do correspondente padrão;

Kp Fator multiplicador para Desligamento Programado;

Ko Fator multiplicador para Outros Desligamentos com duração de até 300 minutos. Nesta fórmula, este fator será reduzido para Kp após o 300º minuto, observadas as condições a.e b.acima estabelecidas;

D Número de dias do mês da ocorrência;

Np Número de Desligamento Programado da FT ocorrido ao longo do mês; e

No Número de Outros Desligamentos da FT ocorridos ao longo do mês.

## DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 3 de julho de 2007

Nº 2.059 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 27100.000418/1985-53 e 48500.008831/2000-99, resolve: I - submeter à apreciação do Ministério de Minas e Energia, devidamente instruído, o pedido formulado pela Jari Energética S/A - JESA para ampliação do prazo de vigência da concessão outorgada pelo Decreto nº 95.518, de 18 de dezembro de 1987, objetivando a implantação e exploração da UHE Santo Antonio, localizada no rio Jari, na divisa dos Estados do Amapá e Pará, tendo em vista a competência estabelecida nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995; II - determinar que a referida concessionária, em face da previsão de interligação da região de Macapá ao Sistema Interligado Nacional - SIN, constante do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015, apresente a esta Agência, no prazo de até 180 dias, contado da publicação deste Despacho, a revisão do projeto básico do aproveitamento sob a ótica da aludida interconexão.

Em 6 de julho de 2007

Nº 2.118 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contra decisão do Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, no Processo nº 48500.003024/2007-91, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do Sr. Erialdo Pereira da Silva, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.119 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pelo consumidor Deoclécio Rosa da Silveira, contra decisão do Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, no Processo nº 48500.003016/2007-44, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do consumidor, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.120 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela Companhia Energética do Ceará - COELCE, contra decisão do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, no Processo nº 48500.003111/2007-48, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do consumidor Antônio Sousa de Oliveira, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.121 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso





V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela Companhia Energética do Ceará - COELCE, contra decisão do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, no Processo nº 48500.003011/2007-11, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade da empresa MERCADINHO PORTAL DA BARRA LTDA., por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.122 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela Companhia Energética do Ceará - COELCE, contra decisão do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, no Processo nº 48500.003449/2007-08, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do consumidor Dinalvo de Sousa Xavier, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.123 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela Companhia Energética do Ceará - COELCE, contra decisão do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, no Processo nº 48500.003446/2007-66, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do consumidor Alexander Solon Mota, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.124 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contra decisão do Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, no Processo nº 48500.003023/2007-46, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do Sr. Deoclécio Rosa da Silveira, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.125 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contra decisão do Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, no Processo nº 48500.003015/2007-08, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do Sr. Alcides Antônio Larger, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.126 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contra decisão do Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, no Processo nº 48500.003022/2007-00, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do Sr. Everton Luiz Debastiani Piêgas, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.127 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contra decisão do Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, no Processo nº 48500.003018/2007-33, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade da empresa JORGE CONCEIÇÃO DA SILVEIRA & CIA. LTDA., por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.128 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contra decisão do Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, no Processo nº 48500.003030/2007-48, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade da empresa NAVALHAS VENTURINI LTDA., por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 2.135 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 51, parágrafo único e no art. 53, inciso V, do anexo à Resolução ANEEL nº 233, de 14 de julho de 1998, alterada pela Resolução ANEEL nº 81, de 18 de fevereiro de 2003, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso interposto pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contra decisão do Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, no Processo nº 48500.003016/2007-44, referente à cobrança por irregularidade constatada na unidade consumidora sob a responsabilidade do Sr. Deoclécio Rosa da Silveira, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

JERSON KELMAN

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória nº 477, de 12 de junho de 2007, publicada no D.O., de 05/07/2007, Seção 1, v. 144, nº 128, página 98, no caput do artigo 1º onde se lê "R\$ 129,88/MWh (cento e vinte e nove reais e setenta e dois centavos por megawatt-hora)", leia-se "R\$ 129,88/MWh (cento e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos por megawatt-hora)".

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 6 de julho de 2007

Nº 2.114 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta dos Processos nº 48500.002293/07-22 e 48500.002278/07-39, resolve:

I - registrar os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela vendedora Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda - COOMEX, CNPJ nº 07.133.522/0001-00, de acordo com as condições detalhadas abaixo:

Nº de Registro	Compradora	Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
3084/2007	CPFL Comercialização Brasil S/A, CNPJ nº 04.973.790/0001-42	01/01/2007 a 31/12/2007	2,00
3085/2007	Ecom Energia Ltda, CNPJ nº 05.352.237/0001-55	01/01/2007 a 31/12/2007	1,00

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.115 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 48500.002275/07-41, resolve:

I - registrar, sob o nº 3086/2007, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a compradora Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda - COOMEX, CNPJ nº 07.133.522/0001-00, e a vendedora Delta Comercializadora de Energia S/A, CNPJ nº 04.802.543/0001-83, de acordo com as condições detalhadas abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/01/2007 a 31/12/2007	3,00

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.116 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 48500.003474/07-83, resolve:

I - registrar, sob o nº 1148/2007, o Contrato de Compra de Energia Incentivada - CCEI celebrado entre a vendedora CEMIG PCH S/A (PCH Pai Joaquim), CNPJ nº 04.739.936/0001-90, e a compradora Consórcio MTS/IBR (unidade consumidora Belo Horizonte/MG), CNPJ nº 42.929.588/0001-02, de acordo com as condições detalhadas abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/12/2006 a 31/12/2011	1,90

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.117 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, na Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, e o que consta dos Processos nº 48500.003643/07-85 e 48500.003644/07-20, resolve:

I - registrar os Contratos de Compra de Energia Incentivada - CCEIs celebrados entre a vendedora Companhia Energética Paulista S/A (PCH Comendador Venâncio), CNPJ nº 03.022.093/0002-24, e a compradora Robert Bosch Ltda - Divisão Bosch Freios (unidade consumidora Campinas/SP), CNPJ nº 45.990.181/0030-13, de acordo com as condições detalhadas abaixo:

Nº do Registro	Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
1174/2007	01/08/2007 a 31/07/2012	0,84
1175/2007	01/08/2007 a 31/07/2012	0,60

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

DILCEMAR DE PAIVA MENDES

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS  
HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 6 de julho de 2007

Nº 2.129 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, EM EXERCÍCIO, de acordo com a Portaria nº 216, de 10 de janeiro de 2006, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa nº 116, de 29 de novembro de 2004, com amparo no artigo 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004 e na Resolução ANEEL nº 395, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.003685/2007-16, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Baitaca, com potência estimada de 2,70 MW, às coordenadas 26º 26'40" de Latitude Sul e 50º 50'30" de Longitude Oeste, situada no rio Bonito, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Santa Catarina, solicitado pela empresa Rio Bonito Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.809.716/0001-83, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 7º, da Resolução ANEEL nº 395/98. II - Informar que o registro não gera direito de preferência para a obtenção de concessão para serviço público ou uso de bem público e tampouco para outorga de autorização para exploração de centrais hidrelétricas até 30 MW.

Nº 2.130 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, EM EXERCÍCIO, de acordo com a Portaria nº 216, de 10 de janeiro de 2006, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa nº 116, de 29 de novembro de 2004, com amparo no artigo 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004 e na Resolução ANEEL nº 395, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.003664/2007-09, resolve: I - Efetivar como inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Poço Fundo, com potência estimada de 12 MW, às coordenadas 22º 11' de Latitude Sul e 42º 53' de Longitude Oeste, situada no rio Preto, sub-bacia 58, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado do Rio de Janeiro, solicitado pela empresa Focus Infraestrutura e Participações Ltda., devido o não atendimento ao disposto nos incisos do artigo 7º, da Resolução ANEEL nº 395/98. II - Informar que, para o registro ser efetivado como ativo, a Focus Infraestrutura e Participações Ltda. deverá solicitar novamente o registro, cumprindo o disposto nos incisos não atendidos do artigo 7º, da Resolução nº 395/98.

Nº 2.131 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, EM EXERCÍCIO, de acordo com a Portaria nº 216, de 10 de janeiro de 2006, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa nº 116, de 29 de novembro de 2004, com amparo no artigo 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004 e na Resolução ANEEL nº 395, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.006643/2006-01, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Pasto de Grama, com potência estimada de 5,1 MW, às coordenadas 19º 57'19" de Latitude Sul e 47º 25'39" de



Longitude Oeste, situada no rio Manuel, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa Con Energia - Cooperativa de Serviços e Negócios em Energia, inscrita no CNPJ sob o nº 02.467.401/0001-81, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 8º, da Resolução ANEEL nº 395/98. II - Informar que, para o registro ser efetivado como ativo, a empresa Com Energia - Cooperativa de Serviços e Negócios em Energia deverá solicitar novamente o registro, cumprindo o disposto nos incisos do artigo 7º, da Resolução ANEEL nº 395/98, desde que outros projetos básicos para o mesmo aproveitamento hidrelétrico não tenham recebido o aceite disposto no artigo 17, da referida Resolução. III - Revogar o Despacho nº 2.902, de 6 de Dezembro de 2006.

Nº 2.132 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, EM EXERCÍCIO, de acordo com a Portaria nº 216, de 10 de janeiro de 2006, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa nº 116, de 29 de novembro de 2004, com amparo no artigo 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, e no artigo 14, da Resolução ANEEL nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo n.º 48500.006103/2005-75, resolve: I - Anuir com o aceite aos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Itaguari, o qual tem uma área de drenagem total de 11.111 km² e é afluente pela margem esquerda do rio Carinhanha, localizado na sub-bacia 45, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado da Bahia, para fins de análise, apresentados pelo Sr. Roberto Lombardi de Barros, inscrita no CPF sob o n.º 083.885.308-01. II - Os titulares

de registro ativo para o mesmo estudo de inventário serão notificados do prazo que lhes restam para a conclusão e apresentação dos estudos, nos termos do art. 14 da Resolução nº 393/98. III - Ficam insubistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo aproveitamento que forem protocolados após a data de publicação deste ato.

Nº 2.133 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, EM EXERCÍCIO, de acordo com a Portaria nº 216, de 10 de janeiro de 2006, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa nº 116, de 29 de novembro de 2004, com amparo no artigo 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, e no artigo 14, da Resolução ANEEL nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo n.º 48500.006227/2006-69, resolve: I - Anuir com o aceite aos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Lajeado Agudo, o qual tem uma área de drenagem total de 142,37 km² e é afluente pela margem direita do rio Uruguai, localizado na sub-bacia 72, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, para fins de análise, apresentados pela empresa SPVR - Geração e Comercialização de Energia Elétrica, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.378.532/0001-79. II - Os titulares de registro ativo para o mesmo estudo de inventário serão notificados do prazo que lhes restam para a conclusão e apresentação dos estudos, nos termos do art. 14 da Resolução nº 393/98. III - Ficam insubistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo aproveitamento que forem protocolados após a data de publicação deste ato.

Nº 2.134 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, EM EXERCÍCIO, de acordo com a Portaria nº 216, de 10 de janeiro de 2006, no uso das atribuições estabelecidas na Resolução Normativa nº 116, de 29 de novembro de 2004, com amparo no artigo 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, e no artigo 14, da Resolução ANEEL nº 393, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo n.º 48500.003800/2006-73, resolve: I - Anuir com o aceite aos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Cerquinha, o qual tem uma área de drenagem total de 493,26 km² e é afluente pela margem esquerda do rio Pelotas, localizado na sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, para fins de análise, apresentados pelo Sr. Elizeu Riba, inscrito no CPF sob o n.º 722.915.599-15. II - Os titulares de registro ativo para o mesmo estudo de inventário serão notificados do prazo que lhes restam para a conclusão e apresentação dos estudos, nos termos do art. 14 da Resolução nº 393/98. III - Ficam insubistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo aproveitamento que forem protocolados após a data de publicação deste ato.

FABIANO MAFRA SIQUEIRA

RETIFICAÇÃO

O Despacho ANEEL nº 2.033, de 2 de julho de 2007, constante do Processo nº 48500.003816/2006-11, e publicado no D.O. em 03/07/2007, seção 1, página 119, passará a vigorar sem o inciso II.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 5 de julho de 2007

Nº 575 - O DIRETOR da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso II, da Portaria MME n.º 215, de 1º de julho de 1998, em atendimento às determinações do Ofício n.º 069/2002, de 08 de maio de 2002, do Tribunal de Contas da União, e tendo em vista o que consta do Processo TC n.º 002.102/2001-8, torna público o volume de petróleo e gás natural produzido em Novembro de 2006 por campo e produção desagregada por Estado e Município (ANEXO I); a relação dos Estados, Municípios e Órgãos Federais indenizados a título de Royalties; os respectivos valores creditados em 22 de Janeiro de 2007, mês de competência Novembro de 2006 (ANEXO II).

ANEXO I

PRODUÇÃO POR CAMPO

Nome do Campo	N.º Contrato de Concessão	Petróleo ( m3 )	Gás ( m3 )
AGUA GRANDE	48000.003629/97-43	22.087,28	15.179.681,82
AGUILHADA	48000.003842/97-09	347,89	4.870,38
AGULHA	48000.003779/97-66	969,26	45.774,93
ALBACORA	48000.003703/97-02	529.277,50	58.839.998,00
ALBACORA LESTE	48000.003895/97-67	668.708,50	71.312.970,00
ALTO DO RODRIGUES	48000.003784/97-04	12.901,96	69.380,75
ANAMBE	48610.003892/2000	8.324,26	1.473.197,99
ANEQUIM	48000.003730/97-77	6.017,87	1.074.298,04
ANGELIM	48000.003843/97-63	58,16	255,16
ANGICO	48000.003484/97-62	55,00	549,79
APRAIUS	48000.003630/97-22	144,90	30.050,10
ARABAIANA	48000.003913/97-47	2.361,93	13.527.258,20
ARACAS	48000.003631/97-95	16.280,50	1.778.074,44
ARATU	48000.003632/97-58	-	1.565.987,00
ARATUM	48000.003780/97-45	2.491,40	41.967,47
ARUARI	48000.003844/97-26	69,60	347,99
ASA BRANCA	48000.003482/97-37	2.243,91	1.167.231,54
ATALAIA SUL	48000.003845/97-99	119,83	417,13
ATUM	48000.003775/97-13	10.080,67	4.249.000,00
BADEJO	48000.003705/97-20	5.756,75	1.439.006,06
BAGRE	48000.003726/97-08	1.866,65	241.730,01
BAIXA DO ALGODAO	48000.003785/97-69	4.100,03	23.753,77
BARRA DO IPIRANGA	48000.003756/97-61	215,03	833.806,09
BARRACUDA	48000.003897/97-92	755.078,00	58.225.110,02
BARRINHA	48000.003786/97-21	36,13	2.529,05
BENFICA	48610.004003/98	1.642,23	901.580,02
BICUDO	48000.003717/97-17	59.346,99	5.701.528,99
BIJUPIRA	48000.003709/97-81	88.900,76	6.537.020,00
BIRIBA	48000.003672/97-72	69,85	1.711.437,00
BOA ESPERANCA	48000.003787/97-94	3.123,09	608.419,07
BOA VISTA	48000.003788/97-57	3.491,98	2.785.585,16
BONITO	48000.003718/97-71	35.129,93	16.424.063,46
BONSUCESSO	48000.003658/97-41	697,17	7.317,63
BREJINHO	48000.003636/97-17	263,25	7.138,48
BREJINHO	48000.003789/97-10	4.346,31	902.682,32
BREJO GRANDE	48000.003846/97-51	1.024,29	-
BURACICA	48000.003635/97-46	21.803,12	129.531,29
BURIZINHO	48610.009231/2002	51,80	540,00
CACAO	48000.003735/97-91	1.005,30	85.000,00
CACHOEIRINHA	48000.003791/97-61	493,55	884.489,73
CAIOBA	48000.003836/97-06	670,53	20.695.433,00
CAJA	48610.007986/2004	173,59	4.339,66
CAMORIM	48000.003837/97-61	6.926,69	5.601.450,09
CAMPO GRANDE	48000.003737/97-16	255,00	22.324,84
CANABRAVA	48000.003637/97-71	116,59	1.282,46
CANARIO	48610.003899/2000	1.567,68	49.485,00

CANDEIAS-Mar	48000.003638/97-34	1.299,11	1.402.143,67
CANDEIAS-Terra	48000.003638/97-34	6.688,56	8.489.844,18
CANTA GALO	48000.003639/97-05	112,23	1.619.348,11
CANTO DO AMARO	48000.003792/97-24	108.753,84	250.276,23
CARAPEBA	48000.003711/97-22	109.478,24	2.525.018,99
CARATINGA	48000.003898/97-55	663.425,00	48.467.014,99
CARMOPOLIS	48000.003847/97-14	112.729,55	3.565.563,83
CARVALHO	48610.009491/2003	40,25	1.006,16
CASSARONGONGO	48000.003640/97-86	5.744,90	343.924,69
CASTANHAL	48000.003848/97-87	889,44	8.894,32
CEXIS	48000.003641/97-49	1.468,71	9.992.589,03
CHERNE	48000.003727/97-62	100.274,63	6.319.294,05
CIDADE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003850/97-29	293,77	11.712.080,99
CIDADE ENTRE RIOS	48000.003642/97-10	5.395,94	139.117,93
CONGRO	48000.003714/97-11	13.607,90	2.148.695,84
COQUEIRO SECO	48000.003851/97-91	24,38	491,81
CORAL	48000.003924/97-63	15.014,00	2.655.000,00
CORREGO CEDRO NORTE	48000.003738/97-89	486,43	14.692,56
CORREGO CEDRO SUL	48610.009492/2003	82,54	8.253,78
CORREGO DAS PEDRAS	48000.003739/97-41	289,57	13.054,86
CORREGO DOURADO	48000.003740/97-21	446,07	9.523,01
CORVINA	48000.003715/97-83	24.565,19	2.176.900,45
CURIMA	48000.003776/97-78	8.366,21	1.447.000,00
DENTAO	48000.003907/97-44	18,53	130.928,77
DOM JOAO	48000.003644/97-37	2.875,00	22.999,75
DOM JOAO MAR	48000.003645/97-08	-	913.030,00
DOURADO	48000.003838/97-23	3.702,23	1.944.513,00
ENCHOVA	48000.003719/97-34	44.640,50	11.477.857,76
ENCHOVA OESTE	48000.003720/97-13	23.575,43	2.965.611,77
ESPADA	48000.003777/97-31	12.515,50	727.000,00
ESPADARTE	48000.003899/97-18	77.829,06	6.355.932,18
ESTREITO	48000.003793/97-97	25.087,35	99.744,68
FAZENDA ALEGRE	48000.003742/97-56	54.135,50	813.058,70
FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	48610.004004/98	169,58	163.036,78
FAZENDA ALVORADA	48000.003646/97-62	2.694,64	21.534,93
FAZENDA AZEVEDO	48000.003647/97-25	308,92	7.064,18
FAZENDA BALSAMO	48000.003648/97-98	19.787,26	668.818,31
FAZENDA BELEM	48000.003649/97-51	515,91	172.411,28
FAZENDA BELEM	48000.003795/97-12	7.859,49	43.115,67
FAZENDA BOA ESPERANCA	48000.003650/97-30	6.256,04	470.230,10
FAZENDA CANAAN	48000.003796/97-85	770,72	770,62
FAZENDA CEDRO	48000.003743/97-19	698,50	55.858,70
FAZENDA CEDRO NORTE	48000.003745/97-44	547,88	33.611,40
FAZENDA CURRAL	48000.003797/97-48	415,55	16.459,96
FAZENDA IMBE	48000.003651/97-01	2.651,45	1.003.516,43
FAZENDA IMBE	48610.008012/2004	119,10	5.120,00
FAZENDA JUNCO	48000.003915/97-72	384,32	23.059,20
FAZENDA MALAQUIAS	48000.003798/97-19	3.060,28	5.751,38
FAZENDA ONCA	48000.003652/97-65	69,32	606,58
FAZENDA PANELAS	48000.003653/97-28	483,18	2.599.395,93
FAZENDA PAU BRASIL	48000.003852/97-54	125,03	8.183,13
FAZENDA POCINHO	48000.003799/97-73	17.070,85	185.361,75
FAZENDA QUEIMADAS	48000.003744/97-81	1.013,80	39.000,00
FAZENDA RIO BRANCO	48000.003654/97-91	106,37	6.970,81
FAZENDA SANTA LUZIA	48000.003746/97-15	2.434,10	839.400,00
FAZENDA SANTA ROSA	48000.003883/97-88	447,93	3.378.913,17
FAZENDA SANTO ESTEVAO	48000.003655/97-53	1.012,04	16.192,71
FAZENDA SAO JORGE	48000.003747/97-70	3.383,71	67.716,76
FAZENDA SAO RAFAEL	48000.003750/97-84	8.133,60	2.053.000,00
FAZENDA SORI	48000.003884/97-41	-	127.561,16
FURADO	48000.003854/97-80	6.866,53	9.934.283,99
GAROUPA	48000.003721/97-86	20.478,34	2.092.126,71
GAROUPINHA	48000.003722/97-49	4.040,21	165.470,43
GOLFINHO	48000.003535/97-00	271.326,30	52.306.513,02
GOMO	48000.003656/97-16	212,29	7.564,17
GUAMARE	48000.003800/97-51	2.013,69	-





GUARICEMA	48000.003839/97-96	15.968,32	1.242.903,01
GURIRI	48000.003751/97-47	134,06	2.520,20
ICAPUI	48000.003801/97-13	173,89	869,41
ILHA BIMBARRA	48000.003657/97-89	-	236.716,00
ILHA PEQUENA	48000.003855/97-42	232,81	78.991,99
INHAMBU	48610.010735/2001	548,39	8.116,69
ITAPARICA	48000.003659/97-12	104,58	104,58
JACUIPE	48000.003660/97-93	29,43	6.505.550,00
JANDAIA	48610.009488/2003	17.832,71	1.331.047,16
JANDUI	48000.003802/97-86	22,96	573,99
JEQUIA	48000.003856/97-13	40,68	1.435,90
JOAO DE BARRO	48610.009509/2003	403,17	173.720,00
LAGOA AROEIRA	48000.003804/97-10	149,00	2.979,98
LAGOA BONITA	48000.003748/97-32	58,74	1.174,79
LAGOA DO PAULO	48610.009231/2002	207,88	2.270,00
LAGOA DO PAULO NORTE	48610.009231/2002	493,86	15.730,00
LAGOA DO PAULO SUL	48610.009231/2002	2,98	100,00
LAGOA PARDA	48000.003752/97-18	2.775,86	327.365,42
LAGOA PARDA NORTE	48000.003754/97-35	132,65	39.622,20
LAGOA PARDA SUL	48000.003753/97-72	18,09	2.634,57
LAGOA PIABANHA	48000.003755/97-06	118,54	13.821,70
LAGOA VERDE	48000.003663/97-81	-	30.090,00
LAMARAO	48000.003664/97-44	57,45	1.502.981,82
LEODORIO	48000.003665/97-15	80,96	5.019,51
LESTE DE POCO XAVIER	48610.004000/98	1.955,09	563.776,13
LESTE DO URUCU	48000.003627/97-18	95.611,41	33.785.475,99
LINGUADO	48000.003706/97-92	16.878,95	-
LIVRAMENTO	48000.003805/97-74	3.996,03	753.677,79
LORENA	48000.003807/97-08	3.715,43	4.842.492,00
MACAU	48000.003808/97-62	98,98	1.068,73
MALHADO	48000.003716/97-46	33.606,19	6.862.553,88
MALOMBE	48000.003666/97-70	1.260,87	16.196,14
MANDACARU	48000.003667/97-32	486,40	1.159.118,00
MARIMBA	48000.003732/97-01	220.971,34	22.719.438,57
MARIRICU	48000.003758/97-96	171,84	15.903,54
MARIRICU NORTE	48000.003760/97-38	29,22	1.183,34
MARIRICU OESTE	48000.003759/97-59	16,71	501,30
MARLIM	48000.003723/97-10	1.839.223,78	152.043.538,04
MARLIM SUL	48000.003724/97-74	809.795,22	88.796.354,02
MASSAPE	48000.003668/97-03	6.108,07	6.268.700,09
MASSUI	48000.003669/97-68	3,10	605.506,97
MATA DE SAO JOAO	48000.003670/97-47	2.609,40	828.751,75
MATO GROSSO	48000.003857/97-78	7.349,31	1.469.860,90
MERLUZA	48000.003866/97-69	6.026,00	29.957.999,99
MIRANGA	48000.003673/97-35	16.466,04	60.344.984,13
MIRANGA LESTE	48000.003675/97-61	12,56	1.256,00
MIRANGA NORTE	48000.003676/97-23	372,84	307.576,92
MONTE ALEGRE	48000.003809/97-25	3.266,23	32.559,67
MORRINHO	48000.003810/97-12	3.055,01	2.396.792,73
MOSSORO	48000.003811/97-77	1.204,58	1.204,56
NAMORADO	48000.003728/97-25	158.131,19	18.080.810,52
NATIVO OESTE	48000.003761/97-09	182,70	5.033,70
NO DO MORRO ROSADO	48000.003812/97-30	25,38	25,34
NORTE FAZENDA CARUACU	48000.003677/97-96	966,38	1.950.692,20
OESTE DE UBARANA	48000.003910/97-59	1.863,60	1.943.404,42
PAJEU	48000.003813/97-01	3.552,97	23.715,79
PAMPO	48000.003707/97-55	105.960,43	7.264.703,99
PARATI	48000.003731/97-30	2.952,97	306.003,16
PARGO	48000.003712/97-95	23.978,51	642.350,99
PARU	48000.003840/97-75	2.108,10	12.206.000,00
PATIOBA	48610.007984/2004	379,92	56.988,00
PEROÁ	48000.003903/97-93	2.388,72	27.078.330,01
PESCADA	48000.003912/97-84	3.731,21	19.138.544,03
PILAR	48000.003859/97-01	21.559,80	28.105.314,03
PINTASSILGO	48610.003901/2000	1.140,41	1.140,39
PIRAUNA	48000.003733/97-65	26.487,75	1.676.007,24
POCO VERDE	48000.003814/97-65	571,91	571,91
POCO XAVIER	48000.003815/97-28	406,98	66.226,04
POJUCA	48000.003679/97-11	46,90	1.172,50
PONTA DO MEL	48000.003816/97-91	1.178,73	774.049,46
PORTO CARAO	48000.003817/97-53	977,80	8.083,25
QUERERA	48000.003894/97-02	318,84	4.880.665,03
REDONDA	48000.003818/97-16	549,41	549,19
REDONDA PROFUNDO	48000.003819/97-89	4.377,93	15.804,95
REMANSO	48000.003671/97-18	2.273,65	3.185.470,17
RIACHO DA BARRA	48000.003682/97-26	5.624,45	759.344,53
RIACHO DA FORQUILHA	48000.003821/97-21	7.851,96	2.060.999,99
RIACHO OURICURI	48000.003683/97-99	1.755,04	18.933,28
RIACHO SAO PEDRO	48000.003684/97-51	-	2.020.320,00
RIACHUELO	48000.003860/97-82	12.933,19	35.946,21
RIO BARRA SECA	48000.003765/97-51	64,75	1.883.879,00
RIO DA SERRA	48000.003685/97-14	106,68	348,45
RIO DO BU	48000.003686/97-87	9.143,42	70.149,74
RIO DOS OVOS	48000.003687/97-40	670,55	15.700,01
RIO IBIRIBAS	48000.003749/97-03	36,60	731,99
RIO ITARIRI	48000.003688/97-11	1.580,93	11.420,88
RIO ITAUNAS	48000.003766/97-14	862,36	76.496,67
RIO JOANES	48000.003890/97-43	-	44.650,84
RIO MARIRICU	48000.003768/97-40	188,85	38.031,24
RIO MOSSORO	48000.003824/97-19	134,82	10.785,57
RIO PIPIRI	48000.003674/97-06	0,50	10.870,84
RIO POJUCA	48000.003689/97-75	1.800,11	206.284,28
RIO PRETO	48000.003769/97-11	1.040,09	26.987,22
RIO PRETO OESTE	48000.003770/97-91	1.279,93	28.391,28
RIO PRETO SUL	48000.003771/97-54	1.026,81	19.413,64
RIO SAO MATEUS	48000.003772/97-17	322,07	35.006,32

RIO SAUIPE	48000.003690/97-54	92,24	1.844,77
RIO SUBAUMA	48000.003691/97-17	186,00	1.745,49
RIO URUCU	48000.003628/97-81	68.249,13	21.176.486,98
RONCADOR	48000.003901/97-68	421.285,00	41.938.063,02
SALEMA	48000.003710/97-60	65.389,82	7.646.226,00
SALGO	48000.003841/97-38	2.299,20	83.945,00
SALINA CRISTAL	48000.003825/97-81	16.066,51	152.925,81
SANTANA	48000.003692/97-80	84,93	6.794,36
SAO DOMINGOS	48000.003693/97-42	162,47	1.299,73
SAO MATEUS	48000.003773/97-80	2.310,94	237.482,68
SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003861/97-45	437,14	12.893.873,00
SAO PEDRO	48000.003694/97-13	258,08	54.436,98
SERRA	48000.003781/97-16	21.328,80	446.250,06
SERRA DO MEL	48000.003828/97-70	85,05	26.705,70
SERRA VERMELHA	48000.003829/97-32	30,09	30,05
SERRARIA	48000.003830/97-11	2.561,54	11.403,45
SESMARIA	48000.003696/97-31	1.778,62	1.003.774,00
SIRIRIZINHO	48000.003862/97-16	26.385,56	919.963,01
SOCORRO	48000.003697/97-01	222,86	9.994,99
SOCORRO EXTENSAO	48000.003698/97-66	-	851.403,30
SUDOESTE URUCU	48000.003873/97-24	5.623,46	4.652.000,00
SUL DE CORURIFE	48000.003863/97-71	249,26	6.284,17
SUSSUARANA	48000.003699/97-29	10,43	292.636,00
TABULEIRO DOS MARTINS	48000.003864/97-33	1.208,46	37.028,50
TANGARA	48610.009488/2003	211,26	1.056,22
TAQUIPE	48000.003700/97-14	10.722,67	-
TARTARUGA	48000.003835/97-35	663,00	54.000,00
TLD(1-PTX-3-RN)	48610.009503/03	45,40	-
TRES MARIAS	48000.003832/97-47	309,16	1.236,55
TRILHA	48000.003708/97-18	1.312,87	222.355,13
UBARANA	48000.003782/97-71	13.602,45	31.237.820,65
UIRAPURU	48610.003899/2000	1.010,79	99.587,60
UPANEMA	48000.003833/97-18	939,67	246.506,55
VALE DO QUIRICO	48000.003701/97-79	33,48	334,80
VARGINHA	48610.004002/98	1.356,99	191.347,22
VARZEA REDONDA	48000.003790/97-07	-	124.354,00
VERMELHO	48000.003713/97-58	61.100,47	1.713.894,98
VIOLA	48000.003734/97-28	30.310,64	1.101.332,84
VOADOR	48000.003704/97-67	40.557,00	2.555.547,01
XAREU	48000.003778/97-01	10.506,62	895.999,99
Total		8.425.406,18	1.190.454.048,25

VOLUME DE ÓLEO E GÁS PRODUZIDO EM TERRA POR ESTADO E MUNICÍPIO

UF	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (m³)	
		PETRÓLEO	GÁS NATURAL
AL	COQUEIRO SECO-AL	24,38	491,81
	CORURIFE-AL	249,26	6.284,17
	JEQUIA DA PRAIA-AL	-	-
	MACEIO-AL	1.208,46	37.028,50
	MARECHAL DEODORO-AL	3.177,08	2.364.243,87
	PILAR-AL	13.407,90	23.391.066,40
	RIO LARGO-AL	513,02	1.154.549,47
	ROTEIRO-AL	40,68	1.435,90
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	16.046,73	36.021.619,10
	SATUBA-AL	4.461,80	1.195.454,29
	TOTAL-AL	39.129,31	64.172.173,51
AM	COARI-AM	169.484,00	59.613.962,97
	TOTAL-AM	169.484,00	59.613.962,97
BA	ALAGOINHAS-BA	23.108,09	1.583.916,37
	ARACAS-BA	17.261,12	3.209.950,60
	CAMACARI-BA	-	127.561,16
	CANDEIAS-BA	7.300,94	19.311.559,76
	CARDEAL DA SILVA-BA	6.664,27	969.866,01
	CATU-BA	14.486,66	6.495.174,41
	ENTRE RIOS-BA	16.434,55	1.601.287,55
	ESPLANADA-BA	53.193,11	2.135.934,84
	ITANAGRA-BA	1.950,70	906.430,96
	ITAPARICA-BA	104,58	104,58
	MATA DE SAO JOAO-BA	6.498,75	12.935.670,63
	POJUCA-BA	35.027,66	72.846.686,14
	SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	2.292,23	2.547.275,21
	SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	20.706,89	9.963.812,06
CE	SATIRO DIAS-BA	766,77	8.259.578,20
	SIMÕES FILHO-BA	-	1.565.987,00
	TOTAL-BA	205.796,33	144.460.795,48
	ARACATI-CE	5.359,79	30.503,02
ES	ICAPUI-CE	2.673,59	13.482,06
	TOTAL-CE	8.033,38	43.985,08
	CONCEICAO DA BARRA-ES	862,36	76.496,67
	JAGUARE-ES	54.455,25	2.719.262,54
RN	LINHARES-ES	17.753,99	3.359.169,17
	SAO MATEUS-ES	10.963,09	1.475.003,63
	TOTAL-ES	84.034,69	7.629.932,01
	ACU-RN	13.514,34	56.998,95
RN	ALTO DO RODRIGUES-RN	18.857,41	92.698,26
	APODI-RN	7.851,96	2.060.999,99
	AREIA BRANCA-RN	33.104,74	6.916.599,40
	CARAUBAS-RN	4.489,58	1.638.167,52
	CARNAUBAIS-RN	6.320,70	55.072,64
	FELIPE GUERRA-RN	9.086,06	2.597.000,00
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	11.365,12	4.884.019,27
	GUAMARE-RN	709,89	-
	MACAU-RN	24.690,06	232.662,57
	MOSSORO-RN	98.315,72	441.815,94

SE	PEDRO AVELINO-RN	4,71	18,84
	PENDENCIAS-RN	13.682,47	142.419,64
	PORTO DO MANGUE-RN	25,38	25,34
	SERRA DO MEL-RN	3.031,84	180.171,15
	UPANEMA-RN	4.970,00	1.114.262,30
	TOTAL-RN	250.019,98	20.412.931,81
	ARACAJU-SE	119,83	417,13
	AREIA BRANCA-SE	192,92	462,09
	BREJO GRANDE-SE	1.024,29	-
	CAPELA-SE	519,10	16.444,16
	CARMOPOLIS-SE	52.027,54	1.202.173,77
	DIVINA PASTORA-SE	21.534,18	1.269.582,54
	GENERAL MAYNARD-SE	263,03	26.424,56
	JAPARATUBA-SE	54.077,35	1.797.072,57
	MARUM-SE	3.667,48	569.087,28
	PIRAMBU-SE	347,89	4.870,38
	RIACHUELO-SE	4.699,77	13.320,09
	ROSARIO DO CATETE-SE	9.439,57	533.685,74
	SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	1.046,04	76.353,79
	SAO CRISTOVAO-SE	232,81	78.991,99
	SIRIRI-SE	12.543,43	415.344,86
	TOTAL-SE	161.735,23	6.004.230,95
	Total	918.232,92	302.338.011,80

ANEXO II

ROYALTIES

Beneficiários		Valor (R\$)			
		Royalties Até 5%	Royalties excedentesa 5%	Total	Acumulado 2007
ESTADOS		105.234.415,28	75.414.209,84	180.648.625,12	180.648.625,12
MUNICIPIOS		117.537.265,14	84.646.835,25	202.184.100,39	202.184.100,39
FUNDO ESPECIAL		25.953.286,70	19.034.533,55	44.987.820,25	44.987.820,25
COMANDO DA MARINHA		51.906.573,42	38.069.067,13	89.975.640,55	89.975.640,55
MCT		-	72.167.782,93	72.167.782,93	72.167.782,93
TOTAL		300.631.540,54	289.332.428,70	589.963.969,24	589.963.969,24
ALAGOAS		2.109.963,59	1.304.534,30	3.414.497,89	3.414.497,89
AMAZONAS		5.595.114,90	4.094.795,48	9.689.910,38	9.689.910,38
BAHIA		7.775.128,02	5.096.455,27	12.871.583,29	12.871.583,29
CEARA		629.468,31	421.019,19	1.050.487,50	1.050.487,50
ESPIRITO SANTO		5.321.686,31	3.963.583,35	9.285.269,66	9.285.269,66
PARANA		203.220,53	106.690,78	309.911,31	309.911,31
RIO DE JANEIRO		71.868.315,40	52.420.092,86	124.288.408,26	124.288.408,26
RIO GRANDE DO NORTE		7.351.820,17	4.978.692,53	12.330.512,70	12.330.512,70
SÃO PAULO		269.978,90	141.738,92	411.717,82	411.717,82
SERGIPE		4.109.719,15	2.886.607,16	6.996.326,31	6.996.326,31
TOTAL		105.234.415,28	75.414.209,84	180.648.625,12	180.648.625,12
UF	Quantidade				
AL	52	1.645.705,70	609.089,35	2.254.795,05	2.254.795,05
AM	18	2.568.709,61	1.738.327,34	4.307.036,95	4.307.036,95
AP	3	-	23.274,66	23.274,66	23.274,66
BA	195	5.478.243,72	3.857.278,60	9.335.522,32	9.335.522,32
CE	79	1.193.918,82	400.824,70	1.594.743,52	1.594.743,52
ES	78	5.790.770,45	3.508.438,24	9.299.208,69	9.299.208,69
MG	1	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
PA	17	-	131.889,74	131.889,74	131.889,74
PB	2	1.038.131,46	-	1.038.131,46	1.038.131,46
PE	5	3.393.258,87	-	3.393.258,87	3.393.258,87
PR	37	203.220,37	106.690,76	309.911,13	309.911,13
RJ	79	80.179.047,43	61.370.056,37	141.549.103,80	141.549.103,80
RN	93	7.015.089,56	2.861.737,45	9.876.827,01	9.876.827,01
RS	5	1.909.734,64	652.612,93	2.562.347,57	2.562.347,57
SC	6	752.567,98	937.883,69	1.690.451,67	1.690.451,67
SE	75	4.759.771,05	1.752.054,83	6.511.825,88	6.511.825,88
SP	65	1.090.029,75	6.696.676,59	7.786.706,34	7.786.706,34
TOTAL	810	117.537.265,14	84.646.835,25	202.184.100,39	202.184.100,39

ROYALTIES POR MUNICÍPIO

BENEFICIÁRIOS		VALOR (R\$)			
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2007
ANADIA-AL	AL	815,61	-	815,61	815,61
ATALAIA-AL	AL	1.053,50	-	1.053,50	1.053,50
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	713,66	-	713,66	713,66
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
BOCA DA MATA-AL	AL	917,56	-	917,56	917,56
BRANQUINHA-AL	AL	713,66	-	713,66	713,66
CAJUEIRO-AL	AL	849,59	-	849,59	849,59
CAMPESTRE-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
CAMPO ALEGRE-AL	AL	1.053,50	-	1.053,50	1.053,50
CAPELA-AL	AL	849,59	-	849,59	849,59
CHA PRETA-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	815,61	-	815,61	815,61
COQUEIRO SECO-AL	AL	875,79	126,50	1.002,29	1.002,29
CORURIBE-AL	AL	792.815,52	61.637,10	854.452,62	854.452,62
FELIZ DESERTO-AL	AL	24.668,32	33.811,01	58.479,33	58.479,33
FLEXEIRAS-AL	AL	713,66	-	713,66	713,66
IBATEGUARA-AL	AL	781,62	-	781,62	781,62
IGREJA NOVA-AL	AL	883,58	-	883,58	883,58
JACUIPE-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
JAPARATINGA-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
JEQUIA DA PRAIA-AL	AL	747,64	-	747,64	747,64
JOAQUIM GOMES-AL	AL	883,58	-	883,58	883,58

JUNDIA-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
JUNQUEIRO-AL	AL	883,58	-	883,58	883,58
MACEIO-AL	AL	78.644,74	17.518,95	96.163,69	96.163,69
MARAGOGI-AL	AL	883,58	-	883,58	883,58
MARECHAL DEODORO-AL	AL	103.442,51	86.440,25	189.882,76	189.882,76
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	917,56	-	917,56	917,56
MESSIAS-AL	AL	713,66	-	713,66	713,66
MURICI-AL	AL	917,56	-	917,56	917,56
NOVO LINO-AL	AL	713,66	-	713,66	713,66
PARIPUEIRA-AL	AL	679,67	8.397,40	9.077,07	9.077,07
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	747,64	-	747,64	747,64
PENEDO-AL	AL	1.121,46	-	1.121,46	1.121,46
PIACABUCU-AL	AL	815,61	-	815,61	815,61
PILAR-AL	AL	203.346,71	130.544,88	333.891,59	333.891,59
PINDOBA-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
PORTO CALVO-AL	AL	883,58	-	883,58	883,58
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	713,66	-	713,66	713,66
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	849,59	-	849,59	849,59
RIO LARGO-AL	AL	9.925,95	5.678,90	15.604,85	15.604,85
ROTEIRO-AL	AL	1.009,66	212,84	1.222,50	1.222,50
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	713,66	-	713,66	713,66
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	883,58	-	883,58	883,58
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	951,54	-	951,54	951,54
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	352.834,85	236.962,98	589.797,83	589.797,83
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	AL	679,67	-	679,67	679,67
SATUBA-AL	AL	43.784,14	27.758,54	71.542,68	71.542,68
TEOTONIO VILELA-AL	AL	1.019,51	-	1.019,51	1.019,51
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	1.121,46	-	1.121,46	1.121,46
VICOSA-AL	AL	917,56	-	917,56	917,56
ALAGOAS TOTAL		1.645.705,70	609.089,35	2.254.795,05	2.254.795,05
ANAMA-AM	AM	-	2.244,39	2.244,39	2.244,39
ANORI-AM	AM	-	2.244,39	2.244,39	2.244,39
AUTAZES-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
BERURI-AM	AM	-	2.244,39	2.244,39	2.244,39
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
CAREIRO-AM	AM	-	2.244,39	2.244,39	2.244,39
COARI-AM	AM	1.666.087,44	1.543.947,30	3.210.034,74	3.210.034,74
CODAJAS-AM	AM	-	2.244,39	2.244,39	2.244,39
IRANDUBA-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
ITACOATIARA-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
ITAPIRANGA-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
MANACAPURU-AM	AM	-	2.244,39	2.244,39	2.244,39
MANAQUIRI-AM	AM	-	2.244,39	2.244,39	2.244,39
MANAUS-AM	AM	902.622,17	108.845,33	1.011.467,50	1.011.467,50
PARINTINS-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
SILVES-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
URUCARA-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
URUCURITUBA-AM	AM	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
AMAZONAS TOTAL		2.568.709,61	1.738.327,34	4.307.036,95	4.307.036,95
LARANJAL DO JARI-AP	AP	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
MACAPA-AP	AP	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
MAZAGAO-AP	AP	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
AMAPA TOTAL		-	23.274,66	23.274,66	23.274,66
ACAJUTIBA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
ADUSTINA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
AGUA FRIA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
AIQUARA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
ALAGOINHAS-BA	BA	251.800,30	130.845,18	382.645,48	382.645,48
AMARGOSA-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
ANAGE-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
ANGUERA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
ANTAS-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
APORA-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
APIAREMA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
ARACAS-BA	BA	216.735,98	98.983,47	315.719,45	315.719,45
ARACI-BA	BA	80,37	-	80,37	80,37
ARAMARI-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
ARATUIPE-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
BAIXA GRANDE-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
BANZAE-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
BARRA DO CHOCA-BA	BA	80,37	-	80,37	80,37
BARROCAS-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
BELO CAMPO-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
BIRITINGA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
BOA NOVA-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
BREJOES-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
CAATIBA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
CACHOEIRA-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
CAEM-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
CAETANOS-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
CAMACARI-BA	BA	609,23	288,14	897,37	897,37
CANDEAL-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
CANDEIAS-BA	BA	238.136,38	260.788,29	498.924,67	498.924,67
CANDIDO SALES-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
CANSANCAO-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
CANUDOS-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
CAPIM GROSSO-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	124.620,50	37.139,27	161.759,77	161.759,77
CASTRO ALVES-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00





CATU-BA	BA	206.810,15	113.172,97	319.983,12	319.983,12
CICERO DANTAS-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
CIPO-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	85,56	-	85,56	85,56
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
CONDE-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
CORACAO DE MARIA-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
CORONEL JOAO SA-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82
CRAVOLANDIA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
CRISOPOLIS-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	82,97	-	82,97	82,97
DARIO MEIRA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
DIAS D'AVILA-BA	BA	80,37	-	80,37	80,37
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
ELISIO MEDRADO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
ENCRUZILHADA-BA	BA	75,19	-	75,19	75,19
ENTRE RIOS-BA	BA	203.917,28	130.479,86	334.397,14	334.397,14
ESPLANADA-BA	BA	1.151.140,43	808.970,24	1.960.110,67	1.960.110,67
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	82,97	-	82,97	82,97
FATIMA-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	103,71	-	103,71	103,71
GAVIAO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
GLORIA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
HELIOPOLIS-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
IACU-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
IBIQUERA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
ICHU-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
INHAMBUPE-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
IPECAETA-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82
IPIRA-BA	BA	85,56	-	85,56	85,56
IRAJUBA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
IRARA-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
ITABERABA-BA	BA	85,56	-	85,56	85,56
ITAGI-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
ITAMBE-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
ITANAGRA-BA	BA	88.408,71	15.471,50	103.880,21	103.880,21
ITAPARICA-BA	BA	2.604,53	131.339,14	133.943,67	133.943,67
ITAPETINGA-BA	BA	85,56	-	85,56	85,56
ITAPICURU-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
ITAQUARA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
ITARANTIM-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
ITATIM-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
ITIRUCU-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
ITIUBA-BA	BA	75,19	-	75,19	75,19
JACOBINA-BA	BA	90,75	-	90,75	90,75
JAGUAQUARA-BA	BA	80,37	-	80,37	80,37
JAGUARIPE-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
JANDAIRA-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
JEQUIE-BA	BA	103,71	-	103,71	103,71
JEREMOABO-BA	BA	75,19	-	75,19	75,19
JQUIRICA-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
JITAUNA-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
LAJE-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82
LAJEDINHO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
LAMARAO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
LAURO DE FREITAS-BA	BA	98,52	-	98,52	98,52
MACAJUBA-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
MACARANI-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
MADRE DE DEUS-BA	BA	821.629,73	603.355,06	1.424.984,79	1.424.984,79
MAIQUINIQUE-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
MAIRI-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
MANOEL VITORINO-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
MARACAS-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
MARAGOGIPE-BA	BA	80,37	-	80,37	80,37
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
MATA DE SAO JOAO-BA	BA	173.427,78	77.304,32	250.732,10	250.732,10
MIGUEL CALMON-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
MILAGRES-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
MIRANTE-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
MONTE SANTO-BA	BA	82,97	-	82,97	82,97
MUNDO NOVO-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
MURITIBA-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
MUTUIPE-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
NAZARE-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
NORDESTINA-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
NOVA CANAA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
NOVA FATIMA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
NOVA ITARANA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
NOVA SOURE-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
NOVO TRIUNFO-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
OLINDINA-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
OURICANGAS-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
OUROLANDIA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
PARIPIRANGA-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
PAULO AFONSO-BA	BA	95,93	-	95,93	95,93
PE DE SERRA-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
PEDRAO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
PINTADAS-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
PIRITIBA-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82

PLANALTINO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
PLANALTO-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
POCOES-BA	BA	80,37	-	80,37	80,37
POJUCA-BA	BA	684.510,71	545.276,07	1.229.786,78	1.229.786,78
QUEIMADAS-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
QUIJINGUE-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
QUIXABEIRA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
RETIROLANDIA-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	80,37	-	80,37	80,37
RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
RIO REAL-BA	BA	75,19	-	75,19	75,19
RUY BARBOSA-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	1.506,81	131.120,25	132.627,06	132.627,06
SALVADOR-BA	BA	2.870,11	131.120,25	133.990,36	133.990,36
SANTA BARBARA-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
SANTA BRIGIDA-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
SANTA INES-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
SANTA TERESINHA-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
SANTALUZ-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
SANTANOPOLIS-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
SANTO AMARO-BA	BA	2.367,84	131.120,25	133.488,09	133.488,09
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	90,75	-	90,75	90,75
SANTO ESTEVAO-BA	BA	80,37	-	80,37	80,37
SAO DOMINGOS-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
SAO FELIPE-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
SAO FELIX-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	BA	850.652,77	152.705,14	1.003.357,91	1.003.357,91
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	54,45	-	54,45	54,45
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	331.342,30	203.311,06	534.653,36	534.653,36
SAPEACU-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
SATIRO DIAS-BA	BA	38.736,16	19.723,71	58.459,87	58.459,87
SAUBARA-BA	BA	1.506,81	131.120,25	132.627,06	132.627,06
SERRA PRETA-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
SERRINHA-BA	BA	88,15	-	88,15	88,15
SERROLANDIA-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
SIMOES FILHO-BA	BA	73.651,82	3.644,18	77.296,00	77.296,00
SITIO DO QUINTO-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
TANQUINHO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
TAPIRAMUTA-BA	BA	62,22	-	62,22	62,22
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
TEOFILANDIA-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
TERRA NOVA-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
TUCANO-BA	BA	82,97	-	82,97	82,97
UAUA-BA	BA	70,00	-	70,00	70,00
UBAIRA-BA	BA	67,41	-	67,41	67,41
VALENTE-BA	BA	64,82	-	64,82	64,82
VARZEA DA ROCA-BA	BA	57,04	-	57,04	57,04
VARZEA DO POÇO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
VARZEA NOVA-BA	BA	59,63	-	59,63	59,63
VARZEDO-BA	BA	51,85	-	51,85	51,85
VERA CRUZ-BA	BA	72,60	-	72,60	72,60
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	103,71	-	103,71	103,71
BAHIA TOTAL		5.478.243,72	3.857.278,60	9.335.522,32	9.335.522,32
ACARAU-CE	CE	2.614,47	-	2.614,47	2.614,47
ALCANTARAS-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
AMONTADA-CE	CE	54.573,90	70.790,51	125.364,41	125.364,41
APIUAZES-CE	CE	1.797,45	-	1.797,45	1.797,45
AQUIRAZ-CE	CE	-	4.539,91	4.539,91	4.539,91
ARACATI-CE	CE	616.739,06	15.473,80	632.212,86	632.212,86
ARARENDA-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
BARROQUINHA-CE	CE	1.797,45	-	1.797,45	1.797,45
BELA CRUZ-CE	CE	2.287,66	-	2.287,66	2.287,66
CAMOCIM-CE	CE	2.614,47	-	2.614,47	2.614,47
CANINDE-CE	CE	2.777,87	-	2.777,87	2.777,87
CARIDADE-CE	CE	1.879,15	-	1.879,15	1.879,15
CARIRE-CE	CE	2.042,55	-	2.042,55	2.042,55
CARNAUBAL-CE	CE	1.879,15	-	1.879,15	1.879,15
CATUNDA-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
CAUCAIA-CE	CE	-	4.539,91	4.539,91	4.539,91
CHAVAL-CE	CE	1.797,45	-	1.797,45	1.797,45
COREAU-CE	CE	2.042,55	-	2.042,55	2.042,55
CRATEUS-CE	CE	2.777,87	-	2.777,87	2.777,87
CROATA-CE	CE	1.960,85	-	1.960,85	1.960,85
CRUZ-CE	CE	2.042,55	-	2.042,55	2.042,55
FORQUILHA-CE	CE	1.960,85	-	1.960,85	1.960,85
FORTALEZA-CE	CE	68.564,30	6.053,21	74.617,51	74.617,51
FRECHEIRINHA-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
GENERAL SAMPAIO-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
GRACA-CE	CE	1.879,15	-	1.879,15	1.879,15
GRANJA-CE	CE	2.614,47	-	2.614,47	2.614,47
GROAIRAS-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	2.369,36	-	2.369,36	2.369,36
HIDROLANDIA-CE	CE	1.960,85	-	1.960,85	1.960,85
IBIAPINA-CE	CE	2.124,26	-	2.124,26	2.124,26
ICAPUI-CE	CE	82.374,85	15.017,05	97.391,90	97.391,90
INDEPENDENCIA-CE	CE	2.205,96	-	2.205,96	2.205,96
IPAPORANGA-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
IPU-CE	CE	2.451,06	-	2.451,06	2.451,06
IPUEIRAS-CE	CE	2.451,06	-	2.451,06	2.451,06
IRAUCUBA-CE	CE	2.042,55	-	2.042,55	2.042,55
ITAPAGE-CE	CE	2.532,77	-	2.532,77	2.532,77



ITAPIPOCA-CE	CE	67.746,91	60.290,00	128.036,91	128.036,91
ITAREMA-CE	CE	52.692,04	46.519,90	99.211,94	99.211,94
JUOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	1.797,45	-	1.797,45	1.797,45
MARCO-CE	CE	2.124,26	-	2.124,26	2.124,26
MARTINOPOLE-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
MASSAPE-CE	CE	2.287,66	-	2.287,66	2.287,66
MERUOCA-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
MIRAIMA-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	1.960,85	-	1.960,85	1.960,85
MORAUJO-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
MORRINHOS-CE	CE	1.960,85	-	1.960,85	1.960,85
MUCAMBO-CE	CE	1.797,45	-	1.797,45	1.797,45
NOVA RUSSAS-CE	CE	2.287,66	-	2.287,66	2.287,66
NOVO ORIENTE-CE	CE	2.205,96	-	2.205,96	2.205,96
PACUJA-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
PARACURU-CE	CE	50.810,18	85.975,15	136.785,33	136.785,33
PARAIPABA-CE	CE	2.205,96	3.439,35	5.645,31	5.645,31
PARAMOTI-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
PENTECOSTE-CE	CE	2.369,36	-	2.369,36	2.369,36
PIRES FERREIRA-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
PORANGA-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	2.042,55	-	2.042,55	2.042,55
RERIUTABA-CE	CE	2.124,26	-	2.124,26	2.124,26
SANTA QUITERIA-CE	CE	2.532,77	-	2.532,77	2.532,77
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	2.205,96	-	2.205,96	2.205,96
SAO BENEDITO-CE	CE	2.451,06	-	2.451,06	2.451,06
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	CE	2.369,36	-	2.369,36	2.369,36
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
SENADOR SA-CE	CE	1.634,04	-	1.634,04	1.634,04
SOBRAL-CE	CE	3.268,09	-	3.268,09	3.268,09
TAMBORIL-CE	CE	2.205,96	-	2.205,96	2.205,96
TEJUCUOCA-CE	CE	1.797,45	-	1.797,45	1.797,45
TIANGUA-CE	CE	2.696,17	-	2.696,17	2.696,17
TRAIRI-CE	CE	58.337,62	88.185,91	146.523,53	146.523,53
TURURU-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
UBAJARA-CE	CE	2.205,96	-	2.205,96	2.205,96
UMIRIM-CE	CE	1.960,85	-	1.960,85	1.960,85
URUBURETAMA-CE	CE	1.960,85	-	1.960,85	1.960,85
URUOCA-CE	CE	1.715,74	-	1.715,74	1.715,74
VARJOTA-CE	CE	1.960,85	-	1.960,85	1.960,85
VICOSA DO CEARA-CE	CE	2.532,77	-	2.532,77	2.532,77
CEARA TOTAL		1.193.918,82	400.824,70	1.594.743,52	1.594.743,52
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	23.832,33	-	23.832,33	23.832,33
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	18.079,70	-	18.079,70	18.079,70
AGUA BRANCA-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
ALEGRE-ES	ES	23.010,52	-	23.010,52	23.010,52
ALFREDO CHAVES-ES	ES	18.079,70	-	18.079,70	18.079,70
ALTO RIO NOVO-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
ANCHIETA-ES	ES	179.983,76	-	179.983,76	179.983,76
APIACA-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
ARACRUZ-ES	ES	179.983,76	1.412.502,84	1.592.486,60	1.592.486,60
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
BAIXO GUANDU-ES	ES	22.188,72	-	22.188,72	22.188,72
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	ES	24.654,13	-	24.654,13	24.654,13
BOA ESPERANCA-ES	ES	18.079,70	-	18.079,70	18.079,70
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
BREJETUBA-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ES	32.872,18	-	32.872,18	32.872,18
CARIACICA-ES	ES	32.872,18	-	32.872,18	32.872,18
CASTELO-ES	ES	23.832,33	-	23.832,33	23.832,33
COLATINA-ES	ES	30.406,77	-	30.406,77	30.406,77
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	95.455,30	17.831,02	113.286,32	113.286,32
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	23.010,52	-	23.010,52	23.010,52
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
ECOPORANGA-ES	ES	21.366,91	-	21.366,91	21.366,91
FUNDAO-ES	ES	18.079,70	393.138,88	411.218,58	411.218,58
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
GUACUI-ES	ES	22.188,72	-	22.188,72	22.188,72
GUARAPARI-ES	ES	29.584,96	-	29.584,96	29.584,96
IBATIBA-ES	ES	20.545,11	-	20.545,11	20.545,11
IBIRACU-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
IBITIRAMA-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
ICONHA-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
IRUPI-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
ITAGUACU-ES	ES	18.901,50	-	18.901,50	18.901,50
ITAPEMIRIM-ES	ES	201.581,81	-	201.581,81	201.581,81
ITARANA-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
IUNA-ES	ES	22.188,72	-	22.188,72	22.188,72
JAGUARE-ES	ES	411.389,59	175.796,88	587.186,47	587.186,47
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
JOAO NEIVA-ES	ES	18.901,50	-	18.901,50	18.901,50
LARANJA DA TERRA-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
LINHARES-ES	ES	1.225.231,75	286.760,10	1.511.991,85	1.511.991,85
MANTENOPOLIS-ES	ES	18.079,70	-	18.079,70	18.079,70
MARATAIZES-ES	ES	23.010,52	-	23.010,52	23.010,52
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	18.079,70	-	18.079,70	18.079,70
MARILANDIA-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
MIMOSO DO SUL-ES	ES	22.188,72	-	22.188,72	22.188,72
MONTANHA-ES	ES	19.723,31	-	19.723,31	19.723,31
MUCURICI-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
MUNIZ FREIRE-ES	ES	20.545,11	-	20.545,11	20.545,11
MUQUI-ES	ES	18.079,70	-	18.079,70	18.079,70
NOVA VENECIA-ES	ES	25.475,94	-	25.475,94	25.475,94
PANCAS-ES	ES	21.366,91	-	21.366,91	21.366,91
PEDRO CANARIO-ES	ES	21.366,91	-	21.366,91	21.366,91
PINHEIROS-ES	ES	21.366,91	-	21.366,91	21.366,91
PIUMA-ES	ES	18.901,50	-	18.901,50	18.901,50
PONTO BELO-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	143.987,01	473.697,65	617.684,66	617.684,66
RIO BANANAL-ES	ES	19.723,31	-	19.723,31	19.723,31
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	18.079,70	-	18.079,70	18.079,70
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	23.010,52	-	23.010,52	23.010,52
SANTA TERESA-ES	ES	21.366,91	-	21.366,91	21.366,91
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	22.188,72	-	22.188,72	22.188,72
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
SAO MATEUS-ES	ES	1.178.491,60	107.176,25	1.285.667,85	1.285.667,85
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	17.257,89	-	17.257,89	17.257,89
SERRA-ES	ES	259.176,62	641.534,62	900.711,24	900.711,24
SOORETAMA-ES	ES	20.545,11	-	20.545,11	20.545,11
VARGEM ALTA-ES	ES	19.723,31	-	19.723,31	19.723,31
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	ES	19.723,31	-	19.723,31	19.723,31
VIANA-ES	ES	26.297,74	-	26.297,74	26.297,74
VILA PAVAO-ES	ES	16.436,09	-	16.436,09	16.436,09
VILA VALERIO-ES	ES	18.079,70	-	18.079,70	18.079,70
VILA VELHA-ES	ES	287.974,02	-	287.974,02	287.974,02
VITORIA-ES	ES	287.974,02	-	287.974,02	287.974,02
ESPIRITO SANTO TOTAL		5.790.770,45	3.508.438,24	9.299.208,69	9.299.208,69
JUIZ DE FORA-MG	MG	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
MINAS GERAIS TOTAL		519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
AFUA-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
ALENQUER-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
ALMEIRIM-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
ANAJAS-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
BREVES-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
CHAVES-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
CURUA-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
FARO-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
GURUPA-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
JURUTI-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
MELGACO-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
MONTE ALEGRE-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
OBIDOS-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
PORTO DE MOZ-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
PRAINHA-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
SANTAREM-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
TERRA SANTA-PA	PA	-	7.758,22	7.758,22	7.758,22
PARA TOTAL		-	131.889,74	131.889,74	131.889,74
PEDRAS DE FOGO-PB	PB	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
SANTA RITA-PB	PB	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
PARAIBA TOTAL		1.038.131,46	-	1.038.131,46	1.038.131,46
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	PE	563.504,93	-	563.504,93	563.504,93
CAMARAGIBE-PE	PE	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
JABOATAO DOS GUARARAPES-PE	PE	44.414,65	-	44.414,65	44.414,65
PAULISTA-PE	PE	1.747.183,28	-	1.747.183,28	1.747.183,28
VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	PE	519.090,28	-	519.090,28	519.090,28
PERNAMBUCO TOTAL		3.393.258,87	-	3.393.258,87	3.393.258,87
ADRIANOPOLIS-PR	PR	1.713,13	-	1.713,13	1.713,13
AGUDOS DO SUL-PR	PR	1.713,13	-	1.713,13	1.713,13
ALMIRANTE TAMANDARE-PR	PR	3.083,64	-	3.083,64	3.083,64
ANTONINA-PR	PR	2.141,41	-	2.141,41	2.141,41
ARAUCARIA-PR	PR	3.083,64	-	3.083,64	3.083,64
BALSA NOVA-PR	PR	1.798,79	-	1.798,79	1.798,79
BOCAIUVA DO SUL-PR	PR	1.713,13	-	1.713,13	1.713,13
CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	PR	2.484,04	-	2.484,04	2.484,04
CAMPO DO TENENTE-PR	PR	1.713,13	-	1.713,13	1.713,13
CAMPO LARGO-PR	PR	3.083,64	-	3.083,64	3.083,64
CAMPO MAGRO-PR	PR	2.227,07	-	2.227,07	2.227,07
CERRO AZUL-PR	PR	2.055,76	-	2.055,76	2.055,76
COLOMBO-PR	PR	3.426,26	-	3.426,26	3.426,26
CONTENDA-PR	PR	1.884,44	-	1.884,44	1.884,44
CURITIBA-PR	PR	3.426,26	-	3.426,26	3.426,26
DOUTOR ULYSSES-PR	PR	1.713,13	-	1.713,13	1.713,13
FAZENDA RIO GRANDE-PR	PR	2.826,67	-	2.826,67	2.826,67
GUARAQUECABA-PR	PR	1.713,13	-	1.713,13	1.713,13
GUARATUBA-PR	PR	60.966,16	53.345,39	114.311,55	114.311,55
ITAPERUCU-PR	PR	2.141,41	-	2.141,41	2.141,41
LAPA-PR	PR	2.655,35	-	2.655,35	2.655,35
MANDIRITUBA-PR	PR	2.055,76	-	2.055,76	2.055,76
MATINHOS-PR	PR	60.966,16	43.724,01	104.690,17	104.690,17
MORRETES-PR	PR	1.970,10	-	1.970,10	1.970,10
PARANAGUA-PR	PR	3.254,95	177,42	3.432,37	3.432,37
PIEN-PR	PR	1.713,13	-	1.713,13	1.713,13
PINHAI-PR	PR	3.169,29	-	3.169,29	3.169,29
PIRA					





ARRAIAL DO CABO-RJ	RJ	298.697,42	25.787,23	324.484,65	324.484,65
BARRA MANSA-RJ	RJ	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
BELFORD ROXO-RJ	RJ	629.098,99	-	629.098,99	629.098,99
BOM JARDIM-RJ	RJ	298.697,42	-	298.697,42	298.697,42
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	333.162,51	-	333.162,51	333.162,51
CABO FRIO-RJ	RJ	3.307.449,27	6.363.478,28	9.670.927,55	9.670.927,55
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	686.796,18	-	686.796,18	686.796,18
CAMBUCI-RJ	RJ	264.232,34	-	264.232,34	264.232,34
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	3.481.525,55	27.551.780,06	31.033.305,61	31.033.305,61
CANTAGALO-RJ	RJ	287.209,06	-	287.209,06	287.209,06
CARAPEBUS-RJ	RJ	1.740.762,77	484.721,38	2.225.484,15	2.225.484,15
CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	252.743,98	-	252.743,98	252.743,98
CARMO-RJ	RJ	264.232,34	-	264.232,34	264.232,34
CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	2.262.991,60	1.545.921,64	3.808.913,24	3.808.913,24
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	287.209,06	-	287.209,06	287.209,06
CORDEIRO-RJ	RJ	287.209,06	-	287.209,06	287.209,06
DUAS BARRAS-RJ	RJ	241.255,61	-	241.255,61	241.255,61
DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	981.137,41	21.850,53	1.002.987,94	1.002.987,94
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	RJ	604.539,47	-	604.539,47	604.539,47
GUAPIMIRIM-RJ	RJ	735.853,05	21.850,53	757.703,58	757.703,58
IGUABA GRANDE-RJ	RJ	264.232,34	-	264.232,34	264.232,34
ITABORAÍ-RJ	RJ	629.098,96	21.850,53	650.949,49	650.949,49
ITAGUAÍ-RJ	RJ	566.189,06	-	566.189,06	566.189,06
ITALVA-RJ	RJ	252.743,98	-	252.743,98	252.743,98
ITAOCARA-RJ	RJ	298.697,42	-	298.697,42	298.697,42
ITAPERUNA-RJ	RJ	413.581,05	-	413.581,05	413.581,05
JAPERI-RJ	RJ	1.085.254,79	-	1.085.254,79	1.085.254,79
LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	229.767,25	-	229.767,25	229.767,25
MACAE-RJ	RJ	15.126.231,06	8.095.809,14	23.222.040,20	23.222.040,20
MACUCO-RJ	RJ	229.767,25	-	229.767,25	229.767,25
MAGE-RJ	RJ	883.023,67	21.850,53	904.874,20	904.874,20
MANGARATIBA-RJ	RJ	424.641,80	1.142.115,30	1.566.757,10	1.566.757,10
MARICA-RJ	RJ	550.461,59	-	550.461,59	550.461,59
MENDES-RJ	RJ	659.497,60	-	659.497,60	659.497,60
MESQUITA-RJ	RJ	629.098,96	-	629.098,96	629.098,96
MIGUEL PEREIRA-RJ	RJ	1.298.759,54	-	1.298.759,54	1.298.759,54
MIRACEMA-RJ	RJ	310.185,79	-	310.185,79	310.185,79
NATIVIDADE-RJ	RJ	264.232,34	-	264.232,34	264.232,34
NILOPOLIS-RJ	RJ	629.098,96	-	629.098,96	629.098,96
NITEROI-RJ	RJ	4.451.315,25	21.850,53	4.473.165,78	4.473.165,78
NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	459.534,50	-	459.534,50	459.534,50
NOVA IGUACU-RJ	RJ	1.528.027,90	-	1.528.027,90	1.528.027,90
PARACAMBI-RJ	RJ	487.551,70	-	487.551,70	487.551,70
PARATI-RJ	RJ	-	1.142.115,30	1.142.115,30	1.142.115,30
PATY DO ALFERES-RJ	RJ	662.267,75	-	662.267,75	662.267,75
PETROPOLIS-RJ	RJ	459.534,50	-	459.534,50	459.534,50
PIRAI-RJ	RJ	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
PORCIUNCULA-RJ	RJ	264.232,34	-	264.232,34	264.232,34
QUEIMADOS-RJ	RJ	597.644,02	-	597.644,02	597.644,02
QUISSAMA-RJ	RJ	1.914.839,05	4.106.005,18	6.020.844,23	6.020.844,23
RIO BONITO-RJ	RJ	367.627,60	-	367.627,60	367.627,60
RIO DAS FLORES-RJ	RJ	1.007.258,90	-	1.007.258,90	1.007.258,90
RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	2.611.144,16	7.034.284,90	9.645.429,06	9.645.429,06
RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	8.085.047,71	87.402,16	8.172.449,87	8.172.449,87
SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	241.255,61	-	241.255,61	241.255,61
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	344.650,88	-	344.650,88	344.650,88
SAO FIDELIS-RJ	RJ	344.650,88	-	344.650,88	344.650,88
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	356.139,25	-	356.139,25	356.139,25
SAO GONCALO-RJ	RJ	629.098,96	21.850,53	650.949,49	650.949,49
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	2.350.029,74	995.043,11	3.345.072,85	3.345.072,85
SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	629.098,96	-	629.098,96	629.098,96
SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	229.767,25	-	229.767,25	229.767,25
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	287.209,06	-	287.209,06	287.209,06
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	379.115,97	-	379.115,97	379.115,97
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	229.767,25	-	229.767,25	229.767,25
SAQUAREMA-RJ	RJ	367.627,60	-	367.627,60	367.627,60
SEROPEDICA-RJ	RJ	534.734,12	-	534.734,12	534.734,12
SILVA JARDIM-RJ	RJ	637.739,31	-	637.739,31	637.739,31
SUMIDOURO-RJ	RJ	264.232,34	-	264.232,34	264.232,34
TANGUA-RJ	RJ	424.641,80	-	424.641,80	424.641,80
TERESOPOLIS-RJ	RJ	448.046,15	-	448.046,15	448.046,15
TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	241.255,61	-	241.255,61	241.255,61
VARRE-SAI-RJ	RJ	229.767,33	-	229.767,33	229.767,33
VASSOURAS-RJ	RJ	995.760,55	-	995.760,55	995.760,55
VOLTA REDONDA-RJ	RJ	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
RIO DE JANEIRO TOTAL		80.179.047,43	61.370.056,37	141.549.103,80	141.549.103,80
ACARI-RN	RN	4.353,67	-	4.353,67	4.353,67
ACU-RN	RN	168.464,34	68.667,66	237.132,00	237.132,00
AFONSO BEZERRA-RN	RN	4.353,67	-	4.353,67	4.353,67
AGUA NOVA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
ALEXANDRIA-RN	RN	4.560,99	-	4.560,99	4.560,99
ALMINO AFONSO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	203.619,28	78.541,65	282.160,93	282.160,93
ANTONIO MARTINS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
APODI-RN	RN	138.327,55	55.653,07	193.980,62	193.980,62
AREIA BRANCA-RN	RN	408.490,84	316.733,77	725.224,61	725.224,61
AUGUSTO SEVERO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
BARAUNA-RN	RN	5.182,94	-	5.182,94	5.182,94
CAICO-RN	RN	6.841,48	-	6.841,48	6.841,48
CARAUBAS-RN	RN	113.060,83	34.640,01	147.700,84	147.700,84
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
CARNAUBAIS-RN	RN	115.965,49	21.204,25	137.169,74	137.169,74
CERRO CORA-RN	RN	4.353,67	-	4.353,67	4.353,67

CORONEL JOAO PESSOA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
CRUZETA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
CURRAIS NOVOS-RN	RN	6.426,85	-	6.426,85	6.426,85
DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
ENCANTO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
EQUADOR-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
FELIPE GUERRA-RN	RN	145.341,04	55.918,82	201.259,86	201.259,86
FLORANIA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
GALINHOS-RN	RN	4.146,35	55.584,35	59.730,70	59.730,70
GOIANINHA-RN	RN	563.504,93	-	563.504,93	563.504,93
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	RN	176.139,35	88.682,11	264.821,46	264.821,46
GROSSOS-RN	RN	63.022,22	70.147,21	133.169,43	133.169,43
GUAMARE-RN	RN	888.028,33	507.944,41	1.395.972,74	1.395.972,74
IELMO MARINHO-RN	RN	563.504,93	-	563.504,93	563.504,93
IPANGUACU-RN	RN	4.353,67	-	4.353,67	4.353,67
IPUEIRA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
ITAJA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
ITAU-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
JANDAIRA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
JANDUIS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	4.353,67	-	4.353,67	4.353,67
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	4.560,99	-	4.560,99	4.560,99
JOAO DIAS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
JOSE DA PENHA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
JUCURUTU-RN	RN	4.975,62	-	4.975,62	4.975,62
LAGOA NOVA-RN	RN	4.560,99	-	4.560,99	4.560,99
LUCRECIA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
LUIS GOMES-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
MACAIBA-RN	RN	563.504,93	-	563.504,93	563.504,93
MACAU-RN	RN	1.078.386,76	417.814,01	1.496.200,77	1.496.200,77
MAJOR SALES-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
MARCELINO VIEIRA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
MARTINS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
MESSIAS TARGINO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
MOSSORO-RN	RN	937.705,99	736.574,66	1.674.280,65	1.674.280,65
OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
OURO BRANCO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
PARANA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
PARAU-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
PARELHAS-RN	RN	5.182,94	-	5.182,94	5.182,94
PATU-RN	RN	4.353,67	-	4.353,67	4.353,67
PAU DOS FERROS-RN	RN	5.597,58	-	5.597,58	5.597,58
PEDRO AVELINO-RN	RN	4.179,29	15,32	4.194,61	4.194,61
PENDENCIAS-RN	RN	169.489,25	75.329,96	244.819,21	244.819,21
PILOES-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
PORTALEGRE-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
PORTO DO MANGUE-RN	RN	130.682,65	195.081,82	325.764,47	325.764,47
RAFAEL FERNANDES-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
RAFAEL GODEIRO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
RIACHO DA CRUZ-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
RIACHO DE SANTANA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
RODOLFO FERNANDES-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SANTANA DO SERIDO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SAO FERNANDO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SAO MIGUEL-RN	RN	5.390,26	-	5.390,26	5.390,26
SAO RAFAEL-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SAO VICENTE-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SERRA DO MEL-RN	RN	94.078,50	18.724,19	112.802,69	112.802,69
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
SEVERIANO MELO-RN	RN	4.353,67	-	4.353,67	4.353,67
TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
TENENTE ANANIAS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
TIBAU-RN	RN	63.022,22	13.237,78	76.260,00	76.260,00
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
UMARIZAL-RN	RN	4.353,67	-	4.353,67	4.353,67
UPANEMA-RN	RN	114.557,94	51.242,40	165.800,34	165.800,34
VENHA-VER-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
VICOSA-RN	RN	4.146,35	-	4.146,35	4.146,35
RIO GRANDE DO NORTE TOTAL		7.015.089,56	2.861.737,45	9.876.827,01	9.876.827,01
CANOAS-RS	RS	519.065,73	-	519.065,73	519.065,73
CIDREIRA-RS	RS	-	195.783,88	195.783,88	195.783,88
IMBE-RS	RS	-	195.783,88	195.783,88	195.783,88
OSORIO-RS	RS	563.504,93	-	563.504,93	563.504,93
TRAMANDAI-RS	RS	827.163,98	261.045,17	1.088.209,15	1.088.209,15
RIO GRANDE DO SUL		1.909.734,64	652.612,93	2.562.347,57	2.562.347,57
ARAQUARI-SC	SC	-	112.546,04	112.546,04	112.546,04
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	-	112.546,04	112.546,04	112.546,04
GARUVA-SC	SC	-	112.546,04	112.546,04	112.546,04
ITAPOA-SC	SC	-	112.546,04	112.546,04	112.546,04
JOINVILLE-SC	SC	-	112.546,04	112.546,04	112.546,04
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	752.567,98	375.153,49	1.127.721,47	1.127.721,47
SANTA CATARINA TOTAL		752.567,98	937.883,69	1.690.451,67	1.690.451,67
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
AQUIDABA-SE	SE	3.343,16	-	3.343,16	3.343,16
ARACAJU-SE	SE	920.150,94	456.025,18	1.376.176,12	1.376.176,12
ARAUA-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
AREIA BRANCA-SE	SE	4.257,22	762,08	5.019,30	5.019,30



BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	59.483,97	167.919,59	227.403,56	227.403,56
BOQUIM-SE	SE	3.610,61	-	3.610,61	3.610,61
BREJO GRANDE-SE	SE	76.418,93	4.826,89	81.245,82	81.245,82
CAMPO DO BRITO-SE	SE	3.075,70	-	3.075,70	3.075,70
CANHOBA-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	SE	3.209,43	-	3.209,43	3.209,43
CAPELA-SE	SE	6.864,25	2.098,59	8.962,84	8.962,84
CARIRA-SE	SE	3.209,43	-	3.209,43	3.209,43
CARMOPOLIS-SE	SE	1.331.654,76	396.992,59	1.728.647,35	1.728.647,35
CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
CRISTINAPOLIS-SE	SE	3.075,70	-	3.075,70	3.075,70
CUMBE-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
DIVINA PASTORA-SE	SE	207.505,74	114.198,12	321.703,86	321.703,86
ESTANCIA-SE	SE	4.412,97	-	4.412,97	4.412,97
FEIRA NOVA-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
FREI PAULO-SE	SE	2.808,25	-	2.808,25	2.808,25
GARARU-SE	SE	2.808,25	-	2.808,25	2.808,25
GENERAL MAYNARD-SE	SE	4.399,32	1.293,60	5.692,92	5.692,92
GRACHO CARDOSO-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
ILHA DAS FLORES-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
INDIAIROBA-SE	SE	2.941,98	-	2.941,98	2.941,98
ITABAIANA-SE	SE	4.680,42	-	4.680,42	4.680,42
ITABAIANINHA-SE	SE	3.878,06	-	3.878,06	3.878,06
ITABI-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	66.919,46	140.987,55	207.907,01	207.907,01
JAPARATUBA-SE	SE	411.918,14	282.656,47	694.574,61	694.574,61
JAPOATA-SE	SE	2.941,98	-	2.941,98	2.941,98
LAGARTO-SE	SE	4.814,15	-	4.814,15	4.814,15
LARANJEIRAS-SE	SE	3.476,88	-	3.476,88	3.476,88
MACAMBIRA-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
MALHADOR-SE	SE	2.808,25	-	2.808,25	2.808,25
MARUIM-SE	SE	101.746,90	26.278,92	128.025,82	128.025,82
MOITA BONITA-SE	SE	2.808,25	-	2.808,25	2.808,25
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	SE	2.808,25	-	2.808,25	2.808,25
MURIBECA-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
NEOPOLIS-SE	SE	3.343,16	-	3.343,16	3.343,16
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	SE	3.610,61	-	3.610,61	3.610,61
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	SE	3.476,88	-	3.476,88	3.476,88
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	SE	5.215,33	-	5.215,33	5.215,33
PACATUBA-SE	SE	52.048,47	8.447,98	60.496,45	60.496,45
PEDRA MOLE-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
PEDRINHAS-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
PINHAO-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
PIRAMBU-SE	SE	871.769,26	14.918,11	886.687,37	886.687,37
POCO REDONDO-SE	SE	3.610,61	-	3.610,61	3.610,61
POCO VERDE-SE	SE	3.343,16	-	3.343,16	3.343,16
PORTO DA FOLHA-SE	SE	3.610,61	-	3.610,61	3.610,61
PROPRIA-SE	SE	3.610,61	-	3.610,61	3.610,61
RIACHAO DO DANTAS-SE	SE	3.343,16	-	3.343,16	3.343,16
RIACHUELO-SE	SE	34.104,77	20.272,51	54.377,28	54.377,28
RIBEIROPOLIS-SE	SE	3.075,70	-	3.075,70	3.075,70
ROSARIO DO CATETE-SE	SE	130.308,59	53.033,87	183.342,46	183.342,46
SALGADO-SE	SE	3.343,16	-	3.343,16	3.343,16
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	2.941,98	-	2.941,98	2.941,98
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	SE	77.023,60	4.928,05	81.951,65	81.951,65
SAO CRISTOVAO-SE	SE	73.856,72	1.399,87	75.256,59	75.256,59
SAO DOMINGOS-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
SAO FRANCISCO-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
SIMAO DIAS-SE	SE	4.011,79	-	4.011,79	4.011,79
SIRIRI-SE	SE	150.146,91	55.014,86	205.161,77	205.161,77
TELHA-SE	SE	2.674,52	-	2.674,52	2.674,52
TOBIAS BARRETO-SE	SE	4.145,52	-	4.145,52	4.145,52
TOMAR DO GERU-SE	SE	2.941,98	-	2.941,98	2.941,98
UMBAUBA-SE	SE	3.343,16	-	3.343,16	3.343,16
SERGIPE TOTAL		4.759.771,05	1.752.054,83	6.511.825,88	6.511.825,88
ARUJA-SP	SP	1.405,99	-	1.405,99	1.405,99
BARRA DO TURVO-SP	SP	852,11	-	852,11	852,11
BARUERI-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
BERTIOGA-SP	SP	52.133,85	1.383.355,73	1.435.489,58	1.435.489,58
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	1.150,35	-	1.150,35	1.150,35
CAIEIRAS-SP	SP	1.448,59	-	1.448,59	1.448,59
CAJAMAR-SP	SP	1.363,38	-	1.363,38	1.363,38
CAJATI-SP	SP	1.192,96	-	1.192,96	1.192,96
CANANELA-SP	SP	40.962,31	69.370,71	110.333,02	110.333,02
CARAGUATATUBA-SP	SP	-	1.310.987,53	1.310.987,53	1.310.987,53
CARAPICUIBA-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
COTIA-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
CUBATAO-SP	SP	68.891,16	-	68.891,16	68.891,16
DIADEMA-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
ELDORADO-SP	SP	979,93	-	979,93	979,93
EMBU-GUACU-SP	SP	1.405,99	-	1.405,99	1.405,99
EMBU-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	SP	1.661,62	-	1.661,62	1.661,62
FRANCISCO MORATO-SP	SP	1.661,62	-	1.661,62	1.661,62
FRANCO DA ROCHA-SP	SP	1.576,41	-	1.576,41	1.576,41
GUARAREMA-SP	SP	1.107,75	-	1.107,75	1.107,75
GUARUJA-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
GUARULHOS-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
IGUAPE-SP	SP	1.150,35	-	1.150,35	1.150,35
ILHA COMPRIDA-SP	SP	852,11	-	852,11	852,11

ILHABELA-SP	SP	-	1.310.987,53	1.310.987,53	1.310.987,53
ITANHAEM-SP	SP	1.448,59	-	1.448,59	1.448,59
ITAPECERICA DA SERRA-SP	SP	1.661,62	-	1.661,62	1.661,62
ITAPEVI-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
ITARIRI-SP	SP	937,32	-	937,32	937,32
JACUPIRANGA-SP	SP	1.022,53	-	1.022,53	1.022,53
JANDIRA-SP	SP	1.533,80	-	1.533,80	1.533,80
JUQUIA-SP	SP	1.107,75	-	1.107,75	1.107,75
JUQUITIBA-SP	SP	1.150,35	-	1.150,35	1.150,35
MAIRIPORA-SP	SP	1.405,99	-	1.405,99	1.405,99
MAUA-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
MIRACATU-SP	SP	1.107,75	-	1.107,75	1.107,75
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
MONGAGUA-SP	SP	1.235,56	-	1.235,56	1.235,56
OSASCO-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
PARIQUERA-ACU-SP	SP	1.022,53	-	1.022,53	1.022,53
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	852,11	-	852,11	852,11
PERUIBE-SP	SP	1.363,38	-	1.363,38	1.363,38
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	937,32	-	937,32	937,32
POA-SP	SP	1.533,80	-	1.533,80	1.533,80
PRAIA GRANDE-SP	SP	13.498,94	-	13.498,94	13.498,94
REGISTRO-SP	SP	1.363,38	-	1.363,38	1.363,38
RIBEIRAO PIRES-SP	SP	1.576,41	-	1.576,41	1.576,41
RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	1.278,17	-	1.278,17	1.278,17
SALESOPOLIS-SP	SP	979,93	-	979,93	979,93
SANTA ISABEL-SP	SP	1.320,78	-	1.320,78	1.320,78
SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	1.491,20	-	1.491,20	1.491,20
SANTO ANDRE-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
SANTOS-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	1.661,62	-	1.661,62	1.661,62
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	937,32	-	937,32	937,32
SAO PAULO-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
SAO SEBASTIAO-SP	SP	821.457,16	2.621.975,09	3.443.432,25	3.443.432,25
SAO VICENTE-SP	SP	13.498,94	-	13.498,94	13.498,94
SETE BARRAS-SP	SP	937,32	-	937,32	937,32
SUZANO-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
TABOAO DA SERRA-SP	SP	1.704,23	-	1.704,23	1.704,23
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	SP	1.235,56	-	1.235,56	1.235,56
SAO PAULO TOTAL		1.090.029,75	6.696.676,59	7.786.706,34	7.786.706,34

Nº 576 - O DIRETOR da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCÔM-BUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso II, da Portaria MME nº 215, de 1º de julho de 1998, em atendimento às determinações do Ofício nº 069/2002, de 08 de maio de 2002, do Tribunal de Contas da União, e tendo em vista o que consta do Processo TC nº 002.102/2001-8, torna público o volume de petróleo e gás natural produzido em Dezembro de 2006 por campo e produção desagregada por Estado e Município (ANEXO I); a relação dos Estados, Municípios e Órgãos Federais indenizados a título de Royalties; os respectivos valores creditados em 21 de Fevereiro de 2007, mês de competência Dezembro de 2006 (ANEXO II).

ANEXO I

PRODUÇÃO POR CAMPO

Nome do Campo	N.º Contrato de Concessão	Petróleo (m³)	Gas Natural (m³)
AGUA GRANDE	48000.003629/97-43	20.475,77	11.102.110,91
AGUILHADA	48000.003842/97-09	371,60	5.202,35
AGULHA	48000.003779/97-66	862,45	109.118,77
ALBACORA	48000.003703/97-02	512.279,50	60.293.270,00
ALBACORA LESTE	48000.003895/97-67	799.457,50	86.002.690,03
ALTO DO RODRIGUES	48000.003784/97-04	15.192,43	91.878,53
ANAMBE	48610.003892/2000	7.634,92	1.351.856,00
ANEQUIM	48000.003730/97-77	6.951,96	1.092.156,30
ANGELIM	48000.003843/97-63	62,99	245,81
ANGICO	48000.003484/97-62	62,00	692,72
APRAIUS	48000.003630/97-22	126,19	24.882,58
ARABAIANA	48000.003913/97-47	2.643,22	15.060.426,04
ARACAS	48000.003631/97-95	16.476,11	1.244.189,82
ARATU	48000.003632/97-58	-	1.370.762,00
ARATUM	48000.003780/97-45	1.877,38	29.599,64
ARUARI	48000.003844/97-26	84,42	422,10
ASA BRANCA	48000.003482/97-37	2.316,89	1.238.316,44
ATALAIA SUL	48000.003845/97-99	49,74	4,92
ATUM	48000.003775/97-13	10.671,82	4.317.000,00
BADEJO	48000.003705/97-20	5.489,49	2.062.740,64
BAGRE	48000.003726/97-08	1.634,89	190.412,72
BAIXA DO ALGODAO	48000.003785/97-69	4.324,04	24.354,89
BARRA DO IPIRANGA	48000.003756/97-61	116,03	1.271.028,68
BARRACUDA	48000.003897/97-92	778.566,00	59.142.986,02
BARRINHA	48000.003786/97-21	44,91	3.143,67
BENFICA	48610.004003/98	1.756,43	768.120,19
BICUDO	48000.003717/97-17	57.054,72	5.375.295,99
BIJUPIRA	48000.003709/97-81	84.604,76	6.319.867,00
BIRIBA	48000.003672/97-72	77,10	2.451.732,00
BOA ESPERANCA	48000.003787/97-94	4.528,90	963.099,24
BOA VISTA	48000.003788/97-57	3.647,71	3.034.028,31
BONITO	48000.003718/97-71	34.604,35	13.933.900,55
BONSUCESSO	48000.003658/97-41	811,15	8.382,38
BREJINHO	48000.003636/97-17	244,03	6.615,10
BREJINHO	48000.003789/97-10	5.215,81	1.482.805,30
BREJO GRANDE	48000.003846/97-51	1.143,30	-
BURACICA	48000.003635/97-46	23.863,96	141.760,37
BURIZINHO	48610.009231/2002	54,59	570,00
CACAO	48000.003735/97-91	1.082,10	93.000,00
CACHOEIRINHA	48000.003791/97-61	691,76	679.828,42





CAIOBA	48000.003836/97-06	574,78	22.453.146,81
CAJA	48610.007986/2004	168,00	4.199,79
CAMORIM	48000.003837/97-61	6.694,90	6.130.307,82
CAMPO GRANDE	48000.003737/97-16	274,70	33.723,23
CANABRAVA	48000.003637/97-71	126,51	1.391,61
CANARIO	48610.003899/2000	1.897,57	59.898,00
CANDEIAS-Mar	48000.003638/97-34	1.447,78	1.454.481,02
CANDEIAS-Terra	48000.003638/97-34	7.076,26	8.543.203,64
CANTA GALO	48000.003639/97-05	120,29	1.577.253,18
CANTO DO AMARO	48000.003792/97-24	113.346,48	296.092,61
CARAPEBA	48000.003711/97-22	120.919,34	2.729.427,01
CARATINGA	48000.003898/97-55	677.124,00	47.623.795,01
CARMOPOLIS	48000.003847/97-14	117.353,60	4.426.204,43
CARVALHO	48610.009491/2003	37,10	927,29
CASSARONGONGO	48000.003640/97-86	5.867,81	339.729,62
CASTANHAL	48000.003848/97-87	1.164,91	11.648,90
CEXIS	48000.003641/97-49	1.856,39	8.879.701,99
CHERNE	48000.003727/97-62	99.359,05	5.215.027,64
CIDADE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003850/97-29	307,28	11.356.198,00
CIDADE ENTRE RIOS	48000.003642/97-10	5.379,92	139.534,26
CIOBA	48000.003906/97-81	45,11	455,68
CONCEICAO	48000.003702/97-31	3,77	537.046,00
CONGRO	48000.003714/97-11	15.243,02	2.057.790,13
COQUEIRO SECO	48000.003851/97-91	23,40	472,02
CORAL	48000.003924/97-63	15.007,00	2.502.000,00
CORREGO CEDRO NORTE	48000.003738/97-89	421,44	13.618,23
CORREGO CEDRO SUL	48610.009492/2003	19,07	1.906,70
CORREGO DAS PEDRAS	48000.003739/97-41	225,37	10.225,89
CORREGO DOURADO	48000.003740/97-21	435,07	9.303,02
CORVINA	48000.003715/97-83	19.966,04	1.216.628,92
CURIMA	48000.003776/97-78	6.615,84	1.051.000,00
DENTAO	48000.003907/97-44	2,09	26.979,91
DOM JOAO	48000.003644/97-37	2.789,90	22.319,02
DOM JOAO MAR	48000.003645/97-08	-	1.103.974,99
DOURADO	48000.003838/97-23	3.747,45	1.821.257,00
ENCHOVA	48000.003719/97-34	44.599,15	10.383.909,75
ENCHOVA OESTE	48000.003720/97-13	23.651,80	3.116.464,71
ESPADA	48000.003777/97-31	12.845,29	684.000,00
ESPADARTE	48000.003899/97-18	79.900,02	6.597.780,21
ESTREITO	48000.003793/97-97	25.392,41	101.064,51
FAZENDA ALEGRE	48000.003742/97-56	50.311,60	946.693,68
FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	48610.004004/98	162,79	170.235,78
FAZENDA ALVORADA	48000.003646/97-62	5.143,41	43.777,37
FAZENDA AZEVEDO	48000.003647/97-25	307,77	7.027,82
FAZENDA BALSAMO	48000.003648/97-98	20.018,24	641.202,98
FAZENDA BELEM	48000.003649/97-51	627,70	108.310,00
FAZENDA BELEM	48000.003795/97-12	7.440,66	42.461,54
FAZENDA BOA ESPERANCA	48000.003650/97-30	7.337,97	603.189,68
FAZENDA CANAAN	48000.003796/97-85	644,15	644,11
FAZENDA CEDRO	48000.003743/97-19	722,30	57.838,71
FAZENDA CEDRO NORTE	48000.003745/97-44	654,20	35.489,00
FAZENDA CURRAL	48000.003797/97-48	402,08	15.735,86
FAZENDA IMBE	48000.003651/97-01	2.650,87	1.801.941,40
FAZENDA IMBE	48610.008012/2004	108,70	4.670,00
FAZENDA JUNCO	48000.003915/97-72	354,58	21.274,80
FAZENDA MALAQUIAS	48000.003798/97-19	2.852,39	5.141,79
FAZENDA ONCA	48000.003652/97-65	18,91	1,80
FAZENDA PANELAS	48000.003653/97-28	494,68	2.476.175,00
FAZENDA PAU BRASIL	48000.003852/97-54	126,64	8.288,33
FAZENDA POCINHO	48000.003799/97-73	18.410,16	205.017,49
FAZENDA QUEIMADAS	48000.003744/97-81	1.094,20	40.300,00
FAZENDA RIO BRANCO	48000.003654/97-91	180,41	11.826,67
FAZENDA SANTA LUZIA	48000.003746/97-15	2.605,54	992.899,99
FAZENDA SANTA ROSA	48000.003883/97-88	396,45	3.229.811,13
FAZENDA SANTO ESTEVAO	48000.003655/97-53	1.168,84	18.701,37
FAZENDA SAO JORGE	48000.003747/97-70	3.446,29	68.944,10
FAZENDA SAO RAFAEL	48000.003750/97-84	8.182,72	1.767.500,01
FAZENDA SORI	48000.003884/97-41	-	169.759,27
FURADO	48000.003854/97-80	6.157,66	8.578.548,90
GAROUPA	48000.003721/97-86	21.717,58	2.442.649,91
GAROUPINHA	48000.003722/97-49	4.143,66	182.980,22
GOLFINHO	48000.003535/97-00	271.944,40	48.333.346,00
GOMO	48000.003656/97-16	209,25	7.465,44
GUAMARE	48000.003800/97-51	1.929,64	-
GUARICEMA	48000.003839/97-96	17.594,93	1.908.900,30
GURIRI	48000.003751/97-47	117,01	2.199,69
ICAPUI	48000.003801/97-13	126,43	632,13
ILHA BIMBARRA	48000.003657/97-89	-	278.319,00
ILHA PEQUENA	48000.003855/97-42	211,64	129.797,01
INHAMBU	48610.010735/2001	447,48	6.591,93
ITAPARICA	48000.003659/97-12	110,91	110,91
JACUIPE	48000.003660/97-93	36,84	6.136.360,00
JANDAIA	48610.009488/2003	19.136,82	2.040.673,76
JANDUI	48000.003802/97-86	25,02	625,50
JEQUIA	48000.003856/97-13	39,51	1.394,64
JOAO DE BARRO	48610.009509/2003	345,99	198.292,00
JUAZEIRO	48000.003803/97-49	2,06	157,29
JUBARTE	48000.003560/97-49	24.432,82	1.085.510,00
LAGOA AROEIRA	48000.003804/97-10	184,99	3.699,75
LAGOA BONITA	48000.003748/97-32	55,25	1.104,98
LAGOA DO PAULO	48610.009231/2002	218,00	2.570,00
LAGOA DO PAULO NORTE	48610.009231/2002	531,81	17.250,00
LAGOA DO PAULO SUL	48610.009231/2002	12,12	410,00
LAGOA PARDA	48000.003752/97-18	2.784,53	304.247,70
LAGOA PARDA NORTE	48000.003754/97-35	129,64	43.341,90
LAGOA PARDA SUL	48000.003753/97-72	19,02	2.552,32

LAGOA PIABANHA	48000.003755/97-06	61,51	10.143,90
LAGOA VERDE	48000.003663/97-81	-	31.050,00
LAMARAO	48000.003664/97-44	60,50	1.468.201,68
LEODORIO	48000.003665/97-15	80,16	4.969,92
LESTE DE POCO XAVIER	48610.004000/98	2.119,48	440.344,89
LESTE DO URUCU	48000.003627/97-18	98.530,41	37.192.856,04
LINGUADO	48000.003706/97-92	18.611,44	-
LIVRAMENTO	48000.003805/97-74	5.040,85	758.272,31
LORENA	48000.003807/97-08	4.070,22	5.990.855,71
MACAU	48000.003808/97-62	95,80	1.034,42
MALHADO	48000.003716/97-46	21.773,01	1.802.543,85
MALOMBE	48000.003666/97-70	960,63	12.279,21
MANDACARU	48000.003667/97-32	326,96	1.126.239,00
MARIMBA	48000.003732/97-01	219.993,82	30.186.876,54
MARIRICU	48000.003758/97-96	124,74	11.598,19
MARIRICU NORTE	48000.003760/97-38	21,17	857,31
MARIRICU OESTE	48000.003759/97-59	20,17	605,10
MARLIM	48000.003723/97-10	1.931.461,69	155.356.846,07
MARLIM SUL	48000.003724/97-74	851.753,31	97.879.982,90
MASSAPE	48000.003668/97-03	5.404,23	5.952.298,75
MASSUI	48000.003669/97-68	52,82	584.853,37
MATA DE SAO JOAO	48000.003670/97-47	2.677,57	875.822,43
MATO GROSSO	48000.003857/97-78	8.634,45	1.726.888,75
MERLUZA	48000.003866/97-69	5.878,00	29.821.999,99
MIRANGA	48000.003673/97-35	16.704,40	59.076.684,33
MIRANGA NORTE	48000.003676/97-23	367,71	373.610,00
MONTE ALEGRE	48000.003809/97-25	3.522,26	35.877,13
MORRINHO	48000.003810/97-12	2.289,02	2.121.451,71
MOSSORO	48000.003811/97-77	1.424,45	1.424,45
NAMORADO	48000.003728/97-25	169.091,54	32.957.657,49
NATIVO OESTE	48000.003761/97-09	228,50	5.721,11
NO DO MORRO ROSADO	48000.003812/97-30	28,40	28,35
NORTE FAZENDA CARUACU	48000.003677/97-96	1.023,40	2.348.018,71
OESTE DE UBARANA	48000.003910/97-59	1.630,23	1.586.525,31
PAJEU	48000.003813/97-01	3.440,53	23.604,17
PAMPO	48000.003707/97-55	119.509,17	6.973.154,97
PARATI	48000.003731/97-30	1.934,10	180.499,93
PARGO	48000.003712/97-95	24.910,45	1.028.560,01
PARU	48000.003840/97-75	2.124,60	12.641.000,00
PATIOBA	48610.007984/2004	417,87	62.680,50
PEDRINHAS	48000.003678/97-59	-	68.376,88
PEROÁ	48000.003903/97-93	2.737,08	30.439.336,99
PESCADA	48000.003912/97-84	3.512,91	17.241.974,05
PILAR	48000.003859/97-01	22.773,40	28.980.658,12
PINTASSILGO	48610.003901/2000	1.178,57	1.178,55
PIRAUNA	48000.003733/97-65	34.682,14	1.548.389,25
POCO VERDE	48000.003814/97-65	577,48	577,48
POCO XAVIER	48000.003815/97-28	443,00	89.369,88
POJUCA	48000.003679/97-11	37,53	938,24
PONTA DO MEL	48000.003816/97-91	1.334,75	1.102.330,28
PORTO CARAO	48000.003817/97-53	975,19	8.052,30
QUERERA	48000.003894/97-02	369,76	6.351.884,35
REDONDA	48000.003818/97-16	379,33	379,11
REDONDA PROFUNDO	48000.003819/97-89	4.557,57	16.846,05
REMANSO	48000.003671/97-18	2.317,16	3.193.850,70
RIACHO DA BARRA	48000.003682/97-26	5.516,27	635.240,62
RIACHO DA FORQUILHA	48000.003821/97-21	10.734,87	2.637.000,01
RIACHO OURICURI	48000.003683/97-99	1.982,27	36.565,74
RIACHO SAO PEDRO	48000.003684/97-51	-	1.958.030,00
RIACHUELO	48000.003860/97-82	12.816,70	37.005,48
RIO BARRA SECA	48000.003765/97-51	70,79	1.285.500,00
RIO DA SERRA	48000.003685/97-14	119,88	416,43
RIO DO BU	48000.003686/97-87	9.429,72	73.341,62
RIO DOS OVOS	48000.003687/97-40	657,81	15.291,13
RIO IBIRIBAS	48000.003749/97-03	36,44	728,79
RIO ITARIRI	48000.003688/97-11	1.623,21	12.170,80
RIO ITAUNAS	48000.003766/97-14	795,29	78.288,22
RIO JOANES	48000.003890/97-43	-	19.647,45
RIO MARIRICU	48000.003768/97-40	169,08	34.294,67
RIO MOSSORO	48000.003824/97-19	191,49	15.319,17
RIO PIPIRI	48000.003674/97-06	0,56	10.904,71
RIO POJUCA	48000.003689/97-75	1.531,27	156.125,45
RIO PRETO	48000.003769/97-11	1.017,86	27.233,56
RIO PRETO OESTE	48000.003770/97-91	1.292,85	28.236,10
RIO PRETO SUL	48000.003771/97-54	1.358,64	25.512,21
RIO SAO MATEUS	48000.003772/97-17	350,94	41.759,02
RIO SAUIPE	48000.003690/97-54	103,54	2.070,78
RIO SUBAUMA	48000.003691/97-17	188,57	1.769,59
RIO URUCU	48000.003628/97-81	66.597,19	16.148.425,01
RONCADOR	48000.003901/97-68	438.556,00	44.485.494,99
SALEMA	48000.003710/97-60	66.321,13	7.624.564,00
SALGO	48000.003841/97-38	2.516,30	140.442,00
SALINA CRISTAL	48000.003825/97-81	13.293,65	126.383,83
SANTANA	48000.003692/97-80	113,53	9.082,06
SAO DOMINGOS	48000.003693/97-42	141,55	1.132,35
SAO MATEUS	48000.003773/97-80	2.103,90	163.073,20
SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003861/97-45	464,54	11.595.922,01
SAO PEDRO	48000.003694/97-13	285,45	48.644,98
SERRA	48000.003781/97-16	20.362,49	405.376,53
SERRA DO MEL	48000.003828/97-70	83,20	26.124,80
SERRA VERMELHA	48000.003829/97-32	37,79	37,75
SERRARIA	48000.003830/97-11	2.363,02	10.375,72
SESMARIA	48000.003696/97-31	1.700,63	1.019.718,00
SIRIRIZINHO	48000.003862/97-16	27.906,09	968.789,98
SOCORRO	48000.003697/97-01	214,50	10.422,19
SOCORRO EXTENSAO	48000.003698/97-66	-	868.173,00

SUDOESTE URUCU	48000.003873/97-24	3.330,40	4.427.000,00
SUL DE CORURIFE	48000.003863/97-71	279,95	7.058,03
SUSSUARANA	48000.003699/97-29	6,81	115.616,00
TABULEIRO DOS MARTINS	48000.003864/97-33	1.195,47	36.380,00
TANGARA	48610.009488/2003	262,79	1.313,92
TAQUIPE	48000.003700/97-14	11.051,73	-
TARTARUGA	48000.003835/97-35	589,00	44.000,00
TLD(1-PTX-3-RN)	48610.009503/03	62,12	-
TRES MARIAS	48000.003832/97-47	387,25	1.548,91
TRILHA	48000.003708/97-18	1.488,90	387.027,46
UBARANA	48000.003782/97-71	13.379,17	30.527.900,26
UIRAPURU	48610.003899/2000	1.036,16	102.076,80
UPANEMA	48000.003833/97-18	1.052,56	386.648,82
VARGINHA	48610.004002/98	1.027,19	206.869,55
VARZEA REDONDA	48000.003790/97-07	-	11.987,09
VERMELHO	48000.003713/97-58	61.167,69	1.795.764,00
VIOLA	48000.003734/97-28	29.951,67	1.288.008,86
VOADOR	48000.003704/97-67	47.234,00	3.383.643,00
XAREU	48000.003778/97-01	12.257,05	1.196.999,99
Total		8.808.796,44	1.233.429.713,31

VOLUME DE ÓLEO E GÁS PRODUZIDO EM TERRA POR ESTADO E MUNICÍPIO

UF	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (m³)	
		PETRÓLEO	GÁS NATURAL
AL	COQUEIRO SECO-AL	23,40	472,02
	CORURIFE-AL	279,95	7.058,03
	JEQUIA DA PRAIA-AL	-	597.258,41
	MACEIO-AL	1.195,47	36.380,00
	MARECHAL DEODORO-AL	3.077,22	2.389.660,58
	PILAR-AL	14.855,35	23.825.882,04
	RIO LARGO-AL	567,42	1.098.228,21
	ROTEIRO-AL	39,51	1.394,64
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	14.691,04	32.293.554,83
	SATUBA-AL	4.273,41	1.666.887,29
	TOTAL-AL	39.002,77	61.916.776,05
AM	COARI-AM	168.458,00	57.768.281,05
	TOTAL-AM	168.458,00	57.768.281,05
BA	ALAGOINHAS-BA	25.332,85	1.555.997,38
	ARACAS-BA	18.259,76	2.899.033,75
	CAMACARI-BA	-	169.759,27
	CANDEIAS-BA	7.987,30	18.248.030,25
	CARDEAL DA SILVA-BA	6.432,66	935.826,34
	CATU-BA	14.674,74	6.221.145,34
	CONDE-BA	158,18	1.581,80
	ENTRE RIOS-BA	16.871,87	2.138.034,94
	ESPLANADA-BA	57.084,28	2.838.478,80
	ITANAGRA-BA	1.897,63	1.077.547,50
	ITAPARICA-BA	110,91	110,91
	MATA DE SAO JOAO-BA	6.271,61	12.331.937,55
	POJUCA-BA	34.337,80	68.895.237,63
	SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	2.365,18	2.521.801,22
	SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	20.325,17	10.082.176,86
	SATIRO DIAS-BA	766,21	9.581.695,48
	SIMOES FILHO-BA	-	1.370.762,00
	TOTAL-BA	212.876,15	140.869.157,02
CE	ARACATI-CE	5.051,19	30.386,76
	ICAPUI-CE	2.515,90	12.706,91
	TOTAL-CE	7.567,09	43.093,67
ES	CONCEICAO DA BARRA-ES	795,29	78.288,22
	JAGUARE-ES	50.657,09	2.265.916,91
	LINHARES-ES	17.977,32	3.205.660,78
	SAO MATEUS-ES	10.906,61	1.841.002,81
	TOTAL-ES	80.336,31	7.390.868,72
RN	ACU-RN	13.725,59	57.732,45
	ALTO DO RODRIGUES-RN	21.183,54	115.024,77
	APODI-RN	10.734,87	2.637.000,01
	AREIA BRANCA-RN	33.807,76	7.129.434,01
	CARAUBAS-RN	5.732,61	1.438.100,73
	CARNAUBAIS-RN	6.367,43	54.672,15
	FELIPE GUERRA-RN	10.435,46	2.938.000,00
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	11.887,51	6.037.220,47
	GUAMARE-RN	764,71	-
	MACAU-RN	22.205,26	215.922,18
	MOSSORO-RN	101.938,30	529.246,78
	PEDRO AVELINO-RN	4,66	18,64
	PENDENCIAS-RN	14.903,99	157.034,51
	PORTO DO MANGUE-RN	28,40	28,35
	SERRA DO MEL-RN	2.744,88	196.814,07
	UPANEMA-RN	5.915,90	1.641.686,74
	TOTAL-RN	262.380,87	23.147.935,86
SE	ARACAJU-SE	49,74	4,92
	AREIA BRANCA-SE	213,58	548,70
	BREJO GRANDE-SE	1.143,30	-
	CAPELA-SE	606,61	20.127,07
	CARMOPOLIS-SE	54.909,21	1.350.460,42
	DIVINA PASTORA-SE	22.705,37	1.490.678,27
	GENERAL MAYNARD-SE	320,07	32.729,84
	JAPARATUBA-SE	55.106,99	1.965.065,59
	MARUIM-SE	3.892,16	624.803,68
	PIRAMBU-SE	371,60	5.202,35

	RIACHUELO-SE	4.679,42	13.574,57
	ROSARIO DO CATETE-SE	10.311,03	929.662,86
	SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	1.292,44	218.046,97
	SAO CRISTOVAO-SE	211,64	129.797,01
	SIRIRI-SE	13.579,01	444.053,51
	TOTAL-SE	169.392,17	7.224.755,76
	Total	940.013,36	298.360.868,13

ANEXO II

ROYALTIES

Beneficiários		Valor (R\$)			
		Royalties até 5%	Royalties excedentesa 5%	Total	Acumulado 2007
ESTADOS		114.293.444,58	82.061.630,39	196.355.074,97	377.003.700,10
MUNICIPIOS		126.857.766,98	91.802.134,75	218.659.901,73	420.844.002,12
FUNDO ESPECIAL		28.437.688,92	20.864.740,16	49.302.429,08	94.290.249,33
COMANDO DA MARINHA		56.875.377,86	41.729.480,33	98.604.858,19	188.580.498,74
MCT		-	78.819.329,12	78.819.329,12	150.987.112,05
TOTAL		326.464.278,34	315.277.314,75	641.741.593,09	1.231.705.562,34
ALAGOAS		2.128.194,53	1.319.933,17	3.448.127,70	6.862.625,59
AMAZONAS		5.824.324,17	4.294.472,20	10.118.796,37	19.808.706,75
BAHIA		8.144.967,31	5.335.909,54	13.480.876,85	26.352.460,14
CEARA		657.094,26	442.956,72	1.100.050,98	2.150.538,48
ESPIRITO SANTO		5.711.987,21	4.294.163,21	10.006.150,42	19.291.420,09
PARANA		212.071,66	111.337,62	323.409,28	633.320,59
RIO DE JANEIRO		78.827.356,65	57.519.925,97	136.347.282,61	260.635.690,87
RIO GRANDE DO NORTE		7.985.166,87	5.420.890,14	13.406.057,01	25.736.569,71
SÃO PAULO		274.880,27	144.312,14	419.192,41	830.910,23
SERGIPE		4.527.401,66	3.177.729,68	7.705.131,34	14.701.457,65
TOTAL		114.293.444,58	82.061.630,39	196.355.074,97	377.003.700,10
UF	Quantidade				
AL	52	1.999.569,29	615.728,62	2.615.297,91	4.870.092,96
AM	18	1.772.285,04	1.721.342,03	3.493.627,07	7.800.664,02
AP	3	-	15.691,26	15.691,26	38.965,92
BA	195	5.532.204,86	3.196.214,92	8.728.419,78	18.063.942,10
CE	82	2.505.341,93	433.974,35	2.939.316,28	4.534.059,80
ES	78	6.874.031,93	3.831.036,48	10.705.068,41	20.004.277,10
MG	1	568.753,77	-	568.753,77	1.087.819,50
PA	17	-	88.917,14	88.917,14	220.806,88
PB	2	1.136.967,54	-	1.136.967,54	2.175.099,00
PE	6	2.415.854,08	-	2.415.854,08	5.809.112,95
PR	37	212.071,43	111.337,61	323.409,04	633.320,17
RJ	79	85.178.959,10	68.144.472,26	153.323.431,36	294.872.535,16
RN	93	8.014.053,24	3.025.499,50	11.039.552,74	20.916.379,75
RS	5	2.291.645,06	532.276,71	2.823.921,77	5.386.269,34
SC	6	1.106.967,59	1.458.501,86	2.565.469,45	4.255.921,12
SE	75	5.798.234,57	1.908.665,14	7.706.899,71	14.218.725,59
SP	66	1.450.827,55	6.718.476,87	8.169.304,42	15.956.010,76
TOTAL	815	126.857.766,98	91.802.134,75	218.659.901,73	420.844.002,12

ROYALTIES POR MUNICÍPIO

BENEFICIÁRIOS		VALOR (R\$)			
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2007
ANADIA-AL	AL	850,26	-	850,26	1.665,87
ATALAIA-AL	AL	1.098,26	-	1.098,26	2.151,76
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	743,98	-	743,98	1.457,64
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
BOCA DA MATA-AL	AL	956,55	-	956,55	1.874,11
BRANQUINHA-AL	AL	743,98	-	743,98	1.457,64
CAJUEIRO-AL	AL	885,69	-	885,69	1.735,28
CAMPESTRE-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
CAMPO ALEGRE-AL	AL	1.098,26	-	1.098,26	2.151,76
CAPELA-AL	AL	885,69	-	885,69	1.735,28
CHA PRETA-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	850,26	-	850,26	1.665,87
COQUEIRO SECO-AL	AL	905,26	126,88	1.032,14	2.034,43
CORURIFE-AL	AL	1.149.188,97	63.626,18	1.212.815,15	2.067.267,77
FELIZ DESERTO-AL	AL	25.716,49	35.247,67	60.964,16	119.443,49
FLEXEIRAS-AL	AL	743,98	-	743,98	1.457,64
IBATEGUARA-AL	AL	814,84	-	814,84	1.596,46
IGREJA NOVA-AL	AL	921,12	-	921,12	1.804,70
JACUIPE-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
JAPARATINGA-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
JEQUIA DA PRAIA-AL	AL	3.219,48	1.024,83	4.244,31	4.991,95
JOAQUIM GOMES-AL	AL	921,12	-	921,12	1.804,70
JUNDIA-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
JUNQUEIRO-AL	AL	921,12	-	921,12	1.804,70
MACEIO-AL	AL	80.372,15	20.840,59	101.212,74	197.376,43
MARAGOGI-AL	AL	921,12	-	921,12	1.804,70
MARECHAL DEODORO-AL	AL	105.250,58	93.994,41	199.244,99	389.127,75
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	956,55	-	956,55	1.874,11
MESSIAS-AL	AL	743,98	-	743,98	1.457,64





MURICI-AL	AL	956,55	-	956,55	1.874,11
NOVO LINO-AL	AL	743,98	-	743,98	1.457,64
PARIPUEIRA-AL	AL	708,55	10.730,61	11.439,16	20.516,23
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	779,41	-	779,41	1.527,05
PENEDO-AL	AL	1.169,12	-	1.169,12	2.290,58
PIACABUCU-AL	AL	850,26	-	850,26	1.665,87
PILAR-AL	AL	222.079,80	142.601,64	364.681,44	698.573,03
PINDOBA-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
PORTO CALVO-AL	AL	921,12	-	921,12	1.804,70
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	743,98	-	743,98	1.457,64
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	885,69	-	885,69	1.735,28
RIO LARGO-AL	AL	10.382,59	5.942,69	16.325,28	31.930,13
ROTEIRO-AL	AL	1.043,37	215,96	1.259,33	2.481,83
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	743,98	-	743,98	1.457,64
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	921,12	-	921,12	1.804,70
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	991,98	-	991,98	1.943,52
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	323.184,32	214.023,41	537.207,73	1.127.005,56
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	AL	708,55	-	708,55	1.388,22
SATUBA-AL	AL	43.188,33	27.353,75	70.542,08	142.084,76
TEOTONIO VILELA-AL	AL	1.062,83	-	1.062,83	2.082,34
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	1.169,12	-	1.169,12	2.290,58
VICOSA-AL	AL	956,55	-	956,55	1.874,11
ALAGOAS TOTAL		1.999.569,29	615.728,62	2.615.297,91	4.870.092,96
ANAMA-AM	AM	-	2.013,76	2.013,76	4.258,15
ANORI-AM	AM	-	2.013,76	2.013,76	4.258,15
AUTAZES-AM	AM	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
BERURI-AM	AM	-	2.013,76	2.013,76	4.258,15
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
CAREIRO-AM	AM	-	2.013,76	2.013,76	4.258,15
COARI-AM	AM	1.732.918,80	1.595.969,57	3.328.888,37	6.538.923,11
CODAJAS-AM	AM	-	2.013,76	2.013,76	4.258,15
IRANDUBA-AM	AM	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
ITACOATIARA-AM	AM	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
ITAPIRANGA-AM	AM	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
MANACAPURU-AM	AM	-	2.013,76	2.013,76	4.258,15
MANAQUIRI-AM	AM	-	2.013,76	2.013,76	4.258,15
MANAUS-AM	AM	39.366,24	64.202,33	103.568,57	1.115.036,07
PARINTINS-AM	AM	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
SILVES-AM	AM	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
URUCARA-AM	AM	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
URUCURITUBA-AM	AM	-	5.230,45	5.230,45	12.988,67
AMAZONAS TOTAL		1.772.285,04	1.721.342,03	3.493.627,07	7.800.664,02
LARANJAL DO JARI-AP	AP	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
MACAPA-AP	AP	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
MAZAGAO-AP	AP	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
AMAPA TOTAL		-	15.691,26	15.691,26	38.965,92
ACAJUTIBA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
ADUSTINA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
AGUA FRIA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
AIQUARA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
ALAGOINHAS-BA	BA	278.539,69	147.973,06	426.512,75	809.158,23
AMARGOSA-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
ANAGE-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
ANGUERA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
ANTAS-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
APORA-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
APUAREMA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
ARACAS-BA	BA	230.249,61	107.995,78	338.245,39	653.964,84
ARACI-BA	BA	91,18	-	91,18	171,55
ARAMARI-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
ARATUIPE-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
BAIXA GRANDE-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
BANZAE-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
BARRA DO CHOCA-BA	BA	91,18	-	91,18	171,55
BARROCAS-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
BELO CAMPO-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
BIRITINGA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
BOA NOVA-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
BREJOES-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
CAATIBA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
CACHOEIRA-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
CAEM-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
CAETANOS-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
CAMACARI-BA	BA	790,40	383,47	1.173,87	2.071,24
CANDEAL-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
CANDEIAS-BA	BA	215.571,82	232.312,71	447.884,53	946.809,20
CANDIDO SALES-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
CANSANCAO-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
CANUDOS-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75

CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
CAPIM GROSSO-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	125.108,58	36.582,21	161.690,79	323.450,56
CASTRO ALVES-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
CATU-BA	BA	212.768,77	118.646,09	331.414,86	651.397,98
CICERO DANTAS-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
CIPO-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	97,06	-	97,06	182,62
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
CONDE-BA	BA	1.360,29	828,06	2.188,35	2.255,76
CORACAO DE MARIA-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
CORONEL JOAO SA-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
CRAVOLANDIA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
CRISOPOLIS-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	94,12	-	94,12	177,09
DARIO MEIRA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
DIAS D'AVILA-BA	BA	91,18	-	91,18	171,55
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
ELISIO MEDRADO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
ENCRUZILHADA-BA	BA	85,30	-	85,30	160,49
ENTRE RIOS-BA	BA	214.604,55	138.882,92	353.487,47	687.884,61
ESPLANADA-BA	BA	541.122,58	349.427,49	890.550,07	2.850.660,74
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	94,12	-	94,12	177,09
FATIMA-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	117,65	-	117,65	221,36
GAVIAO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
GLORIA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
HELIOPOLIS-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
IACU-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
IBIQUERA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
ICHU-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
INHAMBUPE-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
IPECAETA-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
IPIRA-BA	BA	97,06	-	97,06	182,62
IRAJUBA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
IRARA-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
ITABERABA-BA	BA	97,06	-	97,06	182,62
ITAGI-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
ITAMBE-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
ITANAGRA-BA	BA	88.976,57	14.761,78	103.738,35	207.618,56
ITAPARICA-BA	BA	2.929,73	117.627,89	120.557,62	254.501,29
ITAPETINGA-BA	BA	97,06	-	97,06	182,62
ITAPICURU-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
ITAQUARA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
ITARANTIM-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
ITATIM-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
ITIRUCU-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
ITIUBA-BA	BA	85,30	-	85,30	160,49
JACOBINA-BA	BA	102,94	-	102,94	193,69
JAGUAQUARA-BA	BA	91,18	-	91,18	171,55
JAGUARIBE-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
JANDAIRA-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
JEQUIE-BA	BA	117,65	-	117,65	221,36
JEREMOABO-BA	BA	85,30	-	85,30	160,49
JQUIRICA-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
JITAUNA-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
LAJE-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
LAJEDINHO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
LAMARAO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
LAURO DE FREITAS-BA	BA	111,77	-	111,77	210,29
MACAJUBA-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
MACARANI-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
MADRE DE DEUS-BA	BA	1.177.584,53	538.148,28	1.715.732,81	3.140.717,60

MAIQUINIQUE-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
MAIRI-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
MANOEL VITORINO-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
MARACAS-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
MARAGOGIPE-BA	BA	91,18	-	91,18	171,55
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
MATA DE SAO JOAO-BA	BA	172.401,15	76.359,25	248.760,40	499.492,50
MIGUEL CALMON-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
MILAGRES-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
MIRANTE-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
MONTE SANTO-BA	BA	94,12	-	94,12	177,09
MUNDO NOVO-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
MURITIBA-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
MUTUIPE-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
NAZARE-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
NORDESTINA-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
NOVA CANAA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
NOVA FATIMA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67



NOVA ITARANA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
NOVA SOURE-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
NOVO TRIUNFO-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
OLINDINA-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
OURICANGAS-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
OUROLANDIA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
PARIPIRANGA-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
PAULO AFONSO-BA	BA	108,83	-	108,83	204,76
PE DE SERRA-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
PEDRAO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
PINTADAS-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
PIRITIBA-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
PLANALTINO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
PLANALTO-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
POCOES-BA	BA	91,18	-	91,18	171,55
POJUCA-BA	BA	645.607,36	515.488,35	1.161.095,71	2.390.882,49
QUEIMADAS-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
QUIJINGUE-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
QUIXABEIRA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
RETIROLANDIA-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	91,18	-	91,18	171,55
RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
RIO REAL-BA	BA	85,30	-	85,30	160,49
RUY BARBOSA-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	1.709,36	117.386,31	119.095,67	251.722,73
SALVADOR-BA	BA	3.255,94	117.386,31	120.642,25	254.632,61
SANTA BARBARA-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
SANTA BRIGIDA-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
SANTA INES-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
SANTA TERESINHA-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
SANTALUZ-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
SANTANOPOLIS-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
SANTO AMARO-BA	BA	2.686,15	117.386,31	120.072,46	253.560,55
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	102,94	-	102,94	193,69
SANTO ESTEVAO-BA	BA	91,18	-	91,18	171,55
SAO DOMINGOS-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
SAO FELIPE-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
SAO FELIX-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	BA	1.207.853,24	138.543,92	1.346.397,16	2.349.755,07
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	61,76	-	61,76	116,21
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	276.209,64	166.989,17	443.198,81	977.852,17
SAPEACU-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
SATIRO DIAS-BA	BA	44.221,46	22.516,94	66.738,40	125.198,27
SAUBARA-BA	BA	1.709,36	117.386,31	119.095,67	251.722,73
SERRA PRETA-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
SERRINHA-BA	BA	100,00	-	100,00	188,15
SERROLANDIA-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
SIMOES FILHO-BA	BA	74.249,98	3.202,31	77.452,29	154.748,29
SITIO DO QUINTO-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
TANQUINHO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
TAPIRAMUTA-BA	BA	70,59	-	70,59	132,81
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
TEOFILANDIA-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
TERRA NOVA-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
TUCANO-BA	BA	94,12	-	94,12	177,09
UAUA-BA	BA	79,41	-	79,41	149,41
UBAIRA-BA	BA	76,47	-	76,47	143,88
VALENTE-BA	BA	73,53	-	73,53	138,35
VARZEA DA ROCA-BA	BA	64,71	-	64,71	121,75
VARZEA DO POÇO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
VARZEA NOVA-BA	BA	67,65	-	67,65	127,28
VARZEDO-BA	BA	58,82	-	58,82	110,67
VERA CRUZ-BA	BA	82,35	-	82,35	154,95
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	117,65	-	117,65	221,36
BAHIA TOTAL		5.532.204,86	3.196.214,92	8.728.419,78	18.063.942,10
ACARAU-CE	CE	2.788,82	-	2.788,82	5.403,29
ALCANTARAS-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
AMONTADA-CE	CE	58.213,27	70.769,30	128.982,57	254.346,98
APIAIRES-CE	CE	1.917,31	-	1.917,31	3.714,76
AQUIRAZ-CE	CE	-	7.748,19	7.748,19	12.288,10
ARACATI-CE	CE	666.558,66	14.856,30	681.414,96	1.313.627,82
ARARENDA-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
BARROQUINHA-CE	CE	1.917,31	-	1.917,31	3.714,76
BELA CRUZ-CE	CE	2.440,22	-	2.440,22	4.727,88
CAMOCIM-CE	CE	2.788,82	-	2.788,82	5.403,29
CANINDE-CE	CE	2.963,12	-	2.963,12	5.740,99
CARIDADE-CE	CE	2.004,46	-	2.004,46	3.883,61
CARIRE-CE	CE	2.178,77	-	2.178,77	4.221,32
CARNAUBAL-CE	CE	2.004,46	-	2.004,46	3.883,61

CATUNDA-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
CAUCAIA-CE	CE	-	7.748,19	7.748,19	12.288,10
CHAVAL-CE	CE	1.917,31	-	1.917,31	3.714,76
COREAU-CE	CE	2.178,77	-	2.178,77	4.221,32
CRATEUS-CE	CE	2.963,12	-	2.963,12	5.740,99
CROATA-CE	CE	2.091,61	-	2.091,61	4.052,46
CRUZ-CE	CE	2.178,77	-	2.178,77	4.221,32
FORQUILHA-CE	CE	2.091,61	-	2.091,61	4.052,46
FORTALEZA-CE	CE	119.344,59	10.330,93	129.675,52	204.293,03
FRECHEIRINHA-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
GENERAL SAMPAIO-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
GRACA-CE	CE	2.004,46	-	2.004,46	3.883,61
GRANJA-CE	CE	2.788,82	-	2.788,82	5.403,29
GROAIRAS-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	2.527,37	-	2.527,37	4.896,73
HIDROLANDIA-CE	CE	2.091,61	-	2.091,61	4.052,46
HORIZONTE-CE	CE	140,81	-	140,81	140,81
IBIAPINA-CE	CE	2.265,92	-	2.265,92	4.390,18
ICAPUI-CE	CE	83.250,36	14.402,66	97.653,02	195.044,92
INDEPENDENCIA-CE	CE	2.353,07	-	2.353,07	4.559,03
IPAPORANGA-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
IPU-CE	CE	2.614,52	-	2.614,52	5.065,58
IPUEIRAS-CE	CE	2.614,52	-	2.614,52	5.065,58
IRAUCUBA-CE	CE	2.178,77	-	2.178,77	4.221,32
ITAPAGE-CE	CE	2.701,67	-	2.701,67	5.234,44
ITAPIOCA-CE	CE	72.264,75	67.788,38	140.053,13	268.090,04
ITAREMA-CE	CE	56.205,91	50.886,35	107.092,26	206.304,20
JJOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	1.917,31	-	1.917,31	3.714,76
MARACANAU-CE	CE	1.134.330,83	-	1.134.330,83	1.134.330,83
MARCO-CE	CE	2.265,92	-	2.265,92	4.390,18
MARTINOPOL-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
MASSAPE-CE	CE	2.440,22	-	2.440,22	4.727,88
MERUOCA-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
MIRAIMA-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	2.091,61	-	2.091,61	4.052,46
MORAUJO-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
MORRINHOS-CE	CE	2.091,61	-	2.091,61	4.052,46
MUCAMBO-CE	CE	1.917,31	-	1.917,31	3.714,76
NOVA RUSSAS-CE	CE	2.440,22	-	2.440,22	4.727,88
NOVO ORIENTE-CE	CE	2.353,07	-	2.353,07	4.559,03
PACAJUS-CE	CE	47.051,33	-	47.051,33	47.051,33
PACUIA-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
PARACURU-CE	CE	54.198,56	83.226,55	137.425,11	274.210,44
PARAIPABA-CE	CE	2.353,07	3.776,95	6.130,02	11.775,33
PARAMOTI-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
PENTECOSTE-CE	CE	2.527,37	-	2.527,37	4.896,73
PIRES FERREIRA-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
PORANGA-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	2.178,77	-	2.178,77	4.221,32
RERIUTABA-CE	CE	2.265,92	-	2.265,92	4.390,18
SANTA QUITERIA-CE	CE	2.701,67	-	2.701,67	5.234,44
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	2.353,07	-	2.353,07	4.559,03
SAO BENEDITO-CE	CE	2.614,52	-	2.614,52	5.065,58
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	CE	2.527,37	-	2.527,37	4.896,73
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
SENADOR SA-CE	CE	1.743,01	-	1.743,01	3.377,05
SOBRAL-CE	CE	3.486,03	-	3.486,03	6.754,12
TAMBORIL-CE	CE	2.353,07	-	2.353,07	4.559,03
TEJUCUOCA-CE	CE	1.917,31	-	1.917,31	3.714,76
TIANGUA-CE	CE	2.875,97	-	2.875,97	5.572,14
TRAIRI-CE	CE	62.227,98	102.440,55	164.668,53	311.192,06
TURURU-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
UBAJARA-CE	CE	2.353,07	-	2.353,07	4.559,03
UMIRIM-CE	CE	2.091,61	-	2.091,61	4.052,46
URUBURETAMA-CE	CE	2.091,61	-	2.091,61	4.052,46
URUOCA-CE	CE	1.830,16	-	1.830,16	3.545,90
VARJOTA-CE	CE	2.091,61	-	2.091,61	4.052,46
VICOSA DO CEARA-CE	CE	2.701,67	-	2.701,67	5.234,44
CEARA TOTAL		2.505.341,93	433.974,35	2.939.316,28	4.534.059,80
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	26.578,71	-	26.578,71	50.411,04
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	20.163,16	-	20.163,16	38.242,86
AGUIA BRANCA-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
ALEGRE-ES	ES	25.662,21	-	25.662,21	48.672,73
ALFREDO CHAVES-ES	ES	20.163,16	-	20.163,16	38.242,86
ALTO RIO NOVO-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
ANCHIETA-ES	ES	200.724,71	-	200.724,71	380.708,47
APIACA-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
ARACRUZ-ES	ES	200.724,71	1.458.429,63	1.659.154,34	3.251.640,94
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
BAIXO GUANDU-ES	ES	24.745,70	-	24.745,70	46.934,42
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	ES	27.495,23	-	27.495,23	52.149,36
BOA ESPERANCA-ES	ES	20.163,16	-	20.163,16	38.242,86
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
BREJETUBA-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ES	36.660,30	-	36.660,30	69.532,48





CARIACICA-ES	ES	36.660,30	-	36.660,30	69.532,48
CASTELO-ES	ES	26.578,71	-	26.578,71	50.411,04
COLATINA-ES	ES	33.910,77	-	33.910,77	64.317,54
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	99.198,06	19.649,37	118.847,43	232.133,75
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	25.662,21	-	25.662,21	48.672,73
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
ECOPORANGA-ES	ES	23.829,19	-	23.829,19	45.196,10
FUNDAO-ES	ES	20.163,16	406.024,80	426.187,96	837.406,54
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
GUACUI-ES	ES	24.745,70	-	24.745,70	46.934,42
GUARAPARI-ES	ES	32.994,27	-	32.994,27	62.579,23
IBATIBA-ES	ES	22.912,69	-	22.912,69	43.457,80
IBIRACU-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
IBITIRAMA-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
ICONHA-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
IRUPI-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
ITAGUACU-ES	ES	21.079,67	-	21.079,67	39.981,17
ITAPEMIRIM-ES	ES	224.811,68	74.163,60	298.975,28	500.557,09
ITARANA-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
IUNA-ES	ES	24.745,70	-	24.745,70	46.934,42
JAGUARE-ES	ES	401.874,87	167.887,72	569.762,59	1.156.949,06
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
JOAO NEIVA-ES	ES	21.079,67	-	21.079,67	39.981,17
LANANIA DA TERRA-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
LINHARES-ES	ES	1.615.164,01	335.637,88	1.950.801,89	3.462.793,74
MANTENOPOLIS-ES	ES	20.163,16	-	20.163,16	38.242,86
MARATAIZES-ES	ES	25.662,21	10.586,87	36.249,08	59.259,60
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	20.163,16	-	20.163,16	38.242,86
MARILANDIA-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
MIMOSO DO SUL-ES	ES	24.745,70	-	24.745,70	46.934,42
MONTANHA-ES	ES	21.996,18	-	21.996,18	41.719,49
MUCURICI-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
MUNIZ FREIRE-ES	ES	22.912,69	-	22.912,69	43.457,80
MUQUI-ES	ES	20.163,16	-	20.163,16	38.242,86
NOVA VENECIA-ES	ES	28.411,73	-	28.411,73	53.887,67
PANCAS-ES	ES	23.829,19	-	23.829,19	45.196,10
PEDRO CANARIO-ES	ES	23.829,19	-	23.829,19	45.196,10
PINHEIROS-ES	ES	23.829,19	-	23.829,19	45.196,10
PIUMA-ES	ES	21.079,67	-	21.079,67	39.981,17
PONTO BELO-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	160.579,77	600.143,34	760.723,11	1.378.407,77
RIO BANANAL-ES	ES	21.996,18	-	21.996,18	41.719,49
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	20.163,16	-	20.163,16	38.242,86
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	25.662,21	-	25.662,21	48.672,73
SANTA TERESA-ES	ES	23.829,19	-	23.829,19	45.196,10
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	24.745,70	-	24.745,70	46.934,42
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
SAO MATEUS-ES	ES	1.545.684,38	95.951,06	1.641.635,44	2.927.303,29
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	19.246,65	-	19.246,65	36.504,54
SERRA-ES	ES	289.043,58	662.562,21	951.605,79	1.852.317,03
SOORETAMA-ES	ES	22.912,69	-	22.912,69	43.457,80
VARGEM ALTA-ES	ES	21.996,18	-	21.996,18	41.719,49
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	ES	21.996,18	-	21.996,18	41.719,49
VIANA-ES	ES	29.328,24	-	29.328,24	55.625,98
VILA PAVAO-ES	ES	18.330,15	-	18.330,15	34.766,24
VILA VALERIO-ES	ES	20.163,20	-	20.163,20	38.242,90
VILA VELHA-ES	ES	321.159,54	-	321.159,54	609.133,56
VITORIA-ES	ES	321.159,54	-	321.159,54	609.133,56
ESPIRITO SANTO TOTAL		6.874.031,93	3.831.036,48	10.705.068,41	20.004.277,10
JUIZ DE FORA-MG	MG	568.753,77	-	568.753,77	1.087.819,50
MINAS GERAIS TOTAL		568.753,77	-	568.753,77	1.087.819,50
AFUA-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
ALENQUER-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
ALMEIRIM-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
ANAJAS-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
BREVES-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
CHAVES-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
CURUA-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
FARO-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
GURUPA-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
JURUTI-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
MELGACO-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
MONTE ALEGRE-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
OBIDOS-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
PORTO DE MOZ-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
PRAINHA-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
SANTAREM-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
TERRA SANTA-PA	PA	-	5.230,42	5.230,42	12.988,64
PARA TOTAL		-	88.917,14	88.917,14	220.806,88
PEDRAS DE FOGO-PB	PB	568.213,77	-	568.213,77	1.087.279,50
SANTA RITA-PB	PB	568.753,77	-	568.753,77	1.087.819,50

PARAIBA TOTAL		1.136.967,54	-	1.136.967,54	2.175.099,00
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	PE	615.799,82	-	615.799,82	1.179.304,75
CAMARAGIBE-PE	PE	568.636,18	-	568.636,18	1.087.701,91
JABOATAO DOS GUARARAPES-PE	PE	47.046,48	-	47.046,48	91.461,13
PAULISTA-PE	PE	568.688,53	-	568.688,53	2.315.871,81
RECIFE-PE	PE	47.051,33	-	47.051,33	47.051,33
VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	PE	568.631,74	-	568.631,74	1.087.722,02
PERNAMBUCO TOTAL		2.415.854,08	-	2.415.854,08	5.809.112,95
ADRIANOPOLIS-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
AGUDOS DO SUL-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
ALMIRANTE TAMANDARE-PR	PR	3.217,94	-	3.217,94	6.301,58
ANTONINA-PR	PR	2.234,68	-	2.234,68	4.376,09
ARAUCARIA-PR	PR	3.217,94	-	3.217,94	6.301,58
BALSA NOVA-PR	PR	1.877,13	-	1.877,13	3.675,92
BOCAIUVA DO SUL-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	PR	2.592,23	-	2.592,23	5.076,27
CAMPO DO TENENTE-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
CAMPO LARGO-PR	PR	3.217,94	-	3.217,94	6.301,58
CAMPO MAGRO-PR	PR	2.324,07	-	2.324,07	4.551,14
CERRO AZUL-PR	PR	2.145,29	-	2.145,29	4.201,05
COLOMBO-PR	PR	3.575,49	-	3.575,49	7.001,75
CONTENDA-PR	PR	1.966,52	-	1.966,52	3.850,96
CURITIBA-PR	PR	3.575,49	-	3.575,49	7.001,75
DOUTOR ULYSSES-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
FAZENDA RIO GRANDE-PR	PR	2.949,78	-	2.949,78	5.776,45
GUARAQUECABA-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
GUARATUBA-PR	PR	63.621,49	55.668,81	119.290,30	233.601,85
ITAPERUCU-PR	PR	2.234,68	-	2.234,68	4.376,09
LAPA-PR	PR	2.771,01	-	2.771,01	5.426,36
MANDIRITUBA-PR	PR	2.145,29	-	2.145,29	4.201,05
MATINHOS-PR	PR	63.621,49	45.628,38	109.249,87	213.940,04
MORRETES-PR	PR	2.055,91	-	2.055,91	4.026,01
PARANAGUA-PR	PR	3.396,72	185,15	3.581,87	7.014,24
PIEN-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
PINHAIS-PR	PR	3.307,33	-	3.307,33	6.476,62
PIRAQUARA-PR	PR	3.128,55	-	3.128,55	6.126,53
PONTAL DO PARANA-PR	PR	2.055,91	9.855,27	11.911,18	23.325,22
PORTO AMAZONAS-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
QUATRO BARRAS-PR	PR	2.145,29	-	2.145,29	4.201,05
QUITANDINHA-PR	PR	2.055,91	-	2.055,91	4.026,01
RIO BRANCO DO SUL-PR	PR	2.502,84	-	2.502,84	4.901,22
RIO NEGRO-PR	PR	2.502,84	-	2.502,84	4.901,22
SAO JOSE DOS PINHAIS-PR	PR	3.575,49	-	3.575,49	7.001,75
TIJUCAS DO SUL-PR	PR	1.966,52	-	1.966,52	3.850,96
TUNAS DO PARANA-PR	PR	1.787,74	-	1.787,74	3.500,87
PARANA TOTAL		212.071,43	111.337,61	323.409,04	633.320,17
ANGRA DOS REIS-RJ	RJ	1.106.967,59	1.585.289,02	2.692.256,61	4.967.644,99
APERIBE-RJ	RJ	257.089,90	-	257.089,90	486.857,15
ARARUAMA-RJ	RJ	462.761,83	-	462.761,83	876.342,88
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	RJ	2.401.896,35	1.233.593,61	3.635.489,96	6.953.112,53
ARRAIAL DO CABO-RJ	RJ	334.216,87	27.806,37	362.023,24	686.507,89
BARRA MANSA-RJ	RJ	568.753,77	-	568.753,77	1.087.819,50
BELFORD ROXO-RJ	RJ	683.744,29	-	683.744,29	1.312.843,28
BOM JARDIM-RJ	RJ	334.216,87	-	334.216,87	632.914,29
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	372.780,36	-	372.780,36	705.942,87
CABO FRIO-RJ	RJ	3.650.882,47	6.883.637,94	10.534.520,41	20.205.447,96
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	753.394,03	-	753.394,03	1.440.190,21
CAMBUCI-RJ	RJ	295.653,39	-	295.653,39	559.885,73
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	3.843.034,18	30.327.330,08	34.170.364,26	65.203.669,87
CANTAGALO-RJ	RJ	321.362,37	-	321.362,37	608.571,43
CARAPEBUS-RJ	RJ	1.921.517,08	534.117,31	2.455.634,39	4.681.118,54
CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	282.798,90	-	282.798,90	535.542,88
CARMO-RJ	RJ	295.653,39	-	295.653,39	559.885,73
CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	2.497.972,21	1.656.174,58	4.154.146,79	7.963.060,03
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	321.362,37	-	321.362,37	608.571,43
CORDEIRO-RJ	RJ	321.362,37	-	321.362,37	608.571,43
DUAS BARRAS-RJ	RJ	269.944,40	-	269.944,40	511.200,01
DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	1.076.277,19	206.659,20	1.282.936,39	2.285.924,33
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	RJ	634.594,39	-	634.594,39	1.239.133,86
GUAPIMIRIM-RJ	RJ	807.207,89	206.659,20	1.013.867,09	1.771.570,67
IGUABA GRANDE-RJ	RJ	295.653,39	-	295.653,39	559.885,73
ITABORAI-RJ	RJ	683.744,26	206.659,20	890.403,46	1.541.352,95
ITAGUAI-RJ	RJ	615.369,84	-	615.369,84	1.181.558,90
ITALVA-RJ	RJ	282.798,90	-	282.798,90	535.542,88
ITAOCARA-RJ	RJ	334.216,87	-	334.216,87	632.914,29
ITAPERUNA-RJ	RJ	462.761,83	-	462.761,83	876.342,88
JAPERI-RJ	RJ	1.184.123,61	-	1.184.123,61	2.269.378,40
LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	257.089,90	-	257.089,90	486.857,15
MACAE-RJ	RJ	16.872.438,91	8.066.920,87	24.939.359,78	48.161.399,98
MACUCO-RJ	RJ	257.089,90	-	257.089,90	486.857,15
MAGE-RJ	RJ	968.649,47	206.659,20	1.175.308,67	2.080.182,87
MANGARATIBA-RJ	RJ	461.527,39	1.188.966,77	1.650.494,16	3.217.251,26
MARICA-RJ	RJ	598.276,23	-	598.276,23	1.148.737,82
MEENDES-RJ	RJ	692.284,78	-	692.284,78	1.351.782,38
MESQUITA-RJ	RJ	683.744,26	-	683.744,26	1.312.843,22



MIGUEL PEREIRA-RJ	RJ	1.047.031,02	-	1.047.031,02	2.345.790,56	LAGOA NOVA-RN	RN	4.489,80	-	4.489,80	9.050,79
MIRACEMA-RJ	RJ	347.071,38	-	347.071,38	657.257,17	LUCRECIA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
NATIVIDADE-RJ	RJ	295.653,39	-	295.653,39	559.885,73	LUIS GOMES-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
NILOPOLIS-RJ	RJ	683.744,26	-	683.744,26	1.312.843,22	MACAIBA-RN	RN	615.799,82	-	615.799,82	1.179.304,75
NITEROI-RJ	RJ	4.812.823,88	206.659,20	5.019.483,08	9.492.648,86	MACAU-RN	RN	1.423.070,79	417.020,15	1.840.090,94	3.336.291,71
NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	514.179,80	-	514.179,80	973.714,30	MAJOR SALES-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
NOVA IGUACU-RJ	RJ	1.140.753,25	-	1.140.753,25	2.668.781,15	MARCELINO VIEIRA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
PARACAMBI-RJ	RJ	529.901,80	-	529.901,80	1.017.453,50	MARTINS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
PARATI-RJ	RJ	-	1.188.966,77	1.188.966,77	2.331.082,07	MESSIAS TARGINO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
PATY DO ALFERES-RJ	RJ	1.760.785,21	-	1.760.785,21	2.423.052,96	MOSSORO-RN	RN	941.823,32	747.473,83	1.689.297,15	3.363.577,80
PETROPOLIS-RJ	RJ	514.179,80	-	514.179,80	973.714,30	OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
PIRAI-RJ	RJ	568.753,77	-	568.753,77	1.087.819,50	OURO BRANCO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
PORCIUNCULA-RJ	RJ	295.653,39	-	295.653,39	559.885,73	PARANA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
QUEIMADOS-RJ	RJ	649.557,06	-	649.557,06	1.247.201,08	PARAU-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
QUISSAMA-RJ	RJ	2.113.668,79	4.646.960,70	6.760.629,49	12.781.473,72	PARELHAS-RN	RN	5.102,05	-	5.102,05	10.284,99
RIO BONITO-RJ	RJ	411.343,84	-	411.343,84	778.971,44	PATU-RN	RN	4.285,72	-	4.285,72	8.639,39
RIO DAS FLORES-RJ	RJ	537.988,99	-	537.988,99	1.545.247,89	PAU DOS FERROS-RN	RN	5.510,21	-	5.510,21	11.107,79
RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	2.882.275,63	7.655.488,64	10.537.764,27	20.183.193,33	PEDRO AVELINO-RN	RN	4.115,85	15,90	4.131,75	8.326,36
RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	5.988.622,17	826.636,86	6.815.259,03	14.987.708,90	PENDENCIAS-RN	RN	182.916,46	84.509,59	267.426,05	512.245,26
SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	269.944,40	-	269.944,40	511.200,01	PILOES-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	385.634,86	-	385.634,86	730.285,74	PORTALEGRE-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAO FIDELIS-RJ	RJ	385.634,86	-	385.634,86	730.285,74	PORTO DO MANGUE-RN	RN	131.072,96	196.709,61	327.782,57	653.547,04
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	398.489,35	-	398.489,35	754.628,60	RAFAEL FERNANDES-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAO GONCALO-RJ	RJ	683.744,26	206.659,20	890.403,46	1.541.352,95	RAFAEL GODEIRO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	2.594.048,06	1.082.627,54	3.676.675,60	7.021.748,45	RIACHO DA CRUZ-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	683.744,26	-	683.744,26	1.312.843,22	RIACHO DE SANTANA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	257.089,90	-	257.089,90	486.857,15	RODOLFO FERNANDES-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	321.362,37	-	321.362,37	608.571,43	SANTANA DO SERIDO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	424.198,35	-	424.198,35	803.314,32	SAO FERNANDO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	257.089,90	-	257.089,90	486.857,15	SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SAQUAREMA-RJ	RJ	411.343,84	-	411.343,84	778.971,44	SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SEROPEDICA-RJ	RJ	581.182,63	-	581.182,63	1.115.916,75	SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
SILVA JARDIM-RJ	RJ	699.580,17	-	699.580,17	1.337.319,48	SAO MIGUEL-RN	RN	5.306,13	-	5.306,13	10.696,39
SUMIDOURO-RJ	RJ	295.653,39	-	295.653,39	559.885,73	SAO RAFAEL-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
TANGUA-RJ	RJ	461.527,39	-	461.527,39	886.169,19	SAO VICENTE-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
TERESOPOLIS-RJ	RJ	501.325,32	-	501.325,32	949.371,47	SERRA DO MEL-RN	RN	94.357,14	17.853,10	112.210,24	225.012,93
TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	269.944,40	-	269.944,40	511.200,01	SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
VARRE-SAI-RJ	RJ	257.089,98	-	257.089,98	486.857,31	SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
VASSOURAS-RJ	RJ	912.376,26	-	912.376,26	1.908.136,81	SEVERIANO MELO-RN	RN	4.285,72	-	4.285,72	8.639,39
VOLTA REDONDA-RJ	RJ	568.753,72	-	568.753,72	1.087.819,45	TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
RIO DE JANEIRO TOTAL		85.178.959,10	68.144.472,26	153.323.431,36	294.872.535,16	TENENTE ANANIAS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
ACARI-RN	RN	4.285,72	-	4.285,72	8.639,39	TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
ACU-RN	RN	175.931,13	72.175,89	248.107,02	485.239,02	TIBAU-RN	RN	62.038,62	12.544,68	74.583,30	150.843,30
AFONSO BEZERRA-RN	RN	4.285,72	-	4.285,72	8.639,39	TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
AGUA NOVA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
ALEXANDRIA-RN	RN	4.489,80	-	4.489,80	9.050,79	UMARIZAL-RN	RN	4.285,72	-	4.285,72	8.639,39
ALMINO AFONSO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	UPANEMA-RN	RN	121.972,01	60.329,88	182.301,89	348.102,23
ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	228.548,02	90.680,51	319.228,53	601.389,46	VENHA-VER-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
ANTONIO MARTINS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	VICOSA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99
APODI-RN	RN	166.213,65	78.226,60	244.440,25	438.420,87	RIO GRANDE DO NORTE TOTAL		8.014.053,24	3.025.499,50	11.039.552,74	20.916.379,75
AREIA BRANCA-RN	RN	426.256,02	324.644,07	750.900,09	1.476.124,70	CANOAS-RS	RS	568.753,77	-	568.753,77	1.087.819,50
AUGUSTO SEVERO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	CIDREIRA-RS	RS	-	159.683,01	159.683,01	355.466,89
BARAUNA-RN	RN	5.102,05	-	5.102,05	10.284,99	IMBE-RS	RS	123,88	159.683,01	159.806,89	355.590,77
CAICO-RN	RN	6.734,71	-	6.734,71	13.576,19	OSORIO-RS	RS	615.799,82	-	615.799,82	1.179.304,75
CARAUBAS-RN	RN	123.875,39	42.627,52	166.502,91	314.203,75	TRAMANDAI-RS	RS	1.106.967,59	212.910,69	1.319.878,28	2.408.087,43
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	RIO GRANDE DO SUL TOTAL		2.291.645,06	532.276,71	2.823.921,77	5.386.269,34
CARNAUBAIS-RN	RN	119.770,40	22.375,89	142.146,29	279.316,03	ARAQUARI-SC	SC	-	190.621,14	190.621,14	303.167,18
CERRO CORA-RN	RN	4.285,72	-	4.285,72	8.639,39	BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	-	151.618,84	151.618,84	264.164,88
CORONEL JOAO PESSOA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	GARUVA-SC	SC	-	190.621,14	190.621,14	303.167,18
CRUZETA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	ITAPOA-SC	SC	-	151.618,84	151.618,84	264.164,88
CURRAIS NOVOS-RN	RN	6.326,54	-	6.326,54	12.753,39	JOINVILLE-SC	SC	-	190.621,14	190.621,14	303.167,18
DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	1.106.967,59	583.400,76	1.690.368,35	2.818.089,82
ENCANTO-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	SANTA CATARINA TOTAL		1.106.967,59	1.458.501,86	2.565.469,45	4.255.921,12
EQUADOR-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
FELIPE GUERRA-RN	RN	160.998,24	67.447,89	228.446,13	429.705,99	AQUIDABA-SE	SE	3.688,01	-	3.688,01	7.031,17
FLORANIA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	ARACAJU-SE	SE	1.285.580,18	507.762,75	1.793.342,93	3.169.519,05
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	ARAUA-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	AREIA BRANCA-SE	SE	4.765,57	885,32	5.650,89	10.670,19
GALINHOS-RN	RN	4.081,64	69.546,99	73.628,63	133.359,33	BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	65.619,87	177.827,98	243.447,85	470.851,41
GOIANINHA-RN	RN	615.799,82	-	615.799,82	1.179.304,75	BOQUIM-SE	SE	3.983,05	-	3.983,05	7.593,66
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	RN	191.077,36	99.448,81	290.526,17	555.347,63	BREJO GRANDE-SE	SE	79.109,85	5.661,41	84.771,26	166.017,08
GROSSOS-RN	RN	62.038,62	69.695,31	131.733,93	264.903,36	CAMPO DO BRITO-SE	SE	3.392,97	-	3.392,97	6.468,67
GUAMARE-RN	RN	1.243.434,42	552.173,28	1.795.607,70	3.191.580,44	CANHOBIA-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
IELMO MARINHO-RN	RN	615.799,82	-	615.799,82	1.179.304,75	CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	SE	3.540,49	-	3.540,49	6.749,92
IPANGUACU-RN	RN	4.285,72	-	4.285,72	8.639,39	CAPELA-SE	SE	7.972,46	2.573,17	10.545,63	19.508,47
IPUEIRA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	CARIRA-SE	SE	3.540,49	-	3.540,49	6.749,92
ITAJA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	CARMOPOLIS-SE	SE	1.536.916,19	431.176,70	1.968.092,89	3.696.740,24
ITAU-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
JANDAIRA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	CRISTINAPOLIS-SE	SE	3.392,97	-	3.392,97	6.468,67
JANDUIS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	CUMBE-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	4.285,72	-	4.285,72	8.639,39	DIVINA PASTORA-SE	SE	223.887,96	125.158,29	349.046,25	670.750,11
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	4.489,80	-	4.489,80	9.050,79	ESTANCIA-SE	SE	4.868,18	-	4.868,18	9.281,15
JOAO DIAS-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	FEIRA NOVA-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
JOSE DA PENHA-RN	RN	4.081,64	-	4.081,64	8.227,99	FREI PAULO-SE	SE	3.097,93	-	3.097,93	5.906,18
JUCURUTU-RN	RN	4.897,97	-	4.897,97	9.873,59	GARARU-SE	SE	3.097,93	-	3.097,93	5.906,18





GENERAL MAYNARD-SE	SE	5.148,25	1.648,38	6.796,63	12.489,55
GRACHO CARDOSO-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
ILHA DAS FLORES-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
INDIAROBA-SE	SE	3.245,45	-	3.245,45	6.187,43
ITABAIANA-SE	SE	5.163,22	-	5.163,22	9.843,64
ITABAIANINHA-SE	SE	4.278,09	-	4.278,09	8.156,15
ITABI-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	73.822,35	155.335,33	229.157,68	437.064,69
JAPARATUBA-SE	SE	434.380,32	299.213,42	733.593,74	1.428.168,35
JAPOATA-SE	SE	3.245,45	-	3.245,45	6.187,43
LAGARTO-SE	SE	5.310,74	-	5.310,74	10.124,89
LARANJEIRAS-SE	SE	3.835,53	-	3.835,53	7.312,41
MACAMBIRA-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
MALHADOR-SE	SE	3.097,93	-	3.097,93	5.906,18
MARUIM-SE	SE	99.830,54	25.049,99	124.880,53	252.906,35
MOITA BONITA-SE	SE	3.097,93	-	3.097,93	5.906,18
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	SE	3.097,93	-	3.097,93	5.906,18
MURIBECA-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
NEOPOLIS-SE	SE	3.688,01	-	3.688,01	7.031,17
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	SE	3.983,05	-	3.983,05	7.593,66
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	SE	3.835,53	-	3.835,53	7.312,41
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	SE	5.753,30	-	5.753,30	10.968,63
PACATUBA-SE	SE	57.417,38	9.801,36	67.218,74	127.715,19
PEDRA MOLE-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
PEDRINHAS-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
PINHAO-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
PIRAMBU-SE	SE	1.232.883,50	15.253,87	1.248.137,37	2.134.824,74
POCO REDONDO-SE	SE	3.983,05	-	3.983,05	7.593,66
POCO VERDE-SE	SE	3.688,01	-	3.688,01	7.031,17
PORTO DA FOLHA-SE	SE	3.983,05	-	3.983,05	7.593,66
PRÓPRIA-SE	SE	3.983,05	-	3.983,05	7.593,66
RIACHAO DO DANTAS-SE	SE	3.688,01	-	3.688,01	7.031,17
RIACHUELO-SE	SE	33.030,98	19.401,97	52.432,95	106.810,23
RIBEIROPOLIS-SE	SE	3.392,97	-	3.392,97	6.468,67
ROSARIO DO CATETE-SE	SE	142.121,86	62.595,29	204.717,15	388.059,61
SALGADO-SE	SE	3.688,01	-	3.688,01	7.031,17
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	3.245,45	-	3.245,45	6.187,43
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	SE	81.179,16	6.796,14	87.975,30	169.926,95
SAO CRISTOVAO-SE	SE	75.862,74	1.550,64	77.413,38	152.669,97
SAO DOMINGOS-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
SAO FRANCISCO-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
SIMAO DIAS-SE	SE	4.425,61	-	4.425,61	8.437,40
SIRIRI-SE	SE	161.027,99	60.973,13	222.001,12	427.162,89
TELHA-SE	SE	2.950,41	-	2.950,41	5.624,93
TOBIAS BARRETO-SE	SE	4.573,14	-	4.573,14	8.718,66
TOMAR DO GERU-SE	SE	3.245,45	-	3.245,45	6.187,43
UMBAUBA-SE	SE	3.688,01	-	3.688,01	7.031,17
SERGIPE TOTAL		5.798.234,57	1.908.665,14	7.706.899,71	14.218.725,59
ARUJA-SP	SP	1.431,51	-	1.431,51	2.837,50
BARRA DO TURVO-SP	SP	867,58	-	867,58	1.719,69
BARUERI-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
BERTIOGA-SP	SP	53.080,32	1.388.503,75	1.441.584,07	2.877.073,65
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	1.171,24	-	1.171,24	2.321,59
CAIEIRAS-SP	SP	1.474,89	-	1.474,89	2.923,48
CAJAMAR-SP	SP	1.388,13	-	1.388,13	2.751,51
CAJATI-SP	SP	1.214,62	-	1.214,62	2.407,58
CANANEIA-SP	SP	41.705,97	70.630,11	112.336,08	222.669,10
CARAGUATATUBA-SP	SP	-	1.314.821,73	1.314.821,73	2.625.809,26
CARAPICUIBA-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
COTIA-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
CUBATAO-SP	SP	70.141,86	8,41	70.150,27	139.041,43
DIADEMA-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
ELDORADO-SP	SP	997,72	-	997,72	1.977,65
EMBU-GUACU-SP	SP	1.431,51	-	1.431,51	2.837,50
EMBU-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	SP	1.691,79	-	1.691,79	3.353,41
FRANCISCO MORATO-SP	SP	1.691,79	-	1.691,79	3.353,41
FRANCO DA ROCHA-SP	SP	1.605,03	-	1.605,03	3.181,44
GUARAREMA-SP	SP	1.127,86	-	1.127,86	2.235,61
GUARUJA-SP	SP	1.735,17	8,41	1.743,58	3.447,81
GUARULHOS-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
IGUAPE-SP	SP	1.171,24	-	1.171,24	2.321,59
ILHA COMPRIDA-SP	SP	867,58	-	867,58	1.719,69
ILHABELA-SP	SP	-	1.314.821,73	1.314.821,73	2.625.809,26
ITANHAEM-SP	SP	1.474,89	-	1.474,89	2.923,48
ITAPECERICA DA SERRA-SP	SP	1.691,79	-	1.691,79	3.353,41
ITAPEVI-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
ITARIRI-SP	SP	954,34	-	954,34	1.891,66

JACUPIRANGA-SP	SP	1.041,10	-	1.041,10	2.063,63
JANDIRA-SP	SP	1.561,65	-	1.561,65	3.095,45
JUQUIA-SP	SP	1.127,86	-	1.127,86	2.235,61
JUQUITIBA-SP	SP	1.171,24	-	1.171,24	2.321,59
MAIRIPORA-SP	SP	1.431,51	-	1.431,51	2.837,50
MAUA-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
MIRACATU-SP	SP	1.127,86	-	1.127,86	2.235,61
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
MONGAGUA-SP	SP	1.258,00	-	1.258,00	2.493,56
OSASCO-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
PARQUERA-ACU-SP	SP	1.041,10	-	1.041,10	2.063,63
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	867,58	-	867,58	1.719,69
PERUIBE-SP	SP	1.388,13	-	1.388,13	2.751,51
PINDAMONHANGABA-SP	SP	26,92	-	26,92	26,92
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	954,34	-	954,34	1.891,66
POA-SP	SP	1.561,65	-	1.561,65	3.095,45
PRAIA GRANDE-SP	SP	13.744,01	8,41	13.752,42	27.251,36
REGISTRO-SP	SP	1.388,13	-	1.388,13	2.751,51
RIBEIRAO PIRES-SP	SP	1.605,03	-	1.605,03	3.181,44
RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	1.301,37	-	1.301,37	2.579,54
SALESOPOLIS-SP	SP	997,72	-	997,72	1.977,65
SANTA ISABEL-SP	SP	1.344,75	-	1.344,75	2.665,53
SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	1.518,27	-	1.518,27	3.009,47
SANTO ANDRE-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
SANTOS-SP	SP	1.862,02	22,43	1.884,45	3.588,68
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	1.691,79	-	1.691,79	3.353,41
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	954,34	-	954,34	1.891,66
SAO PAULO-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
SAO SEBASTIAO-SP	SP	1.177.225,28	2.629.643,48	3.806.868,76	7.250.301,01
SAO VICENTE-SP	SP	13.744,01	8,41	13.752,42	27.251,36
SETE BARRAS-SP	SP	954,34	-	954,34	1.891,66
SUZANO-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
TABOAO DA SERRA-SP	SP	1.735,17	-	1.735,17	3.439,40
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	SP	1.258,00	-	1.258,00	2.493,56
SAO PAULO TOTAL		1.450.827,55	6.718.476,87	8.169.304,42	15.956.010,76

Nº 577 - O DIRETOR da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCÔM-BUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso II, da Portaria MME n.º 215, de 1º de julho de 1998, em atendimento às determinações do Ofício n.º 069/2002, de 08 de maio de 2002, do Tribunal de Contas da União, e tendo em vista o que consta do Processo TC n.º 002.102/2001-8, torna público o volume de petróleo e gás natural produzido em Janeiro de 2007 por campo e produção desagregada por Estado e Município (ANEXO I); a relação dos Estados, Municípios e Órgãos Federais indenizados a título de Royalties; os respectivos valores creditados em 20 de Março de 2007, mês de competência Janeiro de 2007 (ANEXO II).

VICTOR DE SOUZA MARTINS

ANEXO I

PRODUÇÃO POR CAMPO

Nome do Campo	N.º Contrato de Concessão	Petróleo (m³)	Gás Natural (m³)
AGUA GRANDE	48000.003629/97-43	18.871,54	9.927.869,18
AGUILHADA	48000.003842/97-09	311,92	4.366,75
AGULHA	48000.003779/97-66	1.203,29	163.200,66
ALBACORA	48000.003703/97-02	588.033,60	69.385.595,00
ALBACORA LESTE	48000.003895/97-67	764.426,40	80.801.967,03
ALTO DO RODRIGUES	48000.003784/97-04	16.113,56	104.002,98
ANAMBE	48610.003892/2000	10.423,50	1.916.067,99
ANEQUIM	48000.003730/97-77	6.045,90	878.343,49
ANGELIM	48000.003843/97-63	239,96	1.148,77
ANGICO	48000.003484/97-62	64,91	764,02
APRAIUS	48000.003630/97-22	119,94	30.342,37
ARABAIANA	48000.003913/97-47	2.366,99	13.448.143,32
ARACAS	48000.003631/97-95	16.633,03	1.716.577,70
ARATU	48000.003632/97-58	-	1.164.370,00
ARATUM	48000.003780/97-45	1.905,37	29.605,81
ARUARI	48000.003844/97-26	68,37	341,83
ASA BRANCA	48000.003482/97-37	1.785,31	1.354.092,77
ATALAIA SUL	48000.003845/97-99	99,36	400,00
ATUM	48000.003775/97-13	8.183,66	4.184.000,00
BADEJO	48000.003705/97-20	5.903,58	1.970.100,22
BAGRE	48000.003726/97-08	358,57	25.668,17
BAIXA DO ALGODAO	48000.003785/97-69	3.810,66	22.207,42
BARRA DO IPIRANGA	48000.003756/97-61	73,35	1.326.407,58
BARRACUDA	48000.003897/97-92	763.635,00	54.354.644,00
BARRINHA	48000.003786/97-21	38,59	2.701,29
BENFICA	48610.004003/98	1.729,14	591.876,31
BICUDO	48000.003717/97-17	59.013,94	4.556.024,18
BIJUPIRA	48000.003709/97-81	75.742,78	4.896.863,00
BIRIBA	48000.003672/97-72	68,56	2.173.610,00
BOA ESPERANCA	48000.003787/97-94	4.915,21	1.148.266,53
BOA VISTA	48000.003788/97-57	3.681,10	2.873.824,26
BONITO	48000.003718/97-71	31.966,23	15.120.533,43
BONSUCESSO	48000.003658/97-41	712,18	7.293,43
BREJINHO	48000.003636/97-17	254,14	6.849,56
BREJINHO	48000.003789/97-10	5.363,85	1.464.908,00
BREJO GRANDE	48000.003846/97-51	879,73	-
BURACICA	48000.003635/97-46	22.974,39	136.365,91
BURIZINHO	48610.009231/2002	52,09	550,00
CACAO	48000.003735/97-91	1.102,15	93.000,00



CACHOEIRINHA	48000.003791/97-61	655,02	718.562,64	LAGOA VERDE	48000.003663/97-81	-	31.050,00
CAIOBA	48000.003836/97-06	439,03	22.720.994,00	LAMARAO	48000.003664/97-44	61,21	1.473.285,40
CAMORIM	48000.003837/97-61	8.983,36	5.465.871,19	LEODORIO	48000.003665/97-15	69,71	4.322,00
CAMPO GRANDE	48000.003737/97-16	260,73	38.182,29	LESTE DE POÇO XAVIER	48610.004000/98	2.211,86	532.328,20
CANABRAVA	48000.003637/97-71	118,03	1.298,33	LESTE DO URUCU	48000.003627/97-18	99.004,50	32.941.110,00
CANARIO	48610.003899/2000	1.857,12	58.017,00	LINGUADO	48000.003706/97-92	19.093,40	-
CANDEIAS-Mar	48000.003638/97-34	1.384,87	479.902,82	LIVRAMENTO	48000.003805/97-74	5.160,71	682.437,33
CANDEIAS-Terra	48000.003638/97-34	6.568,33	2.722.285,95	LORENA	48000.003807/97-08	3.536,05	5.515.875,68
CANTA GALO	48000.003639/97-05	120,46	1.551.897,02	MACAU	48000.003808/97-62	104,40	1.127,30
CANTO DO AMARO	48000.003792/97-24	117.614,47	471.283,76	MALHADO	48000.003716/97-46	21.843,34	1.924.533,84
CARAPEBA	48000.003711/97-22	126.875,60	2.836.944,01	MALOMBE	48000.003666/97-70	1.299,39	16.576,28
CARATINGA	48000.003898/97-55	645.531,00	45.130.237,03	MANATI	48000.003518/97-82	-	29.380.043,00
CARMOPOLIS	48000.003847/97-14	116.938,49	4.430.137,94	MANDACARU	48000.003667/97-32	270,62	1.318.262,00
CARVALHO	48610.009491/2003	34,06	851,30	MARIMBA	48000.003732/97-01	211.002,78	31.820.746,66
CASSARONGONGO	48000.003640/97-86	5.462,79	299.260,43	MARIRICU	48000.003758/97-96	164,07	14.979,49
CASTANHAL	48000.003848/97-87	1.626,38	16.263,70	MARIRICU NORTE	48000.003760/97-38	28,14	1.139,62
CEXIS	48000.003641/97-49	1.616,88	8.465.097,99	MARIRICU OESTE	48000.003759/97-59	16,27	488,10
CHERNE	48000.003727/97-62	93.019,64	4.389.044,50	MARLIM	48000.003723/97-10	1.636.886,89	137.289.691,69
CIDADE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003850/97-29	312,12	12.711.284,00	MARLIM SUL	48000.003724/97-74	838.005,11	92.652.860,38
CIDADE ENTRE RIOS	48000.003642/97-10	5.307,95	142.890,05	MASSAPE	48000.003668/97-03	5.465,60	5.581.395,12
CONCEICAO	48000.003702/97-31	27,39	4.528.704,20	MASSUI	48000.003669/97-68	163,08	546.990,59
CONGRO	48000.003714/97-11	13.066,88	1.952.467,90	MATA DE SAO JOAO	48000.003670/97-47	2.932,15	856.902,32
COQUEIRO SECO	48000.003851/97-91	69,95	1.410,81	MATO GROSSO	48000.003857/97-78	7.814,71	1.560.767,22
CORAL	48000.003924/97-63	13.574,00	2.540.000,00	MERLUZA	48000.003866/97-69	5.792,00	29.810.000,02
CORREGO CEDRO NORTE	48000.003738/97-89	530,14	16.499,91	MIRANGA	48000.003673/97-35	16.008,57	58.383.177,96
CORREGO CEDRO SUL	48610.009492/2003	19,26	1.925,74	MIRANGA NORTE	48000.003676/97-23	334,94	389.865,00
CORREGO DAS PEDRAS	48000.003739/97-41	198,78	8.979,67	MONTE ALEGRE	48000.003809/97-25	3.135,04	32.037,23
CORREGO DOURADO	48000.003740/97-21	377,41	8.155,53	MORRINHO	48000.003810/97-12	2.109,06	1.709.994,94
CORVINA	48000.003715/97-83	21.641,23	1.494.356,92	MOSSORO	48000.003811/97-77	1.641,24	1.641,23
CURIMA	48000.003776/97-78	6.916,77	959.999,99	NAMORADO	48000.003728/97-25	160.977,67	26.478.141,89
DOM JOAO	48000.003644/97-37	2.629,68	21.037,22	NATIVO OESTE	48000.003761/97-09	259,02	6.584,86
DOM JOAO MAR	48000.003645/97-08	-	1.483.759,00	NO DO MORRO ROSADO	48000.003812/97-30	23,82	23,74
DOURADO	48000.003838/97-23	3.381,53	1.326.542,01	NORTE FAZENDA CARUACU	48000.003677/97-96	924,82	2.216.570,32
ENCHOVA	48000.003719/97-34	45.189,63	12.396.627,37	OESTE DE UBARANA	48000.003910/97-59	1.911,92	1.914.147,00
ENCHOVA OESTE	48000.003720/97-13	18.882,75	2.836.354,21	PAJEU	48000.003813/97-01	3.326,38	22.823,84
ESPADA	48000.003777/97-31	13.476,90	881.000,00	PAMPO	48000.003707/97-55	122.793,70	7.018.419,00
ESPADARTE	48000.003899/97-18	116.839,05	7.507.750,86	PARATI	48000.003731/97-30	978,97	96.719,29
ESTREITO	48000.003793/97-97	24.828,51	98.875,11	PARGO	48000.003712/97-95	26.851,05	1.413.377,01
FAZENDA ALEGRE	48000.003742/97-56	53.613,00	1.274.842,12	PARU	48000.003840/97-75	1.777,70	12.861.000,00
FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	48610.004004/98	95,33	598.980,88	PEDRA SENTADA	48610.004001/98	3,50	66.573,64
FAZENDA ALVORADA	48000.003646/97-62	4.960,24	38.972,36	PEDRINHAS	48000.003678/97-59	-	82.059,77
FAZENDA AZEVEDO	48000.003647/97-25	240,49	5.758,30	PEROÁ	48000.003903/97-93	2.634,97	25.732.630,01
FAZENDA BALSAMO	48000.003648/97-98	18.765,57	607.409,18	PESCADA	48000.003912/97-84	4.122,83	20.225.613,68
FAZENDA BELEM	48000.003649/97-51	594,23	107.747,40	PILAR	48000.003859/97-01	21.070,10	27.651.538,16
FAZENDA BELEM	48000.003795/97-12	8.552,55	54.529,79	PINTASSILGO	48610.003901/2000	1.250,49	1.250,48
FAZENDA BOA ESPERANCA	48000.003650/97-30	7.865,61	644.290,10	PIRAUNA	48000.003733/97-65	33.237,22	1.847.849,49
FAZENDA CANAAN	48000.003796/97-85	617,94	617,91	POCO VERDE	48000.003814/97-65	648,44	648,42
FAZENDA CEDRO	48000.003743/97-19	687,39	57.605,92	POCO XAVIER	48000.003815/97-28	572,65	128.675,64
FAZENDA CEDRO NORTE	48000.003745/97-44	695,93	28.130,79	POJUCA	48000.003679/97-11	31,92	797,99
FAZENDA CURRAL	48000.003797/97-48	487,53	19.616,31	PONTA DO MEL	48000.003816/97-91	1.217,85	1.091.899,68
FAZENDA IMBE	48000.003651/97-01	2.555,90	2.125.935,61	PORTO CARAO	48000.003817/97-53	985,80	8.141,28
FAZENDA IMBE	48610.008012/2004	49,10	2.110,00	QUERERA	48000.003894/97-02	398,57	4.036.743,46
FAZENDA JUNCO	48000.003915/97-72	282,44	16.946,40	REDONDA	48000.003818/97-16	365,21	365,03
FAZENDA MALAQUIAS	48000.003798/97-19	2.721,60	4.600,50	REDONDA PROFUNDO	48000.003819/97-89	4.138,16	15.623,64
FAZENDA MATINHA	48000.003891/97-14	-	267.293,80	REMANSO	48000.003671/97-18	2.266,03	3.047.854,57
FAZENDA ONCA	48000.003652/97-65	67,82	14.242,20	RIACHO DA BARRA	48000.003682/97-26	5.339,22	580.111,41
FAZENDA PANELAS	48000.003653/97-28	345,52	1.984.291,96	RIACHO DA FORQUILHA	48000.003821/97-21	12.183,48	2.642.847,72
FAZENDA PAU BRASIL	48000.003852/97-54	128,86	32.200,00	RIACHO OURICURI	48000.003683/97-99	2.033,65	36.885,46
FAZENDA POCINHO	48000.003799/97-73	16.010,47	178.197,04	RIACHO SAO PEDRO	48000.003684/97-51	-	1.587.940,00
FAZENDA QUEIMADAS	48000.003744/97-81	994,95	32.295,30	RIACHUELO	48000.003860/97-82	12.974,00	38.478,43
FAZENDA RIO BRANCO	48000.003654/97-91	360,20	23.773,22	RIO BARRA SECA	48000.003765/97-51	84,98	1.312.140,00
FAZENDA SANTA LUZIA	48000.003746/97-15	3.522,33	861.599,97	RIO DA SERRA	48000.003685/97-14	130,07	462,83
FAZENDA SANTA ROSA	48000.003883/97-88	384,22	1.669.928,80	RIO DO BU	48000.003686/97-87	9.651,16	76.405,47
FAZENDA SANTO ESTEVAO	48000.003655/97-53	1.150,86	18.413,78	RIO DOS OVOS	48000.003687/97-40	707,80	16.580,63
FAZENDA SAO JORGE	48000.003747/97-70	3.430,72	68.617,03	RIO IBIRIBAS	48000.003749/97-03	32,90	657,99
FAZENDA SAO RAFAEL	48000.003750/97-84	7.993,43	1.617.500,00	RIO ITARIRI	48000.003688/97-11	1.349,64	10.074,49
FAZENDA SORI	48000.003884/97-41	-	123.187,58	RIO ITAUNAS	48000.003766/97-14	909,13	78.236,77
FURADO	48000.003854/97-80	4.935,67	8.362.190,82	RIO JOANES	48000.003890/97-43	-	19.368,73
GAROUPA	48000.003721/97-86	21.771,00	2.781.793,95	RIO MARIRICU	48000.003768/97-40	324,30	98.216,65
GAROUPINHA	48000.003722/97-49	4.405,18	224.823,34	RIO MOSSORO	48000.003824/97-19	189,24	15.139,18
GOLFINHO	48000.003535/97-00	259.804,20	45.257.392,99	RIO PIPIRI	48000.003674/97-06	0,53	11.012,03
GOMO	48000.003656/97-16	195,22	6.964,63	RIO POJUCA	48000.003689/97-75	1.376,39	134.774,95
GUAMARE	48000.003800/97-51	1.808,78	-	RIO PRETO	48000.003769/97-11	1.098,06	30.036,87
GUARICEMA	48000.003839/97-96	16.836,62	1.100.848,92	RIO PRETO OESTE	48000.003770/97-91	1.355,10	49.928,23
GURIRI	48000.003751/97-47	186,56	3.507,20	RIO PRETO SUL	48000.003771/97-54	1.353,85	24.961,03
ICAPUI	48000.003801/97-13	119,18	595,88	RIO SAO MATEUS	48000.003772/97-17	329,84	46.783,72
ILHA BIMBARRA	48000.003657/97-89	-	305.782,00	RIO SAUIPE	48000.003690/97-54	100,28	2.005,58
ILHA PEQUENA	48000.003855/97-42	197,92	152.756,01	RIO SUBAUMA	48000.003691/97-17	193,20	1.813,08
INHAMBU	48610.010735/2001	311,67	4.547,19	RIO URUCU	48000.003628/97-81	70.495,71	23.819.295,98
ITAPARICA	48000.003659/97-12	84,42	84,42	RONCADOR	48000.003901/97-68	442.630,00	42.097.348,02
JACANA	48610.009225/2002	1.682,88	45.152,29	SALEMA	48000.003710/97-60	58.926,36	6.279.877,00
JACUIPE	48000.003660/97-93	18,40	4.879.170,00	SALGO	48000.003841/97-38	2.250,90	91.269,00
JANDAIA	48610.009488/2003	17.589,14	1.777.674,14	SALINA CRISTAL	48000.003825/97-81	14.310,50	136.917,96
JANDUI	48000.003802/97-86	26,82	670,49	SANTANA	48000.003692/97-80	219,50	17.560,34
JEQUIA	48000.003856/97-13	56,51	1.977,97	SAO DOMINGOS	48000.003693/97-42	128,20	1.025,60
JUAZEIRO	48000.003803/97-49	46,83	9.412,29	SAO MATEUS	48000.003773/97-80	2.392,94	306.341,71
JUBARTE	48000.003560/97-49	95.177,00	4.249.850,00	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003861/97-45	481,01	10.662.025,00
LAGOA AROEIRA	48000.003804/97-10	257,00	5.139,97	SAO PEDRO	48000.003694/97-13	303,82	74.785,99
LAGOA BONITA	48000.003748/97-32	43,35	866,99	SERIEMA	48610.007984/2004	383,84	57.576,00
LAGOA DO PAULO	48610.009231/2002	238,56	2.790,00	SERRA	48000.003781/97-16	21.108,41	504.559,40
LAGOA DO PAULO NORTE	48610.009231/2002	593,78	19.350,00	SERRA DO MEL	48000.003828/97-70	85,44	26.828,16
LAGOA DO PAULO SUL	48610.009231/2002	12,22	420,00	SERRA VERMELHA	48000.003829/97-32	36,31	36,27
LAGOA PARDA	48000.003752/97-18	3.027,10	414.946,95	SERRARIA	48000.003830/97-11	2.271,57	10.008,14
LAGOA PARDA NORTE	48000.003754/97-35	144,61	46.000,00	SESMARIA	48000.003696/97-31	1.792,18	1.113.437,00
LAGOA PARDA SUL	48000.003753/97-72	18,88	3.553,04	SIRIRIZINHO	48000.003862/97-16	27.586,62	957.249,96
LAGOA PIABANHA	48000.003755/97-06	71,11	14.607,60	SOCORRO	48000.003697/97-01	186,73	8.970,60





SOCORRO EXTENSÃO	48000.003698/97-66	-	864.292,10
SUDOESTE URUCU	48000.003873/97-24	2.228,79	2.725.000,00
SUL DE CORURIFE	48000.003863/97-71	262,90	6.628,24
SUSSUARANA	48000.003699/97-29	1,87	71.840,00
TABULAIÁ	48610.007986/2004	165,69	4.142,07
TABULEIRO DOS MARTINS	48000.003864/97-33	1.373,97	41.392,00
TANGARA	48610.009488/2003	266,92	1.334,50
TAQUIPE	48000.003700/97-14	10.972,65	-
TARTARUGA	48000.003835/97-35	620,90	46.688,00
TLD(1-PTX-3-RN)	48610.009503/03	9,90	-
TRES MARIAS	48000.003832/97-47	436,11	1.744,38
TRILHA	48000.003708/97-18	1.480,72	338.632,84
UBARANA	48000.003782/97-71	12.539,34	31.867.652,33
UIRAPURU	48610.003899/2000	972,87	95.844,00
UPANEMA	48000.003833/97-18	1.019,24	305.860,20
VARGINHA	48610.004002/98	964,42	628.473,17
VERMELHO	48000.003713/97-58	58.508,23	1.724.452,98
VIOLA	48000.003734/97-28	27.540,74	1.291.169,72
VOADOR	48000.003704/97-67	49.362,00	2.956.926,00
XAREU	48000.003778/97-01	12.023,67	934.000,00
Total		8.557.364,31	1.216.075.895,09

VOLUME DE ÓLEO E GÁS PRODUZIDO EM TERRA POR ESTADO E MUNICÍPIO

UF	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (m³)	
		PETRÓLEO	GÁS NATURAL
AL	COQUEIRO SECO-AL	69,95	1.410,81
	CORURIFE-AL	262,90	6.628,24
	JEQUIÁ DA PRAIA-AL	-	296.622,50
	MACEIO-AL	1.373,97	41.392,00
	MARECHAL DEODORO-AL	3.108,62	2.604.252,96
	PILAR-AL	13.671,18	22.599.253,85
	RIO LARGO-AL	563,73	1.071.273,25
	ROTEIRO-AL	56,51	1.977,97
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	16.281,16	33.387.145,31
	SATUBA-AL	3.726,57	1.376.758,10
	TOTAL-AL	39.114,59	61.386.714,99
AM	COARI-AM	171.729,00	59.485.405,98
	TOTAL-AM	171.729,00	59.485.405,98
BA	ALAGOINHAS-BA	24.351,04	5.369.274,06
	ARACAS-BA	18.663,17	3.470.557,24
	CAMACARI-BA	-	123.187,58
	CANDEIAS-BA	7.536,17	12.901.538,28
	CARDEAL DA SILVA-BA	5.982,69	861.490,12
	CATU-BA	14.262,04	5.855.848,73
	CONDE-BA	103,21	1.032,09
	ENTRE RIOS-BA	17.254,74	2.793.206,38
	ESPLANADA-BA	54.497,12	2.544.005,43
	INHAMBUPE-BA	-	267.293,80
	ITANAGRA-BA	1.962,36	1.026.627,31
	ITAPARICA-BA	84,42	84,42
	MATA DE SAO JOAO-BA	6.326,98	10.571.735,27
	POJUCA-BA	31.825,87	66.694.599,21
	SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	2.320,65	1.592.757,31
	SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	19.912,93	10.017.294,75
	SATIRO DIAS-BA	782,79	5.706.672,26
	SIMÕES FILHO-BA	-	1.164.370,00
	TOTAL-BA	205.866,18	130.961.574,24
CE	ARACATI-CE	5.841,62	39.598,73
	ICAPUI-CE	2.830,11	15.526,94
	TOTAL-CE	8.671,73	55.125,67
ES	CONCEICAO DA BARRA-ES	909,13	78.236,77
	JAGUARE-ES	53.958,71	2.625.164,41
	LINHARES-ES	18.862,49	3.083.927,73
	SAO MATEUS-ES	11.402,56	2.074.506,32
	TOTAL-ES	85.132,89	7.861.835,23
RN	ACU-RN	12.740,93	53.349,31
	ALTO DO RODRIGUES-RN	22.960,61	126.782,81
	APODI-RN	13.866,36	2.688.000,01
	AREIA BRANCA-RN	36.550,22	6.601.126,01
	CARAUBAS-RN	5.815,73	1.400.999,97
	CARNAUBAIS-RN	5.678,13	52.706,57
	FELIPE GUERRA-RN	10.449,45	3.791.836,31
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	10.703,56	5.559.567,16
	GUAMARE-RN	705,38	-
	MACAU-RN	22.918,39	222.610,68
	MOSSORO-RN	102.788,88	423.540,62
	PEDRO AVELINO-RN	4,25	16,99
	PENDENCIAS-RN	12.711,83	137.188,36
	PORTO DO MANGUE-RN	23,82	23,74
	SERRA DO MEL-RN	2.298,86	10.035,43
	UPANEMA-RN	6.263,09	1.643.256,80
	TOTAL-RN	266.479,49	22.711.040,77
SE	ARACAJU-SE	99,36	400,00
	AREIA BRANCA-SE	215,85	565,43
	BREJO GRANDE-SE	879,73	-
	CAPELA-SE	779,70	26.613,35
	CARMOPOLIS-SE	56.880,19	1.433.438,41
	DIVINA PASTORA-SE	22.111,12	1.390.764,66
	GENERAL MAYNARD-SE	311,56	38.572,54
	JAPARATUBA-SE	53.503,08	2.067.615,94
	MARUIM-SE	3.352,77	569.630,36

	PIRAMBU-SE	311,92	4.366,75
	RIACHUELO-SE	4.873,40	14.919,05
	ROSARIO DO CATETE-SE	9.673,87	824.223,62
	SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	1.360,94	126.686,53
	SAO CRISTOVAO-SE	197,92	152.756,01
	SIRIRI-SE	13.834,50	441.047,99
	TOTAL-SE	168.385,91	7.091.600,64
	Total	945.379,79	289.553.297,52

ANEXO II

ROYALTIES

Beneficiários		Valor (R\$)			
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado 2007
ESTADOS		98.820.988,88	70.980.794,40	169.801.783,28	546.805.483,38
MUNICIPIOS		109.181.246,33	79.400.840,81	188.582.087,14	609.426.089,26
FUNDO ESPECIAL		24.621.353,46	18.067.759,26	42.689.112,72	136.979.362,05
COMANDO DA MARINHA		49.242.706,95	36.135.518,54	85.378.225,49	273.958.724,23
MCT		-	68.215.161,74	68.215.161,74	219.202.273,79
TOTAL		281.866.295,62	272.800.074,75	554.666.370,37	1.786.371.932,71
ALAGOAS		1.880.423,99	1.169.611,26	3.050.035,25	9.912.660,84
AMAZONAS		5.158.223,28	3.826.473,82	8.984.697,10	28.793.403,85
BAHIA		6.982.238,59	4.525.997,82	11.508.236,41	37.860.696,55
CEARA		553.869,88	368.421,88	922.291,76	3.072.830,24
ESPIRITO SANTO		5.333.937,04	4.009.698,11	9.343.635,15	28.635.055,24
PARANA		167.540,13	87.958,56	255.498,69	888.819,28
RIO DE JANEIRO		67.736.089,06	49.472.340,55	117.208.429,61	377.844.120,48
RIO GRANDE DO NORTE		6.973.545,08	4.738.392,54	11.711.937,62	37.448.507,33
SÃO PAULO		248.261,17	130.337,11	378.598,28	1.209.508,51
SERGIPE		3.786.860,66	2.651.562,75	6.438.423,41	21.139.881,06
TOTAL		98.820.988,88	70.980.794,40	169.801.783,28	546.805.483,38
UF	Quantidade				
AL	52	1.705.331,18	540.751,57	2.246.082,75	7.116.175,71
AM	18	2.515.367,30	1.584.124,12	4.099.491,42	11.900.155,44
AP	3	-	18.544,17	18.544,17	57.510,09
BA	195	4.789.992,86	3.199.749,29	7.989.742,15	26.053.684,25
CE	82	1.689.618,61	351.769,08	2.041.387,69	6.575.447,49
ES	78	6.224.072,81	3.589.604,05	9.813.676,86	29.817.953,96
MG	1	492.427,06	-	492.427,06	1.580.246,56
PA	17	-	105.083,63	105.083,63	325.890,51
PB	2	984.854,12	-	984.854,12	3.159.953,12
PE	6	2.191.997,38	-	2.191.997,38	8.001.110,33
PR	37	167.539,99	87.958,55	255.498,54	888.818,71
RJ	79	72.545.832,76	57.612.538,80	130.158.371,56	425.030.906,72
RN	93	6.894.107,60	2.673.344,08	9.567.451,68	30.483.831,43
RS	5	1.952.290,19	734.356,80	2.686.646,99	8.072.916,33
SC	6	926.921,54	897.792,00	1.824.713,54	6.080.634,66
SE	75	4.868.376,60	1.573.986,29	6.442.362,89	20.661.088,48
SP	66	1.232.516,33	6.431.238,38	7.663.754,71	23.619.765,47
TOTAL	815	109.181.246,33	79.400.840,81	188.582.087,14	609.426.089,26

ROYALTIES POR MUNICÍPIO

BENEFICIÁRIOS		VALOR (R\$)			
		Royalties até5%	Royalties Excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2007
ANADIA-AL	AL	753,08	-	753,08	2.418,95
ATALAIA-AL	AL	972,72	-	972,72	3.124,48
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	658,94	-	658,94	2.116,58
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
BOCA DA MATA-AL	AL	847,21	-	847,21	2.721,32
BRANQUINHA-AL	AL	658,94	-	658,94	2.116,58
CAJUEIRO-AL	AL	784,45	-	784,45	2.519,73
CAMPESTRE-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
CAMPO ALEGRE-AL	AL	972,72	-	972,72	3.124,48
CAPELA-AL	AL	784,45	-	784,45	2.519,73
CHA PRETA-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	753,08	-	753,08	2.418,95
COQUEIRO SECO-AL	AL	1.131,02	324,73	1.455,75	3.490,18
CORURIFE-AL	AL	964.124,86	60.099,32	1.024.224,18	3.091.491,95
FELIZ DESERTO-AL	AL	22.777,01	31.218,74	53.995,75	173.439,24
FLEXEIRAS-AL	AL	658,94	-	658,94	2.116,58
IBATEGUARA-AL	AL	721,70	-	721,70	2.318,16
IGREJA NOVA-AL	AL	815,83	-	815,83	2.620,53
JACUIPE-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
JAPARATINGA-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
JEQUIÁ DA PRAIA-AL	AL	1.810,91	470,64	2.281,55	7.273,50
JOAQUIM GOMES-AL	AL	815,83	-	815,83	2.620,53
JUNDIA-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
JUNQUEIRO-AL	AL	815,83	-	815,83	2.620,53
MACEIO-AL	AL	68.561,80	16.719,79	85.281,59	282.658,02
MARAGOGI-AL	AL	815,83	-	815,83	2.620,53
MARECHAL DEODORO-AL	AL	90.240,79	79.004,66	169.245,45	558.373,20
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	847,21	-	847,21	2.721,32
MESSIAS-AL	AL	658,94	-	658,94	2.116,58
MURICI-AL	AL	847,21	-	847,21	2.721,32
NOVO LINO-AL	AL	658,94	-	658,94	2.116,58
PARIPUEIRA-AL	AL	627,56	7.715,48	8.343,04	28.859,27



PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	690,32	-	690,32	2.217,37
PENEDO-AL	AL	1.035,48	-	1.035,48	3.326,06
PIACABUCU-AL	AL	753,08	-	753,08	2.418,95
PILAR-AL	AL	183.703,34	117.921,96	301.625,30	1.000.198,33
PINDOBA-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
PORTO CALVO-AL	AL	815,83	-	815,83	2.620,53
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	658,94	-	658,94	2.116,58
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	784,45	-	784,45	2.519,73
RIO LARGO-AL	AL	9.100,84	5.202,15	14.302,99	46.233,12
ROTEIRO-AL	AL	1.037,84	264,63	1.302,47	3.784,30
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	658,94	-	658,94	2.116,58
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	815,83	-	815,83	2.620,53
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	878,59	-	878,59	2.822,11
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	299.354,82	201.321,25	500.676,07	1.627.681,63
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	AL	627,56	-	627,56	2.015,78
SATUBA-AL	AL	32.455,00	20.488,22	52.943,22	195.027,98
TEOTONIO VILELA-AL	AL	941,35	-	941,35	3.023,69
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	1.035,48	-	1.035,48	3.326,06
VICOSA-AL	AL	847,21	-	847,21	2.721,32
ALAGOAS TOTAL		1.705.331,18	540.751,57	2.246.082,75	7.116.175,71
ANAMA-AM	AM	-	1.880,74	1.880,74	6.138,89
ANORI-AM	AM	-	1.880,74	1.880,74	6.138,89
AUTAZES-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
BERURI-AM	AM	-	1.880,74	1.880,74	6.138,89
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
CAREIRO-AM	AM	-	1.880,74	1.880,74	6.138,89
COARI-AM	AM	1.531.111,92	1.430.299,55	2.961.411,47	9.500.334,58
CODAJAS-AM	AM	-	1.880,74	1.880,74	6.138,89
IRANDUBA-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
ITACOATIARA-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
ITAPIRANGA-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
MANACAPURU-AM	AM	-	1.880,74	1.880,74	6.138,89
MANAQUIRI-AM	AM	-	1.880,74	1.880,74	6.138,89
MANAUS-AM	AM	984.255,38	85.026,88	1.069.282,26	2.184.318,33
PARINTINS-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
SILVES-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
URUCARA-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
URUCURITUBA-AM	AM	-	6.181,39	6.181,39	19.170,06
AMAZONAS TOTAL		2.515.367,30	1.584.124,12	4.099.491,42	11.900.155,44
ARANJAL DO JARI-AP	AP	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
MACAPA-AP	AP	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
MAZAGAO-AP	AP	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03
AMAPA TOTAL		-	18.544,17	18.544,17	57.510,09
ACAJUTIBA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
ADUSTINA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
AGUA FRIA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
AIQUARA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
ALAGOINHAS-BA	BA	248.107,11	130.887,45	378.994,56	1.188.152,79
AMARGOSA-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
ANAGE-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
ANGUERA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
ANTAS-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
APORA-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
APUAREMA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
ARACAS-BA	BA	201.730,18	96.585,25	298.315,43	952.280,27
ARACI-BA	BA	498,11	-	498,11	669,66
ARAMARI-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
ARATUIPE-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
BAIXA GRANDE-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
BANZAE-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
BARRA DO CHOCA-BA	BA	498,11	-	498,11	669,66
BARROCAS-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
BELO CAMPO-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
BIRITINGA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
BOA NOVA-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
BREJOES-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
CAATIBA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
CACHOEIRA-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
CAEM-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
CAETANOS-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
CAMACARI-BA	BA	1.094,16	257,31	1.351,47	3.422,71
CANDEAL-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
CANDEIAS-BA	BA	177.359,64	228.566,84	405.926,48	1.352.735,68
CANDIDO SALES-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
CANSANCAO-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
CANUDOS-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
CAPIM GROSSO-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	102.563,99	29.155,19	131.719,18	455.169,74
CASTRO ALVES-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
CATU-BA	BA	181.567,80	100.073,44	281.641,24	933.039,22
CICERO DANTAS-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
CIPO-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	530,25	-	530,25	712,87
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
CONDE-BA	BA	1.133,77	461,82	1.595,59	3.851,35
CORACAO DE MARIA-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
CORONEL JOAO SA-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05

CRAVOLANDIA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
CRISOPOLIS-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	514,18	-	514,18	691,27
DARIO MEIRA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
DIAS D'AVILA-BA	BA	498,11	-	498,11	669,66
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03

ELISIO MEDRADO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
ENCRUZILHADA-BA	BA	465,98	-	465,98	626,47
ENTRE RIOS-BA	BA	188.369,29	124.147,37	312.516,66	1.000.401,27
ESPLANADA-BA	BA	443.085,55	285.640,37	728.725,92	3.579.386,66
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	514,18	-	514,18	691,27
FATIMA-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	642,73	-	642,73	864,09
GAVIAO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
GLORIA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
HELIOPOLIS-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
IACU-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
IBIQUERA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
ICHU-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
INHAMBUPE-BA	BA	1.429,27	499,47	1.928,74	2.083,69
IPECAETA-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05
IPIRA-BA	BA	530,25	-	530,25	712,87
IRAJUBA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
IRARA-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
ITABERABA-BA	BA	530,25	-	530,25	712,87
ITAGI-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
ITAMBE-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
ITANAGRA-BA	BA	75.370,76	13.045,67	88.416,43	296.034,99
ITAPARICA-BA	BA	11.698,40	142.569,20	154.267,60	408.768,89
ITAPETINGA-BA	BA	530,25	-	530,25	712,87
ITAPICURU-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
ITAQUARA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
ITARANTIM-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
ITATIM-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
ITIRUCU-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
ITIUBA-BA	BA	465,98	-	465,98	626,47
JACOBINA-BA	BA	562,39	-	562,39	756,08
JAGUAQUARA-BA	BA	498,11	-	498,11	669,66
JAGUARIPE-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
JANDAIRA-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
JEQUIE-BA	BA	642,73	-	642,73	864,09
JEREMOABO-BA	BA	465,98	-	465,98	626,47
JQUIRICA-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
JITAUNA-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
LAJE-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05
LAJEDINHO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
LAMARAO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
LAURO DE FREITAS-BA	BA	610,59	-	610,59	820,88
MACAJUBA-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
MACARANI-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
MADRE DE DEUS-BA	BA	994.037,95	657.346,15	1.651.384,10	4.792.101,70
MAIQUINIQUE-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
MAIRI-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
MANOEL VITORINO-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
MARACAS-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
MARAGOGIPE-BA	BA	498,11	-	498,11	669,66
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
MATA DE SAO JOAO-BA	BA	143.478,64	63.519,27	206.997,91	706.490,41
MIGUEL CALMON-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
MILAGRES-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
MIRANTE-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
MONTE SANTO-BA	BA	514,18	-	514,18	691,27
MUNDO NOVO-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
MURITIBA-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
MUTUIPE-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
NAZARE-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
NORDESTINA-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
NOVA CANAA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
NOVA FATIMA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
NOVA ITARANA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
NOVA SOURE-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
NOVO TRIUNFO-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
OLINDINA-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
OURICANGAS-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
OUROLANDIA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
PARIPIRANGA-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
PAULO AFONSO-BA	BA	594,52	-	594,52	799,28
PE DE SERRA-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
PEDRAO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
PINTADAS-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
PIRITIBA-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05
PLANALTINO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
PLANALTO-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
POCOES-BA	BA	498,11	-	498,11	669,66
POJUCA-BA	BA	545.548,30	438.219,85	983.768,15	3.374.650,64
QUEIMADAS-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
QUIINGUE-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
QUIXABEIRA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03





RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
RETIROLANDIA-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	498,11	-	498,11	669,66
RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
RIO REAL-BA	BA	465,98	-	465,98	626,47
RUY BARBOSA-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	9.337,91	142.412,11	151.750,02	403.472,75
SALVADOR-BA	BA	17.786,50	142.412,11	160.198,61	414.831,22
SANTA BARBARA-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
SANTA BRIGIDA-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
SANTA INES-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
SANTA TERESINHA-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
SANTALUZ-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
SANTANOPOLIS-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
SANTO AMARO-BA	BA	14.673,86	142.412,11	157.085,97	410.646,52
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	562,39	-	562,39	756,08
SANTO ESTEVAO-BA	BA	498,11	-	498,11	669,66
SAO DOMINGOS-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
SAO FELIPE-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
SAO FELIX-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	BA	1.018.592,99	159.815,89	1.178.408,88	3.528.163,95
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	337,43	-	337,43	453,64
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	246.008,62	143.416,98	389.425,60	1.367.277,77
SAPEACU-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
SATIRO DIAS-BA	BA	26.690,81	13.415,64	40.106,45	165.304,72
SAUBARA-BA	BA	9.337,91	142.412,11	151.750,02	403.472,75
SERRA PRETA-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
SERRINHA-BA	BA	546,32	-	546,32	734,47
SERROLANDIA-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
SIMOES FILHO-BA	BA	62.089,37	2.477,69	64.567,06	219.315,35
SITIO DO QUINTO-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
TANQUINHO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
TAPIRAMUTA-BA	BA	385,63	-	385,63	518,44
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
TEOFILANDIA-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
TERRA NOVA-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
TUCANO-BA	BA	514,18	-	514,18	691,27
UAUA-BA	BA	433,84	-	433,84	583,25
UBAIRA-BA	BA	417,77	-	417,77	561,65
VALENTE-BA	BA	401,70	-	401,70	540,05
VARZEA DA ROCA-BA	BA	353,50	-	353,50	475,25
VARZEA DO POÇO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
VARZEA NOVA-BA	BA	369,57	-	369,57	496,85
VARZEDO-BA	BA	321,36	-	321,36	432,03
VERA CRUZ-BA	BA	449,91	-	449,91	604,86
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	642,73	-	642,73	864,09
BAHIA TOTAL		4.789.992,86	3.199.749,29	7.989.742,15	26.053.684,25
ACARAU-CE	CE	2.268,22	-	2.268,22	7.671,51
ALCANTARAS-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69
AMONTADA-CE	CE	47.346,43	62.865,05	110.211,48	364.558,46
APIUARES-CE	CE	1.559,40	-	1.559,40	5.274,16
AQUIRAZ-CE	CE	-	4.613,78	4.613,78	16.901,88
ARACATI-CE	CE	577.290,90	14.270,16	591.561,06	1.905.188,88
ARARENDA-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
BARROQUINHA-CE	CE	1.559,40	-	1.559,40	5.274,16
BELA CRUZ-CE	CE	1.984,69	-	1.984,69	6.712,57
CAMOCIM-CE	CE	2.268,22	-	2.268,22	7.671,51
CANINDE-CE	CE	2.409,99	-	2.409,99	8.150,98
CARIDADE-CE	CE	1.630,28	-	1.630,28	5.513,89
CARIRE-CE	CE	1.772,05	-	1.772,05	5.993,37
CARNAUBAL-CE	CE	1.630,28	-	1.630,28	5.513,89
CATUNDA-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69
CAUCAIA-CE	CE	-	4.613,78	4.613,78	16.901,88
CHAVAL-CE	CE	1.559,40	-	1.559,40	5.274,16
COREAU-CE	CE	1.772,05	-	1.772,05	5.993,37
CRATEUS-CE	CE	2.409,99	-	2.409,99	8.150,98
CROATA-CE	CE	1.701,17	-	1.701,17	5.753,63
CRUZ-CE	CE	1.772,05	-	1.772,05	5.993,37
FORQUILHA-CE	CE	1.701,17	-	1.701,17	5.753,63
FORTALEZA-CE	CE	98.421,84	6.151,71	104.573,55	308.866,58
FRECHEIRINHA-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
GENERAL SAMPAIO-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69
GRACA-CE	CE	1.630,28	-	1.630,28	5.513,89
GRANJA-CE	CE	2.268,22	-	2.268,22	7.671,51
GROAIRAS-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	2.055,58	-	2.055,58	6.952,31
HIDROLANDIA-CE	CE	1.701,17	-	1.701,17	5.753,63
HORIZONTE-CE	CE	-	-	-	140,81
IBIAPINA-CE	CE	1.842,93	-	1.842,93	6.233,11
ICAPUI-CE	CE	70.658,08	13.959,68	84.617,76	279.662,68
INDEPENDENCIA-CE	CE	1.913,81	-	1.913,81	6.472,84
IPAPORANGA-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
IPU-CE	CE	2.126,46	-	2.126,46	7.192,04
IPUEIRAS-CE	CE	2.126,46	-	2.126,46	7.192,04
IRAUCUBA-CE	CE	1.772,05	-	1.772,05	5.993,37
ITAPAGE-CE	CE	2.197,34	-	2.197,34	7.431,78
ITAPIPOCA-CE	CE	58.774,88	55.957,01	114.731,89	382.821,93
ITAREMA-CE	CE	45.713,80	35.257,92	80.971,72	287.275,92
JUJOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	1.559,40	-	1.559,40	5.274,16
MARACANAU-CE	CE	532.941,59	-	532.941,59	1.667.272,42
MARCO-CE	CE	1.842,93	-	1.842,93	6.233,11
MARTINOPOLE-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69

MASSAPE-CE	CE	1.984,69	-	1.984,69	6.712,57
MERUOCA-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
MIRAIMA-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	1.701,17	-	1.701,17	5.753,63
MORAUJO-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69
MORRINHOS-CE	CE	1.701,17	-	1.701,17	5.753,63
MUCAMBO-CE	CE	1.559,40	-	1.559,40	5.274,16
NOVA RUSSAS-CE	CE	1.984,69	-	1.984,69	6.712,57
NOVO ORIENTE-CE	CE	1.913,81	-	1.913,81	6.472,84
PACAJUS-CE	CE	40.514,53	-	40.514,53	87.565,86
PACUJA-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69
PARACURU-CE	CE	44.081,16	73.786,97	117.868,13	392.078,57
PARAIPABA-CE	CE	1.913,81	2.633,47	4.547,28	16.322,61
PARAMOTI-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
PENTECOSTE-CE	CE	2.055,58	-	2.055,58	6.952,31
PIRES FERREIRA-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69
PORANGA-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	1.772,05	-	1.772,05	5.993,37
RERIUTABA-CE	CE	1.842,93	-	1.842,93	6.233,11
SANTA QUITERIA-CE	CE	2.197,34	-	2.197,34	7.431,78
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	1.913,81	-	1.913,81	6.472,84
SAO BENEDITO-CE	CE	2.126,46	-	2.126,46	7.192,04
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	CE	2.055,58	-	2.055,58	6.952,31
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
SENADOR SA-CE	CE	1.417,64	-	1.417,64	4.794,69
SOBRAL-CE	CE	2.835,28	-	2.835,28	9.589,40
TAMBORIL-CE	CE	1.913,81	-	1.913,81	6.472,84
TEJUCUOCA-CE	CE	1.559,40	-	1.559,40	5.274,16
TIANGUA-CE	CE	2.339,10	-	2.339,10	7.911,24
TRAIRI-CE	CE	50.611,71	77.659,55	128.271,26	439.463,32
TURURU-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
UBAJARA-CE	CE	1.913,81	-	1.913,81	6.472,84
UMIRIM-CE	CE	1.701,17	-	1.701,17	5.753,63
URUBURETAMA-CE	CE	1.701,17	-	1.701,17	5.753,63
URUOCA-CE	CE	1.488,52	-	1.488,52	5.034,42
VARJOTA-CE	CE	1.701,17	-	1.701,17	5.753,63
VICOSA DO CEARA-CE	CE	2.197,34	-	2.197,34	7.431,78
CEARA TOTAL		1.689.618,61	351.769,08	2.041.387,69	6.575.447,49
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	25.601,60	-	25.601,60	76.012,64
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	19.421,90	-	19.421,90	57.664,76
AGUIA BRANCA-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
ALEGRE-ES	ES	24.718,79	-	24.718,79	73.391,52
ALFREDO CHAVES-ES	ES	19.421,90	-	19.421,90	57.664,76
ALTO RIO NOVO-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
ANCHIETA-ES	ES	170.139,84	-	170.139,84	550.848,31
APIACA-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
ARACRUZ-ES	ES	231.390,18	1.194.124,35	1.425.514,53	4.677.155,47
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
BAIXO GUANDU-ES	ES	23.835,97	-	23.835,97	70.770,39
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	ES	26.484,41	-	26.484,41	78.633,77
BOA ESPERANCA-ES	ES	19.421,90	-	19.421,90	57.664,76
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
BREJETUBA-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ES	35.312,55	-	35.312,55	104.845,03
CARIACICA-ES	ES	35.312,55	-	35.312,55	104.845,03
CASTELO-ES	ES	25.601,60	-	25.601,60	76.012,64
COLATINA-ES	ES	32.664,11	-	32.664,11	96.981,65
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	86.613,85	26.969,21	113.583,06	345.716,81
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	24.718,79	-	24.718,79	73.391,52
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
ECOPORANGA-ES	ES	22.953,16	-	22.953,16	68.149,26
FUNDAO-ES	ES	149.723,06	332.358,06	482.081,12	1.319.487,66
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
GUACUI-ES	ES	23.835,97	-	23.835,97	70.770,39
GUARAPARI-ES	ES	31.781,30	-	31.781,30	94.360,53
IBATIBA-ES	ES	22.070,34	-	22.070,34	65.528,14
IBIRACU-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63
IBITIRAMA-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
ICONHA-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63
IRUPI-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63
ITAGUACU-ES	ES	20.304,72	-	20.304,72	60.285,89
ITAPEMIRIM-ES	ES	190.556,62	239.347,33	429.903,95	930.461,04
ITARANA-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63
IUNA-ES	ES	23.835,97	-	23.835,97	70.770,39
JAGUARE-ES	ES	359.192,29	152.640,27	511.832,56	1.668.781,62
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63
JOAO NEIVA-ES	ES	20.304,72	-	20.304,72	60.285,89
LARANJA DA TERRA-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63
LINHARES-ES	ES	1.362.244,89	235.986,31	1.598.231,20	5.061.024,94
MANTENOPOLIS-ES	ES	19.421,90	-	19.421,90	57.664,76
MARATAIZES-ES	ES	24.718,79	34.166,88	58.885,67	118.145,27
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	19.421,90	-	19.421,90	57.664,76
MARILANDIA-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
MIMOSO DO SUL-ES	ES	23.835,97	-	23.835,97	70.770,39
MONTANHA-ES	ES	21.187,53	-	21.187,53	62.907,02
MUCURICI-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51
MUNIZ FREIRE-ES	ES	22.070,34	-	22.070,34	65.528,14
MUQUI-ES	ES	19.421,90	-	19.421,90	57.664,76
NOVA VENECIA-ES	ES	27.367,23	-	27.367,23	81.254,90
PANCAS-ES	ES	22.953,16	-	22.953,16	68.149,26
PEDRO CANARIO-ES	ES	22.953,16	-	22.953,16	68.149,26
PINHEIROS-ES	ES	22.953,16	-	22.953,16	68.149,26
PUMA-ES	ES	20.304,72	-	20.304,72	60.285,89
PONTO BELO-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51



PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	136.111,87	732.554,30	868.666,17	2.247.073,94	BOM JARDIM-RJ	RJ	277.603,59	-	277.603,59	910.517,88
RIO BANANAL-ES	ES	21.187,53	-	21.187,53	62.907,02	BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	309.634,79	-	309.634,79	1.015.577,66
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63	CABO FRIO-RJ	RJ	3.103.521,21	5.663.250,44	8.766.771,65	28.972.219,61
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	19.421,90	-	19.421,90	57.664,76	CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	647.307,33	-	647.307,33	2.087.497,54
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	24.718,79	-	24.718,79	73.391,52	CAMBUCL-RJ	RJ	245.572,41	-	245.572,41	805.458,14
SANTA TERESA-ES	ES	22.953,16	-	22.953,16	68.149,26	CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	3.266.864,44	26.331.766,11	29.598.630,55	94.802.300,42
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51	CANTAGALO-RJ	RJ	266.926,53	-	266.926,53	875.497,96
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	23.835,97	-	23.835,97	70.770,39	CARAPEBUS-RJ	RJ	1.633.432,21	507.595,61	2.141.027,82	6.822.146,36
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63	CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	234.895,36	-	234.895,36	770.438,24
SAO MATEUS-ES	ES	1.301.864,52	99.106,50	1.400.971,02	4.328.274,31	CARMO-RJ	RJ	245.572,41	-	245.572,41	805.458,14
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	18.539,09	-	18.539,09	55.043,63	CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	2.123.461,88	1.363.457,22	3.486.919,10	11.449.979,13
SERRA-ES	ES	272.223,74	542.350,84	814.574,58	2.666.891,61	CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	266.926,53	-	266.926,53	875.497,96
SOORETAMA-ES	ES	22.070,34	-	22.070,34	65.528,14	CORDEIRO-RJ	RJ	266.926,53	-	266.926,53	875.497,96
VARGEM ALTA-ES	ES	21.187,53	-	21.187,53	62.907,02	DUAS BARRAS-RJ	RJ	224.218,29	-	224.218,29	735.418,30
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	ES	21.187,53	-	21.187,53	62.907,02	DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	924.724,76	47.576,98	972.301,74	3.258.226,07
VIANA-ES	ES	28.250,04	-	28.250,04	83.876,02	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	RJ	586.690,85	-	586.690,85	1.825.824,71
VILA PAVAO-ES	ES	17.656,27	-	17.656,27	52.422,51	GUAPIMIRIM-RJ	RJ	693.543,57	47.576,98	741.120,55	2.512.691,22
VILA VALERIO-ES	ES	19.421,90	-	19.421,90	57.664,80	IGUABA GRANDE-RJ	RJ	245.572,41	-	245.572,41	805.458,14
VILA VELHA-ES	ES	272.223,74	-	272.223,74	881.357,30	ITABORAI-RJ	RJ	596.646,92	47.576,98	644.223,90	2.185.576,85
VITORIA-ES	ES	272.223,74	-	272.223,74	881.357,30	ITAGUAL-RJ	RJ	536.982,23	-	536.982,23	1.718.541,13
ESPIRITO SANTO TOTAL		6.224.072,81	3.589.604,05	9.813.676,86	29.817.953,96	ITALVA-RJ	RJ	234.895,36	-	234.895,36	770.438,24
JUIZ DE FORA-MG	MG	492.427,06	-	492.427,06	1.580.246,56	ITAOCARA-RJ	RJ	277.603,59	-	277.603,59	910.517,88
MINAS GERAIS TOTAL		492.427,06	-	492.427,06	1.580.246,56	ITAPERUNA-RJ	RJ	384.374,22	-	384.374,22	1.260.717,10
AFUA-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	JAPERI-RJ	RJ	1.029.409,29	-	1.029.409,29	3.298.787,69
ALENQUER-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	213.541,23	-	213.541,23	700.398,38
ALMEIRIM-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MACAE-RJ	RJ	14.474.139,35	7.597.478,28	22.071.617,63	70.233.017,61
ANAJAS-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MACUCO-RJ	RJ	213.541,23	-	213.541,23	700.398,38
BREVES-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MAGE-RJ	RJ	832.252,28	47.576,98	879.829,26	2.960.012,13
CHAVES-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MANGARATIBA-RJ	RJ	402.736,67	870.982,85	1.273.719,52	4.490.970,78
CURUA-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MARICA-RJ	RJ	522.066,06	-	522.066,06	1.670.803,88
FARO-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MEENDES-RJ	RJ	640.026,37	-	640.026,37	1.991.808,75
GURUPA-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MESQUITA-RJ	RJ	596.646,92	-	596.646,92	1.909.490,14
JURUTI-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MIGUEL PEREIRA-RJ	RJ	948.659,77	-	948.659,77	3.294.450,33
MELGACO-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	MIRACEMA-RJ	RJ	288.280,66	-	288.280,66	945.537,83
MONTE ALEGRE-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	NATIVIDADE-RJ	RJ	245.572,41	-	245.572,41	805.458,14
OBIDOS-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	NILOPOLIS-RJ	RJ	596.646,92	-	596.646,92	1.909.490,14
PORTO DE MOZ-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	NITEROI-RJ	RJ	4.236.654,14	47.576,98	4.284.231,12	13.776.879,98
PRAINHA-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	427.082,46	-	427.082,46	1.400.796,76
SANTAREM-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	NOVA IGUACU-RJ	RJ	989.412,87	-	989.412,87	3.658.194,02
TERRA SANTA-PA	PA	-	6.181,39	6.181,39	19.170,03	PARACAMBI-RJ	RJ	462.401,37	-	462.401,37	1.479.854,87
PARA TOTAL		-	105.083,63	105.083,63	325.890,51	PARATI-RJ	RJ	-	870.982,85	870.982,85	3.202.064,92
PEDRAS DE FOGO-PB	PB	492.427,06	-	492.427,06	1.579.706,56	PATY DO ALFERES-RJ	RJ	971.777,89	-	971.777,89	3.394.830,85
SANTA RITA-PB	PB	492.427,06	-	492.427,06	1.580.246,56	PETROPOLIS-RJ	RJ	427.082,46	-	427.082,46	1.400.796,76
PARAIBA TOTAL		984.854,12	-	984.854,12	3.159.953,12	PIRAI-RJ	RJ	492.427,06	-	492.427,06	1.580.246,56
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	PE	532.941,59	-	532.941,59	1.712.246,34	PORCIUNCULA-RJ	RJ	245.572,41	-	245.572,41	805.458,14
CAMARAGIBE-PE	PE	492.427,06	-	492.427,06	1.580.128,97	QUEIMADOS-RJ	RJ	566.814,58	-	566.814,58	1.814.015,66
JABOATAO DOS GUARARAPES-PE	PE	141.260,08	-	141.260,08	232.721,21	QUISSAMA-RJ	RJ	1.796.775,44	4.454.572,23	6.251.347,67	19.032.821,39
PAULISTA-PE	PE	492.427,06	-	492.427,06	2.808.298,87	RIO BONITO-RJ	RJ	341.665,97	-	341.665,97	1.120.637,41
RECIFE-PE	PE	40.514,53	-	40.514,53	87.565,86	RIO DAS FLORES-RJ	RJ	462.362,38	-	462.362,38	2.007.610,27
VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	PE	492.427,06	-	492.427,06	1.580.149,08	RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	2.450.148,33	6.240.333,20	8.690.481,53	28.873.674,86
PERNAMBUCO TOTAL		2.191.997,38	-	2.191.997,38	8.001.110,33	RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	5.222.846,94	190.307,92	5.413.154,86	20.400.863,76
ADRIANOPOLIS-PR	PR	1.412,35	-	1.412,35	4.913,22	SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	224.218,29	-	224.218,29	735.418,30
AGUDOS DO SUL-PR	PR	1.412,35	-	1.412,35	4.913,22	SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	320.311,85	-	320.311,85	1.050.597,59
ALMIRANTE TAMANDARE-PR	PR	2.542,23	-	2.542,23	8.843,81	SAO FIDELIS-RJ	RJ	320.311,85	-	320.311,85	1.050.597,59
ANTONINA-PR	PR	1.765,43	-	1.765,43	6.141,52	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	330.988,92	-	330.988,92	1.085.617,52
ARAUCARIA-PR	PR	2.542,23	-	2.542,23	8.843,81	SAO GONCALO-RJ	RJ	596.646,92	47.576,98	644.223,90	2.185.576,85
BALSA NOVA-PR	PR	1.482,96	-	1.482,96	5.158,88	SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	2.205.133,49	964.253,60	3.169.387,09	10.191.135,54
BOCAIUVA DO SUL-PR	PR	1.412,35	-	1.412,35	4.913,22	SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	596.646,92	-	596.646,92	1.909.490,14
CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	PR	2.047,90	-	2.047,90	7.124,17	SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	213.541,23	-	213.541,23	700.398,38
CAMPO DO TENENTE-PR	PR	1.412,35	-	1.412,35	4.913,22	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	266.926,53	-	266.926,53	875.497,96
CAMPO LARGO-PR	PR	2.542,23	-	2.542,23	8.843,81	SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	352.343,04	-	352.343,04	1.155.657,36
CAMPO MAGRO-PR	PR	1.836,05	-	1.836,05	6.387,19	SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	213.541,23	-	213.541,23	700.398,38
CERRO AZUL-PR	PR	1.694,82	-	1.694,82	5.895,87	SAQUAREMA-RJ	RJ	341.665,97	-	341.665,97	1.120.637,41
COLOMBO-PR	PR	2.824,70	-	2.824,70	9.826,45	SEROPEDICA-RJ	RJ	507.149,89	-	507.149,89	1.623.066,64
CONTENDA-PR	PR	1.553,58	-	1.553,58	5.404,54	SILVA JARDIM-RJ	RJ	601.071,09	-	601.071,09	1.938.390,57
CURITIBA-PR	PR	2.824,70	-	2.824,70	9.826,45	SUMIDOURO-RJ	RJ	245.572,41	-	245.572,41	805.458,14
DOUTOR ULYSSES-PR	PR	1.412,35	-	1.412,35	4.913,22	TANGUA-RJ	RJ	402.736,67	-	402.736,67	1.288.905,86
FAZENDA RIO GRANDE-PR	PR	2.330,37	-	2.330,37	8.106,82	TERESOPOLIS-RJ	RJ	416.405,41	-	416.405,41	1.365.776,88
GUARAQUECABA-PR	PR	1.412,35	-	1.412,35	4.913,22	TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	224.218,29	-	224.218,29	735.418,30
GUARATUBA-PR	PR	50.262,03	43.979,28	94.241,31	327.843,16	VARRE-SAI-RJ	RJ	213.541,31	-	213.541,31	700.398,62
ITAPERUCU-PR	PR	1.765,43	-	1.765,43	6.141,52	VASSOURAS-RJ	RJ	836.688,65	-	836.688,65	2.744.825,46
LAPA-PR	PR	2.189,14	-	2.189,14	7.615,50	VOLTA REDONDA-RJ	RJ	492.427,06	-	492.427,06	1.580.246,51
MANDIRITUBA-PR	PR	1.694,82	-	1.694,82	5.895,87	RIO DE JANEIRO TOTAL		72.545.832,76	57.612.538,80	130.158.371,56	425.030.906,72
MATINHOS-PR	PR	50.262,03	36.047,18	86.309,21	300.249,25	ACARI-RN	RN	3.951,24	-	3.951,24	12.590,63
MORRETES-PR	PR	1.624,20	-	1.624,20	5.650,21	ACU-RN	RN	132.557,44	54.012,15	186.569,59	671.808,61
PARANAGUA-PR	PR	2.683,46	146,27	2.829,73	9.843,97	AFONSO BEZERRA-RN	RN	3.951,24	-	3.951,24	12.590,63
PIEN-PR	PR	1.412,35	-	1.412,35	4.913,22	AGUA NOVA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
PINHAIS-PR	PR	2.612,84	-	2.612,84	9.089,46	ALEXANDRIA-RN	RN	4.139,40	-	4.139,40	13.190,19
PIRAQUARA-PR	PR	2.471,61	-	2.471,61	8.598,14	ALMINO AFONSO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
PONTAL DO PARANA-PR	PR	1.624,20	7.785,82	9.410,02	32.735,24	ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	222.136,50	91.138,23	313.274,73	914.664,19
PORTO AMAZONAS-PR	PR	1.412,35	-	1.412,35	4.913,22	ANTONIO MARTINS-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
QUATRO BARRAS-PR	PR	1.694,82	-	1.694,82	5.895,87	APODI-RN	RN	161.364,93	84.391,39	245.756,32	684.177,19
QUITANDINHA-PR	PR	1.624,20	-	1.624,20	5.650,21	AREIA BRANCA-RN	RN	418.672,53	330.219,91	748.892,44	2.225.017,14
RIO BRANCO DO SUL-PR	PR	1.977,29	-	1.977,29	6.878,51	AUGUSTO SEVERO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
RIO NEGRO-PR	PR	1.977,29	-	1.977,29	6.878,51	BARAUNA-RN	RN	4.703,86	-	4.703,86	14.988,85
SAO JOSE DOS PINHAIS-PR	PR	2.824,70	-	2.824,70	9.826,45	CAICO-RN	RN	6.209,10	-	6.209,10	19.785,29
TIJUCAS DO SUL-PR	PR	1.553,58	-	1.553,58	5.404,54	CARAUBAS-RN	RN				





DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
ENCANTO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
EQUADOR-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
FELIPE GUERRA-RN	RN	140.192,67	61.142,95	201.335,62	631.041,61
FLORANIA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
GALINHOS-RN	RN	3.763,09	53.108,90	56.871,99	190.231,32
GOIANINHA-RN	RN	532.941,59	-	532.941,59	1.712.246,34
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	RN	154.367,93	78.754,43	233.122,36	788.469,99
GROSSOS-RN	RN	57.196,81	63.621,41	120.818,22	385.721,58
GUAMARE-RN	RN	1.045.853,46	493.861,03	1.539.714,49	4.731.294,93
IELMO MARINHO-RN	RN	532.941,59	-	532.941,59	1.712.246,34
IPANGUACU-RN	RN	3.951,24	-	3.951,24	12.590,63
IPUEIRA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
ITAJA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
ITAU-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
JANDAIRA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
JANDUIS-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	3.951,24	-	3.951,24	12.590,63
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	4.139,40	-	4.139,40	13.190,19
JOAO DIAS-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
JOSE DA PENHA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
JUCURUTU-RN	RN	4.515,70	-	4.515,70	14.389,29
LAGOA NOVA-RN	RN	4.139,40	-	4.139,40	13.190,19
LUCRECIA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
LUIS GOMES-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
MACAIBA-RN	RN	532.941,59	-	532.941,59	1.712.246,34
MACAU-RN	RN	1.205.287,91	370.270,11	1.575.558,02	4.911.849,73
MAJOR SALES-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
MARCELINO VIEIRA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
MARTINS-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
MESSIAS TARGINO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
MOSSORO-RN	RN	759.254,54	609.851,89	1.369.106,43	4.732.684,23
OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
OURO BRANCO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
PARANA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
PARAU-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
PARELHAS-RN	RN	4.703,86	-	4.703,86	14.988,85
PATU-RN	RN	3.951,24	-	3.951,24	12.590,63
PAU DOS FERROS-RN	RN	5.080,17	-	5.080,17	16.187,96
PEDRO AVELINO-RN	RN	3.789,67	12,35	3.802,02	12.128,38
PENDENCIAS-RN	RN	141.104,26	61.117,40	202.221,66	714.466,92
PILOES-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
PORTALEGRE-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
PORTO DO MANGUE-RN	RN	114.679,36	175.414,47	290.093,83	943.640,87
RAFAEL FERNANDES-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
RAFAEL GODEIRO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
RIACHO DA CRUZ-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
RIACHO DE SANTANA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
RODOLFO FERNANDES-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SANTANA DO SERIDO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SAO FERNANDO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SAO MIGUEL-RN	RN	4.892,01	-	4.892,01	15.588,40
SAO RAFAEL-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SAO VICENTE-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SERRA DO MEL-RN	RN	75.477,61	12.282,03	87.759,64	312.772,57
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
SEVERIANO MELO-RN	RN	3.951,24	-	3.951,24	12.590,63
TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
TENENTE ANANIAS-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
TIBAU-RN	RN	57.196,81	12.398,86	69.595,67	220.438,97
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
UMARIZAL-RN	RN	3.951,24	-	3.951,24	12.590,63
UPANEMA-RN	RN	127.777,79	70.742,59	198.520,38	546.622,61
VENHA-VER-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
VICOSA-RN	RN	3.763,09	-	3.763,09	11.991,08
RIO GRANDE DO NORTE TOTAL		6.894.107,60	2.673.344,08	9.567.451,68	30.483.831,43
CANOAS-RS	RS	492.427,06	-	492.427,06	1.580.246,56
CIDREIRA-RS	RS	-	220.307,04	220.307,04	575.773,93
IMBE-RS	RS	-	220.307,04	220.307,04	575.897,81
OSORIO-RS	RS	532.941,59	-	532.941,59	1.712.246,34
TRAMANDAI-RS	RS	926.921,54	293.742,72	1.220.664,26	3.628.751,69
RIO GRANDE DO SUL TOTAL		1.952.290,19	734.356,80	2.686.646,99	8.072.916,33
ARAQUARI-SC	SC	-	107.735,04	107.735,04	410.902,22
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	-	107.735,04	107.735,04	371.899,92
GARUVA-SC	SC	-	107.735,04	107.735,04	410.902,22
ITAPOA-SC	SC	-	107.735,04	107.735,04	371.899,92
JOINVILLE-SC	SC	-	107.735,04	107.735,04	410.902,22
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	926.921,54	359.116,80	1.286.038,34	4.104.128,16
SANTA CATARINA TOTAL		926.921,54	897.792,00	1.824.713,54	6.080.634,66
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
AQUIDABA-SE	SE	3.237,16	-	3.237,16	10.268,33
ARACAJU-SE	SE	1.080.972,31	422.846,32	1.503.818,63	4.673.337,68
ARAUJA-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
AREIA BRANCA-SE	SE	4.133,87	745,41	4.879,28	15.549,47
BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	57.598,02	143.167,70	200.765,72	671.617,13
BOQUIM-SE	SE	3.496,14	-	3.496,14	11.089,80
BREJO GRANDE-SE	SE	64.623,35	4.067,55	68.690,90	234.707,98

CAMPO DO BRITO-SE	SE	2.978,19	-	2.978,19	9.446,86
CANHOPA-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	SE	3.107,68	-	3.107,68	9.857,60
CAPELA-SE	SE	7.782,02	2.764,39	10.546,41	30.054,88
CARIRA-SE	SE	3.107,68	-	3.107,68	9.857,60
CARMOPOLIS-SE	SE	1.296.583,77	375.939,97	1.672.523,74	5.369.263,98
CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
CRISTINAPOLIS-SE	SE	2.978,19	-	2.978,19	9.446,86
CUMBE-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
DIVINA PASTORA-SE	SE	183.647,35	103.507,39	287.154,74	957.904,85
ESTANCIA-SE	SE	4.273,06	-	4.273,06	13.554,21
FEIRA NOVA-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
FREI PAULO-SE	SE	2.719,22	-	2.719,22	8.625,40
GARARU-SE	SE	2.719,22	-	2.719,22	8.625,40
GENERAL MAYNARD-SE	SE	4.412,06	1.366,74	5.778,80	18.268,35
GRACHO CARDOSO-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
ILHA DAS FLORES-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
INDIAROBA-SE	SE	2.848,70	-	2.848,70	9.036,13
ITABAIANA-SE	SE	4.532,03	-	4.532,03	14.375,67
ITABAIANINHA-SE	SE	3.755,11	-	3.755,11	11.911,26
ITABI-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	64.797,78	111.735,33	176.533,11	613.597,80
JAPARATUBA-SE	SE	354.604,89	243.889,37	598.494,26	2.026.662,61
JAPOATA-SE	SE	2.848,70	-	2.848,70	9.036,13
LAGARTO-SE	SE	4.661,52	-	4.661,52	14.786,41
LARANJEIRAS-SE	SE	3.366,65	-	3.366,65	10.679,06
MACAMBIRA-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
MALHADOR-SE	SE	2.719,22	-	2.719,22	8.625,40
MARUIM-SE	SE	80.458,24	18.646,12	99.104,36	352.010,71
MOITA BONITA-SE	SE	2.719,22	-	2.719,22	8.625,40
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	SE	2.719,22	-	2.719,22	8.625,40
MURIBECA-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
NEOPOLIS-SE	SE	3.237,16	-	3.237,16	10.268,33
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	SE	3.496,14	-	3.496,14	11.089,80
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	SE	3.366,65	-	3.366,65	10.679,06
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	SE	5.049,98	-	5.049,98	16.018,61
PACATUBA-SE	SE	50.398,27	7.256,61	57.654,88	185.370,07
PEDRA MOLE-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
PEDRINHAS-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
PINHAO-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
PIRAMBU-SE	SE	1.033.937,97	13.512,34	1.047.450,31	3.182.275,05
POCO REDONDO-SE	SE	3.496,14	-	3.496,14	11.089,80
POCO VERDE-SE	SE	3.237,16	-	3.237,16	10.268,33
PORTO DA FOLHA-SE	SE	3.496,14	-	3.496,14	11.089,80
PROPIA-SE	SE	3.496,14	-	3.496,14	11.089,80
RIACHAO DO DANTAS-SE	SE	3.237,16	-	3.237,16	10.268,33
RIACHUELO-SE	SE	28.692,23	16.836,11	45.528,34	152.338,57
RIBEIROPOLIS-SE	SE	2.978,19	-	2.978,19	9.446,86
ROSARIO DO CATETE-SE	SE	115.062,22	48.860,00	163.922,22	551.981,83
SALGADO-SE	SE	3.237,16	-	3.237,16	10.268,33
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	2.848,70	-	2.848,70	9.036,13
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	SE	67.842,16	5.531,09	73.373,25	243.300,20
SAO CRISTOVAO-SE	SE	63.515,64	1.369,04	64.884,68	217.554,65
SAO DOMINGOS-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
SAO FRANCISCO-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
SIMAO DIAS-SE	SE	3.884,60	-	3.884,60	12.322,00
SIRIRI-SE	SE	135.802,49	51.944,81	187.747,30	614.910,19
TELHA-SE	SE	2.589,73	-	2.589,73	8.214,66
TOBIAS BARRETO-SE	SE	4.014,08	-	4.014,08	12.732,74
TOMAR DO GERU-SE	SE	2.848,70	-	2.848,70	9.036,13
UMBAUBA-SE	SE	3.237,16	-	3.237,16	10.268,33
SERGIPE TOTAL		4.868.376,60	1.573.986,29	6.442.362,89	20.661.088,48
ARUJA-SP	SP	1.292,89	-	1.292,89	4.130,39
BARRA DO TURVO-SP	SP	783,57	-	783,57	2.503,26
BARUERI-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54
BERTIOGA-SP	SP	47.940,08	1.326.726,99	1.374.667,07	4.251.740,72
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	1.057,81	-	1.057,81	3.379,40
CAIEIRAS-SP	SP	1.332,06	-	1.332,06	4.255,54
CAJAMAR-SP	SP	1.253,71	-	1.253,71	4.005,22
CAJATI-SP	SP	1.096,99	-	1.096,99	3.504,57
CANANEIA-SP	SP	37.667,21	63.790,37	101.457,58	324.126,68
CARAGUATATUBA-SP	SP	-	1.260.180,25	1.260.180,25	3.885.9

ITAPEVI-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54	RIBEIRAO PIRES-SP	SP	1.449,60	-	1.449,60	4.631,04
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54	RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	1.175,35	-	1.175,35	3.754,89
ITARIRI-SP	SP	861,92	-	861,92	2.753,58	SALESOPOLIS-SP	SP	901,10	-	901,10	2.878,75
JACUPIRANGA-SP	SP	940,28	-	940,28	3.003,91	SANTA ISABEL-SP	SP	1.214,53	-	1.214,53	3.880,06
JANDIRA-SP	SP	1.410,42	-	1.410,42	4.505,87	SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	1.371,24	-	1.371,24	4.380,71
JUQUIA-SP	SP	1.018,64	-	1.018,64	3.254,25	SANTO ANDRE-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54
JUQUITIBA-SP	SP	1.057,81	-	1.057,81	3.379,40	SANTOS-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.155,82
MAIRIPORA-SP	SP	1.292,89	-	1.292,89	4.130,39	SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54
MAUA-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54	SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	1.527,96	-	1.527,96	4.881,37
MIRACATU-SP	SP	1.018,64	-	1.018,64	3.254,25	SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	861,92	-	861,92	2.753,58
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54	SAO PAULO-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54
MONGAGUA-SP	SP	1.136,17	-	1.136,17	3.629,73	SAO SEBASTIAO-SP	SP	985.548,27	2.520.360,52	3.505.908,79	10.756.209,80
OSASCO-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54	SAO VICENTE-SP	SP	12.413,05	-	12.413,05	39.664,41
PARIQUERA-ACU-SP	SP	940,28	-	940,28	3.003,91	SETE BARRAS-SP	SP	861,92	-	861,92	2.753,58
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	783,57	-	783,57	2.503,26	SUZANO-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54
PERUIBE-SP	SP	1.253,71	-	1.253,71	4.005,22	TABOAO DA SERRA-SP	SP	1.567,14	-	1.567,14	5.006,54
PINDAMONHANGABA-SP	SP	-	-	-	26,92	VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	SP	1.136,17	-	1.136,17	3.629,73
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	861,92	-	861,92	2.753,58	SÃO PAULO TOTAL		1.232.516,33	6.431.238,38	7.663.754,71	23.619.765,47
POA-SP	SP	1.410,42	-	1.410,42	4.505,87						
PRAIA GRANDE-SP	SP	12.413,05	-	12.413,05	39.664,41						
REGISTRO-SP	SP	1.253,71	-	1.253,71	4.005,22						

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 149, DE 6 DE JULHO DE 2007

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.009672/2004-61, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ: 23.314.594/0010-00, autorizada a operar 02 (duas) interligações, com as características principais relacionadas na tabela abaixo, interligando sua instalação de armazenamento de combustíveis líquidos, localizada em Goiânia, Goiás, a dutos operados pela Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO:

Extensão (m)	Diâmetro (polegadas)	Produto movimentado
20	8	Óleo diesel
20	8	Gasolina

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
Em 6 de julho de 2007

Nº 579 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 91 de 26 de maio de 2004, com base na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997 e Portaria ANP n.º 28, de 05 de fevereiro de 1999, e considerando:

- as informações, os estudos e os projetos apresentados pela PETROBRAS S.A à ANP (conforme páginas 6 e 7 do processo administrativo nº 48610.004665/2004-72) referentes à modernização da Refinaria de Paulínia - REPLAN, CNPJ n.º 33.000.167/0643-47;
- a solicitação feita pela PETROBRAS S.A, por meio da carta AB-RE/EM 08/2004, datada de 08 de junho de 2004, constante do processo acima mencionado, visando obter Autorização para modernização da Refinaria de Paulínia - REPLAN;
- que após análise preliminar do material encaminhado à ANP, e tendo concluído que este atende aos requisitos mínimos em termos de documentação exigida;

torna público o seguinte ato:

- fica autorizada a publicação do sumário do memorial descritivo do projeto em questão, que faz parte do Anexo do presente Despacho;
- indica a "Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, para o encaminhamento, até 30 (trinta) dias da presente publicação, dos comentários e sugestões sobre os referidos projetos;
- informa que a documentação apresentada continua em processo de análise pela ANP e que a presente publicação não caracteriza, deste modo, qualquer autorização prévia concedida por esta Agência.

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE

ANEXO

Ressalte-se, inicialmente, que todos os dados, incluindo valores numéricos e suas unidades, constantes do presente memorial descritivo, foram retirados do próprio material apresentado pela PETROBRAS S.A. à ANP.

1. Descrição Básica  
A PETROBRAS S.A., de acordo com a carta AB-RE/EM 08/2004, de 08 de junho de 2004, pretende realizar modernização na Refinaria de Paulínia - REPLAN, contemplando a ampliação e atualização tecnológica das Unidades de Destilação Atmosférica e a Vácuo (U-200 e U-210), visando:

- Adequação das unidades para o processamento de petróleos nacionais pesados;
- Maior recuperação energética;
- Elevar o limite de carga de 27.200 m³/dia para 33.000 m³/dia.

2. Meio Ambiente  
Licença Ambiental Prévia: emitida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo sob o número 01059 de 07/12/2006, com validade até 07/12/2011.

3. Prazos  
As seguintes datas estão previstas:  
- Início das obras: outubro de 2007  
- Término das obras: junho de 2009.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL  
2º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE  
RELAÇÃO Nº 80/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)  
Acácio Braghetto Júnior - 821232/95 - Not.1260/2007 - R\$ 76,83  
Alcebiades de Queiroz Barata Filho - 821191/95 - Not.1265/2007 - R\$ 76,83  
Carlos Alberto Palhano Martins Ribeiro - 820425/01 - Not.1278/2007 - R\$ 162,78  
Cimento Tupi S.A. - 820424/01 - Not.1277/2007 - R\$ 162,78  
Cleber Isaac Souza Soares - 821194/95 - Not.1270/2007 - R\$ 76,83, 821212/95 - Not.1267/2007 - R\$ 76,83  
Eloisa Helena de Souza Peixoto - 821502/00 - Not.1275/2007 - R\$ 162,78  
EMPREENDE e MIN. Rio Pardo Ltda - 821071/95 - Not.1262/2007 - R\$ 51,60  
Fúlvio Vinícios de Lima Nobrega - 821472/00 - Not.1274/2007 - R\$ 162,78  
Indústria Mineradora Horizonte Novo LTDA. - 821243/95 - Not.1271/2007 - R\$ 1.157,02, 821245/95 - Not.1272/2007 - R\$ 1.536,55, 821242/95 - Not.1273/2007 - R\$ 1.536,55, 821125/95 - Not.1263/2007 - R\$ 1.065,00, 821125/95 - Not.1264/2007 - R\$ 1.065,00, 821126/95 - Not.1266/2007 - R\$ 1.341,48, 821127/95 - Not.1259/2007 - R\$ 1.045,58  
Isabella Extratora de Areia Ltda - 821087/95 - Not.1261/2007 - R\$ 72,53  
José Raimundo Dos Santos - 820956/99 - Not.1276/2007 - R\$ 162,78  
Mineração Alvorada Ltda - 821258/95 - Not.1269/2007 - R\$ 44,83  
Oswaldo José Stecca - 821248/95 - Not.1268/2007 - R\$ 1.442,57, 821249/95 - Not.1258/2007 - R\$ 985,13  
Recefra Revestimento Cerâmico Fragnani Ltda - 820494/01 - Not.1279/2007 - R\$ 162,78

3º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE  
RELAÇÃO Nº 155/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)  
Abrantes Granitos Ltda - 833169/89 - Not.3307/2007 - R\$ 767,74

Adriana Bemquerer Costa - 831120/92 - Not.3746/2007 - R\$ 1.392,06  
Anglo Mineração LTDA. - 831694/94 - Not.3391/2007 - R\$ 160,14, 831695/94 - Not.3412/2007 - R\$ 160,14, 830911/94 - Not.3591/2007 - R\$ 160,14  
Antonio Carlos Goulart Cordeiro de Faria - 832341/93 - Not.3629/2007 - R\$ 1.067,99, 832345/93 - Not.3642/2007 - R\$ 1.675,21, 832344/93 - Not.3640/2007 - R\$ 2.471,12  
Antonio Edson Deroma - 830448/93 - Not.3284/2007 - R\$ 2.694,61  
Arnaldo Fonseca Lima - 830755/93 - Not.3330/2007 - R\$ 111,19  
C.C.O. Mineração Ltda - 830742/93 - Not.3310/2007 - R\$ 1.386,44  
Cecília de Moraes Mundim - 831294/89 - Not.3698/2007 - R\$ 3.379,26, 831297/89 - Not.3720/2007 - R\$ 3.999,78  
Cia Brasileira Carbureto de Calcio - 832471/86 - Not.3732/2007 - R\$ 343,61  
Cmp Ouro Aluvionar Ltda - 831311/86 - Not.3761/2007 - R\$ 926,26  
Comita Comércio e Mineração LTDA. - 831265/94 - Not.3624/2007 - R\$ 1.980,13  
Construtora Martins Lanna LTDA. - 834387/93 - Not.3537/2007 - R\$ 130,60  
Edgard Batista Reis Filho - 831347/92 - Not.3670/2007 - R\$ 148,89, 831077/92 - Not.3744/2007 - R\$ 149,45  
Edgard de Oliveira Filho - 834313/93 - Not.3515/2007 - R\$ 2.464,40, 834313/93 - Not.3517/2007 - R\$ 2.380,99, 834313/93 - Not.3519/2007 - R\$ 2.158,89  
Eli Diorio - 832310/94 - Not.3553/2007 - R\$ 1.674,41, 832316/94 - Not.3576/2007 - R\$ 1.674,41, 832314/94 - Not.3568/2007 - R\$ 1.674,41, 832315/94 - Not.3571/2007 - R\$ 1.674,41  
Empresa de Caolim LTDA. - 832551/86 - Not.3739/2007 - R\$ 2.973,55  
Francisco José Porto - 834925/93 - Not.3551/2007 - R\$ 2.388,85, 834932/93 - Not.3560/2007 - R\$ 1.247,29  
Geraldo Amancio de Freitas - 831531/89 - Not.3278/2007 - R\$ 984,81  
Girlane Alves Cardoso - 833213/93 - Not.3521/2007 - R\$ 2.521,38  
José Alencar de Almeida - 833160/93 - Not.3659/2007 - R\$ 135,18, 833160/93 - Not.3657/2007 - R\$ 149,09  
Leticia de Paula Mascarenhas Franco - 832360/93 - Not.3645/2007 - R\$ 2.134,78  
Marcos Romiti - 833163/89 - Not.3276/2007 - R\$ 3.202,50  
Mauro Rogério Teixeira Fonseca - 831687/92 - Not.3694/2007 - R\$ 1.985,38, 831687/92 - Not.3688/2007 - R\$ 2.054,91, 831687/92 - Not.3696/2007 - R\$ 1.800,16  
Milton Augusto Zonno - 833200/93 - Not.3513/2007 - R\$ 3.202,50  
Mineração Vale da Mata LTDA. - 830900/93 - Not.3494/2007 - R\$ 149,45  
Moisés Bento Lacerda - 832872/89 - Not.3280/2007 - R\$ 1.434,88  
Oscar Ferreira de Souza - 830907/93 - Not.3497/2007 - R\$ 3.042,62  
Oswaldo Lucas Motta Padrao - 833414/93 - Not.3626/2007 - R\$ 2.758,79, 833414/93 - Not.3619/2007 - R\$ 3.149,20, 833414/93 - Not.3621/2007 - R\$ 3.042,62  
Piramidal Mineração e Comércio Ltda - 831327/94 - Not.3637/2007 - R\$ 160,14  
Renée Neffa Simão - 833214/93 - Not.3587/2007 - R\$ 3.071,13  
Ricardo Marcio de Lucena Lotti Vieira - 830817/93 - Not.3387/2007 - R\$ 1.162,26, 830817/93 - Not.3486/2007 - R\$ 1.202,95, 830937/93 - Not.3501/2007 - R\$ 1.573,34, 830937/93 - Not.3504/2007 - R\$ 1.520,08, 830817/93 - Not.3404/2007 - R\$ 1.053,83, 830937/93 - Not.3506/2007 - R\$ 1.378,30  
Rogério Rodrigues da Silva - 835757/94 - Not.3713/2007 - R\$ 2.953,62  
Rubens Machado - 831424/94 - Not.3508/2007 - R\$ 5.945,35, 831423/94 - Not.3653/2007 - R\$ 4.535,56  
Rui Raimundo de Lucena Vieira - 831998/93 - Not.3666/2007 - R\$ 2.989,32, 832001/93 - Not.3684/2007 - R\$ 160,14, 832044/93 - Not.3758/2007 - R\$ 2.989,32, 831999/93 - Not.3668/2007 - R\$ 2.765,12, 832000/93 - Not.3672/2007 - R\$





2.989,32, 831637/93 - Not.3566/2007 - R\$ 1.493,85, 831992/93 - Not.3664/2007 - R\$ 2.582,28, 832009/93 - Not.3690/2007 - R\$ 2.046,66, 832014/93 - Not.3714/2007 - R\$ 1.204,13, 832015/93 - Not.3730/2007 - R\$ 2.558,54, 833398/93 - Not.3574/2007 - R\$ 2.226,22, 834319/93 - Not.3525/2007 - R\$ 380,22, 834318/93 - Not.3529/2007 - R\$ 2.638,68, 834320/93 - Not.3531/2007 - R\$ 1.050,16, 834322/93 - Not.3533/2007 - R\$ 1.938,10, 831652/93 - Not.3610/2007 - R\$ 2.758,79, 831649/93 - Not.3572/2007 - R\$ 2.989,32, 833392/93 - Not.3569/2007 - R\$ 2.989,32, 832022/93 - Not.3748/2007 - R\$ 2.914,60, 832036/93 - Not.3750/2007 - R\$ 2.103,43, 832040/93 - Not.3752/2007 - R\$ 2.989,32, 832043/93 - Not.3754/2007 - R\$ 2.989,32, 832090/93 - Not.3756/2007 - R\$ 2.989,32, 832012/93 - Not.3702/2007 - R\$ 2.989,32  
Sérgio Magalhães Freitas - 830513/93 - Not.3289/2007 - R\$ 160,14

Serra do Espinhaço - Mineração Comércio e Indústria LTDA. - 831699/94 - Not.3430/2007 - R\$ 2.352,61, 832182/95 - Not.3700/2007 - R\$ 2.607,06, 832180/95 - Not.3686/2007 - R\$ 1.263,37, 832178/95 - Not.3681/2007 - R\$ 2.855,97, 832181/95 - Not.3692/2007 - R\$ 941,27, 832183/95 - Not.3704/2007 - R\$ 1.108,03, 832184/95 - Not.3711/2007 - R\$ 2.951,06, 832185/95 - Not.3716/2007 - R\$ 2.096,69, 832186/95 - Not.3718/2007 - R\$ 2.361,07, 832187/95 - Not.3722/2007 - R\$ 3.071,54, 832188/95 - Not.3724/2007 - R\$ 2.884,08, 832189/95 - Not.3726/2007 - R\$ 2.422,16, 832191/95 - Not.3728/2007 - R\$ 2.573,25, 832196/95 - Not.3741/2007 - R\$ 2.690,39, 832190/95 - Not.3733/2007 - R\$ 404,11, 832192/95 - Not.3735/2007 - R\$ 1.684,18, 832193/95 - Not.3737/2007 - R\$ 2.944,60

Sidmar Dos Santos Silva - 831394/93 - Not.3165/2007 - R\$ 1.548,35

Silvania Guerra a de Oliveira - 831694/92 - Not.3706/2007 - R\$ 434,14, 831694/92 - Not.3709/2007 - R\$ 405,23

Sonia Andrade Neves - 831410/94 - Not.3647/2007 - R\$ 2.951,58

Tomé Pierre de Souza - 834044/93 - Not.3510/2007 - R\$ 2.882,02

William Herval - 831883/95 - Not.3674/2007 - R\$ 2.190,16, 831883/95 - Not.3676/2007 - R\$ 2.116,05, 831883/95 - Not.3678/2007 - R\$ 1.918,66

Yssuyuki Nakan - 830480/94 - Not.3632/2007 - R\$ 135,18, 832047/94 - Not.3492/2007 - R\$ 135,18, 832049/94 - Not.3499/2007 - R\$ 135,18

RELAÇÃO Nº 156/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Adriana Bemquerer Costa - 831120/92 - Not.3747/2007 - R\$ 2.785,41

Anglo Mineração LTDA. - 831694/94 - Not.3392/2007 - R\$ 2.801,72, 831694/94 - Not.3401/2007 - R\$ 78,60, 831695/94 - Not.3413/2007 - R\$ 2.801,72, 831695/94 - Not.3423/2007 - R\$ 78,60, 830911/94 - Not.3592/2007 - R\$ 2.801,72

Antonio Carlos Goulart Cordeiro de Faria - 832341/93 - Not.3630/2007 - R\$ 2.513,75, 832344/93 - Not.3641/2007 - R\$ 2.513,75, 832345/93 - Not.3643/2007 - R\$ 2.513,75

Antonio Edson Deroma - 830448/93 - Not.3285/2007 - R\$ 2.427,56

Ardósia Vereda LTDA. - 833069/93 - Not.3656/2007 - R\$ 120,00

Armando Sérgio Corradi - 830812/93 - Not.3472/2007 - R\$ 2.409,77, 830812/93 - Not.3378/2007 - R\$ 157,19

Arnaldo Fonseca Lima - 830755/93 - Not.3331/2007 - R\$ 1.822,98

Benedito Acácio de Almeida - 830807/93 - Not.3416/2007 - R\$ 1.637,19

C.C.O. Mineração Ltda - 830742/93 - Not.3311/2007 - R\$ 2.160,65

Carlos Alberto da Silva Duarte - 831388/94 - Not.3644/2007 - R\$ 1.106,41

Carlos Roberto Vale Dos Reis - 831446/92 - Not.3680/2007 - R\$ 126,76

Cecília de Moraes Mundim - 831294/89 - Not.3699/2007 - R\$ 2.409,77, 831297/89 - Not.3721/2007 - R\$ 2.409,77

Celeste Mineração Centro-leste Ltda - 830638/93 - Not.3296/2007 - R\$ 78,30, 830638/93 - Not.3306/2007 - R\$ 1.673,77

Comita Comércio e Mineração LTDA. - 831265/94 - Not.3625/2007 - R\$ 1.631,33, 831265/94 - Not.3628/2007 - R\$ 1.393,48

Construtora Martins Lanna LTDA. - 834387/93 - Not.3536/2007 - R\$ 78,22, 834387/93 - Not.3538/2007 - R\$ 2.409,77

Edgard Batista Reis Filho - 831347/92 - Not.3671/2007 - R\$ 2.160,65, 831077/92 - Not.3745/2007 - R\$ 2.287,60

Edgard de Oliveira Filho - 834313/93 - Not.3516/2007 - R\$ 2.454,22, 834313/93 - Not.3518/2007 - R\$ 1.860,14, 834313/93 - Not.3520/2007 - R\$ 1.860,14

Empresa de Caolim LTDA. - 832551/86 - Not.3743/2007 - R\$ 2.019,05, 832551/86 - Not.3740/2007 - R\$ 2.174,52

Francisco José Porto - 834925/93 - Not.3552/2007 - R\$ 2.513,75, 834932/93 - Not.3561/2007 - R\$ 2.513,75

Geraldo Amancio de Freitas - 831531/89 - Not.3279/2007 - R\$ 2.409,77

Gerson Ney Amaral - 831122/92 - Not.3760/2007 - R\$ 105,34

Girlane Alves Cardoso - 833213/93 - Not.3522/2007 - R\$ 2.490,47

Jean Miffarreg - 837271/93 - Not.3634/2007 - R\$ 1.637,19

José Alencar de Almeida - 833160/93 - Not.3660/2007 - R\$ 1.822,98, 833160/93 - Not.3658/2007 - R\$ 2.454,22

Leticia de Paula Mascarenhas Franco - 832360/93 - Not.3646/2007 - R\$ 2.111,83

Manoel Lucio Ferreira - 834949/93 - Not.3617/2007 - R\$ 73,92, 833221/93 - Not.3535/2007 - R\$ 8,02

Marco Antônio de Oliveira Silva - 832100/89 - Not.2975/2007 - R\$ 2.427,56

Marcos Romiti - 833163/89 - Not.3277/2007 - R\$ 2.228,85

Mario Lara Leite - 831027/93 - Not.3542/2007 - R\$ 2.111,83

Marlene Mendonça Rodrigues - 834659/93 - Not.3593/2007 - R\$ 105,03

Mauro Rogério Teixeira Fonseca - 831687/92 - Not.3689/2007 - R\$ 2.454,22, 831687/92 - Not.3695/2007 - R\$ 1.860,14, 831687/92 - Not.3697/2007 - R\$ 1.860,14

Milton Augusto Zonno - 833200/93 - Not.3512/2007 - R\$ 1.571,90, 833200/93 - Not.3514/2007 - R\$ 1.673,77

Mineração Juparaná LTDA. - 833190/93 - Not.3663/2007 - R\$ 120,02

Mineração Rio Pomba Cataguases LTDA. - 833219/89 - Not.3267/2007 - R\$ 2.256,57

Mineração Vale da Mata LTDA. - 830900/93 - Not.3495/2007 - R\$ 2.409,77

Moisés Bento Lacerda - 832872/89 - Not.3281/2007 - R\$ 1.954,06

Oscar Ferreira de Souza - 830907/93 - Not.3498/2007 - R\$ 2.471,80

Oswaldo Lucas Motta Padrao - 833414/93 - Not.3620/2007 - R\$ 2.454,22, 833414/93 - Not.3622/2007 - R\$ 1.860,14, 833414/93 - Not.3627/2007 - R\$ 1.860,14

Piramidal Mineração e Comércio Ltda - 831327/94 - Not.3638/2007 - R\$ 2.801,72, 831327/94 - Not.3639/2007 - R\$ 78,60

Renée Neffa Simão - 833214/93 - Not.3588/2007 - R\$ 1.798,01

Ricardo Marcio de Lucena Lotti Vieira - 830817/93 - Not.3487/2007 - R\$ 2.454,22, 830817/93 - Not.3388/2007 - R\$ 1.798,01, 830817/93 - Not.3405/2007 - R\$ 1.798,01, 830937/93 - Not.3502/2007 - R\$ 2.454,22, 830937/93 - Not.3505/2007 - R\$ 1.798,01, 830937/93 - Not.3507/2007 - R\$ 1.798,01

Rogério Rodrigues da Silva - 835757/94 - Not.3708/2007 - R\$ 2.390,73

Rubens Machado - 831424/94 - Not.3509/2007 - R\$ 2.409,77, 831423/94 - Not.3654/2007 - R\$ 2.409,77

Rui Raimundo de Lucena Vieira - 832009/93 - Not.3691/2007 - R\$ 2.513,75, 832001/93 - Not.3683/2007 - R\$ 119,25, 832001/93 - Not.3685/2007 - R\$ 1.798,01, 831652/93 - Not.3611/2007 - R\$ 2.513,75, 831637/93 - Not.3567/2007 - R\$ 2.409,77, 833392/93 - Not.3570/2007 - R\$ 2.409,77, 831649/93 - Not.3573/2007 - R\$ 2.409,77, 833398/93 - Not.3575/2007 - R\$ 2.513,75, 831992/93 - Not.3665/2007 - R\$ 2.513,75, 831998/93 - Not.3667/2007 - R\$ 2.409,77, 831999/93 - Not.3669/2007 - R\$ 2.409,77, 832000/93 - Not.3673/2007 - R\$ 2.409,77, 834319/93 - Not.3526/2007 - R\$ 2.513,75, 834318/93 - Not.3530/2007 - R\$ 2.513,75, 834320/93 - Not.3532/2007 - R\$ 2.513,75, 834322/93 - Not.3534/2007 - R\$ 2.513,75, 832012/93 - Not.3703/2007 - R\$ 2.409,77, 832015/93 - Not.3731/2007 - R\$ 2.111,83, 832014/93 - Not.3715/2007 - R\$ 2.513,75, 832022/93 - Not.3749/2007 - R\$ 2.409,77, 832036/93 - Not.3751/2007 - R\$ 2.409,77, 832040/93 - Not.3753/2007 - R\$ 2.409,77, 832043/93 - Not.3755/2007 - R\$ 2.409,77, 832090/93 - Not.3757/2007 - R\$ 2.409,77, 832044/93 - Not.3759/2007 - R\$ 2.409,77

Sérgio Magalhães Freitas - 830513/93 - Not.3290/2007 - R\$ 2.801,72

Serra do Espinhaço - Mineração Comércio e Indústria LTDA. - 832185/95 - Not.3717/2007 - R\$ 2.160,65, 832186/95 - Not.3719/2007 - R\$ 2.160,65, 832196/95 - Not.3742/2007 - R\$ 2.409,77, 832190/95 - Not.3734/2007 - R\$ 2.160,65, 832192/95 - Not.3736/2007 - R\$ 2.409,77, 832193/95 - Not.3738/2007 - R\$ 2.409,77, 832187/95 - Not.3723/2007 - R\$ 2.160,65, 832188/95 - Not.3725/2007 - R\$ 2.160,65, 832189/95 - Not.3727/2007 - R\$ 2.409,77, 832191/95 - Not.3729/2007 - R\$ 2.409,77, 832183/95 - Not.3705/2007 - R\$ 2.160,65, 832182/95 - Not.3701/2007 - R\$ 2.160,65, 832184/95 - Not.3712/2007 - R\$ 2.160,65, 831699/94 - Not.3431/2007 - R\$ 2.409,77, 832180/95 - Not.3687/2007 - R\$ 2.160,65, 832178/95 - Not.3682/2007 - R\$ 2.160,65, 832181/95 - Not.3693/2007 - R\$ 1.860,14

Silvania Guerra a de Oliveira - 831694/92 - Not.3710/2007 - R\$ 3.307,54, 831694/92 - Not.3707/2007 - R\$ 1.058,19

Sonia Andrade Neves - 831410/94 - Not.3648/2007 - R\$ 2.409,77

Tomé Pierre de Souza - 834044/93 - Not.3511/2007 - R\$ 2.160,65

William Herval - 831883/95 - Not.3675/2007 - R\$ 2.427,56, 831883/95 - Not.3677/2007 - R\$ 1.860,14, 831883/95 - Not.3679/2007 - R\$ 1.860,14

Yssuyuki Nakan - 830480/94 - Not.3631/2007 - R\$ 77,02, 830480/94 - Not.3633/2007 - R\$ 2.513,75, 832049/94 - Not.3503/2007 - R\$ 77,02, 832047/94 - Not.3493/2007 - R\$ 2.409,77, 832049/94 - Not.3500/2007 - R\$ 2.513,75, 832047/94 - Not.3496/2007 - R\$ 77,02

RELAÇÃO Nº 157/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Antonio Carlos Vieira - 831149/92 - A.I. 901/07

Clesio Soares de Andrade - 830936/92 - A.I. 892/07, 830936/92 - A.I. 893/07, 830945/92 - A.I. 894/07, 830945/92 - A.I. 895/07

Mineração Rio Pomba Cataguases LTDA. - 831367/88 - A.I. 899/07

Paulo Roberto de Souza Filho - 830503/91 - A.I. 897/07, 830503/91 - A.I. 896/07

Pedrasita LTDA. - 830973/92 - A.I. 891/07

Ramon Campos Cardoso - 831140/92 - A.I. 898/07, 831141/92 - A.I. 900/07

Regina Celia Teixeira Batista - 830736/89 - A.I. 889/07, 830736/89 - A.I. 888/07, 830736/89 - A.I. 890/07

Virgilio Gomes Guimaraes - 831299/90 - A.I. 887/07

RELAÇÃO Nº 158/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)

Amelia Maria de Melo Castro - 832269/93, 832269/93

Ana Maria Oliveira Ribeiro - 833129/93

Clesio Soares de Andrade - 830936/92, 830945/92, 830937/92

Edgard Batista Reis Filho - 831206/92

Jair Pinto Coelho - 830538/91, 830538/91, 830538/91

RELAÇÃO Nº 159/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Amelia Maria de Melo Castro - 832269/93 - Not.3805/2007 - R\$ 3.202,50

Antonio Carlos Vieira - 831149/92 - Not.3835/2007 - R\$ 1.195,63

Celeste Mineração Centro-leste Ltda - 830638/93 - Not.3305/2007 - R\$ 154,19

Clesio Soares de Andrade - 830937/92 - Not.3815/2007 - R\$ 1.561,03

Domingos Pereira Falcão - 831179/92 - Not.3773/2007 - R\$ 2.092,66, 831179/92 - Not.3775/2007 - R\$ 2.021,81

Edgard Batista Reis Filho - 831206/92 - Not.3784/2007 - R\$ 146,47

Marilan Mineração Ltda - 830818/92 - Not.3787/2007 - R\$ 949,99, 830818/92 - Not.3788/2007 - R\$ 2.113,52, 830818/92 - Not.3789/2007 - R\$ 1.674,41, 830998/92 - Not.3790/2007 - R\$ 2.113,52, 830998/92 - Not.3791/2007 - R\$ 1.674,41, 830999/92 - Not.3792/2007 - R\$ 949,99, 830999/92 - Not.3793/2007 - R\$ 2.113,52, 830999/92 - Not.3794/2007 - R\$ 1.674,41, 831000/92 - Not.3796/2007 - R\$ 949,99, 831000/92 - Not.3797/2007 - R\$ 2.113,52, 830997/92 - Not.3799/2007 - R\$ 949,99, 831000/92 - Not.3798/2007 - R\$ 1.674,41, 830997/92 - Not.3800/2007 - R\$ 2.113,52, 830997/92 - Not.3801/2007 - R\$ 1.674,41, 831003/92 - Not.3802/2007 - R\$ 949,99, 831003/92 - Not.3803/2007 - R\$ 2.113,52, 831003/92 - Not.3804/2007 - R\$ 1.674,41, 830814/92 - Not.3777/2007 - R\$ 1.678,70, 830815/92 - Not.3778/2007 - R\$ 949,99, 830815/92 - Not.3779/2007 - R\$ 2.113,52, 830815/92 - Not.3780/2007 - R\$ 1.674,41, 830817/92 - Not.3781/2007 - R\$ 949,99, 830817/92 - Not.3782/2007 - R\$ 2.113,52, 830998/92 - Not.3783/2007 - R\$ 949,99, 830817/92 - Not.3786/2007 - R\$ 1.674,41, 831004/92 - Not.3807/2007 - R\$ 949,99, 831004/92 - Not.3808/2007 - R\$ 2.113,52, 831004/92 - Not.3809/2007 - R\$ 1.674,41, 830804/92 - Not.3766/2007 - R\$ 949,99, 830804/92 - Not.3767/2007 - R\$ 2.113,52, 830804/92 - Not.3768/2007 - R\$ 1.674,41, 830805/92 - Not.3769/2007 - R\$ 949,99, 830805/92 - Not.3770/2007 - R\$ 2.113,52, 830805/92 - Not.3771/2007 - R\$ 1.674,41

Mineração Alves & Silva Ltda - 831173/92 - Not.3763/2007 - R\$ 152,12

Neuzane Coelho do Carmo - 830566/91 - Not.3819/2007 - R\$ 3.121,90, 830566/91 - Not.3821/2007 - R\$ 3.021,33, 830566/91 - Not.3826/2007 - R\$ 2.920,77

Paulo Roberto de Souza Filho - 830503/91 - Not.3828/2007 - R\$ 263,12

ENZO LUIS NICO JÚNIOR

Substituto

6º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE

RELAÇÃO Nº 147/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Breno Dias de Azevedo - 861479/96 - Not.1293/20



Regina de Carneiro Moreira - 860582/99 - Not.1245/2007 - R\$ 5.517,58, 860177/97 - Not.1236/2007 - R\$ 2.374,18, 860176/97 - Not.1130/2007 - R\$ 2.334,65, 860179/97 - Not.1135/2007 - R\$ 2.616,86, 860180/97 - Not.1140/2007 - R\$ 2.616,86, 860181/97 - Not.1145/2007 - R\$ 2.616,86, 860182/97 - Not.1150/2007 - R\$ 2.616,86, 860183/97 - Not.1155/2007 - R\$ 2.616,86, 860184/97 - Not.1160/2007 - R\$ 891,83, 860186/97 - Not.1165/2007 - R\$ 2.616,86, 860187/97 - Not.1170/2007 - R\$ 2.616,86, 860188/97 - Not.1175/2007 - R\$ 2.616,86, 860189/97 - Not.1180/2007 - R\$ 2.616,86, 860195/97 - Not.1185/2007 - R\$ 2.616,86, 860196/97 - Not.1190/2007 - R\$ 2.616,86, 860197/97 - Not.1195/2007 - R\$ 2.616,86, 860198/97 - Not.1200/2007 - R\$ 2.616,86, 860199/97 - Not.1205/2007 - R\$ 2.616,86, 860201/97 - Not.1210/2007 - R\$ 2.616,86, 860205/97 - Not.1215/2007 - R\$ 2.616,86, 860206/97 - Not.1220/2007 - R\$ 2.616,86, 860207/97 - Not.1225/2007 - R\$ 2.616,86, 860209/97 - Not.1230/2007 - R\$ 2.616,86, 860200/97 - Not.1242/2007 - R\$ 2.624,44, 860177/97 - Not.1234/2007 - R\$ 2.648,44, 860176/97 - Not.1128/2007 - R\$ 2.659,25, 860179/97 - Not.1133/2007 - R\$ 2.980,68, 860180/97 - Not.1138/2007 - R\$ 2.980,68, 860181/97 - Not.1143/2007 - R\$ 2.980,68, 860182/97 - Not.1148/2007 - R\$ 2.980,68, 860183/97 - Not.1153/2007 - R\$ 2.980,68, 860184/97 - Not.1158/2007 - R\$ 1.015,83, 860186/97 - Not.1163/2007 - R\$ 2.980,68, 860187/97 - Not.1168/2007 - R\$ 2.980,68, 860188/97 - Not.1173/2007 - R\$ 2.980,68, 860189/97 - Not.1178/2007 - R\$ 2.980,68, 860195/97 - Not.1183/2007 - R\$ 2.980,68, 860196/97 - Not.1188/2007 - R\$ 2.980,68, 860197/97 - Not.1193/2007 - R\$ 2.980,68, 860198/97 - Not.1198/2007 - R\$ 2.980,68, 860199/97 - Not.1203/2007 - R\$ 2.980,68, 860201/97 - Not.1208/2007 - R\$ 2.980,68, 860205/97 - Not.1213/2007 - R\$ 2.980,68, 860206/97 - Not.1218/2007 - R\$ 2.980,68, 860207/97 - Not.1223/2007 - R\$ 2.980,68, 860209/97 - Not.1228/2007 - R\$ 2.980,68, 860200/97 - Not.1238/2007 - R\$ 3.095,91, 860200/97 - Not.1240/2007 - R\$ 2.989,32

Said Abdallah - 861910/94 - Not.1123/2007 - R\$ 1.450,72, 861910/94 - Not.1125/2007 - R\$ 1.300,49

#### RELAÇÃO Nº 148/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Álvaro Agapito de Moura - 860446/02 - Not.1080/2007 - R\$ 1.088,30, 860447/02 - Not.1083/2007 - R\$ 1.034,64, 860448/02 - Not.1086/2007 - R\$ 1.174,08, 860449/02 - Not.1089/2007 - R\$ 104,06, 860451/02 - Not.1092/2007 - R\$ 3.454,22, 860451/02 - Not.1094/2007 - R\$ 4.297,30, 860452/02 - Not.1096/2007 - R\$ 3.546,65, 860452/02 - Not.1098/2007 - R\$ 4.412,29, 860453/02 - Not.1100/2007 - R\$ 3.546,65, 860453/02 - Not.1102/2007 - R\$ 4.412,29, 860454/02 - Not.1104/2007 - R\$ 3.436,72, 860454/02 - Not.1106/2007 - R\$ 4.275,53, 860531/02 - Not.1109/2007 - R\$ 3.546,65, 860531/02 - Not.1111/2007 - R\$ 4.412,29, 861147/03 - Not.1113/2007 - R\$ 3.546,65, 861147/03 - Not.1115/2007 - R\$ 4.412,29, 860455/04 - Not.1117/2007 - R\$ 4.399,38, 860456/04 - Not.1119/2007 - R\$ 2.197,55

Granitos Porto Real Ltda - 860950/99 - Not.1301/2007 - R\$ 3.264,76, 860951/99 - Not.1303/2007 - R\$ 2.581,53, 860953/99 - Not.1305/2007 - R\$ 1.138,06, 860955/99 - Not.1307/2007 - R\$ 4.703,46, 860956/99 - Not.1309/2007 - R\$ 3.470,20, 860957/99 - Not.1311/2007 - R\$ 4.703,46, 860958/99 - Not.1313/2007 - R\$ 3.610,97, 860959/99 - Not.1315/2007 - R\$ 3.013,85, 860960/99 - Not.1317/2007 - R\$ 3.912,17, 860961/99 - Not.1319/2007 - R\$ 4.703,46, 860962/99 - Not.1321/2007 - R\$ 4.703,46, 860963/99 - Not.1323/2007 - R\$ 4.468,18, 860964/99 - Not.1325/2007 - R\$ 4.585,79, 860965/99 - Not.1327/2007 - R\$ 4.703,46, 860966/99 - Not.1329/2007 - R\$ 4.703,46, 860967/99 - Not.1331/2007 - R\$ 4.468,13

Heitor Antonio de Almeida Castro - 861076/94 - Not.881/2007 - R\$ 2.465,95, 861087/94 - Not.883/2007 - R\$ 2.465,95, 861088/94 - Not.885/2007 - R\$ 2.465,95

Mineração Rio Lavado Ltda - 861757/93 - Not.1247/2007 - R\$ 3.030,89, 861757/93 - Not.1249/2007 - R\$ 2.758,79, 861758/93 - Not.1251/2007 - R\$ 3.030,89, 861758/93 - Not.1253/2007 - R\$ 2.758,79, 861760/93 - Not.1255/2007 - R\$ 3.030,89, 861760/93 - Not.1259/2007 - R\$ 2.758,79, 861761/93 - Not.1261/2007 - R\$ 3.030,89, 861761/93 - Not.1263/2007 - R\$ 2.758,79, 861762/93 - Not.1265/2007 - R\$ 3.030,89, 861762/93 - Not.1267/2007 - R\$ 2.758,79, 861763/93 - Not.1269/2007 - R\$ 3.030,89, 861763/93 - Not.1271/2007 - R\$ 2.758,79, 861764/93 - Not.1273/2007 - R\$ 3.030,89, 861764/93 - Not.1275/2007 - R\$ 2.758,79, 861765/93 - Not.1277/2007 - R\$ 2.607,45, 861765/93 - Not.1279/2007 - R\$ 2.373,37, 861766/93 - Not.1281/2007 - R\$ 2.281,43, 861766/93 - Not.1283/2007 - R\$ 2.076,62

Mineração Sol Nascente do Tapajós Ltda - 861498/96 - Not.1297/2007 - R\$ 3.042,62, 861498/96 - Not.1299/2007 - R\$ 2.758,79

#### RELAÇÃO Nº 149/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Nilton Chaves Dutra - 761031/96 - Not.1028/2007 - R\$ 2.969,19, 761032/96 - Not.1032/2007 - R\$ 2.969,19, 761033/96 - Not.1036/2007 - R\$ 2.969,19, 761034/96 - Not.1040/2007 - R\$ 2.969,19, 761035/96 - Not.1044/2007 - R\$ 2.969,19, 761036/96 - Not.1048/2007 - R\$ 2.969,19, 761037/96 - Not.1052/2007 - R\$ 2.969,19, 761038/96 - Not.1056/2007 - R\$ 2.969,19, 761039/96 - Not.1060/2007 - R\$ 2.969,19, 761040/96 - Not.1064/2007 - R\$ 2.969,19, 761041/96 - Not.1068/2007 - R\$ 2.969,19, 761042/96 - Not.1072/2007 - R\$ 2.969,19, 761043/96 - Not.1076/2007 - R\$ 2.969,19, 761026/96 - Not.1018/2007 - R\$ 2.616,86, 761027/96 - Not.1022/2007 - R\$ 2.616,86, 761030/96 - Not.1026/2007 - R\$

2.616,86, 761031/96 - Not.1030/2007 - R\$ 2.616,86, 761032/96 - Not.1034/2007 - R\$ 2.616,86, 761033/96 - Not.1038/2007 - R\$ 2.616,86, 761034/96 - Not.1042/2007 - R\$ 2.616,86, 761035/96 - Not.1046/2007 - R\$ 2.616,86, 761036/96 - Not.1050/2007 - R\$ 2.616,86, 761037/96 - Not.1054/2007 - R\$ 2.616,86, 761038/96 - Not.1058/2007 - R\$ 2.616,86, 761039/96 - Not.1062/2007 - R\$ 2.616,86, 761040/96 - Not.1066/2007 - R\$ 2.616,86, 761041/96 - Not.1070/2007 - R\$ 2.616,86, 761042/96 - Not.1074/2007 - R\$ 2.616,86, 761043/96 - Not.1078/2007 - R\$ 2.616,86, 761026/96 - Not.1016/2007 - R\$ 2.980,68, 761030/96 - Not.1024/2007 - R\$ 2.980,68, 761027/96 - Not.1020/2007 - R\$ 2.969,19

Paulo Eugenio Fernandes de Souza - 861008/96 - Not.948/2007 - R\$ 127,00, 861011/96 - Not.955/2007 - R\$ 140,08, 861017/96 - Not.961/2007 - R\$ 137,23, 860998/96 - Not.997/2007 - R\$ 151,62, 860999/96 - Not.999/2007 - R\$ 151,68, 861874/96 - Not.1001/2007 - R\$ 148,46, 861875/96 - Not.1003/2007 - R\$ 148,46, 861876/96 - Not.1005/2007 - R\$ 148,46, 861877/96 - Not.1007/2007 - R\$ 148,46, 861878/96 - Not.1009/2007 - R\$ 148,46, 861009/96 - Not.950/2007 - R\$ 142,52, 861010/96 - Not.953/2007 - R\$ 138,07, 861019/96 - Not.965/2007 - R\$ 148,46, 861020/96 - Not.967/2007 - R\$ 133,61, 861024/96 - Not.975/2007 - R\$ 148,46, 861025/96 - Not.977/2007 - R\$ 148,46, 861026/96 - Not.979/2007 - R\$ 127,68, 860995/96 - Not.991/2007 - R\$ 148,46, 860996/96 - Not.993/2007 - R\$ 148,46, 860997/96 - Not.995/2007 - R\$ 148,15, 861001/96 - Not.934/2007 - R\$ 151,68, 861002/96 - Not.936/2007 - R\$ 151,68, 861003/96 - Not.938/2007 - R\$ 151,68, 861004/96 - Not.940/2007 - R\$ 151,68, 861005/96 - Not.942/2007 - R\$ 148,65, 861006/96 - Not.944/2007 - R\$ 148,65, 861007/96 - Not.946/2007 - R\$ 87,34, 861012/96 - Not.957/2007 - R\$ 149,02, 861016/96 - Not.959/2007 - R\$ 84,09, 861018/96 - Not.963/2007 - R\$ 149,02, 861021/96 - Not.969/2007 - R\$ 149,02, 861022/96 - Not.971/2007 - R\$ 134,65, 861023/96 - Not.973/2007 - R\$ 146,05, 861027/96 - Not.981/2007 - R\$ 149,02, 861028/96 - Not.983/2007 - R\$ 140,08, 861029/96 - Not.985/2007 - R\$ 143,08, 861030/96 - Not.987/2007 - R\$ 146,05, 861031/96 - Not.989/2007 - R\$ 149,02

#### RELAÇÃO Nº 150/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MUL-TAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Regina de Carneiro Moreira - 860176/97 - Not.1129/2007 - R\$ 3.834,59, 860176/97 - Not.1131/2007 - R\$ 3.834,59, 860179/97 - Not.1134/2007 - R\$ 3.834,59, 860179/97 - Not.1136/2007 - R\$ 3.834,59, 860180/97 - Not.1139/2007 - R\$ 3.834,59, 860180/97 - Not.1141/2007 - R\$ 3.834,59, 860188/97 - Not.1177/2007 - R\$ 2.272,19, 860189/97 - Not.1182/2007 - R\$ 2.272,19, 860195/97 - Not.1187/2007 - R\$ 2.272,19, 860196/97 - Not.1192/2007 - R\$ 2.272,19, 860197/97 - Not.1197/2007 - R\$ 2.272,19, 860198/97 - Not.1202/2007 - R\$ 2.272,19, 860199/97 - Not.1207/2007 - R\$ 2.272,19, 860201/97 - Not.1212/2007 - R\$ 2.272,19, 860205/97 - Not.1217/2007 - R\$ 2.272,19, 860206/97 - Not.1222/2007 - R\$ 2.272,19, 860176/97 - Not.1132/2007 - R\$ 2.027,16, 860179/97 - Not.1137/2007 - R\$ 2.272,19, 860181/97 - Not.1147/2007 - R\$ 2.272,19, 860182/97 - Not.1152/2007 - R\$ 2.272,19, 860183/97 - Not.1157/2007 - R\$ 2.272,19, 860184/97 - Not.1162/2007 - R\$ 774,37, 860186/97 - Not.1167/2007 - R\$ 2.272,19, 860187/97 - Not.1172/2007 - R\$ 2.272,19, 860207/97 - Not.1227/2007 - R\$ 2.272,19, 860209/97 - Not.1232/2007 - R\$ 2.272,19, 860200/97 - Not.1239/2007 - R\$ 1.314,50, 860200/97 - Not.1243/2007 - R\$ 3.845,71, 860200/97 - Not.1244/2007 - R\$ 2.278,78, 860177/97 - Not.1235/2007 - R\$ 3.845,71, 860177/97 - Not.1237/2007 - R\$ 3.845,71, 860181/97 - Not.1144/2007 - R\$ 3.834,59, 860181/97 - Not.1146/2007 - R\$ 3.834,59, 860182/97 - Not.1149/2007 - R\$ 3.834,59, 860182/97 - Not.1151/2007 - R\$ 3.834,59, 860183/97 - Not.1154/2007 - R\$ 3.834,59, 860183/97 - Not.1156/2007 - R\$ 3.834,59, 860184/97 - Not.1159/2007 - R\$ 3.834,59, 860184/97 - Not.1161/2007 - R\$ 3.834,59, 860186/97 - Not.1164/2007 - R\$ 3.834,59, 860186/97 - Not.1166/2007 - R\$ 3.834,59, 860187/97 - Not.1169/2007 - R\$ 3.834,59, 860187/97 - Not.1171/2007 - R\$ 3.834,59, 860188/97 - Not.1174/2007 - R\$ 3.834,59, 860188/97 - Not.1176/2007 - R\$ 3.834,59, 860189/97 - Not.1179/2007 - R\$ 3.834,59, 860189/97 - Not.1181/2007 - R\$ 3.834,59, 860195/97 - Not.1184/2007 - R\$ 3.834,59, 860195/97 - Not.1186/2007 - R\$ 3.834,59, 860196/97 - Not.1189/2007 - R\$ 3.834,59, 860196/97 - Not.1191/2007 - R\$ 3.834,59, 860197/97 - Not.1194/2007 - R\$ 3.834,59, 860197/97 - Not.1196/2007 - R\$ 3.834,59, 860198/97 - Not.1199/2007 - R\$ 3.834,59, 860198/97 - Not.1201/2007 - R\$ 3.834,59, 860199/97 - Not.1204/2007 - R\$ 3.834,59, 860199/97 - Not.1206/2007 - R\$ 3.834,59, 860201/97 - Not.1209/2007 - R\$ 3.834,59, 860201/97 - Not.1211/2007 - R\$ 3.834,59, 860205/97 - Not.1214/2007 - R\$ 3.834,59, 860205/97 - Not.1216/2007 - R\$ 3.834,59, 860206/97 - Not.1219/2007 - R\$ 3.834,59, 860206/97 - Not.1221/2007 - R\$ 3.834,59, 860207/97 - Not.1224/2007 - R\$ 3.834,59, 860207/97 - Not.1226/2007 - R\$ 3.834,59, 860209/97 - Not.1229/2007 - R\$ 3.834,59, 860209/97 - Not.1231/2007 - R\$ 3.834,59, 860582/99 - Not.1246/2007 - R\$ 3.845,71, 860200/97 - Not.1241/2007 - R\$ 3.747,11

#### RELAÇÃO Nº 151/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MUL-TAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Álvaro Agapito de Moura - 860446/02 - Not.1081/2007 - R\$ 4.176,28, 860446/02 - Not.1082/2007 - R\$ 917,67, 860447/02 - Not.1084/2007 - R\$ 4.176,28, 860447/02 - Not.1085/2007 - R\$ 872,42, 860448/02 - Not.1087/2007 - R\$ 4.176,28, 860448/02 - Not.1088/2007 - R\$ 990,00, 860449/02 - Not.1090/2007 - R\$ 4.176,28, 860449/02 - Not.1091/2007 - R\$ 87,74, 860451/02 - Not.1093/2007 - R\$ 1.657,54, 860451/02 - Not.1095/2007 - R\$ 4.176,28, 860452/02 - Not.1097/2007 - R\$ 1.657,54, 860452/02 -

Not.1099/2007 - R\$ 4.176,28, 860453/02 - Not.1101/2007 - R\$ 1.657,54, 860453/02 - Not.1103/2007 - R\$ 4.176,28, 860454/02 - Not.1105/2007 - R\$ 1.657,54, 860454/02 - Not.1107/2007 - R\$ 4.176,28, 860455/02 - Not.1108/2007 - R\$ 1.657,54, 860531/02 - Not.1110/2007 - R\$ 1.657,54, 860531/02 - Not.1112/2007 - R\$ 4.176,28, 861147/03 - Not.1114/2007 - R\$ 1.657,54, 861147/03 - Not.1116/2007 - R\$ 4.176,28, 860455/04 - Not.1118/2007 - R\$ 2.088,14, 860456/04 - Not.1120/2007 - R\$ 2.088,14, 860267/00 - Not.952/2007 - R\$ 3.150,14

Breno Dias de Azevedo - 861479/96 - Not.1294/2007 - R\$ 3.845,71, 861479/96 - Not.1296/2007 - R\$ 3.845,71

Claudio Eugenio Vanzolini - 860773/04 - Not.933/2007 - R\$ 2.046,74

Diogenes Silveira de Oliveira - 860503/95 - Not.1286/2007 - R\$ 3.845,71, 860503/95 - Not.1288/2007 - R\$ 3.845,71, 860504/95 - Not.1290/2007 - R\$ 3.845,71, 860504/95 - Not.1292/2007 - R\$ 3.845,71

Heitor Antonio de Almeida Castro - 861074/94 - Not.879/2007 - R\$ 2.280,98, 861075/94 - Not.880/2007 - R\$ 2.280,98, 861076/94 - Not.882/2007 - R\$ 2.280,98, 861087/94 - Not.884/2007 - R\$ 2.280,98, 861088/94 - Not.886/2007 - R\$ 2.280,98

Ildeu Antônio Pereira - 860164/00 - Not.1013/2007 - R\$ 3.597,01, 860164/00 - Not.1015/2007 - R\$ 3.834,59

Jose Tavares da Silva - 860948/05 - Not.878/2007 - R\$ 1.827,88

Laci Constantino Santiago - 860985/02 - Not.931/2007 - R\$ 95,46

Mineração Rio Lavado Ltda - 861757/93 - Not.1248/2007 - R\$ 3.845,71, 861757/93 - Not.1250/2007 - R\$ 3.845,71, 861758/93 - Not.1252/2007 - R\$ 3.845,71, 861758/93 - Not.1254/2007 - R\$ 3.845,71, 861760/93 - Not.1260/2007 - R\$ 3.845,71, 861761/93 - Not.1262/2007 - R\$ 3.845,71, 861761/93 - Not.1264/2007 - R\$ 3.845,71, 861762/93 - Not.1266/2007 - R\$ 3.845,71, 861762/93 - Not.1268/2007 - R\$ 3.845,71, 861763/93 - Not.1270/2007 - R\$ 3.845,71, 861763/93 - Not.1272/2007 - R\$ 3.845,71, 861764/93 - Not.1274/2007 - R\$ 3.845,71, 861764/93 - Not.1276/2007 - R\$ 3.845,71, 861765/93 - Not.1278/2007 - R\$ 3.845,71, 861765/93 - Not.1280/2007 - R\$ 3.845,71, 861766/93 - Not.1282/2007 - R\$ 3.845,71, 861766/93 - Not.1284/2007 - R\$ 3.845,71

Raimundo Marco Ramos - 861021/01 - Not.917/2007 - R\$ 160,75

Regina de Carneiro Moreira - 860180/97 - Not.1142/2007 - R\$ 2.272,19

Rui Cristino Barbosa - 860326/05 - Not.857/2007 - R\$ 1.718,76

Said Abdallah - 861910/94 - Not.1124/2007 - R\$ 3.834,59, 861910/94 - Not.1126/2007 - R\$ 3.834,59, 861910/94 - Not.1127/2007 - R\$ 1.006,88

Solo e Teto Construtora e Incorporadora Ltda - 860003/98 - Not.918/2007 - R\$ 3.437,51

Valter





3.834,59, 861017/96 - Not.962/2007 - R\$ 3.834,59, 861018/96 - Not.964/2007 - R\$ 3.834,59, 861021/96 - Not.970/2007 - R\$ 3.834,59, 861022/96 - Not.972/2007 - R\$ 3.834,59, 861023/96 - Not.974/2007 - R\$ 3.834,59, 861027/96 - Not.982/2007 - R\$ 3.834,59, 861028/96 - Not.984/2007 - R\$ 3.834,59, 861029/96 - Not.986/2007 - R\$ 3.834,59, 861030/96 - Not.988/2007 - R\$ 3.834,59, 861031/96 - Not.990/2007 - R\$ 3.834,59, 860998/96 - Not.998/2007 - R\$ 3.834,59, 860999/96 - Not.1000/2007 - R\$ 3.834,59

RELAÇÃO Nº 153/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)  
Edilma Peres de Paula - 860074/97 - Not.920/2007 - R\$ 3.834,59, 860074/97 - Not.922/2007 - R\$ 3.834,59, 860075/97 - Not.924/2007 - R\$ 3.834,59, 860075/97 - Not.926/2007 - R\$ 3.834,59, 860076/97 - Not.928/2007 - R\$ 3.834,59, 860076/97 - Not.930/2007 - R\$ 3.834,59

Granito e Mármore Centro Oeste Ltda - 860996/01 - Not.916/2007 - R\$ 160,75

Granitos Porto Real Ltda - 860950/99 - Not.1302/2007 - R\$ 3.845,71, 860951/99 - Not.1304/2007 - R\$ 3.845,71, 860953/99 - Not.1306/2007 - R\$ 3.845,71, 860955/99 - Not.1308/2007 - R\$ 3.845,71, 860956/99 - Not.1310/2007 - R\$ 3.845,71, 860957/99 - Not.1312/2007 - R\$ 3.845,71, 860958/99 - Not.1314/2007 - R\$ 3.845,71, 860959/99 - Not.1316/2007 - R\$ 3.845,71, 860960/99 - Not.1318/2007 - R\$ 3.845,71, 860961/99 - Not.1320/2007 - R\$ 3.845,71, 860962/99 - Not.1322/2007 - R\$ 3.845,71, 860963/99 - Not.1324/2007 - R\$ 3.845,71, 860964/99 - Not.1326/2007 - R\$ 3.845,71, 860965/99 - Not.1328/2007 - R\$ 3.845,71, 860966/99 - Not.1330/2007 - R\$ 3.845,71, 860967/99 - Not.1332/2007 - R\$ 3.845,71

Minasgoiás Mineração Bergamo LTDA. - 861575/95 - Not.887/2007 - R\$ 1.814,56, 861576/95 - Not.888/2007 - R\$ 1.814,56, 861578/95 - Not.889/2007 - R\$ 1.814,56, 861579/95 - Not.890/2007 - R\$ 1.814,56, 861580/95 - Not.891/2007 - R\$ 1.814,56, 861581/95 - Not.892/2007 - R\$ 1.814,56, 862087/95 - Not.893/2007 - R\$ 1.814,56, 862089/95 - Not.894/2007 - R\$ 1.814,56, 862090/95 - Not.895/2007 - R\$ 1.814,56, 862091/95 - Not.896/2007 - R\$ 1.814,56, 862097/95 - Not.897/2007 - R\$ 1.814,56, 862098/95 - Not.898/2007 - R\$ 1.814,56, 862099/95 - Not.899/2007 - R\$ 1.814,56, 862100/95 - Not.900/2007 - R\$ 1.814,56, 862101/95 - Not.901/2007 - R\$ 1.814,56, 862102/95 - Not.902/2007 - R\$ 1.814,56, 862103/95 - Not.903/2007 - R\$ 1.814,56, 862104/95 - Not.904/2007 - R\$ 1.814,56, 862105/95 - Not.905/2007 - R\$ 1.814,56, 862106/95 - Not.906/2007 - R\$ 1.814,56, 862108/95 - Not.907/2007 - R\$ 1.814,56, 862110/95 - Not.908/2007 - R\$ 1.814,56, 862111/95 - Not.909/2007 - R\$ 1.814,56, 862113/95 - Not.910/2007 - R\$ 1.814,56, 862114/95 - Not.911/2007 - R\$ 1.814,56, 860226/98 - Not.912/2007 - R\$ 1.814,56, 860336/98 - Not.913/2007 - R\$ 1.814,56, 860337/98 - Not.914/2007 - R\$ 1.814,56

Mineração Sol Nascente do Tapajos Ltda - 861498/96 - Not.1298/2007 - R\$ 3.845,71, 861498/96 - Not.1300/2007 - R\$ 3.845,71

Moacir Osvaldo Netto - 861077/01 - Not.1121/2007 - R\$ 157,22

Muriqui Mineradora LTDA. - 860966/01 - Not.915/2007 - R\$ 160,75

RELAÇÃO Nº 154/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

Água Bonita Empresa de Mineração Ltda - 862622/80 - Not.858/2007 - R\$ 323,99

Cleuza Maria Barbosa - 860745/03 - Not.873/2007 - R\$ 309,80

Jalim Mineração Ltda - 860841/81 - Not.866/2007 - R\$ 323,99

José Carlos Amaro - 860009/05 - Not.875/2007 - R\$ 317,81

José Pedro Vaz Neto - 860669/05 - Not.876/2007 - R\$ 309,80

Lider Distribuidora de Areia Ltda - 861011/06 - Not.877/2007 - R\$ 309,80

Mineradora Sul America Ltda - 860957/84 - Not.860/2007 - R\$ 323,99, 860958/84 - Not.861/2007 - R\$ 322,31

Mineragua Mineração Ltda - 860743/81 - Not.859/2007 - R\$ 323,99

Nacional Das Águas Indústria e Mineração LTDA. - 860525/00 - Not.870/2007 - R\$ 309,80

Tarcal Transportes e Material de Construção LTDA. - 860045/05 - Not.1011/2007 - R\$ 303,00

Vinicius David Nahas - 860159/92 - Not.869/2007 - R\$ 323,99

wb Mineradora Ltda - 860551/88 - Not.868/2007 - R\$ 323,99

RELAÇÃO Nº 155/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)

Alvaro Marcio Ramalho - 860723/94, 860724/94, 860726/94, 860727/94, 860728/94, 860729/94, 860730/94, 860731/94, 860733/94, 860736/94, 860737/94, 860739/94  
Clivanir Vanice Liberali - fi - 860983/04  
Enock Nogueira Andrade - 860932/05

Estevao Rabelo de Souza - 860506/91, 860506/91  
Joaquim Marcio de Castro Almeida - 860151/02

Jorge Ismael Fernandes Dos Santos - 860411/01, 860219/03

José Ribeiro Mendes - 861266/96

Manoel Barbosa Dos Santos - 860552/93

Manoel Pedro de Almeida Couto - 861718/93

Maria da Costa Jesus - 860589/02

Regina de Carneiro Moreira - 860176/97, 860179/97, 860180/97, 860181/97, 860182/97, 860183/97, 860184/97, 860186/97, 860187/97, 860188/97, 860189/97, 860195/97, 860196/97, 860197/97, 860198/97, 860199/97, 860201/97, 860205/97, 860206/97, 860207/97

Saíd Abdallah - 861910/94

DENILSON MARTINS ARRUDA

7º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE

RELAÇÃO Nº 250/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Antonio Carlos Teles Dos Santos - 870146/02 - A.I. 1936/07

Blenda Mineração Ltda - 871217/88 - A.I. 1931/07

Caio de França Jatobá Júnior - 872697/05 - A.I. 1904/07

Corcovado Granitos LTDA. - 870195/02 - A.I. 1395/07

Denis José Sangreman Moura - 872698/05 - A.I. 1905/07

Edilma Peres de Paula - 873723/94 - A.I. 1938/07

Eurobrasil Ltda - 871217/01 - A.I. 1934/07

Jacobina Mineração e Comércio Ltda - 871116/97 - A.I. 1933/07

Marlene de Amorim Nogueira - 871096/01 - A.I. 1932/07

Mineração Fazenda Brasileiro S/a - 870729/92 - A.I. 1937/07

Sétima Pinto de Oliveira - 871476/05 - A.I. 1940/07

RELAÇÃO Nº 252/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/Área disponível (6.50)(3.28)

Widelson Teixeira Ladeia - 871888/04, 871891/04, 871892/04, 871893/04, 872118/04, 872159/04, 872245/04

Wilson Machado Correia - 871872/04, 872182/04

RELAÇÃO Nº 258/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Fort Gran Brasil LTDA. - 870594/99 - A.I. 1989/07, 870597/99 - A.I. 1991/07, 870596/99 - A.I. 1988/07

José Raimundo Dutra - 871433/95 - A.I. 1939/07

Luiz Palomba Molinarolli - 873717/93 - A.I. 1985/07

Mar Azul Granitos e Mármores Ltda - 873716/93 - A.I. 1986/07

Matatias Soares - 870496/89 - A.I. 1987/07

Multirocha Mineração Ltda - 870378/98 - A.I. 1990/07

Sérgio Luiz Ferreira de Oliveira - 871968/94 - A.I. 1983/07

Stone Mineração LTDA. - 875597/93 - A.I. 1984/07

Transbirebeira Mineração e Transportes Ltda - 870550/98 - A.I. 1992/07

RELAÇÃO Nº 259/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)

Itaúnas Mineração LTDA. - 870965/02, 870831/02, 870842/02

Nemer Mármores e Granitos S.A. - 870287/02

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

9º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE

RELAÇÃO Nº 83/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Amsa Mineração LTDA. - 890317/03 - A.I. 371/07

Areal Porto Velho Ltda - 890027/04 - A.I. 363/07

Areal Rui Barbosa Ltda - 890333/03 - A.I. 366/07

Armando de Souza Lima - 890123/04 - A.I. 352/07

Brás de Sousa Júnior - 890523/03 - A.I. 350/07

Clovis de Queiroz Lima - 890120/04 - A.I. 349/07

Edson José Ladeira - 890257/03 - A.I. 368/07

João Antônio Loureiro Lima - 890133/04 - A.I. 355/07

José Eduardo Vieira Coelho - 890483/03 - A.I. 367/07

José Rodrigues Fernandes Filho-me - 890314/03 - A.I. 370/07

M.A. Tardelli Extratora de Areia-me - 890134/04 - A.I. 356/07

Marta f de Andrade-me - 890184/03 - A.I. 372/07

Multiareia Extração e Comércio Ltda - 890005/04 - A.I. 354/07

Paulo Fernando Martins Antunes - 890147/04 - A.I. 351/07

Ricardo Fred Schwarz Pascoli - 890279/03 - A.I. 369/07

Vegastone Mineração e Comércio de Granitos LTDA. - 890015/04 - A.I. 353/07

RELAÇÃO Nº 84/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Agnelo Vital Vieira - 890004/04 - A.I. 346/07

Alfredo Gomes Telles - 890329/03 - A.I. 364/07

Armando de Souza Lima - 890119/04 - A.I. 339/07

Dionel Bastos Lugão - 890102/04 - A.I. 348/07

Fersil Extração e Comércio de Areia LTDA. - 890193/03 - A.I. 365/07

Francisco José Pio Borges de Castro - 890025/04 - A.I. 340/07, 890026/04 - A.I. 342/07

José de Ribamar Silva Passos - 890081/04 - A.I. 361/07

Lusmacir P.m.ferreira Extrações - 890393/03 - A.I. 341/07

Mineração Serra do Brito LTDA. - 890169/04 - A.I. 343/07

Paulo Fernando Martins Antunes - 890136/04 - A.I. 357/07

Paulo Roberto da Costa Gammaro - 890076/04 - A.I. 345/07

Samuel Correa da Rocha Junior - 890104/04 - A.I. 347/07

RELAÇÃO Nº 85/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Adélia Attie de Gusmão - 890452/03 - A.I. 331/07

Armando de Souza Lima - 890122/04 - A.I. 332/07

Empresa Granja Paraíso Incorporações e Participações l. - 890421/03 - A.I. 320/07

João Antônio Loureiro Lima - 890348/03 - A.I. 333/07

PETROMIX-COM. MIN. e TRANS. Ltda - 890437/03 - A.I. 329/07

Ruy do Carmo Borba - 890194/03 - A.I. 334/07

Saibreira Vila Nova Ltda-me - 890451/03 - A.I. 330/07

Sandra Mineração Ltda - 890217/03 - A.I. 336/07

Sandro Lanzieri Dos Anjos - 890197/03 - A.I. 335/07

Stonegran Mineração Ltda - 890448/03 - A.I. 328/07

RELAÇÃO Nº 86/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Crispim Augusto Lourenço Gomes - 890429/03 - A.I. 322/07, 890430/03 - A.I. 323/07, 890433/03 - A.I. 326/07, 890432/03 - A.I. 325/07, 890431/03 - A.I. 324/07

Empresa Granja Paraíso Incorporações e Participações l. - 890420/03 - A.I. 321/07

Fernando Sarmento Bastos - 890186/04 - A.I. 358/07

Jorge Baptista Canavez - 890082/04 - A.I. 360/07

m s Fundações e Construções LTDA. - 890183/04 - A.I. 375/07

Mineração Rose Ltda - 890036/04 - A.I. 362/07

Paulo Fernando Martins Antunes - 890135/04 - A.I. 374/07

Raul Carlos Scotelaro Boccaletti - 890443/04 - A.I. 337/07

Sergio Monza Cabral de Oliveira - 890083/04 - A.I. 359/07

OSWALDO LUIZ MONTES DA SILVA

Substituto

12º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE

RELAÇÃO Nº 42/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

Areeiro Canaã Ltda - Epp - 868111/02 - Not.192/2007 - R\$ 240,03, 868111/02 - Not.229/2007 - R\$ 204,00

Areeiro Rochedo LTDA-ME. - 868041/01 - Not.202/2007 - R\$ 204,00

Brianza Comércio e Indústria de Cerâmica Ltda - 866497/93 - Not.248/2007 - R\$ 313,50

Cerâmica Lider Ltda - 868017/99 - Not.226/2007 - R\$ 335,56

Corumbá Calcário Ltda - 868151/02 - Not.246/2007 - R\$ 306,00, 868152/02 - Not.247/2007 - R\$ 306,00

Dorival Ferreira Xavier - 868083/04 - Not.219/2007 - R\$ 402,45

Fátima Vieira Monteiro -me - 868099/02 - Not.216/2007 - R\$ 402,45

Pedreira Baré Ltda - 868311/00 - Not.217/2007 - R\$ 390,64

Ridjaine Cintia de Souza Cerqueira - 868099/06 - Not.191/2007 - R\$ 204,00

Rynaldo Reis Giordano- me - 868324/00 - Not.250/2007 - R\$ 306,00

Tomaz & Félix Ltda.- Epp - 868018/06 - Not.222/2007 - R\$ 327,05



RELAÇÃO Nº 44/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (Vis-  
toria)/prazo 10(dez) dias (6.87)  
Cerâmica Taboado Limitada - 868055/01 - Not.225/2007 -  
R\$ 317,81  
Ciro Transportadora LTDA. - 868222/97 - Not.227/2007 -  
R\$ 211,87  
Constran sa Construções e Comércio - 866189/93 -  
Not.220/2007 - R\$ 309,80  
Copel- Construções de Obras Ltda -me - 868278/03 -  
Not.223/2007 - R\$ 327,05  
Mpp - Mineração Pirâmide Participações Ltda - 868224/01 -  
Not.249/2007 - R\$ 306,00  
Sebastião da Silva Areeiro me - 868060/04 - Not.215/2007 -  
R\$ 402,45

RELAÇÃO Nº 47/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MUL-  
TAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)  
Anagildes Caetano de Oliveira - 868280/03 - Not.272/2007 -  
R\$ 1.252,61  
Anderson de Arruda Neves - 868102/02 - Not.232/2007 - R\$  
157,22  
Antonio de Oliveira Tenório - 868107/04 - Not.251/2007 -  
R\$ 1.833,18  
Areeiro Vale do Aquidauana LTDA. - 868109/02 -  
Not.214/2007 - R\$ 157,22  
Areia Cristal Ltda.-me - 868110/02 - Not.235/2007 - R\$  
157,22  
Cerâmica Campo Grande Ltda - 868032/01 - Not.264/2007 -  
R\$ 1.592,31, 868032/01 - Not.266/2007 - R\$ 3.184,61, 868032/01 -  
Not.267/2007 - R\$ 3.184,61  
Edson Teruiti Koga Toko - 868046/02 - Not.243/2007 - R\$  
157,22  
hw Extração de Areia Ltda.-me - 868074/04 - Not.189/2007  
- R\$ 1.741,09, 868074/04 - Not.190/2007 - R\$ 3.482,18  
Ivamar Marques - 868236/01 - Not.206/2007 - R\$ 157,22,  
868067/02 - Not.212/2007 - R\$ 157,22  
Jairo Luiz da Gama - 868254/01 - Not.205/2007 - R\$  
157,22  
Jorge da Silva Cerqueira - 868112/02 - Not.230/2007 - R\$  
157,22, 868113/02 - Not.239/2007 - R\$ 157,22  
José Maria Alves Dos Santos - 868069/02 - Not.242/2007 -  
R\$ 157,22  
Laurindo Masselane-me - 868090/02 - Not.231/2007 - R\$  
157,22  
Manoel Garcia de Moraes - 868081/05 - Not.270/2007 - R\$  
3.215,83  
Mário Sabatel Júnior - 868062/02 - Not.245/2007 - R\$  
157,22  
ml Campetti Rossetti-me - 868075/01 - Not.203/2007 - R\$  
157,22  
Osmar Silva de Oliveira - 868017/02 - Not.244/2007 - R\$  
157,22  
Paulo Sérgio Modesto do Valle - 868195/01 - Not.208/2007  
- R\$ 157,22, 868194/01 - Not.209/2007 - R\$ 157,22, 868196/01 -  
Not.210/2007 - R\$ 157,22, 868197/01 - Not.211/2007 - R\$ 157,22  
Pedro da Conceição - 868000/02 - Not.237/2007 - R\$  
157,22  
Sandro Beal - 868061/02 - Not.240/2007 - R\$ 157,22  
Striquer e Striquer LTDA. - 868186/04 - Not.252/2007 - R\$  
1.653,77, 868185/04 - Not.253/2007 - R\$ 1.653,77, 868007/05 -  
Not.254/2007 - R\$ 1.653,77, 868066/05 - Not.255/2007 - R\$  
1.653,77, 868036/06 - Not.256/2007 - R\$ 1.653,77, 868037/06 -  
Not.257/2007 - R\$ 1.653,77  
Ubilar Ivan Machado Oliveira - 868182/01 - Not.207/2007 -  
R\$ 157,22  
União Calcário Indústria e Comércio LTDA. - 868149/02 -  
Not.233/2007 - R\$ 157,22  
V.R. Dos Santos LTDA. - 868172/02 - Not.236/2007 - R\$  
157,22  
Valdomiro de Britto - 868098/02 - Not.238/2007 - R\$  
157,22  
Valter Alcala - 868010/05 - Not.268/2007 - R\$ 1.612,10

RELAÇÃO Nº 49/2007

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vis-  
toria)/prazo 10(dez) dias (6.87)  
hw Extração de Areia Ltda.-me - 868074/04 - Not.273/2007  
- R\$ 339,62

VALDEZ STEINLE DE CARVALHO

14º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE

RELAÇÃO Nº 38/2007

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE  
PESQUISA  
Determina o cumprimento de exigência prazo de 60  
dias.(1.31)  
848.186/07 - Of. 104/07-TOUT - Emprogeo Ltda. - Currais  
Novos-RN  
FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado para aplicação de multa, prazo para  
defesa 30 dias.(6.38)

848.109/04 - A. I. nº 156/07 - Reboforte Minérios do Nor-  
deste Ltda.  
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA  
Torna sem efeito a notificação administrativa de cobrança de  
CFEM.(5.56)  
532/53 - Not. Adm. 002/02 - Mineração José Marcelino de  
Oliveira e Cia. Ltda.  
805.363/72 - Not. Adm.007/02 - Mineração José Marcelino  
de Oliveira e Cia. Ltda.  
FASE DE LICENCIAMENTO  
Determina o cancelamento do Registro de Licença/Área dis-  
ponível prazo de 60 dias/art. 26 (7.04) (3.28)  
848.209/02 - Francisco de Assis Montenegro de Queiroz -  
Registro de Licença nº014/03 - Pendências-RN  
848.093/03 - Francisco Pelonha Gonçalves Neto - Registro  
de Licença nº022/03 - Pendências-RN  
848.204/04 - Roldão Bruno de Medeiros Miranda - Registro  
de Licença nº013/05 - Pendências-RN  
Defere o pedido de renovação do registro de licença.(7.42)  
848.145/02 - Cerâmica Santa Rita Ltda.-ME - Prazo até:  
04/06/2017.

CARLOS MAGNO BEZERRA CORTEZ

20º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE

RELAÇÃO Nº 75/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/Área dis-  
ponível (6.50)(3.28)  
Adivaldo Ferreira Vargas - 890213/89  
Ailton Minete - 890392/91  
Alberto Lima do Amaral - 890466/93, 890468/93  
Antônio Sérgio Veiga Alves - 891442/94, 891443/94  
Biosfera Florestal Ltda - 896711/02  
Britador Alvorada Ltda - 896064/95  
França & Cardoso Ltda-me - 896653/95  
Gilberto Azeredo Araújo - 896335/98  
Jandir Fraga - 896290/06, 896441/06  
Jose Baptista Salles - 890499/92  
José Batista Pereira - 890841/89  
José Vitorio Marinato - 890118/90  
Lanastone Mineração Ltda - 890033/90, 890038/90  
Marcos Monteiro Lobato Lemos - 890315/93, 890319/93,  
890360/93  
Maria Martha Sgulmero de Moraes - 891063/89  
Samuel Dos Santos - 890404/90, 890409/90  
Tania da Penha Sartori - 896220/95, 896276/95

RELAÇÃO Nº 76/2007

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE  
PESQUISA  
Determina o cumprimento de exigência/prazo 60 dias.  
(1.31)  
896.377/07-Of.2125/07-Min. Cedros Ltda.  
896.394/07-Of.2123/07-Iracilda Cimoura Gomes  
896.391/07-Of.2124/07-Fábio André Savignon  
896.397/07-Of.2122/07-Aureo Martins Barbosa  
896.912/06-Of.2097/07-Dianlei Francisco Largura Carleti  
896.905/06-Of.2098/07-Juvenal Ribeiro Stanzani  
896.550/06-Of.2093/07-Arildo Ramalho Marques  
896.551/06-Of.2094/07-Valder Moreira Pires  
896.939/06-Of.2095/07-Cattegran Granitos do Brasil Ltda.-  
ME  
896.937/06-Of.2096/07-Cattegran Granitos do Brasil Ltda.-  
ME  
896.580/06-Of.2089/07-Oziel Barbosa de Campos  
896.578/06-Of.2090/07-Brasil Quarries Imp. e Exportação  
Ltda.  
896.570/06-Of.2091/07-Ester Ferreira de Souza Arruda  
896.566/06-Of.2092/07-Granicatu's-Granitos do Brasil Ltda  
896.873/06-Of.2101/07-Min. Cantagallo Ltda  
896.411/06-Of.2121/07-Antônio Marcos de Monteiro da Sil-  
va  
896.409/07-Of.2120/07-Ecoareia Com. de Areia Ltda  
896.584/06-Of.2086/07-Valder Moreira Pires  
896.169/07-Of.2023/07-Minerfal-Minérios Faccini Ltda  
896.738/06-Of.2118/07-Jorge Luiz Vittorazzi  
896.863/06-Of.2102/07-Afonsogran-Afonso Cláudio Grani-  
tos Ltda.  
896.861/06-Of.2103/07-Marco Antonio David Nogueira  
896.838/06-Of.2104/07-ALM-Min. e Com. Internacional Lt-  
da.  
896.811/06-Of.2105/07-Leide Monteiro Bastos-ME  
896.798/06-Of.2106/07-Iunagral Iuna Granitos Ltda.  
896.586/06-Of.2087/07-João da Silva Stohel  
896.583/06-Of.2088/07-Valder Moreira Pires  
896.797/06-Of.2107/07- Iunagral Iuna Granitos Ltda.  
896.897/06-Of.2099/07-Imetame Granitos Ltda.  
896.883/06-Of.2100/07-Cattegran Granitos do Brasil Ltda.  
896.796/06-Of.2108/07-Joel Bernabé  
896.795/06-Of.2109/07-Forno Grande Pedras Ornamentais  
do Brasil Ltda.  
896.790/06-Of.2110/07-José Carlos Coimbra de Resende  
896.775/06-Of.2112/07-Leandro Perim  
896.789/06-Of.2111/07-Ecoareia-Com. de Areia Ltda.  
896.299/06-Of.2074/07-Bento Barcelos

896.411/06-Of.2069/07-Granitos Retiro Ltda.  
896.211/06-Of.2070/07-MIC-Min. Irmãos Conceição Ltda.  
896.351/06-Of.2071/07-Luiz Carlos Nunes  
896.340/06-Of.2072/07-Luiz Cláudio Ferreira  
896.314/06-Of.2073/07-Marcos Rangel Conti  
896.747/06-Of.2117/07-Sebastião Medeiros Fabelo  
896.528/06-Of.2064/07-Terra Latina Com. Exterior Ltda.  
896.521/06-Of.2065/07-Pleiades Min. Ltda.  
896.172/06-Of.2066/07-Granitos Grancol Ltda. - ME  
896.504/06-Of.2067/07-Eneida Scatamburlo Ribeiro  
896.499/06-Of.2068/07-Eneida Scatamburlo Ribeiro  
896.769/06-Of.2114/07-Cattegran-Granitos do Brasil Ltda. -  
ME  
896.765/06-Of.2115/07-Min. Nova Era Ltda. - ME  
896.749/06-Of.2116/07-Roldinei Roberto Zambaldi  
896.649/06-Of.2084/07-Rogério João Littig Mariano  
896.068/06-Of.2045/07-José Carlos Vieira da Silva  
896.102/07-Of.2044/07-Renan Catelan  
896.049/07-Of.2046/07-Renato Madureira Rosa  
896.694/06-Of.2055/07-Vermont Min. Exp. e Imp. Ltda.  
896.705/06-Of.2054/07-Egimar Santana de Souza  
896.298/06-Of.2075/07-Granitos Vila Ltda.  
896.296/06-Of.2076/07-Otávio Zavarize  
896.292/06-Of.2077/07-Renan Catelan  
896.867/06-Of.2114/07-Min. Nova Era Ltda. - ME  
896.258/06-Of.2078/07-Imetame Granitos Ltda.  
896.237/06-Of.2079/07-Guimar Guidi Mármores Ltda.  
896.219/06-Of.2080/07-Crenelli Min. Ltda.  
896.051/06-Of.2081/07-João Batista Lima de Oliveira  
896.611/05-Of.2082/07-Gravital Pedras Ltda.  
896.605/05-Of.2083/07-Fox Pesq. de Granitos Ltda.-ME  
896.729/06-Of.2053/07-Ecoareia Com. de Areia Ltda.  
896.732/06-Of.2052/07-Min.Rocha Viva Ltda.  
896.664/06-Of.2058/07-Min. Palmeiras Ltda.-ME  
896.668/06-Of.2057/07-Occidental-Granitos e Mármores Lt-  
da.  
896.954/06-Of.2049/07-Sebastião Nunes de Almeida  
896.004/07-Of.2048/07-Kill Cerâmica Nova Ltda.-EPP  
896.014/07-Of.2047/07-Emerson Machado Scartambugo  
896.230/07-Of.2033/07-Min. Monte Alegre Ltda.-ME  
896.683/06-Of.2056/07-Rodrigo Domacir de Freitas  
896.180/07-Of.2036/07-Miguel Domingos Costalonga  
896.131/07-Of.2041/07-Facilita-Cred Construtora e Incorpo-  
radora Ltda.-ME  
896.138/07-Of.2040/07-Geraldo Com. Filho  
896.139/07-Of.2039/07-Granitos Retiro Ltda.  
896.944/06-Of.2050/07-Emerson Souza dos Santos  
896.292/07-Of.2026/07-Gevanildo Santana  
896.317/07-Of.2027/07-Florisvaldo Rodrigues Novaes  
896.638/06-Of.2061/07-Minerbraz Min. Ltda.  
896.646/06-Of.2060/07-Pleiades Min. Ltda  
896.630/06-Of.2062/07-Min. Estrela do Norte Ltda.-ME  
896.545/06-Of.2063/07-Gramateus-Granitos e Mármores  
Mateus Ltda.-ME  
896.600/06-Of.2085/07-Marcus Vinícius Duarte Carneiro  
896.205/07-Of.2034/07-Min. Curimbaba Ltda.  
896.124/07-Of.2043/07-Reginaldo Felis Guedes  
896.128/07-Of.2042/07-Reginaldo Felis Guedes  
896.940/06-Of.2051/07-Rodrigo Alcy Cavallini  
896.231/07-Of.2032/07-Gemini Min. Ltda.  
896.145/07-Of.2038/07-Pedra Contente Min. Ltda.-ME  
896.153/07-Of.2037/07-CMC-Mat. de Construção Ltda.-ME  
896.660/06-Of.2059/07-Marcos Rangel Conti  
896.232/07-Of.2031/07-Min. Ouro Verde Ltda.  
896.284/07-Of.2030/07-Leonardo Bruno do Carmo Sena  
896.285/07-Of.2029/07-Leonardo Bruno do Carmo Sena  
896.289/07-Of.2028/07-Emerson Machado Scartambugo

RELAÇÃO Nº 77/2007

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE  
PESQUISA  
Determina o cumprimento de exigência/prazo 60 dias.  
(1.31)  
896.552/06-Of.1984/07-Valder Moreira Pires  
896.598/06-Of.1987/07-Jandir Fraga  
896.574/06-Of.1986/07-Roberto de Oliveira Mares Guia-  
ME  
896.553/06-Of.1985/07-Valder Moreira Pires  
896.661/06-Of.1969/07-Terra Latina Com. Exterior Ltda.  
896.690/06-Of.1991/07-Tercol-Terraplenagem e Construções  
Ltda.  
896.681/06-Of.1990/07-Erick Lorencini  
896.680/06-Of.1989/07-Facilita-Cred Intermediação Finan-  
ceira Ltda.  
896.672/06-Of.1988/07-Edimar Dufrayer  
896.361/07-Of.2015/07 e 2014/07-Elis José de Sousa  
896.391/06-Of.1977/07-Waldir Lopes Magalhães  
896.392/06-Of.1978/07-Waldir Lopes Magalhães  
896.444/06-Of.1979/07-Três Irmãos Granitos, Exp. e Imp.  
Ltda.  
896.132/07-Of.2004/07-Pedra Contente Min. Ltda.-ME  
896.101/07-Of.2000/07-Min. Azul Tropical Ltda.-ME  
896.535/06-Of.1982/07-José Marcos Vieira de Souza  
896.097/07-Of.1999/07-Osmar Geraldo Frisso-ME  
896.079/07-Of.1998/07-Ecoareia-Com. de Areia Ltda.  
896.942/06-Of.1997/07-Adilson Bonomo  
896.889/06-Of.1996/07-Dhiego Angelttton Silva  
896.452/06-Of.1980/07-Água Graciosa Ltda.  
896.360/06-Of.2013/07-Elis José de Sousa





896.309/07-Of.2012/07-JK Serv. E Assessoria Ltda.  
896.305/07-Of.2011/07-Hutson Guedes Teixeira  
896.736/06-Of.1992/07-Terraplanagem Nossa Senhora da Penha Ltda.  
896.403/05-Of.2017/07-José Carlos Puziol  
896.301/05-Of.2016/07-Braspedras-Com., Imp. e Exp. Ltda.  
896.266/06-Of.1975/07-Tercol-Terraplenagem e Const. Ltda.  
896.362/06-Of.1976/07-Tercol-Terraplenagem e Const. Ltda.  
896.470/06-Of.1981/07-Tercol-Terraplenagem e Const. Ltda.  
896.303/07-Of.2010/07-Tercol-Terraplenagem e Const. Ltda.  
896.737/06-Of.1993/07-Terraplanagem Nossa Senhora da penha Ltda.  
896.271/07-Of.2128/07-Ecoareia-Com. de Areia Ltda.  
896.300/07-Of.2009/07-José Geraldo Cheim  
896.299/07-Of.2008/07-José Geraldo Cheim  
896.255/07-Of.2007/07-Facilita-Cred, Construtora e Incorporadora Ltda.-ME  
896.248/07-Of.2006/07-Gilmar Barbosa da Silva  
896.227/07-Of.2005/07-Pedro Elias de Martins  
896.812/06-Of.1994/07-Marco Paulo Gontijo Carsalade  
896.127/07-Of.2003/07-Reginaldo Felis Guedes  
896.120/07-Of.2020/07-Osmar Geraldo Frisso-ME  
896.117/07-Of.2001/07-Lucileia Ribeiro Pereira de Sá  
896.843/06-Of.1995/07-Marcos Rangel Conti  
Homologa a desistência do requerimento de pesquisa/Área disponível para pesquisa pelo prazo de 60 dias/art.26 do C.M.(1.57)(3.28)  
896.573/05-Gramartins-Granitos e Mármore Martins Ltda.-ME

ISABEL CRISTINA POZZATTO TEIXEIRA NEVES  
Substituta

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-24/Nº 38, de 27.09.2004, publicada no DOU 179 de 25.08.2005, Seção - 1, pág.81, que criou o projeto PA SANTANA NOSSA ESPERANÇA, com o Código PI0360000, localizado no município de Teresina, onde se lê, a criação de 155 (cento e cinquenta e cinco) unidades agrícolas familiares, leia-se a criação de 226 (duzentos e vinte e seis) unidades agrícolas familiares.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 261, DE 5 DE JULHO DE 2007

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico de Projeto N.º 092/2007 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, submetido ao Conselho de Administração da SUFRAMA em sua 227ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2007;

CONSIDERANDO que o projeto relativo ao Parecer acima mencionado foi enquadrado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA nos termos da Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, Art. 10, parágrafo 1º, e que a empresa apresentou a documentação relativa a sua regularidade jurídico fiscal no prazo estipulado;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 8º e 20 do Regimento Interno do Conselho de Administração da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa A.C.R.COMPONENTES ELETRÔNICOS DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 092/2007 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONDUTOR ELÉTRICO (CHICOTE) COM PEÇAS DE CONEXÃO PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, E FIOS E CABOS COM CONECTORES/TERMINAIS PARA USO DIVERSO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos constantes do Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-lei n.º 288/67, com redação dada pela Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto CONDUTOR ELÉTRICO (CHICOTE) COM PEÇAS DE CONEXÃO PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, do Processo Produtivo Básico estabelecido na Portaria Interministerial nº 182 - MDIC/MCT, de 19 de julho de 2004; e quando da fabricação do produto FIOS E CABOS COM CONECTORES/TERMINAIS PARA USO DIVERSO, do Processo Produtivo Básico estabelecido na Portaria Interministerial nº 58 - MDIC/MCT, de 27 de março de 2007;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 202, de 17 de maio de 2006, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

Ministério do Meio Ambiente

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO  
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 6 DE JULHO DE 2007

Regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, define os tipos de vegetação e as formações de cobertura florestal, para fins de identificação das florestas públicas federais, e dá outras providências.

O Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 56 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, resolve:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Cadastro Nacional de Florestas Públicas - CNFP, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, é integrado:

I - pelo Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União - CFPU;

II - pelos cadastros de florestas públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CAPÍTULO II  
DO CADASTRO-GERAL DE FLORESTAS PÚBLICAS DA UNIÃO

Art. 2º As florestas localizadas em terras sob domínio da União devem ser inscritas no CFPU.

§ 1º No caso das florestas públicas mencionadas nos §§ 3º e 4º do art. 2º do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, caberá ao órgão gestor da respectiva floresta solicitar o seu cadastramento.

§ 2º Para os fins de cadastramento pelo Serviço Florestal Brasileiro, o polígono de floresta pública poderá conter área sem floresta, desde que inferior à área com cobertura florestal, com o objetivo principal de recuperá-la e mantê-la com a cobertura florestal.

§ 3º Excepcionalmente, por decisão da entidade pública gestora do imóvel, poderão ser incluídas áreas desflorestadas maiores que a área com cobertura florestal.

Art. 3º O CFPU é composto por florestas públicas, localizadas em imóveis urbanos ou rurais matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista federais, inseridas em três estágios:

I - identificação, onde constarão perímetros georreferenciados de florestas plantadas ou naturais, localizadas em terras de domínio da união;

II - delimitação, quando o perímetro das florestas públicas federais serão averbados nas matrículas dos imóveis;

III - demarcação, quando os perímetros das florestas públicas federais serão materializados no campo e os dados georreferenciados dos marcos serão inseridos no CFPU.

Art. 4º Encontrar-se-ão cadastradas sumariamente no CFPU, independente de sua cobertura vegetal, do uso da terra e da observação dos estágios de cadastramento:

I - áreas inseridas no Cadastro de Terras Indígenas;

II - unidades de conservação federais, com exceção das áreas privadas localizadas em categorias de unidades que não exijam a desapropriação, conforme disposto no inciso II do § 2º do art. 2º do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007.

Art. 5º A cada floresta pública inserida no CFPU será atribuído um código.

Seção I  
Do estágio de identificação

Art. 6º No estágio de identificação, será comunicada ao órgão competente a inclusão no CFPU das seguintes florestas:

I - Floresta Pública A (FPA), que indica que a floresta possui dominialidade pública e uma destinação específica;

II - Floresta Pública B (FPB), que indica que a floresta possui dominialidade pública, mas ainda não foi destinada à utilização pela sociedade, por usuários de serviços ou bens públicos ou por beneficiários diretos de atividades públicas;

III - Floresta Pública C (FPC) são as florestas com definição de propriedade não identificada pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. A inclusão de FPC no CFPU será comunicada, por meio de ofício, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, à Secretaria do Patrimônio da União - SPU e aos órgãos de terra estaduais.

Art. 7º A identificação das florestas públicas da União dar-se-á com o georreferenciamento com precisão equivalente ou superior àquelas utilizadas nas cartas topográficas na escala 1:250.000, editoradas pelo Exército Brasileiro ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. O Serviço Florestal Brasileiro editará norma técnica sobre os parâmetros de cartografia que utilizará.

Art. 8º A identificação das florestas públicas dar-se-á a partir dos dados sobre bens de domínio público e sobre os tipos de vegetação e as formações da cobertura florestal.

Parágrafo único. Os tipos de vegetação e as formações da cobertura florestal encontram-se definidas no Anexo I e observam as caracterizações definidas pelo IBGE.

Seção II

Do estágio de delimitação

Art. 9º Na fase de delimitação, a floresta pública da União terá seu perímetro averbado junto à matrícula do Registro de Imóveis.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, o Serviço Florestal Brasileiro deverá identificar o número da matrícula no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º Será encaminhado ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis o requerimento da averbação do perímetro da floresta pública delimitada, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 3º No CFPU, constará o número da matrícula do Registro de Imóveis e os dados do respectivo Cartório de Registro de Imóveis, onde foi realizada a averbação da Floresta Pública Federal.

Art. 10. O Serviço Florestal Brasileiro informará a averbação da floresta pública na matrícula do Cartório do Registro de Imóveis ao gestor do imóvel onde se localiza a Floresta Pública Federal.

Art. 11. No estágio de delimitação, a estruturação de dados geoespaciais vetoriais, referentes ao mapeamento das florestas públicas da União seguirão a Norma da Cartografia Nacional, de estruturação de dados geoespaciais vetoriais, referentes ao mapeamento terrestre básico que compõe a Mapoteca Nacional Digital, homologada pela Resolução da Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR nº 1, de 2 de agosto de 2006.

Art. 12. A delimitação geográfica e o memorial descritivo das florestas públicas da União deverão conter as seguintes informações:

I - a descrição do perímetro, com as coordenadas geográficas, e as confrontações em sentido direito (sentido horário);

II - o azimute e a distância entre os vértices;

III - o Meridiano Central (MC) da região, tendo como referencial planimétrico o Datum SAD69 até a adoção oficial do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000).

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, todas as florestas públicas da União deverão ser georreferenciadas com precisão e projeção equivalente ou superior às cartas topográficas de maior escala editoradas pelo Exército Brasileiro ou pelo IBGE, de acordo com o Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984.

Seção III

Do estágio de demarcação

Art. 13. No estágio de demarcação, os perímetros das florestas públicas federais e das unidades de manejo serão materializados no campo e os dados georreferenciados dos marcos serão inseridos no CFPU.

Art. 14. A demarcação de que trata o art. 13 será realizada com a implantação de marcos físicos, conforme norma técnica editada pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. Quando o perímetro a ser demarcado coincidir total ou parcialmente com perímetros já demarcados de acordo com as normas legais, o Serviço Florestal Brasileiro poderá utilizar a demarcação existente.

Art. 15. A demarcação realizada pelo concessionário observará o perímetro definido pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. A demarcação de que este artigo será reconhecida após avaliação pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Seção IV

Da situação cadastral

Art. 16. A floresta pública inscrita no CFPU poderá ter situação cadastral:

I - ativa;

II - inativa.

§ 1º A floresta pública será inscrita no CFPU com situação cadastral ativa e passará à situação inativa nos seguintes casos:

I - quando houver o reconhecimento de direito de propriedade privada anterior à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006;

II - quando ocorrer a transferência ou o reconhecimento de propriedade a outro ente da federação.

§ 2º Quando as situações previstas no § 1º deste artigo incidirem em parte de uma floresta pública, far-se-á o seu desmembramento em duas florestas públicas e mudar-se-á a situação cadastral de uma delas.



## Seção V

Das alterações no CFPU

Art. 17. As inscrições e as alterações nos estágios e nas situações cadastrais das florestas públicas no CFPU serão ratificadas pelo Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 18. Será disponibilizada na Internet, de forma destacada, qualquer alteração no CFPU.

Art. 19. Os dados cadastrais de floresta pública da União inscrito no CFPU que forem considerados inconsistentes serão objeto de alteração.

## CAPÍTULO III

## DO CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS

Art. 20. O CNFP será alimentado pelos cadastros florestais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com as seguintes informações:

I - número de matrícula do imóvel e os dados do respectivo Cartório de Registro de Imóveis;

II - município e estado de localização;

III - titular e gestor da floresta pública;

IV - perímetro georreferenciado;

V - bioma, tipo e aspectos da cobertura florestal;

VI - referências de estudos associados à floresta pública, que envolvam recursos naturais renováveis e não-renováveis, relativos aos limites da respectiva floresta;

VII - uso e destinação comunitários;

VIII - pretensões de posse eventualmente incidentes sobre a floresta pública;

IX - existência de conflitos fundiários ou sociais;

X - atividades desenvolvidas, certificações, normas, atos e contratos administrativos e contratos cíveis incidentes nos limites da floresta pública; e

IX - recomendações de uso formuladas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do Estado.

Parágrafo único. Serão identificadas no CNFP as florestas públicas localizadas em áreas definidas como indispensável à segurança do território nacional.

Art. 21. Para a integração dos dados no CNFP, os órgãos responsáveis dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios indicarão no respectivo cadastro o estágio e a situação da floresta pública, em equivalência quanto à situação, prevista no art. 16 e nos seguintes incisos:

I - no estágio de identificação, as informações sobre a floresta pública indicarão:

a) o código;

b) o perímetro georreferenciado.

II - no estágio de delimitação, as informações sobre a floresta pública indicarão:

a) o número da matrícula no Registro de Imóveis e os dados do respectivo Cartório em que foi averbada a floresta pública;

b) o memorial descritivo do perímetro averbado.

III - no estágio de demarcação, as informações sobre a floresta pública indicarão:

a) o perímetro materializado em campo;

b) os dados georreferenciados dos marcos resultante da materialização em campo.

Art. 22. O Serviço Florestal Brasileiro disponibilizará, sem ônus, aos entes da federação o sistema operacional e o padrão para troca eletrônica de informações do CFPU para a utilização e elaboração de cadastros próprios.

Art. 23. As informações disponibilizadas no CNFP serão compartilhadas por meio de ferramentas que permitam a integração e interoperabilidade entre sistemas de informação.

Parágrafo único. A utilização do sistema operacional desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro, bem como o compartilhamento das informações por meio de ferramenta de interoperabilidade, será formalizada pela assinatura de termo de cooperação entre o órgão competente do ente da federação e o Serviço Florestal Brasileiro.

## CAPÍTULO IV

## DA INTERLIGAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL

Art. 24. Com vistas ao intercâmbio de informações, o Serviço Florestal Brasileiro disponibilizará ao Incra em formato eletrônico as informações contidas no CNFP, de acordo com o art. 7º do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007.

Parágrafo único. Os padrões para a troca de informações eletrônicas entre o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e o CNFP serão definidos em ato conjunto entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Incra.

## CAPÍTULO V

## DA DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Para fins de publicação de dados, o CNFP poderá adotar projeções cartográficas compatíveis com o seu sistema de informação.

Art. 26. O Relatório Anual de Gestão do Serviço Florestal Brasileiro conterá um sumário com as informações sobre as florestas cadastradas no CFPU, a situação cadastral, nome, localização, área e matrícula no Registro de Imóveis.

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TASSO REZENDE DE AZEVEDO  
Diretor-Geral

## ANEXO I

Tipos de vegetação e formações de cobertura florestal

Tipo de vegetação	Formações	Biomas					
		Amazônia	Mata Atlântica	Cerrado	Caatinga	Pantanal	Pampa
Floresta Ombrófila Densa	Todas	x	x	x	x	-	-
		x	x	-	x	-	-
Floresta Ombrófila Aberta		-	x	-	-	-	-
Floresta Ombrófila Mista		x	x	x	x	x	x
Floresta Estacional		x	x	x	x	x	x
Floresta Estacional Decidual		x	x	x	x	x	x
Campinarana	Florestada, arborizada e arbustiva	x	-	-	-	-	-
Savana	Florestada e arborizada	x	x	x	x	x	-
		x	x	x	x	x	x
Savana Estépica							
Estepe	Arborizada	-	x	-	-	-	x
Vegetação com influência fluvial e/ou lacustre	Arbórea e Arbustiva	x	x	x	x	-	x
		x	x	x	x	x	x
Vegetação com influência fluviomarinha	Arbórea	x	x	x	x	-	-
Refúgios Vegetacionais	Arbustivo	x	x	x	x	-	-
Contatos entre Tipos de Vegetação	Entre os anteriores	x	x	x	x	x	x
Vegetação Secundária	Estágios inicial, médio e avançado	x	x	x	x	x	x
Reflorestamentos	Gêneros identificados	x	x	x	x	x	x

Fonte: Projeto do Inventário Florestal Nacional (2006).

Ministério do Planejamento,  
Orçamento e GestãoSECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
GERÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

## PORTARIA Nº 7, DE 4 DE JULHO DE 2007

O GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº.06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e, de acordo com o Art. 22 da Lei nº.9636, de 15/05/1998 e Art. 14 e seus parágrafos do Decreto 3.725, de 11/01/2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título ONEROSO e precário, a CC & M COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA, inscrito no CNPJ 01.010.555/0001-87, da área de uso comum do povo, situada no Aterro da Praia de Iracema, para realização do evento 6º MARATONA PÃO DE AÇUCAR DE REVEZAMENTO DE FORTALEZA, que totaliza uma área de 1623,13 m², de acordo com os elementos informativos constantes do processo 04988.001320/2007-56.

Art. 2º A área de propriedade da União a ser utilizada ficará sob a responsabilidade da CC & M COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA, no período de 04/07/2007 à 09/07/2007, durante o qual, a Permissãoária se encarregará pela segurança, limpeza, manutenção, conservação do espaço citado comprometendo-se a entregá-lo, dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

Art. 3º Para fins de cobrança, pela União, foi recolhida a taxa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), para ressarcimento da despesa administrativa de publicação no D.O.U. prevista no Art.14, parágrafo 6º do Decreto nº 3725/2001 e o valor de R\$ 7.791,03 (sete mil setecentos e noventa e um reais e três centavos), importância essa recolhida ao Tesouro Nacional, através de DARF, cuja cópia encontra-se anexada ao mencionado processo.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente permissão, se obriga a Permissãoária a afixar, no mínimo, uma placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU): "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO DE MENEZES NEVARES  
Interino

## Ministério do Trabalho e Emprego

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO  
EM ALAGOAS

## PORTARIA Nº 74, DE 4 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre Embargo e Interdição no Setor da Construção Civil pelos auditores-fiscais do trabalho da Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas.

A DELEGADA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE ALAGOAS - SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições legais e considerando que, de conformidade com o disposto no art. 161 da CLT, incumbem-lhe a faculdade de interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, à vista de laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador;

Considerando que o setor da Construção Civil é um dos líderes nas estatísticas de acidentes do trabalho, notadamente graves e fatais;

Considerando ser de grave e iminente risco toda condição ambiental de trabalho que possa causar acidente do trabalho ou doença do trabalho ou doença profissional com lesão grave à integridade física do trabalhador;

Considerando que uma vez constatada pelo auditor-fiscal do trabalho, a condição ambiental de trabalho de grave e iminente risco deverá ser prontamente neutralizada;

Considerando que o tempo entre a elaboração do laudo técnico pelo auditor-fiscal do trabalho e a apreciação do Delegado Regional do Trabalho pode ensejar a ocorrência de lesões irreparáveis ao trabalhador;

Considerando que o Decreto Nº 4.552, de 27/12/2002, que aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho - RIT, em seu art.18, inciso XIII, dá competência aos auditores-fiscais do trabalho, em todo o território nacional, para propor a interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou o embargo de obra, total ou parcial, quando constatar situação de grave e iminente risco à saúde ou à integridade física do trabalhador;

Considerando que, de acordo com o art. 20, Parágrafo único, nos casos de grave e iminente risco à saúde e segurança dos trabalhadores, o Auditor-Fiscal do Trabalho atuará independentemente de sua área de inspeção, resolve:

Art. 1º. - Determinar aos auditores-fiscais do trabalho lotados no Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador que, quando no exercício de suas funções e na ocorrência da constatação de grave e iminente risco no setor da Construção Civil, promovam o Termo de Embargo/Interdição a que se referem o art. 161, da CLT e a NR-3, aprovada pela Portaria Ministerial Nº. 3.214, de 08 de junho de 1978.

Art. 2º. - O Termo de Embargo/Interdição deverá ser acompanhado de um laudo técnico que indique a situação de risco verificada e especifique as medidas corretivas que deverão ser adotadas



pelas pessoas sujeita à inspeção do trabalho, dando pronta ciência ao empregador e, por intermédio do Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador, apresentado ao Delegado Regional do Trabalho para apreciação e referendun da providência adotada.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARTHA CAVALCANTE LEÃO DA FONSECA

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO  
NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 66, DE 5 DE JULHO DE 2007

O DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 01, da Portaria MTE nº 08, de 30 de janeiro de 1987, e

Considerando a subdelegação de competência aos Delegados Regionais do Trabalho, nos termos do art. 1º, da Portaria MTE nº 02, de 25/05/2006;

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº 11/2007, de 04/07/2007, estar o presente Plano de Cargos e Salários, Organizados em Carreira do Corpo Docente da Associação Península Norte de Educação Ciência e Cultura; resolve:

GILVANDERLEY GOMES APOLINÁRIO

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO  
NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO DELEGADO  
Em 5 de julho de 2007

Termo de Homologação do Plano de Cargos e Salários - (PCCS). De acordo com a análise da Seção de Relações do Trabalho - SERET, à luz da Portaria SRT Nº. 02, de 25/05/2006, e usando da competência delegada pelo artigo 1º da referida Portaria, resolvo homologar o Plano de Cargos e Salários e a Avaliação de Desempenho de empregados do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP - MA, objeto da solicitação contida no Processo Nº. 46223-002830/2007-32.

ALLAN KARDEC AYRES FERREIRA

Ministério do Turismo

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 38, DE 5 DE JULHO DE 2007(\*)

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SE/MTur nº 103, de 6 de julho de 2005, e tendo em vista a Lei nº 11.439 de 29 de dezembro de 2006, e Portaria SOF nº 5, de 22 de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação, da dotação orçamentária da Unidade Orçamentária 54101 - Ministério do Turismo - MTur, constante da Lei 11.306, de 16 de maio de 2006.

Art. 2º A presente alteração justifica-se pela inviabilidade técnica da classificação, na modalidade aprovada, programada e disponível, nesta data, que não permite Aplicações Diretas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS PORTUGAL BACELLAR

ANEXO

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ESF	FTE	IDOC	REDUÇÃO		ACRÉSCIMO	
				MODALIDADE	VALOR	MODALIDADE	VALOR
<b>1166 - TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS</b> 23.695.1166.4620.0236 Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno - No Estado do Mato Grosso.	F	0100	9999	3.3.30	346.500	3.3.90	346.500

(\*) Republicada por ter saído no DOU nº 129, de 06/07/07, Seção I, pág. 98 com incorreção no original.

Ministério dos Transportes

DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA 1.105, DE 5 DE JULHO DE 2007

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem, o artigo 21, inciso III e Parágrafo único, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 27 de Abril de 2006, publicada no D.O.U. de 28/04/2006 e o artigo 124, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 26/02/2007 e, tendo em vista o constante no processo nº 50600.009767/2006-15, resolve:

I - Revogar a Portaria nº 1.746, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 2006, autorizando o Ministério da Defesa Exército - 7º Batalhão de Engenharia de Construção, a executar os serviços de manutenção (conservação/recuperação) na Rodovia BR-317/AM, Trecho: Entr. BR-230/AM(Lábrea)(Km 0,00) - Div.AM/AC(Km 526,70), Sub-Trecho: Boca do Acre (Km 416,00) - Div.AM/AC (Km 526,70), Segmento: Km 416,00 - Km 526,70, Extensão: 110,70 Km. PNV: 317BAM0120 - 317BAM0160, no valor de R\$ 4.735.444,16 (quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos).

II - A referida revogação se dará pela conveniência administrativa, conforme Relato nº 654/2007, incluído na pauta do dia 03/07/2007, constante da Ata nº 27/2007.

MAURO BARBOSA DA SILVA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIAS REGIONAIS  
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 124, DE 4 DE JUNHO DE 2007

O Procurador do Trabalho, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a existência de inúmeros casos de fraude à legislação trabalhista utilizando-se mascaradamente de cooperativas de trabalho, sendo na realidade meras intermediadoras de mão-de-obra, caracterizando-se, em tese, a figura do marchandage, vedado no art. 9º da CLT, por configurar violação aos direitos fundamentais, sociais e laborais dos trabalhadores, insertos nos arts. 1º, III, 5º, caput, que asseguram o valor social do trabalho e a igualdade de todos perante a lei, bem como aos arts. 6º e 7º e incisos da Constituição da República, às normas da Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei 6.019/74.

Considerando todo o teor da representação;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6º, VII e 84, III da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público n.º 0810/2007 em face de STREET WORK LTDA-ME.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho Rodrigo de Lacerda Carelli, que poderá ser secretariado pela servidora Cláudia Paiva Carneiro da Silva, Técnica Administrativa.

RODRIGO DE LACERDA CARELLI

PORTARIA Nº 126, DE 6 DE JUNHO DE 2007

O Procurador do Trabalho, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a existência de inúmeros casos de fraude à legislação trabalhista utilizando-se mascaradamente de cooperativas de trabalho, sendo na realidade meras intermediadoras de mão-de-

obra, caracterizando-se, em tese, a figura do marchandage, vedado no art. 9º da CLT, por configurar violação aos direitos fundamentais, sociais e laborais dos trabalhadores, insertos nos arts. 1º, III, 5º, caput, que asseguram o valor social do trabalho e a igualdade de todos perante a lei, bem como aos arts. 6º e 7º e incisos da Constituição da República, às normas da Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei 6.019/74.

Considerando todo o teor da representação;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6º, VII e 84, III da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público n.º 2165/2006 em face de COOPMILÊNIO - COOPERATIVA DE TRABALHO DE SAÚDE, LUCENTES DO BRASIL e TRUST COOPERATIVA DE TRABALHO.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho Rodrigo de Lacerda Carelli, que poderá ser secretariado pela servidora Cláudia Paiva Carneiro da Silva, Técnica Administrativa.

RODRIGO DE LACERDA CARELLI

PORTARIA Nº 127, DE 6 DE JUNHO DE 2007

O Procurador do Trabalho, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando todo o teor da representação;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6º, VII e 84, III da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público n.º 0744/2007 em face de FISER - FISIOTERAPIA E SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO LTDA.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho Rodrigo de Lacerda Carelli, que poderá ser secretariado pela servidora Cláudia Paiva Carneiro da Silva, Técnica Administrativa.

RODRIGO DE LACERDA CARELLI

PORTARIA Nº 128, DE 6 DE JUNHO DE 2007

O Procurador do Trabalho, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando todo o teor da representação;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6º, VII e 84, III da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público n.º 0817/2007 em face de SÃO BERNARDO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho Rodrigo de Lacerda Carelli, que poderá ser secretariado pela servidora Cláudia Paiva Carneiro da Silva, Técnica Administrativa.

RODRIGO DE LACERDA CARELLI

PORTARIA Nº 129, DE 6 DE JUNHO DE 2007

O Procurador do Trabalho, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando todo o teor da representação;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6º, VII e 84, III da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público n.º 1736/2006 em face de DROGASMIL MEDICAMENTO E PERFUMARIA S/A.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho Rodrigo de Lacerda Carelli, que poderá ser secretariado pela servidora Cláudia Paiva Carneiro da Silva, Técnica Administrativa.

RODRIGO DE LACERDA CARELLI

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 13, DE 5 DE JULHO DE 2007

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137 c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, e no artigo 4º, inciso I, da Resolução n.º 22/CSMPM, de 29 de novembro de 1996 e a aprovação do Plano de Correções Ordinárias - 2007, em sua 145ª Sessão Ordinária, RESOLVE:

I - Determinar a realização de Correição Ordinária na Procuradoria da Justiça Militar em São Paulo/SP 1º e 2º Ofícios, no período de 20 a 24 de agosto de 2007;

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON LUIZ ARRUDA SENRA





Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ADITAMENTO À PAUTA Nº 25(EXTRAORDINÁRIA RESERVADA )  
Sessão de 11 de julho de 2007

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 25/2007 - Plenário, para apreciação na Sessão Extraordinária Reservada a se realizar no dia 11/7/2007, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSO RELACIONADO

- Relator, Auditor Augusto Sherman Cavalcanti

TC-007.024/2007-1  
Natureza: Denúncia  
Interessado: Identidade Preservada

TC-018.640/2007-6  
Natureza: Denúncia  
Interessado: Identidade Preservada

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe I - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

- Relator, Ministro Raimundo Carreiro

TC-700.040/1998-6 (com 7 volumes)  
Natureza: Recurso de Reconsideração  
Advogados constituídos nos autos: Aires Fernandino Barreto (OAB/SP 75.985); Paulo Ayres Barreto (OAB/SP 80.600); Maria do Alívio Gondim e Silva Rapoport (OAB/SP 98.892) e Carla de Lurdes Gonçalves (OAB/SP 137.881)

CLASSE VII - DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E OUTROS ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO

- Relator, Auditor Augusto Sherman Cavalcanti

TC-007.258/2007-0  
Natureza: Denúncia  
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 6 de julho de 2007.  
IVO MUTZENBERG  
Secretário das Sessões

ADITAMENTO À PAUTA Nº 26 (ORDINARIA)  
Sessão de 11 de julho de 2007

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 26/2007 - Plenário, para apreciação na Sessão Ordinária a se realizar no dia 11/7/2007, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro Raimundo Carreiro

TC-011.083/2003-6 (com 2 volumes)  
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria  
Responsável: Luiz Francisco Silva Marcos (CPF 269.130.547-34)  
Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes/MT.

TC-019.531/2005-0 (com 2 volumes, com 10 anexos (com 3 volumes)  
Natureza: Relatório de Auditoria  
Responsável: Luiz Roberto da Silva Klassmann (CPF 295.941.540-04)  
Entidade: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL/MS

TC-013.756/2006-0 (com 2 anexos)  
Natureza: Denúncia  
Responsável: Jerson Kelman (CPF 155.082.937-87)  
Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC - 002.681/2007-8 (com 2 anexos)  
Natureza: Representação  
Entidade: Município de Carauíbas do Piauí/PI  
Interessada: Câmara Municipal de Carauíbas do Piauí/PI

PROCESSOS UNITÁRIOS

CLASSE I - RECURSOS

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC-016.224/2001-2.  
Natureza: Pedido de Reexame.  
Unidade: Imprensa Nacional.  
Recorrentes: Wilmar Rodrigues, Carlos Alberto Guimarães B. da Silva (Diretor-Geral da Imprensa Nacional), Sérgio Luiz Barbosa (Coordenador de Tecnologia da Informação) e Marcelo Cruz (Coorde-

nador-Geral de Administração); e empresas Mídia 3 Soluções para internet Ltda.; Tera Brasil Ltda.; Top System Consultoria Desenvolvimento e Integração Ltda.  
Advogados constituídos nos autos: Júnia de Abreu Guimarães Souto, OAB/DF 10.778; Renata Dias Rolim Visentin, OAB/DF 13.838; Brunela Moscon Volponi Prado, OAB/RJ 111.730-E; e Luiz Cláudio Kastrup de Oliveira Castro, OAB/RJ 65.151.

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC-005.037/2007-0  
Natureza: Agravo  
Órgão: Conselho Nacional de Justiça - CNJ  
Interessado: Intel Semicondutores do Brasil Ltda. CNPJ: 57.286.247/0001-33  
Advogados: Leonardo Peres da Rocha e Silva, OAB/DF nº 12.002 e Eliana Buonocore Baraldi, OAB/SP nº 144.153

CLASSE V - AUDITORIAS E INSPEÇÕES

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC 004.357/2007-5  
Natureza: Auditoria  
Órgão: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE-SC)  
Interessado: Tribunal de Contas da União.  
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC-003.088/2005-4.  
Natureza: Relatório de Monitoramento.  
Entidades: 22ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - 22ª Unit/Dnit.  
Interessado: Congresso Nacional.  
Advogado constituído nos autos: não atuou.

- Relator, Auditor Augusto Sherman Cavalcanti

TC-026.200/2006-5 (com 3 volumes)  
Natureza: Relatório de Auditoria  
Unidade: Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap/Governo do Estado do Maranhão  
Interessado: Tribunal de Contas da União  
Advogado constituído nos autos: não atuou.

CLASSE VI - MATÉRIAS REMETIDAS PELO RELATOR OU PELAS CÂMARAS NA FORMA ESTABELECIDADA NOS § 1º DO ART. 17 E NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 139.

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC-017.710/2004-3.  
Natureza: Aposentadoria.  
Unidade: Justiça Federal da 4ª Região/RS.  
Interessados: Annita Denize Fonseca da Cruz, CPF nº 077.630.500-04; Elinora Borges Meurer, CPF nº 252.486.260-72; João Valadar Schavinski Arbo, CPF nº 056.386.150-91; Jucélia Maria Bastos Armos, CPF nº 208.389.990-34; Maristela da Silva Silva, CPF nº 167.312.470-49; Neusa Maria Santos Pereira, CPF nº 388.764.500-68; Nilza Pauler, CPF nº 243.456.280-91; Odacir Rasia, CPF nº 055.442.970-53; Rosa Maria Haas San Pedro, CPF nº 157.566.020-20; Sirlei Maria Batista Mota, CPF nº 184.144.270-49; e Wanda Marli Betezek da Rosa, CPF nº 058.664.219-68.  
Advogado constituído nos autos: não há.

CLASSE VII - DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E OUTROS ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO

- Relator, Ministro Guilherme Palmeira

TC- 006.595/2007-6 (com 1 volume e 3 anexos)  
Natureza: Representação  
Entidade: Fundação Nacional de Saúde (FUNASA/MS)  
Interessada: NT Systems Informática Ltda.  
Advogados constituídos nos autos: Mário Menezes (OAB/DF nº 2876); Henrique Vieira (OAB/DF nº 12.378); Dayse Maria Andrade de Alencar (OAB/MG nº 62.856-B); Giselle Reis e Rios (OAB/DF nº 16.061); Airton Rocha Nóbrega (OAB/DF nº 5.369) e Leon Frejda Szklarowsky (OAB/DF 1.303-A)

TC-010.658/2007-4  
Natureza: Solicitação  
Unidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa  
Interessado: Senador Mazarildo Cavalcanti (PTB-RR)  
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-004.689/2005-9  
Natureza: Administrativo  
Órgão: Tribunal de Contas da União  
Interessado: Diretoria Técnica de Benefícios Sociais da Secretaria de Gestão de Pessoas - Dibes/Segep  
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Auditor Augusto Sherman Cavalcanti

TC-007.535/2005-6 (com 1 volume e 8 anexos)  
Natureza: Representação  
Unidade: Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap/Governo do Estado do Maranhão.  
Interessado: Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - Sinaenco.  
Advogados constituídos nos autos: Jose Carlos Martins Silva (OAB/MA 1.077); Vanessa Vieira da Silva (OAB/MA 5.632).

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC-016.484/2007-0 (com 1 anexo)  
Natureza: Representação  
Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT  
Interessada: Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União - SECOB/TCU  
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 6 de julho de 2007.  
MÁRCIA PAULA SARTORI  
Subsecretária do Plenário

ADITAMENTO À PAUTA Nº 26(ORDINARIA)  
Sessão de 11 de julho de 2007

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 26/2007 - Plenário, para apreciação na Sessão Ordinária a se realizar no dia 11/7/2007, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe I - RECURSOS

- Relator, Ministro Guilherme Palmeira

TC-019.700/2005-4 (com 6 anexos)  
Natureza: Embargos de Declaração  
Entidades: Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Fundação Universidade de Brasília (FUB)  
Interessada: Fundação Nacional de Saúde (Funasa)  
Advogados constituídos nos autos: não há

Classe IV - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Relator, Ministro Guilherme Palmeira

TC-021.030/2005-2  
Natureza: Tomada de Contas Especial  
Órgãos/Entidades: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Caixa Econômica Federal - CEF; Cooperativa Central de Crédito com Interação Solidária - Cresol Baser  
Responsáveis: Vanderley Ziger (CPF nº 847.101.019-49); Valter Bianchini (CPF nº 710.412.658-91); Reinaldo Pena Lopes (CPF nº 181.155.356-72); José Humberto de Oliveira (CPF nº 171.052.265-87); José Amauri Dimarzio (CPF não informado); Manoel Valdemiro Francalino da Rocha (CPF não informado)  
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR  
Advogado constituído nos autos: João Maria de Oliveira Souza (OAB/DF nº 9.121); Marco Aurélio Gomes Ferreira (OAB/DF nº 22.358)

Classe VII - DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E OUTROS ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-013.238/2007-3  
Natureza: Representação  
Entidade: ATÉCH - Fundação Aplicações Tecnológicas Críticas  
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - MP/TCU  
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Guilherme Palmeira

TC-018.477/2007-5  
Natureza: Solicitação  
Unidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa  
Interessado: José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde  
Advogados constituídos nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 6 de julho de 2007.  
MÁRCIA PAULA SARTORI  
Subsecretária do Plenário

RETIFICAÇÃO

Na ATA Nº 28/2007 - Plenário, publicada no D.O.U. nº 129, de 6/7/2007, Seção 1, p. 98, 1ª coluna.

Onde se lê:  
ATA Nº 28, DE 4 DE JULHO DE 2007  
(Sessão Ordinária do Plenário)  
Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues  
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado  
Leia-se:  
ATA Nº 28, DE 4 DE JULHO DE 2007  
(Sessão Ordinária do Plenário)  
Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues  
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Paulo Soares Bugarin

**Poder Judiciário**

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**  
**PRESIDÊNCIA**  
**SECRETARIA-GERAL**

**DESPACHOS**

Extrato de inexigibilidade de licitação  
Processo nº 2007161643

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 25, caput, reconheceu a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa VIA APPIA INFORMÁTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., inscrito no

CNPJ/MF nº 01.885.056/0001-33, no valor de R\$ 323.657,52 (trezentos e vinte e três mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), para a prestação de serviços de atualização de versões, manutenção corretiva e suporte técnico do Sistema Thesaurus de Automação de 11(once) Bibliotecas, na unidade do CJF, dos TRF da 4ª e 5ª Regiões, Seções Judiciárias dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas.

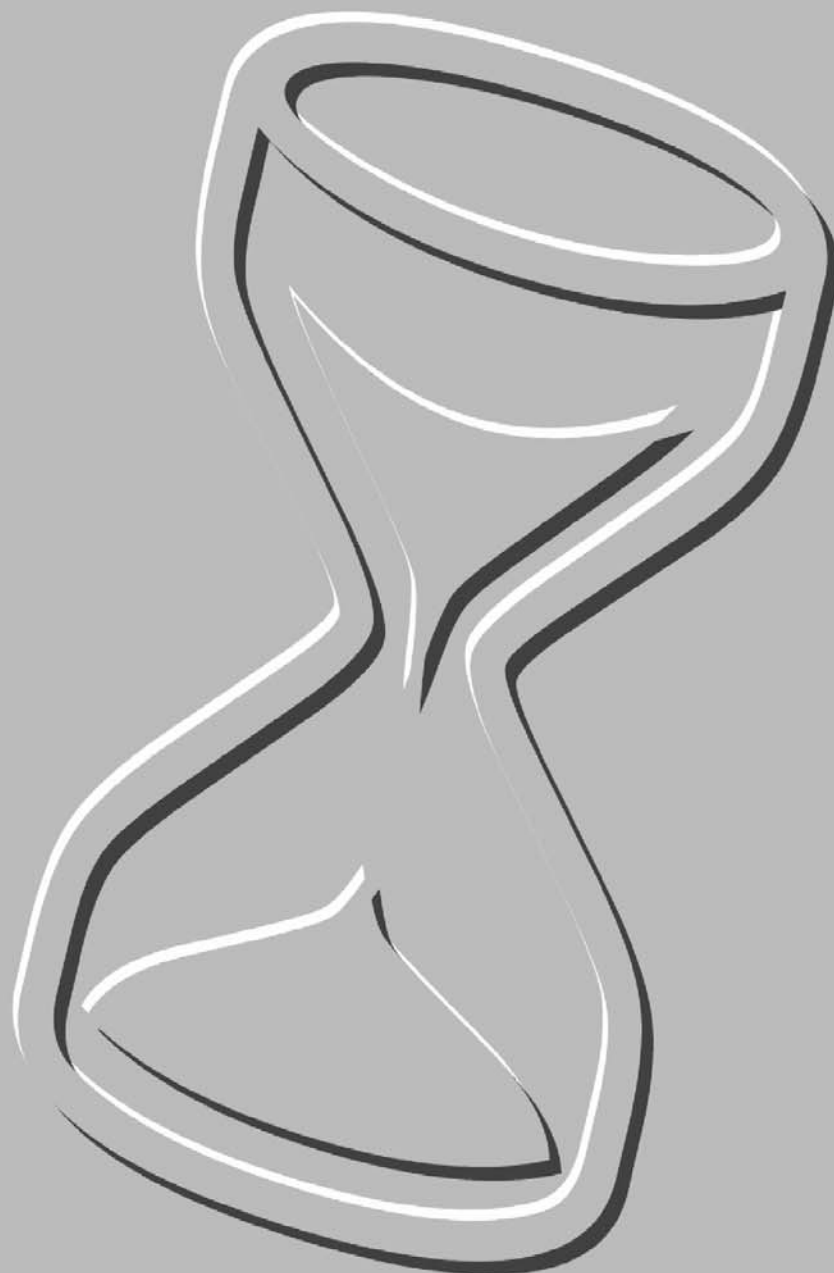
MARY ELLEN GLEASON GOMIDE MADRUGA  
Secretária de Administração

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

ALCIDES DINIZ DA SILVA  
Secretário-Geral

*Uma viagem no tempo!*

# MUSEU DA IMPRENSA



Dedicado à  
preservação de  
publicações  
oficiais,  
maquinaria e  
peças relevantes  
para o estudo da  
história da  
imprensa  
no Brasil.

VISITAÇÃO:  
de segunda a sexta-feira,  
das 8h às 17h;  
SIG - Quadra 6 - Lote 800,  
Brasília-DF.